UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JULIAN ABASCAL SGUIZZARDI BILBAO

**A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e
inícios do XVII)**

(Versão corrigida)

Orientadora
Karen Mackenroth Lisboa
19.12.2017.

São Paulo
2018

JULIAN ABASCAL SGUIZZARDI BILBAO

**A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e
inícios do XVII)**

(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Karen Macknow Lisboa

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B595f

Bilbao, Julian Abascal Sguizzardi

A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e inícios do XVII) / Julian Abascal Sguizzardi Bilbao ; orientadora Karen Macknow Lisboa. - São Paulo, 2017. 199 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Nobreza. 2. Foro. 3. Bascos. 4. Monarquia. 5. História da Espanha. I. Lisboa, Karen Macknow, orient. II. Título.

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. **A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e inícios do XVII)**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À Isabella Bonaventura de Oliveira e Raphael
de Abreu Meciano: na expressão da vontade de que
nossas ações muito ultrapassem essas velhas
máscaras chamadas nomes próprios.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Carlos Abascal Bilbao e Eunice Helena Sguizzardi Abascal pelo carinho, apoio e conversas enriquecedoras.

À minha orientadora Prof^a Dra. Karen Macknow Lisboa, por acreditar sempre na escrita dessa dissertação e à Prof^a Dra. Iris Kantor que me acompanha desde os tempos de Iniciação Científica.

Aos meus avós paternos, Blanca Nieves Bilbao e Salvador Abascal pelo carinho incondicional e por me fazerem entender no dia a dia a complexidade da sociedade basca. Também agradeço aos meus avós maternos, Eunice de Souza e Paulo Sguizzardi pelo carinho. Ao meu tio Álvaro e ao meu primo René.

À minha “segunda família” de Campinas: Roberta, Ottavio e Isaura Bonaventura. Também ao Marcello, Tom, Daniella, Fred, Matheus e Luísa.

Aos amigos da graduação e da pós-graduação (que à revelia das dificuldades seguem com suas pesquisas): Artur Silva, Bruna Oliveira, Danilo Eiji Lopes, Derek Gittens, Eduardo Cunha (da biblioteca Terra Livre), Graziela Mazzeo e Julio C. Pereira. E aos amigos: Gustavo dos Reis (e toda sua família), Maria de Fátima de Araújo, Guilherme Ortiz, Dane Gomes, Ane Grabiele de Souza, Jéssica Margutti e Monique Corrêa. Também agradeço ao Elson do áudio-visual da História pela amizade (e por sempre ajudar quando precisamos dele).

Ao CNPQ pela bolsa de estudos.

À Prof^a Dra. Cintya Regina Ribeiro pelas aulas e pela ajuda no exame de qualificação. À Dra. Rachel Saint Williams pelo curso sobre textos aragoneses.

À companheira de todos os momentos Isabella Bonaventura que prepara uma dissertação sobre a Escola de Farmácia de São Paulo por um viés de gênero e ao amigo Raphael Meciano cuja pesquisa se relaciona com a recepção do discurso antropofágico oswaldiano, o qual não só inspirou apropriações poetentes, mas também, resistências ativas.

I - “A vós, não aconselho o trabalho, mas a luta. (...). Que o vosso trabalho seja uma luta e a vossa paz, uma vitória”.

Friedrich Nietzsche. *Assim falou Zaratustra*. s/d, p.63.

II - “Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede”.

Gilles Deleuze. Os intelectuais e o poder (Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze) In *Microfísica do poder*, 2011, p. 70.

III - “Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga”.

Judith Butler. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, 2015, p.256

RESUMO

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. **A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e inícios do XVII)**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Partindo da existência de uma fidalguia coletiva na região basca de Biscaia, ratificada juridicamente pela monarquia de Carlos V (1527) através da aprovação do conjunto de leis conhecido como Foro Novo, nos perguntamos: como esse fenômeno produziu-se? Quais os agenciamentos discursivos envolvidos em sua emergência? Sendo assim, recorreremos a um estudo genealógico não-linear que abrangesse tal processo. Para tanto, utilizamos séries documentais tocantes à sociedade biscainha a partir século XV - especialmente - por meio das quais verificamos a passagem de uma sociedade assimétrica (regulamentada pelo Foro Velho - 1452) para a constituição fidalga em nível territorial. Além disso, não tomamos a fidalguia biscainha como um estatuto petrificado, mas nos preocupamos em analisar seu uso, funcionamento, articulações e produções de saber até inícios do século XVII no contexto monárquico.

Palavras-chave: Nobreza. Foros. Bascos. Monarquia. História da Espanha.

ABSTRACT

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. **The universal nobility as a question: Biscay in the Catholic Monarchy (from the 15th century until beginnings of the 17th)**. 199 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Starting by the existence of a collective nobility in the Basque region of Biscay, juridically confirmed by the emperor Carlos V (1527) through the approval of a set of laws known as *Fuero Nuevo*, we have inquired: How this phenomenon was produced? Which agencies were used for its emergency? In this sense, we have resorted to a non-linear genealogical study, which comprehends that process. To do that, it has been selected documents related to the Biscayan society from the 15th century – principally - through which it was verified the transformation from an asymmetric society (regulated by the *Fuero Viejo* – 1452) to the noble constitution in this territoriality. Besides that, we do not understand the Biscayan nobility as a petrified statute, so we were concerned in analyzing its use, operation, articulations and knowledge productions until the beginning of 17th century in the monarchical context.

Keywords: Nobility. Forum. Basques. Monarchy. History of Spain.

RESUMEN

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. **La hidalguía universal como cuestión: Vizcaya en la Monarquía Católica (entre el siglo XV y principios del XVII)**. 199 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

A partir de la existencia de una hidalguía colectiva en la región vasca de Vizcaya, ratificada jurídicamente por la monarquía de Carlos V (1527) a través de la aprobación de un conjunto de leyes conocido como Fuero Nuevo, nos preguntamos: ¿Cómo ese fenómeno se produjo? ¿Cuáles agenciamientos usados para su emergencia? Así, recurrimos a un estudio genealógico no-lineal que abarcase tal proceso. Para ello, utilizamos series documentales relacionadas a la sociedad vizcaína a partir del siglo XV – especialmente – por medio de las cuales verificamos el pasaje de una sociedad asimétrica (reglamentada por el Fuero Viejo – 1452) a la constitución hidalga en nivel territorial. Además, no comprendemos la hidalguía vizcaína como un estatuto petrificado, así, nos preocupamos en analizar su uso, funcionamiento, articulaciones y producciones de saber hasta inicios del siglo XVII en el contexto monárquico.

Palabras clave: Nobleza. Fueros. Vascos. Monarquía. Historia de España.

Sumário

Introdução.....	12
1. Sobre a emergência de uma fidalguia coletiva em Biscaia.....	48
1.1 Lavradores e fidalgos – genealogia de uma relação movediça.....	48
1.2 Linhas de ação entre nobres e não-nobres.....	57
1.3 A guerra jurídica da Coroa contra os bandos	65
1.4 Biscaia na produção de uma Monarquia Católica.....	74
1.5. Uma fidalguia não-isolada e comunicante	82
2. O uso e a circulação de terras e de bens	84
2.1 Estudo genealógico dos <i>solares labradoriegos</i>	85
2.2 O <i>mayorazgo</i> como prática de legitimação das nobrezas castelhanas	91
2.3 A circulação de terras e bens no Foro Velho e no Foro Novo.....	102
2.3.1 Diferença e Repetição nos Foros – A terra e seus muitos usos.....	105
2.4 Economia da dívida na hereditariedade de bens na Península Ibérica.....	119
3. Ler o Quixote em rede – A fidalguia (biscainha) no tempo dos Habsburgos.....	123
3.1 Dom Quixote – Um livro para rir ou para chorar?.....	125
3.2 O Quixote e a hierarquização social na Monarquia Católica.....	129
3.2.1 Dulcinéia & O Cavaleiro andante: A história de amor do engenhoso fidalgo por uma virtuosa camponesa.....	134
3.2.2 Dom Fernando – Um grande de Espanha pouco confiável.....	140
3.2.3 Sancho Pança, o escudeiro – Um lavrador cristão velho.....	150
3.2.4 Quixote e Sancho se encontram com os biscainhos.....	160
Conclusão.....	180
REFERÊNCIAS.....	186

Introdução

“Entrar-se-á, (...), por qualquer parte, nenhuma vale mais do que a outra, nenhuma entrada tem privilégio, ainda que seja quase um impasse, uma trincheira estreita, um sifão, etc. Procurar-se-á somente com quais outros pontos conecta-se aquele pelo qual se entra (...)”¹

O objetivo dessa introdução é apresentar alguns aspectos relevantes para o desenvolvimento desse estudo, bem como, de sua arquitetura textual. Em um primeiro momento, evidenciaremos o problema central dessa da dissertação intitulada *A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e inícios do XVII)*. Logo, apontaremos algumas questões de método pertinentes para o desenvolvimento do trabalho, seguida de uma síntese da argumentação de cada um dos capítulos e, finalmente, a exposição de um dos eixos historiográficos mais importantes (do ponto de vista global desse texto) que diz respeito ao problema dos modos de governo na Monarquia pós-Reis Católicos.

Partimos da existência do fenômeno de uma *fidalgua coletiva*² na região basca de Biscaia inserida no contexto monárquico hispânico. Essa abrangente fidalguia fora ratificada de forma oficial em 1527 (junto à licença para sua impressão)³ pela Coroa, por meio da aprovação do conjunto de leis denominado *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya* (impresso em 1528)⁴, também conhecido

¹ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Kafka: Por Uma Literatura Menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (p.9).

² Preferimos a expressão *fidalgua coletiva* em detrimento de *fidalgua universal*. A preferência por aquele conceito operativo se dá pelo fato de que a expressão fidalguia universal pode confundir-se com um campo discursivo vinculado ao pensamento Iluminista (século XVIII) relacionado à Revolução Francesa, no qual está presente um novo modo de pensar “universalista”, desdobrado em uma ideia de humanidade (bastante distante dos problemas da sociedade que estudamos). Isso não quer dizer, tampouco, que o ponto de chegada de nossas investigações é o conceito de fidalguia coletiva: este é apenas o deslocamento inicial dentro do campo problemático que iremos constituir ao longo dessa pesquisa. O título da dissertação se refere, exatamente, ao desafio analítico de deslocamento da rede conceitual produzida em torno da noção de fidalguia universal. O termo *fidalgua coletiva* foi usado, por vezes, por Caro Baroja, apesar de não ter desenvolvido uma argumentação sobre ele. Ver CARO BAROJA, Julio. *Introducción a la Historia Social y económica del Pueblo Vasco* In Nosotros, Los Vascos. Julio Caro Baroja. T. IV. Editorial Txertoa. 1995?

³ “(...) y me suplicastes que por hacer más merced al dicho Señorío de Vizcaya diésemos licencia para que el dicho Fuero se imprima en molde, e Yo túvelo por bien, y por la presente doy licencia a cualquier de los impresores de estos Reinos, con quien más merced al dicho Señorío de Vizcaya diésemos licencia para que dicho Fuero de Vizcaya y Confirmaciones de él, (...). YO, EL REY. Por mandado de Su majestad, Francisco de los Cobos.” *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiolea -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Licencia del Emperador, p.339).

⁴ *Ibidem*.

como *Foro Novo* (já que substituíra o *Foro* dantes vigente para o Senhorio de Biscaia). Então, na aurora do século XVI, todo aquele considerado natural biscainho (deve-se ter cuidado com a aceção da palavra *natural* nesse contexto, a qual não possui um significado análogo ao contemporâneo, como veremos) passou a possuir o estatuto de fidalgo e suas prerrogativas correspondentes.

Tendo como ponto de partida essa concessão de privilégios nobiliárquicos em nível territorial, nos questionamos acerca de sua emergência propriamente dita. Como aludimos no parágrafo anterior, anteriormente à escrita do *Foro Novo*, outra legislação vigia em Biscaia. Esse conjunto de leis (conhecido como *Foro Velho*) cuja escrita data de 1452⁵ previa explicitamente a assimetria social, diferentemente, do *foro* ulterior. Essa percepção em relação a essa diferença fez nascer um questionamento: *como se produziu a fidalguia coletiva?* Recorremos, então, ao estudo de séries documentais, desdobradas na análise do processo histórico (não-linear) do engendramento de uma comunidade “juridicamente uniestamental”⁶. Além disso, nos preocupamos em considerar como essa prerrogativa funcionou dentro do contexto monárquico dos Habsburgos, ou seja, demonstrar suas articulações, seus usos e a constituição de um saber⁷ em torno dos biscainhos e de seu estatuto.

Do ponto de vista historiográfico, o fenômeno da fidalguia em Biscaia foi bastante discutido, principalmente por autores bascos. Produziu-se, então, um conceito tomado, no mais das vezes, de maneira insuspeita - denominado *hidalguía universal*. Primeiramente, deve-se dizer que o adjetivo *universal* não aparece nas fontes primárias que determinam, circulam ou comentam essa fidalguia (como pode ser verificado ao longo da dissertação), sendo referida, apenas, como um caractere biscainho. Uma de nossas primeiras atitudes de pesquisa foi colocar tal conceito em suspensão, ou seja, analisá-lo em suas implicações e efeitos discursivos no campo da narrativa histórica.

⁵ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909.

⁶ Acerca do conceito de estamento: “(...) entre nosotros las clases sociales se basan en criterios preferentemente económicos, que no jugaban en la determinación de los antiguos estados o estamentos; estas diferencias estamentales estaban reconocidas por la ley (...): nuestras diferencias de clase son, pues, de hecho, no de derecho.” DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.10). Cabe ressaltar que essa “uniestamentalidade” não deve ser percebida de maneira unívoca, como se não houvesse mais subdivisões internas à sociedade biscainha. Essa questão é um dos eixos de análise da dissertação.

⁷ Ver FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Fazendo um rápido recorrido tanto pela historiografia basca, quanto por discursos não propriamente historiográficos, mas que fazem uso de imagens do passado para produzir saberes no século XIX e início do século XX, percebe-se que, então, a *fidalgua* como objeto histórico específico não estava em primeiro plano⁸. Outros problemas são enfatizados, dois dos principais são a relação entre Biscaia (em sua constituição aforoda, ou seja, com leis específicas)⁹ e a monarquia, bem como, o estudo da formação católica dessas populações.

Nesse contexto, o liberalismo avançava na Espanha pós-napoleônica com ideais centralizadores, em prol da constituição de um moderno Estado-nação. Seu ideário se movia contra a profusão de leis ainda persistente no seio do regime monárquico hispânico. Nesse sentido, publicam-se escritos que contestavam a força do localismo, como *Noticias Historicas de las Tres Provincias Vascongadas* (1806-1808) de Juan Antonio Llorente: “(...) argumentaba que los Fueros no eran sino leyes de origen castellano, concedidas por los reyes de Castilla a sus vasallos vascongados.”¹⁰

Frente a essas ameaças aos foros (compreendidos como expressão do cristianismo, tão enraizado nas populações bascas), iniciam-se a produção de ideias em defesa dos das leis provinciais e do catolicismo, que mais tarde serão desdobradas em narrativas historiográficas, literárias e em manifestos políticos. A tensão entre forismo e os projetos centralizadores nacionais explode com a primeira guerra carlista (1833-1839)¹¹.

En el territorio vasco-navarro, como consecuencia de la crisis general y sus efectos internos, los carlistas consiguieron arrastrar a un número considerable de la población, en defensa de un antiguo mundo representado en su lema: ‘Dios, Patria y Rey’. La base social del carlismo aglutinó a diversos sectores, especialmente, notables rurales, eclesiásticos y

⁸ É evidente a ausência de estudos contemporâneos frente a esse problema. Seria interessante a emergência de estudos que contemplassem séries documentais mais abrangentes nesse sentido.

⁹ Esses foros, certamente, já não mais funcionavam da mesma forma que nos séculos XVI e XVII (em razão do sem número de mudanças relacionais a que foram submetidos ao longo do tempo). Estudos mais detalhados dessa questão ainda estão por vir.

¹⁰ FOX, Inman. *La Invención de España: Nacionalismo liberal e identidade nacional*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998. (p.89).

¹¹ Muito resumidamente, essa guerra teve como estopim a coroação da rainha Isabel de Bourbon (apoiada pelos liberais), preparada por Fernando VII, o qual derrubara um decreto de Felipe V (*lei sálica*) que proibia mulheres de acederam ao trono. Frente a esta situação, os tradicionalistas-católicos, especialmente nas regiões bascas (com muitos partidários em zonas rurais e pequenas cidades), iniciam um levante contra Isabel, em prol de Carlos María Isidro de Bourbon, resultando na primeira guerra carlista.

*campesinos que tenían a un liberalismo que trastocaba su forma de vida y los vínculos que forjaban sus antiguos consensos sociales.*¹²

Sendo assim, no biênio 1851-1852, o político biscainho Pedro Novia de Salcedo (1790-1865) publica *Defensa histórica, legislativa y económica del Señorío de Vizcaya y provincias de Álava y Guipúzcoa* em reação à supracitada obra de Llorente:

*Obra de enormes resonancias cuando se publicó, Novia emprende en ella con la pluma la defensa de lo que antes ha sido el objeto de su lucha en el terreno de la administración y de la política. Pretende basarse en documentos históricos, pero al no ser su terreno específico la Historia deriva hacia la argumentación moral y jurídica dentro de los cánones del tradicionalismo postrrevolucionario. El núcleo de la misma es el pactismo basando en el carácter inmemorial del derecho a la soberanía de cada territorio foral. La unión a la Corona de éstos, habría sido voluntaria y libre y, por tanto, era prescribible de forma bilateral.*¹³

Após a terceira guerra carlista, em 1876, os partidários de Carlos são derrotados e os foros são definitivamente suprimidos, abrindo espaço, definitivamente, a uma nova ordem econômico-social em Biscaia, com o crescimento vertiginoso das cidades, movido por um processo de forte industrialização, golpeando definitivamente aquele mundo rural tão valorizado pelos carlistas.¹⁴

Sendo assim, surgem aqui e ali traços de um nacionalismo basco, propriamente dito, que será enfaticamente desenvolvido por Sabino Arana (1865-1903), fundador do Partido Nacionalista Basco. Por um lado, compartilhava com os carlistas o apreço ao mundo rural (como arquétipo basco por excelência) e, também, ao catolicismo. Por outro, avançou (diferenciando-se daqueles) rumo a uma concepção nacional independentista¹⁵. Arana produziu textos com um fundo histórico, nos quais se utilizava de argumentos dessa índole para corroborar a tese da secular independência de *Bizkaya*, a qual sofrera uma lenta decadência em sua interação com “Castela” e “Espanha”. Cabia aos novos

¹² LOUZAO VILLAR, Joseba. El síndrome de Jerusalén. ¿Los vascos y la religión? In *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons, Historia, 2015. (p.89).

¹³ CORTABARRÍA IGARTUA, Germán. Novia de Salcedo Castaños, Pedro. *Enciclopedia Auñamendi* [en línea], 2017.

¹⁴ “Entre 1886 y 1900, Vizcaya registro los máximos índices nacionales en incremento demográfico: la población de Bilbao creció el doble que la de Barcelona; los 15 Kilómetros que separan Bilbao de la mar se convirtieron en un taller continuo de altos hornos, astilleros, industrias químicas y metalúrgicas, con la concentración fabril más densa de España. Y la industrialización trajo consigo una masiva inmigración de trabajadores no-vascos (...)”.FOX, Inman. *Op. cit.* (p.91).

¹⁵ Unindo o catolicismo e independentismo, afirma: “(...) *Bizkaya*, dependiente de España, no puede dirigirse a Dios, no puede ser católica en la práctica”. ARANA Y GOIRI, Sabino. Carta, 26-XI-1890 apud GRANJA SAINZ, José Luiz de la. “El ‘antimaketismo’: la visión de Sabino Arana sobre España y los españoles”, *Norba, Revista de historia*, Nº 19, 2006. (p.193).

tempos recuperá-la, movendo-se em torno não apenas de Biscaia, mas agora, de *Euzkadi*.¹⁶ O fundador do Partido Nacionalista travou um debate com o presbítero Estanislao de Labayru (1845-1904), autor de *Historia general del Señorío de Bizcaya* (1895-1903), na qual evidenciam-se os jogos conceituais¹⁷ utilizados em torno dos saberes produzidos em prol da história do Senhorio nesse momento (raça, tradição, caráter, nacionalidade), perpassados por uma ideia de nação:

*Mi intento es amplio, abrazar los puntos más importantes de la nación vizcaína, tratar de todo lo que tenga relación con el solar mencionado y lo que se halle enlazado con el pueblo eúskaro, de modo que el lector pueda conocer las notas brillantes, los rasgos heroicos y el carácter de la raza; sus virtudes y sus defectos; sus grandezas y sus miserias, porque de todo se compone la historia y todo sirve para formar un cuadro en que los euskaldunas de hoy contemplen a sus antepasados y tengan concepto justo y exacto de su nacionalidad, mientras que el alienígena alcanzará la injusticia que la noble gente Eúskara ha sido tratada por quien debiera ser el primero en respetarla y conserva sus tradiciones y legítimas libertades.*¹⁸

¹⁶ Em meados do século XIX surge o conceito de *Euskal Herria* (terra dos Bascos), comunidade imaginada (ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008) em que se reuniriam todos os territórios de língua basca, inclusive aqueles que se localizavam desde essa época junto à República Francesa. Assim, *Euskal Herria* se formaria por sete territórios historicamente dispersos entre a monarquia hispânica e francesa: *Biscaia, Guipúscoa, Álava e Navarra* (do lado espanhol) e *Baixa Navarra, Zuberoa e Laburdi* (do lado francês). Essa formulação partira, inicialmente, da vertente francesa com os estudos de Josep Agustín Chaho e Thomas d'Abbadie acerca da língua basca (*Euskera*) de 1836. Então, emerge o conceito de “*Zazpiak Bat*” (os sete em um), ou seja, representando os territórios unidos. Tal preceito serviu para estimular a ideia de nação oitocentista, procurando integrá-los em torno de uma identidade comum: “*Zazpiak Bat es un concepto que intenta condensar en un término didáctico la relación cultural o institucional de que une a las regiones de Alava, Baja Navarra, Guipúzcoa, Laburdi, Navarra, Vizcaya y Zuberoa por encima de la vinculación de estos territorios a la Monarquía española o la República francesa. Sus promotores le dieron un cariz sentimental y popular, carente de una expresión ideológica concreta. Este lema vendría a significar a significar las siete en una. Se comprueba la intención patente de fomentar una unidad moral entre los vascos, permeabilizando el marco estatal en que se encuentra vasconia dividida administrativamente.*” LÓPEZ ANTÓN, José Javier. “*Zazpiak bat: la filosofía cultural de un credo panvasquista*”, *Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela*, N.º 8, 1997. (p.73). Ao final do século, Sabino Arana cunha o termo *Euzkadi* para se referir às terras bascas. Ele possuía uma visão independentista radical, diferentemente, de outros patriotas bascos como os da *Associação Euskara de Navarra*. Além do mais, Arana funda seu pensamento em um integrismo católico acentuado, profundamente etnocêntrico e racista. Inicialmente, pregava a independência de *Bizcaya*, entretanto, ao longo do tempo, esta província foi se tornando a expressão metonímica da independência de *Euzkadi*. Ver CHACÓN DELGADO, Pedro José. “El concepto de independencia vasca en Sabino Arana Goiri”, *Historia Contemporánea* (EHU-UPV), n.º 50, 2015; ELORZA, Antonio. “La nación vasca: del mito a la historia”, *Istor*, n.º 15. Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2003; GRANJA SAINZ, José Luiz de la. “El ‘antimaketismo’: la visión de Sabino Arana sobre España y los españoles”, *Norba, Revista de historia*, N.º 19, 2006; LOPÉZ ANTÓN. *Op.cit.*; MEES, Ludger. “El nacionalismo vasco y España: reflexiones en torno a un largo desencuentro”, *Revistas Espacio, Tiempo y Forma. Series I-VII - Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, T.9, 1996 & RUBIO POBES, Coro. “La construcción de la identidad vasca (siglo XIX)”, *Historia Contemporánea* (EHU-UPV), n.º18, 1999.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (p.45).

¹⁸ LABAYRU Y GOICOECHEA, Estanislao Jaime. *Historia general del Señorío de Bizcaya*. T.I. Bilbao: Casa editorial la propaganda // Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1895. (prólogo, p. X).

Em primeiro lugar, nota-se que Labayru já se move, plenamente, em um campo onde os bascos são apresentados enquanto povo (*pueblo éuskaro*) em torno de uma nacionalidade. Sua obra, em seis volumes, se centra na história do Senhorio de Biscaia em larguíssima duração. Em um desses volumes, no tomo IV, fazendo um comentário sobre um questionamento da validade da fidalguia coletiva (veremos mais detalhes no capítulo III) feito por um fiscal da chancillería de Valladolid (*Juan García*) no final do século XVI, refere-se à fidalguia, como “bizcaína” e não “universal”:

*Mucho se movió Bizcaya en 1589 contra el fiscal de la chancillería de Valladolid Juan García, que en una de sus glosas en el libro De nobilitate había vertido conceptos que el Señorío estimó ofensivos. Además de haberse dispuesto que el diputado Juan Gómez de Butrón pasara á la corte á suplicar que S.M mandase borrar del libro lo que García estampó contra la hidalguía bizcaína, (...).*¹⁹

Como dissemos, Arana tramou linhas de debate direto com Labayru, colocando em disputa a noção de patriotismo, reforçando o fato de que a história de Biscaia deveria ser entendida de maneira completamente separada da monarquia, sendo que as aproximações entre essas duas instâncias foram contingentes e resultados da pressão da última sobre o Senhorio:

*Todos los historiadores nacionales (a ninguno exceptúo) comienzan sus obras consignando y demostrando la independencia absoluta de Bizkaya. Leedlos, y allá veréis a nuestra Patria como nación aparte, con raza, lengua, territorio, leyes, poder e historia muy diferentes y distintos de los de España. Pero seguid leyendo, y en todos ellos tropezaréis al fin, con una página desde la cual, de buenas a primeras, de buenas a primeras, repito, y sin hecho ninguno en que se funden, comienzan a llamar a España ¡nuestra Patria común, nuestra Madre Patria! Y dígame ahora el Sr. Labayru si eso es, no ya patriotismo, pero ni criterio historial; dígame si eso no es trascendental vicio, dígame si no es eso de peores efectos que el exagerado patriotismo que ha conservado las leyendas; dígame si no es ésa la causa de nuestra ruína; dígame si pecho bizkaino puede sentir indignación proporcionada a los males que ese error nos ha acarreado.*²⁰

O biscainho era entendido por Arana como “nobre”, “inteligente e “ágil”, já o espanhol era por ele caracterizado como “inexpressivo”, “adusto” e “torpe”²¹. Cria-se polos de predicação opostos, sendo a “nobreza biscainha”, nesse caso, mais um atributo incorporado ao caráter do que um estatuto historicamente ordenado. De acordo com

¹⁹ *Idem. Historia general del Señorío de Bizkaya*. T.IV. Casa editorial la propaganda // Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1895 (p.542).

²⁰ ARANA Y GOIRI, Sabino. *Bizkaitarra*, nº 30 de 7 de julio de 1895, O.C., I, p. 644 apud CHACÓN DELGADO, Pedro José. “El concepto de independencia vasca en Sabino Arana Goiri”, *Historia Contemporánea (EHU-UPV)*, nº 50, 2015. (p.87).

²¹ FOX, Inman. *Op. cit.* (p.95)

aquela oposição, seria imperativo devolver a independência ao polo biscainho, arrancada de seu povo:

*Arana promulgaba una idea romántica de una nación vizcaína, al igual que una nación castellana o española, que existía desde la más remota antigüedad. Y, según él, la historia de Vizcaya foral entre los siglos IX y XIX es la historia de una lenta 'decadencia de diez siglos', a través de los cuales se va desvirtuando el 'espíritu genuinamente bizkaino' y va cayendo por 'la pendiente del españolismo', hasta dejar de ser independiente al final de la guerra carlista de 1839.*²²

Essa carga discursiva terá seus ecos em pleno século XX (onde as batalhas em prol dos nacionalismos seguem muito vivas), mas deslocada por outras experiências e ordens do discurso²³. Vale lembrar, nesse sentido, que estas não podem ser relacionadas com aquelas, expostas acima, de forma apressada. Nesse momento, contudo, nosso objetivo é perscrutar a existência e a operação textual do adjetivo “universal” atrelado ao conceito de fidalguia. Para isso, devemos recorrer à historiografia da segunda metade do século passado, com a qual debateremos de maneira mais evidente. Dentro do eixo recortado, os autores focalizam a fidalguia como objeto de estudo ou como elemento relevante de análise.

Um exemplo consistente e longo da utilização daquele termo pode ser encontrado em algumas obras do jurista e historiador Adrián Celaya Ibarra (1917-2015)²⁴. A despeito de sua leitura atenta do Foro Novo (cujos comentários auxiliam àquele que se aproxima do texto), possui teses bem claras acerca do entendimento dessa fidalguia cujos efeitos são perceptíveis.

Em um trabalho sobre o Foro de Biscaia [1975] que conta com um capítulo intitulado *Hidalguía Universal*, diz: “*La hidalguía es fruto de una evolución – no aparece clara en el Fuero Viejo, que aún distingue hidalgos y labradores, aunque afirma que los vizcaínos son comúnmente hidalgos – (...)*”.²⁵ O excerto em questão, apesar de admitir a assimetria social legalmente instituída (anterior ao Foro Novo), entende o processo histórico como uma evolução em direção à *fidalgua universal* dos biscainhos. Essa nobilitação estaria, portanto, condicionada a uma evolução linear: aos poucos, em

²² *Ibidem.* (p.94).

²³ Ver FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

²⁴ Celaya foi catedrático de Direito foral basco e Direito Autônomo na Universidade de Deusto, Bilbao.

²⁵ CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao: Editorial Vizcaína, 1975. (p.24).

progressão, instituiu-se uma ampliação das liberdades até chegar ao ponto da uniestamentalidade²⁶.

Em livro publicado em 2001 (*Humanismo y libertad en el Fuero de Bizkaia*), as formulações de Celaya nos demonstram que o uso do adjetivo universal junto à fidalguia não é fortuito (tampouco é sinónimo de coletivo), mas produto de uma escolha ativa condicionada por determinadas finalidades:

(...) debe reconocerse que las leyes de Bizkaia contenían disposiciones humanistas, que han entrado en la conciencia europea mucho más tarde en la mayor parte de los países. La originalidad de los fueros vascos ha sorprendido a quienes se han acercado a conocerlos, y siendo el objetivo se hace preciso reconocer que en las leyes de Bizkaia hay un mensaje de humanismo y libertad nada habitual en el tiempo en que fueron elaboradas; y esto quiero mostrar en el presente trabajo. Puede muy bien sostenerse que la democracia ha llegado al mundo por dos vías básicas: la vía revolucionaria francesa, y la vía histórica, a través de usos y costumbres que le van introduciendo paulatinamente (...).²⁷

Nesse livro, o termo *hidalguía universal* é largamente utilizado em conexão com a tese central reproduzida acima. A fidalguia acompanhada de suas prerrogativas como isenções tributárias, privilégios em não ser torturado, prevalência em cargos públicos são associadas a um humanismo *avant la lettre*. O fenómeno em questão participaria da “epopeia da consciência universal” em prol da liberdade do homem. O autor empenha-se em eliminar o contexto monárquico e aristocrático em que emergira, em favor do conceito de democracia biscainha (praticamente autóctone). Outro ponto a ser destacado é a operação de uma visão evolutiva (tal qual o texto de 1975, anteriormente citado) na ordenação do processo histórico. Essa forma de análise se relaciona não apenas à “epopeia democrática-ocidental”, mas também, à narratividade acerca da própria *hidalguía*, a qual teria sido formada *paulatinamente*.

No início da década de 1970, o livro *El igualitarismo vasco: mito y realidad* de Alfonso de Otazu y Llana²⁸ marca uma posição “crítica” frente às narrativas históricas

²⁶ Celaya admite que mesmo após a fidalguia biscainha mantiveram-se diferenças de “classe” (conceito vinculado às diferenças económicas, segundo o autor): “*Es evidente que la hidalguía no supone igualdad social o de clase o de medios económicos. Las clases sociales existentes en Vizcaya como en cualquier otro lugar, lo único que desaparece es la servidumbre.*” *Ibidem*. (p.24).

²⁷ *Idem*. *Humanismo y libertad en el Fuero de Bizkaia*. Bilbao: Bilbao Bizkaia Kutxa, 2001. (p.12).

²⁸ “*Historiador nacido en San Sebastián (Gipuzkoa) en 1949. Estudió Derecho en la Universidad de Navarra, publicando en 1970 Hacendistas navarros en Indias y en 1972 El igualitarismo vasco, mito y realidad. Académico correspondiente de la Academia Guatemalteca de Historia, Genealogía y Heráldica desde 1970. Colaborador de las revistas "Triunfo" y en las publicaciones del grupo "Doctor Camino" sobre historia de San Sebastián. Desde 1972 forma parte de un equipo de investigadores que se propone publicar periódicamente índices de los principales archivos privados del País Vasco. Autor de La burguesía*

que apontavam os privilégios e fidalguias de amplo alcance característicos das regiões bascas (apesar de se propor a estudar essas regiões em conjunto, a base de sua análise é fundamentalmente Guipúscoa)²⁹ como signo de um “igualitarismo” social *stricto sensu*. Desconfia, portanto, de vieses que afirmavam um quadro social romântico (sem conflitos) assentados sob uma tradição imemorial:

*A mí me ha sorprendido muchas veces que la idea que ciertos libros dan sobre la historia del País Vasco, no haya irritado a más que uno, al pensar que ni tan siquiera dan la impresión que se está historiando un enclave europeo. Todo es tan democrático, todo tiene sus orígenes en unos impulsos (...) atávicos (...)*³⁰

Sua verve em relativizar a imagem imóvel de um passado, levou a questionamentos importantes, deslocando o modo habitual das aproximações historiográficas de então. Não podemos dizer, entretanto, que seu objeto seja exatamente a fidalguia coletiva (ou “universal”), apesar de ser um elemento relevante de análise por constituir o referido igualitarismo. O autor preocupa-se tanto em desmistificar aquela imagem, que não atenta para a importância da aquisição desse estatuto em seus desdobramentos concretos. Seu método de desvelo da ideologia da “doutrina igualitária”, esforça-se em analisar os mecanismos usados pelas classes dominantes a partir desses privilégios.

Essa episteme baseada no descobrimento de uma ideologia tem como consequência imediata a recuperação de vozes históricas que tentaram engendrar esse igualitarismo, mas malograram frente ao *espírito do tempo*, em contraste com aquelas que, em dado momento, conseguiram impô-lo como mecanismo ideológico³¹. Podemos

revolucionaria vasca, 1982”. ESTORNÉS LASA, Bernardo. Otazu Llana, Alfonso de. Enciclopedia Auñamendi [en línea], 2017.

²⁹ Apesar de nosso estudo se concentrar no Senhorio de Biscaia, o leitor poderá conhecer um pouco mais de outros fenômenos de fidalguia nas regiões bascas no capítulo 3 dessa dissertação.

³⁰ OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *El “Igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Editorial Txertoa, 1973. (p.11).

³¹ Sobre a noção de ideologia, Foucault comenta: “A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções”. FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011. (p.7).

dizer que Otazu, pelo caminho inverso, compartilha com a “historiografia nacionalista basca miticista” a visão evolucionista de gestão de um mesmo problema (“igualitarismo”) ao longo do tempo:

En circunscripciones mucho más amplias –Guipúzcoa por ejemplo – se observa a partir del siglo XV una necesidad de regular el derecho de vecindad, con arreglo a criterios rígidos. En este momento es cuando se impone la tesis ‘igualitaria’ que ya se había formulado antes – se venía formulando desde el siglo XIV con motivo de fundación de las nuevas villas y de la organización de las Hermandades, aunque sin éxito real -. Pero ya en el siglo XVI el ‘igualitarismo’ se perfila como la ideología que se trata de imponer a la vieja clase dominantes vasca (a los ‘parientes mayores’) y cuando se impone efectivamente se produce algo así como un corte, pues ya puede decirse que el ‘igualitarismo’ responde en la vida real a su formulación y entonces comienza a ser objeto de la atención de algunos tratadistas.³²

O ponto de partida de Otazu nesse estudo é o “mundo medieval basco” (especialmente nos séculos XIV e XV), investigando a princípio a organização social anterior às nobilitações nesses territórios. Demonstra de que maneira a nobreza distribuída em linhagens parentais cujos líderes eram chamados *parentes mayores*, organizara-se de modo semelhante a outras aristocracias europeias de matriz feudal: “*La pregunta clave de este primer período es: ¿cuál fue el carácter del régimen social impuesto por los parientes mayores?, para después analizar la decadencia de los viejos linajes, (...)*”.³³

Segundo o historiador, as nobilitações amplas em terras bascas se deram em meio às lutas sociais dos camponeses contra os *parentes mayores*. Em Biscaia e Guipúscoa, esses enfrentamentos se somaram à mobilização das instituições políticas territoriais contra essa nobreza, em benefício do chamado igualitarismo. Ademais, os escassos recursos econômicos dessas regiões, cujo meio natural montanhoso dificulta a agricultura, aliado ao crescimento demográfico, levaram ao controle da vizinhança, restringindo-se a migração a essas terras em prol do “igualitarismo” interno. Otazu caracteriza esse fenômeno como uma doutrina manipulada em um primeiro momento contra os *parentes mayores* e, ao longo do século XVII, em favor de uma emergente burguesia que retornara da América enriquecida, utilizando das prerrogativas, dessa mesma doutrina, para se consolidar enquanto uma nova aristocracia:

El ‘igualitarismo’ corresponde entonces – en este período del XVII – a la ideología de la nueva clase dominante que acaba de apoderarse de la tierra (esto implica, dentro del Antiguo Régimen, un proceso de aristocratización), que intenta hacerse con los poderes locales (...) y que desea integrarse en los

³² *Ibidem.* (p.14).

³³ *Ibidem.* (p.10).

*linajes viejos, herederos de una mentalidad y una estructura económica, que ellos acaban de adoptar.*³⁴

O argumento do autor é bastante complexo (recorrendo um longo período de estudo, do século XIII ao XVIII) e, à época, foi um marco importante na formulação de novos problemas. Muito influenciado pelas correntes historiográficas daquele momento, vale-se de explicações com um fundamento marcadamente econômico e populacional, como o aumento demográfico e escassez alimentar, atribuindo ao igualitarismo um papel superestrutural.³⁵ Desse modo, há marcações fortes da semântica dos saberes de seu tempo, acompanhada por alguns costumes da época (atenuados nas produções atuais), como o de estudar as regiões bascas em bloco e não separadamente (o que não quer dizer que não se elaborem conexões), considerando seus distintos ritmos históricos.

Sublinhemos que o uso do conceito *hidalguia universal*; não é uma exclusividade de Celaya e, ainda hoje, é utilizado por muitos historiadores, sem a suspeição que propomos. Esses estudiosos, em grande medida, não partilham da mesma posição daquele, procurando se salvaguardar dos perigos de um modo narrativo teleológico:

*Aquí se va a abordar el tema desde el punto de vista de su explicación originaria, con la sola pretensión de encontrarle un posible ajuste en las categorías propias de su época, único garante de su pretendida legitimidad, comprender así no ya lo que la hidalguía universal vendrá a suponer en el pensamiento político de los siglos XVIII y XIX, sino lo que significó en su momento.*³⁶

Nesse artigo, por exemplo, cujo título é *La Hidalguía Universal*, a expressão não é utilizada com a mesma finalidade de Celaya, já que essa narratividade não está em função da teleologia democrático-humanista. Apesar da cuidadosa seleção de séries documentais circunscritas espaço-temporalmente, o fundo de um dos principais eixos de análise ainda é a condução, relativamente linear, rumo à fidalguia biscainha: “*Un primer proceso, de muy larga duración, es el que corresponde a la progresiva extensión de la hidalguía, hecho jurídico que arranca de finales del siglo XIII y culmina normativamente con su reconocimiento a nivel general en 1527*”.³⁷ Outras produções recentes se utilizam

³⁴ *Ibidem.* (p.388).

³⁵ *Ibidem.* (p.377).

³⁶ SESÉ, Lourdes Soria. “La Hidalguía Universal”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006. (pp.285 &286). Sesé é professora titular de História do direito na Universidade do País Basco (EHU-UPV). Ver MARTÍNEZ ARTOLA, Alberto; Auñamendi Eusko Entziklopedia. Soria Sesé, María Lourdes. Auñamendi Entziklopedia [on line], 2017.)

³⁷ *Ibidem.* (p.286).

do conceito, talvez por inércia, sem desenvolverem falas acerca de seu uso, como, por exemplo, o interessante texto de Morales e Mailillos (2012): “*El emigrante vizcaíno era tan consciente de la ventaja competitiva que suponía la hidalguía universal como de la necesidad de protegerla*”.³⁸

Além dos argumentos já evocados pelo debate entre os textos, podemos apontar mais uma das possíveis razões da relação evolucionista tramada pela historiografia em torno da *hidalguía universal*. No Foro Novo, existem diversas passagens em que há um investimento retórico-discursivo na antiguidade das leis, ou seja, arregimentando uma metanarrativa acerca de sua própria constituição. Essa acenstralidade foi usada como prática de legitimação³⁹, sendo utilizadas fórmulas como: “(...) *según hasta aquí siempre lo fueron* (...)”⁴⁰; “(...) *nunca lo tuvieron* (...)”⁴¹; “(...) *así les fue siempre guardado por los Señores de Vizcaya*.”⁴²

Talvez as próprias expressões das fontes tenham levado a uma crença na progressão dos privilégios, a qual haveria conduzido, tranquilamente, à fidalguia biscainha. Não pretendemos dizer, entretanto, que os agentes históricos estavam iludidos acerca da antiguidade de suas leis, pelo contrário, procuramos compreender a efetividade de suas formulações como um mecanismo político capaz de gerar efeitos. Ao mesmo tempo, não abdicamos de propor uma leitura não-progressiva das séries documentais: isso se torna possível a partir do momento em que não utilizamos os mesmos procedimentos epistemológicos em relação aos agentes estudados, facultando a elaboração de problemas extemporâneos a eles.

³⁸ MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa in Campo y campesinos. In *La España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano (Multimedia)*/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. (p.1787).

³⁹ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (p.24).

⁴⁰ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei X – Título primeiro, *Que los vizcaínos sean libres de comprar y vender y recibir mercaderías en su casa*). (p.21).

⁴¹ *Ibidem*. (Lei IV – Título Primeiro. Los Derechos y rentas que el Señor de Vizcaya tiene, y que los vizcaínos son libres de otros pedidos e imposiciones). (p.17).

⁴² *Ibidem*. (Lei V – Título Primeiro, *Cómo los vizcaínos siendo llamados por el Señor de Vizcaya han de ir servir, y en qué casos les han de dar sueldo*). (p.18).

Não reivindicamos, porém, deslegitimar a leitura ou o uso dos autores que eventualmente tenham trabalhado com o conceito de fidalguia universal, os quais apresentam interesses diversos e dos quais não se pode prescindir. Interessa-nos formular uma posição em prol de um campo problemático para essa dissertação, ou seja, constituindo um espaço de fala preciso, mas plenamente correlativo.

Ao nosso entender, a relação entre o historiador e suas fontes depende de suas concepções metodológicas (ou se quisermos ser menos formais, de sua atitude) desdobrados em efeitos narrativos produzidos por meio desse procedimento. Sendo assim, realizar-se-á uma exposição de como percebemos tal relação e de que maneira faremos proveito dela.

No conto *Pierre Menard, autor del Quijote*, José Luis Borges expõe, à sua maneira, um problema cuja validade podemos atribuir a um trabalho na área de Ciências Humanas: como se posicionar frente às culturas (e modos de pensar) que escapam da nossa própria cultura?

Nesse texto, o personagem Menard se propõe ao exercício paradoxal⁴³ de escrever o Quixote no início do século XX: essa escrita não seria uma cópia mecânica do “original”, mas, justamente, se passaria no desafio de redigi-lo extemporaneamente:

El texto de Cervantes y el de Menard son verbalmente idénticos, pero el segundo es casi infinitamente más rico. (Más ambiguo, dirán sus detractores; pero ambigüedad es una riqueza.)

Es una revelación cotejar el Don Quijote de Menard con el de Cervantes. Éste, por ejemplo, escribió (Don Quijote, primera parte, capítulo IX):

... la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo, y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.

Redactada en el siglo XVII, redactada por el ‘ingenio lego’ de Cervantes, esa enumeración es un mero elogio retórico de la historia. Menard, en cambio, escribe:

... la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo, y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.

La historia, madre de la verdad; la idea es asombrosa. Menard, contemporáneo, de William James, no define la historia como indagación de la realidad, sino como su origen. La verdad histórica, para él, no es lo que sucedió; es lo que juzgamos que sucedió. Las clausulas finales son descaradamente pragmáticas. También es vívido el contraste de los estilos. El estilo arcaizante de Menard – extranjero al fin – adolece de alguna afectación.

⁴³ Sobre as conexões entre pensamento e paradoxo, ver: DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (p.364).

*No así el del precursor, que maneja con desenfado el español corriente de su época.*⁴⁴

O que nos interessa aqui é o problema da diferença de potencial irreconciliável entre a cultura do personagem Menard e a de Cervantes. A empresa da escrita do Quixote, no século XX, coloca-se em relação a um campo cultural completamente outro em comparação com aquele da aurora do século XVII. Experimentar essa diferença de intensidade⁴⁵ entre o modo de pensar do historiador e de suas fontes, pode se tornar um procedimento de pesquisa, por meio de um encontro:

Um encontro, é talvez o mesmo que um devir ou núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou sujeito. Ele designa um efeito, um zigzague, algo que passa entre dois como sob uma diferença potencial: ‘efeito Compton’, ‘efeito Kelvin’. Dizíamos o mesmo a propósito dos devires: não é que um termo se torna o outro, mas cada um encontra o outro, um único devir que não é comum aos dois, já que eles não têm nada a ver um com o outro, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução a-paralela. É isso a dupla captura, a vespa E a orquídea: seque algo que esteja em um, ou alguma coisa que estaria no outro, ainda que houvesse uma troca, uma mistura, mas alguma coisa que está entre os dois, fora dos dois, e que corre em outra direção.⁴⁶

As considerações de Eduardo Viveiros de Castro acerca da pesquisa em Antropologia, no seu caso, nos ajudam a perceber a operação epistemológica implicada nesse procedimento, permeada pelo encontro e experimentação com a cultura estudada, nessa intensidade:

(...) suspeita que os problemas eles mesmos são radicalmente diversos; sobretudo, (...) parte do princípio de que o antropólogo não sabe de antemão quais são eles. O que a antropologia, nesse caso, põe em relação são problemas diferentes, não um problema único (‘natural’) e suas diferentes soluções (‘culturais’). A ‘arte da antropologia’ (Gell, 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, (...).⁴⁷

Dentro do campo mais propriamente historiográfico, essa relação diferencial da constituição dos problemas não se dá de maneira distinta. Os modos de abordagem de Foucault atestam a viabilidade desse procedimento (e desse modo de problematização),

⁴⁴ BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote In *Ficciones*. 8ªed. Buenos Aires: Debolsillo, 2015. (pp.50 & 51).

⁴⁵ DELEUZE, Gilles. *Op. cit.* (P.368).

⁴⁶ DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998. (pp. 15 & 16).

⁴⁷ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O Nativo Relativo”, *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. (p.117).

mesmo em relação a documentos ocidentais textuais (ou não): “*Je dirais que je fais de l’histoire des problématisation, c’est-à-dire l’histoire de la manière dont les choses font problème*”.⁴⁸

Tal modo de ver a história (e sua atitude frente ao “passado”) refere-se no caso de Foucault e de outros autores “pós-estruturalistas” à valorização da constituição procedimental e epistêmica formulada por Nietzsche. Esse modo tem como objetivo combater toda visão supra-histórica e imobilista (*historicismo*), promotora de uma leitura especular frente a contextos culturais cujos problemas lhe são estranhos:

(...) o que Nietzsche não parou de criticar desde a segunda das Considerações Extemporâneas é esta forma histórica que reintroduz (...) o ponto de vista supra-histórico: uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecemos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma de reconciliação (...). Essa história (...) constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segunda uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supõe uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma.⁴⁹

Foucault levou a cabo essa suspeição radical do historicismo por meio de procedimentos que nos interessam diretamente. Em uma de suas principais obras, *Arqueologia do saber* [1969] demonstrou os caminhos de uma abordagem histórica que leve em conta a recusa de métodos colonizadores frente às culturas estudadas, ou seja, que as enquadrem em relações teórico-estruturais apriorísticas, impedindo de antemão o encontro a que nos referimos:

(...) não desenvolvo aqui uma teoria, no sentido vigoroso do termo; a dedução a partir de um certo número de axiomas, de um modelo abstrato, aplicável a um número definido de descrições empíricas (...) mas tento mostrar como se pode organizar, (...), um domínio em que estão em questão os enunciados^{50 51},

⁴⁸ FOUCAULT, Michel In CALDERON. Philippe & EWALD, François. *Foucault par lui-même* (Doc.). França: BFC Productions & Arte France, 2003.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a História In *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 2011. (p.26).

⁵⁰ “Uma série de signos se tornará um enunciado com a condição de que tenha com ‘outra coisa’ (...) uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos”. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 8ªed. (p.107). “(...) não há enunciado em geral, (...), há sempre enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; ele se integra em um jogo enunciativo (...)”. *Ibidem*. (p.120).

⁵¹ Foucault nos dá um exemplo prático que distingue o que chama de enunciado de um mero amontoado de signos, deixando claro que sua análise não é de caráter linguístico: “(...) o teclado de uma máquina de escrever não é um enunciado; mas a mesma série de letras A,Z,E,R,T - , enumerada em um manual de datilografia, é o enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas.” *Ibidem*. (p.104). O enunciado depende de um suporte para sua transmissão, ou seja, de vestígios documentais arquivísticos e do estabelecimento de relações com outros enunciados documentados.

seu princípio de agrupamento, as grandes unidades históricas que eles podem constituir e os métodos que permitem descrevê-los.⁵²

Tais considerações nos permitem apostar em um outro procedimento em relação àqueles tramados em prol da noção de *fidalgua universal*. Não procuramos entender a emergência da nobilitação como resultado de um processo evolutivo das instituições locais que culminaria na concessão daqueles privilégios, mas acompanhar - e descrever - um jogo de forças discursivo, no qual não há um resultado “final” já anunciado (procedimento exercitado em grande medida por Foucault: a “loucura” nem sempre foi uma doença mental, o “hospital” já não foi um lugar da terapêutica médica, por exemplo). Tampouco, quisemos comprovar a consolidação petrificada de um estatuto, esforçando-nos para seguir (dentro do recorte, fontes e das problematizações estabelecidas) os agenciamentos⁵³ que possibilitaram sua existência enquanto efeito sociocultural de seu uso.

Ao estudar as dimensões discursivas (perpassadas por linhas de força constituindo relações de poder) em torno do funcionamento de um sistema estamental ibérico, empenhamo-nos em descrever os movimentos dessa sociedade ao redor de um padrão⁵⁴ nobiliárquico relacionado ao *ser nobre*. A concepção que nos move na análise da constituição da camada aristocrática e suas práticas sociais, relaciona-se com a exclusão de qualquer elemento pré-discursivo⁵⁵, ou seja, entendemos o *ser nobre* desde o ponto de vista do *tornar-se nobre*, compreendendo essa ação como puro processo: “(...) não existe ‘ser’ por detrás do fazer, do atuar, do devir; o ‘agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo”.⁵⁶ Com isso, não se quer dizer que o “sujeito” não seja real, mas que os sujeitos se produzem (e é isso que nos interessa): são efeitos de ações

⁵² *Ibidem*. (pp.139 & 140).

⁵³ Agenciamentos são formas de arregimentação do discurso, procedimentos que operam na criação de modos de enunciação: “A unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento. É sempre um agenciamento que produz os enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, tampouco não se referem a sujeitos como sujeitos de enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos”. DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Op. cit.* (p.65).

⁵⁴ Ver DELEUZE, Gilles. G de Gauche In *O abecedário de Gilles Deleuze* [vídeo/entrevista a Claire Parnet]. Produção de Éditions Montparnasse, realização de Pierre-André Boutang, 1988.

⁵⁵ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.25).

⁵⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.36).

e práticas, portanto, não são essências pré-inseridas em uma sociedade, até porque as sociedades também são produções.

Além de Foucault, Judith Butler, uma das maiores filósofas da atualidade, leva a cabo de maneira criativa e eficaz a proposta nietzschiana de pensar o sujeito de maneira não-substancial, ou seja, analisando as (des)continuidades que atravessam as constituições identitárias, emergindo daí a noção de *performance*⁵⁷, atravessada pela ideia de que não existe “ser” por detrás do fazer. A filósofa propõe-se a realizar uma genealogia da ontologia⁵⁸ de gênero, ou seja, pensar como as relações promovidas entre *sexo*, *gênero* e *desejo* formam um ordenamento instituído em meio a práticas e jogos de poder, atendendo a determinados interesses políticos, produtores de uma imagem identitária estável cujos efeitos são prementes:

Como genealogia da ontologia de gênero, a presente a investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária [masculino/feminino], (...). Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce mulher e sim *torna-se mulher* decorre que *mulher* é um processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. (...). Para Beauvoir nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção. (...). A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, (...).⁵⁹

O procedimento genealógico proposto por Nietzsche, transformado e executado em um quadro textual acadêmico por Foucault e Butler⁶⁰ nos parece bastante inspirador

⁵⁷ BUTLER, Judith. *Op. cit. (passim)*.

⁵⁸ Ontologia se refere ao termo filosófico relacionado à de identidade do “ser” com aquilo que ele “é”. Tal procedimento, evidentemente, também possui uma história – a modernidade cristã ocidental investiu em práticas sociais normatizadoras, como, por exemplo, as ordenações jurídicas, as quais jogam com caracteres ontológicos atribuídos a sujeitos. Há um desdobramento evidente deste modo de pensar no campo filosófico, o qual segundo a crítica nietzschiana, desconfiaria pouco de seus próprios pressupostos. Butler formula um procedimento genealógico que se propõe a pensar de outro modo, problematizando a construção de ontologias, sem endossá-las enquanto ‘metafísica substancial’: “Num comentário sobre Nietzsche, Michael Haar argumenta que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘Ser’ e da ‘Substância’ que são promovidas pela crença gramatical de sujeito e predicado reflete a realidade ontológica anterior, de substância e atributo. Esses constructos, argumenta Haar, constituem os meios artificiais pelos quais a simplicidade e a identidade são eficazmente instituídas.” BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.49).

⁵⁹ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.69).

⁶⁰ O procedimento proposto por Nietzsche e desdobrado por Foucault e Butler pode ser referido como: “A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a História In *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 2011 (p.35). Interessante notar, apesar da coincidência nominal,

por não admitir fixidez substantiva nos agentes históricos, formulando uma analítica operativa nessa direção. Nesse sentido, propõem-se a analisar como as sociedades (especialmente as sociedades cujas referências se assentam em modos de pensar oriundos da modernidade europeia) valoram suas práticas em torno da noção de verdade:

(...) a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; (...) ⁶¹

Ao estudar nosso problema central (como se produziu a *fidalgua coletiva*?), nos deparamos com a interessante tarefa de recolher os agenciamentos discursivos dos biscainhos em relação a Coroa (e da Coroa em relação aos biscainhos) em favor da constituição dessa nobreza territorial. É claro que esses discursos circulam e se produzem em um campo problemático constituído em suas próprias noções de verdade, em um espaço não-neutro (de inclusões e exclusões), atravessado por estratégias e táticas que mobilizam argumentos precisos com vistas à legitimação social. Após o advento dessa fidalguia (e de seus fidalgos), passa a circular como efeito e prática, estabelecida como um atributo relativo a uma população (a qual também é performada por esse atributo). Descreveremos essa circulação em algumas séries documentais, entendendo que mesmo oficializada, tal fidalguia ainda teve de ser defendida e reforçada por aqueles que gozavam exercitá-la em meio a outras nobrezas ibéricas.

O primeiro capítulo intitulado *Sobre a emergência de uma fidalguia coletiva em Biscaia* decorre de nosso problema central: como se produziu essa fidalguia? Para tanto, separamos alguns eixos de análise acerca da sociedade biscainha no século XV, onde a assimetria social era regulamentada por lei. Nesse quadro, atentamos para as linhas de ação entre nobres e não-nobres; procurando entender como a população privilegiada agia. Os nobres de então, recorriam à formação de alianças em torno de facções (lideradas pelos chamados *parentes mayores*), conhecidas como bandos, os quais disputavam por influência política, levando a violentos conflitos. Nesse contexto, os fidalgos, mesmo

que a genealogia nietzschiana tem objetivos completamente distintos em relação às *genealogias* familiares produzidas no contexto ibérico que estudamos.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011. (p.12).

agindo à revelia da lei (a qual proibia muitas das relações interestamentais), empenhavam-se em cooptar os lavradores em prol de suas linhagens com o fim de obterem meios de enriquecimento e formação de milícias, por exemplo. Aqueles bandos formavam polos de força intensos nessa territorialidade, sendo assim, os Senhores de Biscaia (que a partir de finais do século XIV confundem-se com o Rei de Castela) tomaram medidas para desmobilizá-los.

Essas ações se tornam enfáticas com os Reis Católicos que promovem uma verdadeira *guerra jurídica* contra essa aristocracia local. Tal procedimento teve como efeito, não sua extinção, mas, seu enfraquecimento e sua assimilação em favor do projeto de instituição de uma monarquia católica.⁶² Nesse momento, precisamente, o cristianismo surge como uma força aglutinadora de territórios, em uma tentativa de constituição de uma sociedade de religião única⁶³. Em meio a essa trama, emerge a fidalguia coletiva. Veremos, então, quais as estratégias utilizadas por Biscaia na produção dessa comunidade política de cariz monárquico e católico.

No capítulo 2, estudamos o processo histórico cujas bases explicitamos no primeiro capítulo em conexão com os modos de uso, circulação de terras e de bens. Após introduzirmos alguns apontamentos metodológicos relevantes, procuramos compreender como o Senhor de Biscaia estendeu a hereditariedade da terra aos lavradores ao longo do século XIV. Procedimento reforçado pelo Foro Velho em prol de um mecanismo de governo que visava, mais uma vez, enfraquecer os nobres *banderizos*: afastando-os de sua influência sobre os vizinhos do Senhorio. Por outro lado, exploramos como especialmente nas vilas, os nobres (mesmo antes da fidalguia coletiva) usaram o mecanismo do *mayorazgo* como prática de legitimação, qual o fizeram as camadas aristocráticas em Castela.

Além disso, objetivamos compreender os múltiplos usos da terra e da hereditariedade de bens (em grande medida regulamentado pelos Foros), apontando para uma realidade complexa de seus sistemas econômicos. Muitas vezes, tais sistemas eram capitaneados pelas famílias que gozavam de distinção social no contexto anterior ao Foro Novo, as quais impulsionavam determinadas atividades econômicas com finalidade mercantil, como veremos. Por fim, reforçamos o caráter linhagístico da circulação de bens

⁶² ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. “Los Parientes Mayores”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*. Nº 3, 2006.

⁶³ REGUERA, Iñaki. “La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 2, 2005.

(e suas consequências), bastante diferente de um modelo burguês de propriedade individual da terra.

Já no último capítulo, tomamos *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605) como um eixo textual que nos permite discutir muitas questões acerca do campo problemático relacionado à nobreza ibérica em inícios do século XVII. Nossa proposta não se centra em uma exegese desse texto (que se tornou um cânone), mas no exercício de confrontá-lo com os problemas dos capítulos anteriores, ou em direção a outras questões que nos permitam conectar novas relações à dissertação.

Pela mais conhecida obra de Cervantes, passam nobres do primeiro escalão, fidalgos, lavradores, taverneiros, galeotes, por exemplo. Isso a torna um espaço privilegiado para o estudo das hierarquias sociais em seu contexto. Desse modo, através de certas passagens catalisadoras, observamos polêmicas que extravasam o próprio livro, como a relação entre virtude e nobreza (seriam as virtudes atributos inatos daqueles que descendem das linhagens aristocráticas?).

Como não podia deixar de ser, finalizamos o capítulo com a análise do momento no qual cavaleiro da triste figura encontra com alguns biscainhos. Tal episódio é relevante não apenas por sua referência direta à fidalguia coletiva, mas pelo modo arguto de sua arquitetura textual, carregada de um fino senso de humor. A passagem é a base para desdobramentos importantes de nossos problemas, fechando os capítulos desse estudo.

A partir de nossa análise, surge a questão de como o Senhorio de Biscaia inseriu-se em blocos de poder e em comunidades políticas mais amplas, para além de seus próprios limites territoriais (os quais também não são uma realidade imóvel, mas historicamente ordenada); primeiramente, em relação à Coroa de Castela e, posteriormente, no conjunto monárquico pós-Reis Católicos. Tal questão nos leva à análise do desenvolvimento de posições historiográficas sobre as coordenações territoriais tramadas, especialmente, a partir do século XV nesse contexto.

A historiografia que forma um corpus “clássico” acerca do tema foi constituída, grosso modo, a partir de três autores fundamentais: José Antonio Maravall (1911-1986), Jaume Vicens Vives (1910-1960) e John Huxtable Elliott (1930-). Os dois primeiros historiadores concentram sua produção entre finais da década de 1940 até 1960, no caso de Vives, e 1980, no caso de Maravall. Como são contemporâneos, estabelecem debates

abertos em seus escritos. Elliott, cuja produção é um pouco mais tardia, também se relaciona àqueles, mas de maneira um pouco menos direta.

Cada um desses autores notabilizou-se pela maquinação de operadores conceituais, já após a crítica da noção “vulgar” de absolutismo monárquico: Maravall, insiste em defender, à sua maneira, o conceito de *monarquia absolutista* (ou ainda Estado absolutista); Vives engendra o conceito de *sistema polissinódico* e Elliott de *monarquia compósita*. Nossa intenção não é reduzir suas obras a esses termos, mas, dentro de nossos limites, procurar entender a arquitetura textual que leva ao seu desenvolvimento (constituindo um campo problemático), resultando, de qualquer modo, muito difícil sistematizar seu pensamento: há nuances variadas e requintadas em suas argumentações. Após percorrermos esse caminho, apresentar-se-á alguns deslocamentos a esse corpus clássico a partir da década de 1970.

O primeiro ponto a destacar é o papel conceitual atribuído por essa historiografia àquilo que convencionamos chamar de *Estado* na formação das monarquias europeias e, fundamentalmente, da “monarquia hispânica”. Aquela noção não deve ser tomada como óbvia e, como qualquer agenciamento discursivo, possui uma história.

A partir do final do século XVIII e, especialmente, ao longo do XIX há um movimento que insiste em subordinar a (H)história (*rerum gestarum e res gestas*) à noção de Estado e, mais ainda, de um Estado-Nação, ou seja, de um território com leis escritas, assentadas sobre a história de um povo, resultante da centralização e racionalização do poder político sob influência direta de um republicanismo (pós-)iluminista.

A tradição germânica nos fornece, por um lado, um belo exemplo dessa constituição discursiva sob a qual se assentaram muitos debates no campo das chamadas Ciências Humanas. Talvez, o maior exemplo disso sejam os textos de Hegel (1770-1831):

[O temo] História reúne, na nossa língua, os lados objetivos e subjetivos e significa tanto a *rerum gestarum* como as próprias *res gestas*, tanto a genuína e diversa narração histórica como o próprio acontecido, os feitos e acontecimentos. Devemos considerar esta união dos dois significados como algo mais do que uma casualidade externa: importa sustentar que a narração histórica aparece ao mesmo tempo com os feitos e acontecimentos propriamente históricos; o que os faz conjuntamente brotar é o fundamento intrínseco comum. (...). O Estado é que, pela primeira vez, fornece um conteúdo que não só é apropriado à prosa da história, mas a engendra. Em vez de ordens puramente subjetivas do chefe, suficientes para a necessidade do instante, uma coletividade, que se consolida e se eleva à altura de um Estado exige preceitos, leis, determinações gerais e universalmente válidas, e suscita

deste modo, não só o relato, mas o interesse em fatos e acontecimentos inteligíveis, determinados em si e perduráveis nos seus resultados (...).⁶⁴

Sendo assim, vemos a emergência do conceito de Estado como um fator primordial da própria história (cuja escrita lhe é intrínseca): a imposição de leis centralizadas e válidas aos cidadãos de uma nação é o fator último do processo histórico, portanto, estaria subordinado a esse *telos*.

O conceito de Estado não é contemporâneo à chamada Época Moderna, e a constituição semântica da noção de Estado Moderno, tampouco é contemporânea aos mecanismos de governo que regiam as monarquias europeias dos séculos XV, XVI e XVII:

Como bem observou Nicola Matteucci, em *Lo Stato Moderno*, foi somente no século XIX, por meio da cultura alemã, que o termo Estado adquiriu sua centralidade. Antes de Hegel, nas palavras de Matteucci, ‘quando se quer indicar o momento vertical do poder, fala-se de governo, de rei, de assembleia, sempre entendidos, porém como estruturas a serviço da comunidade, da república. Também, Hobbes, (...), não utiliza o termo State, preferindo o de Commonwealth’.⁶⁵

Um dos problemas advindos dessa constituição narrativa oitocentista é, portanto, a formação do Estado, diretamente atrelado à ideia de nação. Essa questão adquire um primeiro plano na historiografia até a primeira metade do século XX cuja dimensão insuspeita se relaciona a essa progressão centralizadora do “poder de Estado”:

(...) a questão da origem e desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental, foi tratada pela historiografia do século XIX, e da primeira metade do século XX, de tal maneira que acabou por se confundir, por um lado, com a questão da formação de um sentimento nacional e da nacionalidade e, por outro lado, simultaneamente, com a questão do próprio advento da modernidade, aparecendo o Estado como portador e realizador de ambas.⁶⁶

Nesse sentido, sobressaem-se diversos problemas, os quais influíram diretamente acerca da visão sobre as chamadas monarquias europeias modernas. Por um lado, a noção de *Antigo Regime* emergida no contexto revolucionário francês (e de sua formação autodeclarada nacional⁶⁷) pode resultar em uma visão estereotípica das constituições

⁶⁴ HEGEL, G.W.F. *A Razão na História: Introdução à Filosofia da história Universal*. Lisboa: Edições 70, 1995. (pp.138 & 139).

⁶⁵ FLORENZANO, Modesto. “Sobre as Origens e Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente”, *Lua Nova*, São Paulo, 71:11-39, 2007. (p.15).

⁶⁶ *Ibidem*. (pp. 15 & 16).

⁶⁷ Note-se que a proposta de formação de um Estado-nacional francês inaugura toda uma cultura política que reverbera em diversas áreas do saber europeu. Sobre a relação da Revolução com a noção de Estado, diz Koselleck: “*Even the State was swept into the grasp of ‘Revolution’, so it becomes quite understandable*

monárquicas, reforçando seu governo como absolutamente despótico, o que pode ser um entrave à sua compreensão, dada sua complexidade e mecanismos de poder específicos⁶⁸. Por outro, talvez a mais relevante questão nesse contexto seja a subordinação da história ao preceito de Estado-Nação, sendo “a etapa monárquica” um momento a ser cumprido, exercendo o papel de superação (ou relativização) do sistema feudal, caracterizando-se como uma evolução em direção ao liberalismo burguês pleno.

No campo historiográfico, publica-se em 1955 o importante artigo de Mousnier e Hartung (*Quelques problèmes sur la monarchie absolue*), o qual provocou importantes discussões em relação ao desenvolvimento do “Estado moderno” na Europa: qual os limites do poder do rei? Qual a posição das Coroas frente às disputas entre camadas sociais? Quais meios técnicos foram utilizados pelos governos?⁶⁹ Observa-se reverberações, em diferentes graus, desses debates em Maravall e Vives, por exemplo, os quais abordaram enfaticamente o jogo de forças entre a “centralização” do poder e as barreiras políticas ao alcance do governo do príncipe.

Esse breve preâmbulo ao debate propriamente dito, buscou assinalar o papel fundamental que o conceito de Estado (moderno) possui na historiografia relativa à Monarquia Católica, como veremos. Tal conceito-chave cumpre um papel distinto para a arquitetura textual de cada um dos historiadores, assim, o melhor é ir diretamente para sua argumentação, o que nos proporcionará uma visão mais bem-acabada de suas posições.

Dito isso, apresentaremos as concepções de José Antonio Maravall sobre o sistema de governo que se desenvolveu a partir do século XV, por meio da composição da *monarquia absolutista* hispânica. As prerrogativas de criação de um Estado moderno, em oposição ao arcaísmo medieval (em concordância com F.Schneider), teriam base em: “*El ejército permanente, la administración centralizada y tecnificada, la reforma de la legislación y de la jurisprudencia, la política económica precapitalista.*”⁷⁰ A expressão

that the neologism contrerévolutionnaire was translated into german around 1800 as Staatsfeind, enemy of the state”. KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: on semantics of historical time*. New York: Columbia university press, 2004. (p. 51).

⁶⁸ Obviamente, não se trata de defender “moralmente” a constituição monárquica, mas assinalar procedimentos e formulações históricas que permitam a compreensão de seus mecanismos de governo em um momento histórico situado.

⁶⁹ FLORENZANO, Modesto. *Op. cit.* (p.19).

⁷⁰ MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1.Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986. (p.249).

monárquica desse sentido de modernização é o Estado absolutista, no qual o rei (e a estrutura real) inserem-se como peça fundamental na construção de sua soberania cujo efeito direto é um processo de centralização. As monarquias francesa, espanhola e inglesa partilhariam desse movimento de ordenamento territorial mediados pela constituição das soberanias monárquicas.⁷¹ O Absolutismo se definiria por quatro eixos principais: “a) *la Monarquía es una institución de ordenación divina*; b) *El derecho hereditario es irrevocable*; c) *los reyes son responsables únicamente frente a Dios*; d) *la no resistencia y la obediencia indiscutida son de prescripción divina. (...)*”.⁷²

A constituição de um Estado-Nação no qual o rei é apresentado e legitimado como “senhor dos senhores” se daria em Castela desde o século XV com Juan II. Para fortalecer a ideia de soberania, somar-se-iam outros conceitos, enunciados e técnicas que procuram legitimá-lo; em grande medida ligados ao trabalho de juristas e letrados (principais fontes estudadas por Maravall). O monarca passaria a ser legitimado como “imperador nas terras em que legisla”, além disso, sua posição seria justificada pela teoria de direito divino:

*En la mentalidad de la época, generalmente el soberano se concibe todavía como un emperador en su reino. Hay que aproximarle, pues, a la concepción imperial. Desde mediados del siglo XV se encuentra entre nosotros reconocida la tesis del origen divino del poder real (...).*⁷³

Portanto, essa concepção de poder jurídica, baseada na figura absoluta do monarca e seu direito divinizado em exercer soberania, ganharia força na Espanha desde então, sendo essas relações potencializadas pelos os Reis Católicos. A soberania dos monarcas seguiria uma tendência de ampliação ao longo do mandato dos Habsburgos (note-se o uso do termo *Estado espanhol* no trecho a seguir, enfatizando a formação de um Estado-nação):

*(...) se impone en España y preparada ya en la misma época de los Reyes Católicos, (...), y convertida en práctica normal de gobierno con los reyes de la Casa Austria, informa el desarrollo de la concepción de poder absoluto en el Estado español de los siglos XVI y XVII.*⁷⁴

⁷¹ *La soberanía no supone que el que la posee es el mayor de los señores, su cúspide jerárquica, sino define que esa ‘mayoría’ en relación con la ley y con el mando. Por tanto, quiere decirse que está sobre cualquiera otra instancia jurídica, que se coloca sobre el derecho y que no hay postedad que legalmente pueda oponérsele con la ley.” Ibidem. (p.258).*

⁷² *Ibidem. (p.266).*

⁷³ *Ibidem. (p.260)*

⁷⁴ *Ibidem. (p.266).*

Se de início havia uma maior dependência para com as camadas estamentais, há um movimento de decréscimo de poder por parte delas (apesar de não ser possível falar em ausência de influência) e “verticalização” da autoridade. Um exemplo histórico disto seria a rarefação da convocação das Cortes de Castela a partir de 1538.⁷⁵ Dessa maneira, Maravall mobiliza o conceito de *monarquia absolutista* cujo sustentáculo seria um sistema social no qual o rei é soberano em seu território, portanto, é a instância máxima dos poderes legais constituídos: nenhuma camada social (nem mesmo a nobreza) lhe imporá limites concretos de atuação do ponto de vista legal.

Por outro lado, Maravall defende que o referido processo de modernização do Estado, e dessa sociedade, teve como contrapartida um relativo desenvolvimento de classes burguesas (contra a aristocracia), as quais ajudaram ao príncipe a manter sua soberania desde a baixa Idade Média:

*Esta idea de la incontestable superioridad real se desarrolla, en su fase inicial dentro de la presencia del feudalismo, desde el momento en que los juristas comentan el derecho feudal, con un espíritu nuevo que la primera cultura burguesa de las ciudades ha suscitados en ellos.*⁷⁶

No Estado absolutista engendrar-se-ia a divisão entre direito público e direito privado (advinda do direito romano), ou seja, apenas as instâncias legais privadas, associadas à “propriedade” imóvel (terras) e móvel (principalmente dinheiro) seriam um entrave consentido pela monarquia aos seus poderes, desdobrados em uma nova mentalidade burguesa⁷⁷:

A baixa Idade Média, coincidindo com esses primeiros vislumbres de uma política do tipo estadual que já temos vindo a descobrir, constrói toda uma tese de isenção da propriedade relativamente ao poder, o qual não poderá entrar na ordem da propriedade senão para proteger. Com isto, produz-se também uma precoce jurisdicionalização da esfera de relações da propriedade privada, como garantia (...).⁷⁸

⁷⁵ “(...) En España desde 1538, las Cortes fueran desmanteladas, al suprimirse la presencia en ellas de los estamentos privilegiados, sin que estos pasaran a constituir una Cámara o cuerpo aparte (...).” *Ibidem.* (p. 301).

⁷⁶ *Ibidem.* (p.251).

⁷⁷ Sobre isto, diz: “O que acabamos de dizer confirma o caráter classista, na sua raiz, do Estado moderno como criação da burguesia (em sentido muito amplo da palavra), que inclui grupos sociologicamente e economicamente aparentados e, por conseguinte, com fatores comuns em sua mentalidade” MARAVALL, José Antonio. A função do direito privado e da propriedade como limite do poder do Estado (Em Estado moderno y mentalidade social, Madrid 1972, I, 345-356) In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], 1984. (p.235).

⁷⁸ *Ibidem.* (p.237).

Voltaremos a essas questões ao discutirmos o campo problemático que diz respeito à noção de “Estado absolutista”, relacionado com uma trama conceitual que também comporta a questão do poder monárquico (em suas relações com as camadas estamentais), em meio ao processo de “modernização do Estado”.

Desta maneira, passemos às considerações do historiador catalão Jaume Vicens Vives (1910-1960) acerca das questões levantadas em torno do conceito de absolutismo monárquico, para em seguida remetermos, diretamente, ao debate que estabelece com Maravall.

Vives também dialoga com a questão da concentração de poder, considerando outros fatores determinantes como problema de pesquisa: a modernização do Estado em um contexto europeu altamente bélico é colocada em primeiro plano, bem como a formação de uma burocracia, utilizada para dar conta de um império mediterrâneo e atlântico (no caso da Espanha). O referido contexto europeu de guerras constantes (nos séculos XV, XVI e XVII) obrigou os Estados a saírem cada vez mais de um “invólucro feudal” para centralizarem uma administração (cujo exército é uma das principais figuras) que possibilitasse a defesa das fronteiras, ainda litigiosas, no espaço de poder europeu:

(...) a transição para a monarquia administrativa do tipo moderno se inicia no ocidente europeu com as grandes operações navais empreendidas por Carlos V contra os turcos em 1535. (...) o desenvolvimento dos corpos administrativos da monarquia nos países ribeirinhos do mediterrâneo por volta dos meados do século XVI coincide com o momento culminante da ofensiva otomana.⁷⁹

Nesse processo de formação de um Estado moderno, no qual há um esforço de centralização administrativa, não há, por outro lado, a formação efetiva de uma única nação, ou seja, de um Estado-nação:

(...) A monarquia absoluta não encarna em nenhum lugar, salvo em França (e ainda este caso deveríamos fazer não poucas reservas geográficas e jurisdicionais), uma tradição nacional. Representa uma associação imposta pela força, livremente consentida ou saída de uma necessidade diplomática – de comunidades diferenciadas, muitas vezes absolutamente desiguais, e em relação às quais só um vasto processo de convivência forjará, no melhor dos casos, uma vocação comum; noutros casos, apenas uma concordância resignada e passiva, e em outros ainda, um antagonismo que só se resolve com a separação violenta. Tal é a realidade vivida nos séculos XVI e XVII.⁸⁰

⁷⁹ VICENS VIVES, Jaume. A estrutura administrativa e estadual nos séculos XVI e XVII (Extraído de XIe Congrès des Sciences Historiques, 1960. Rapports IV: Histoire Moderne, Stockholm, Almqvisq & Wiskell, 1960, pp.1-24) In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1960], 1984. (p.213).

⁸⁰ *Ibidem*. (p.208).

É necessário haver um grande empreendimento governativo por parte da coroa para manter os territórios dispersos e diferenciados sob coordenação de um soberano, já que sua associação não adviria de maneira natural, mas de um esforço coordenativo. Chegamos a um ponto inflexivo importante na análise de Vives: o casamento dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, focalizando a união das Coroas e as transformações na arquitetura das relações de poder desdobradas em um sistema de governo para a monarquia. Dito sistema permaneceria, via de regra, ao longo do reinado dos monarcas Habsburgos cujo elemento principal seriam seus conselhos governativos e, por isso, é denominado como *sistema polissinódico*.

Segundo o historiador, quem introduz esse sistema é nomeadamente o rei Fernando de Aragão. Tal modo de governo proveniente do medievo aragonês (contrário à tendência “unitarista” castelhana) consistiria em um princípio administrativo plural e poli-territorial, ou seja, uma forma que apostaria em mecanismos de relativa descentralização através de um pacto coordenativo entre as regiões (e suas elites estabelecidas). Como exemplo, seria possível evocar o respeito engendrado pelos monarcas de Aragão aos foros próprios das territorialidades que constituíam esse reino, como a Catalunha e a região de Valência. De acordo com Vives, essa forma de governo estendeu-se por todo império hispânico:

Este princípio que Fernando Católico incorporou na antiga tradição unitária castelhana, reflecte-se quer sobre o regime dos Conselhos⁸¹ estabelecidos por ele e por sua mulher para governo da monarquia espanhola (polissonodia pura), como sobre o sistema do governo para as recentes descobertas das Índias Ocidentais. O momento capital é o da criação do Conselho de Aragão (1494). (...). Quase ao mesmo tempo, e em virtude das capitulações de Santa Fé (1492), aceitava-se para a América o princípio da administração através do vice-rei e dos capitães-gerais, bem como dos tribunais de justiça e de governo (1511).⁸²

⁸¹ Esse sistema de conselho fundamentava-se em órgãos que trabalhavam junto à coroa para atender as necessidades jurídicas e legislativas das regiões. É possível citar o Conselho de Aragão, por exemplo, formado por nobres e letrados naturais deste reino, que trabalhavam junto ao rei para defender os privilégios jurídicos deste reino após sua incorporação à monarquia. Existiam outros conselhos mais ou menos autônomos que atuavam junto ao monarca como o Conselho das Índias, o qual tratava das problemáticas do império americano. É daí que surge o termo polissinódico, ou seja, um conjunto plural de sínodos, assembleias ou Conselhos.

⁸² VICENS VIVES, Jaume. A estrutura administrativa e estadual nos séculos XVI e XVII (Extraído de XIe Congrès des Sciences Historiques, 1960. Rapports IV: Histoire Moderne, Stockholm, Almqvisq & Wiskell, 1960, pp.1-24) In HESPAÑHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1960], 1984. (pp. 216 & 217).

Essa polissinodia carrega consigo uma carga arcaizante feudal, impedindo uma modernização efetiva do Estado hispânico⁸³, sendo a crise do século XVII com as forças centrípetas produzidas pelo Conde-Duque de Olivares (e sua malograda tentativa de modernização) um dos fatores que indicaria sua potência.⁸⁴

Maravall discorda diretamente da afirmação de Vives no que tange as origens dessa forma de governo baseada em um pacto entre as elites locais e um governo central, a qual também pode ser chamada de *pactismo*:

*El pacto o contracto estamental como pieza del absolutismo es cosa perfectamente conocida en la Historia de las ideas políticas y en pleno despotismo dieciochesco se encuentra (...). Pero ni es ajeno a la Monarquía absoluta, de manera que donde aquél se encuentre no se dé ésta, ni muchísimo menos puede ser la base para caracterizar una historia constitucional catalana, a diferencia de otras, entre ellas la castellana. Algunos de los mismos textos que hablan en la época de Enrique IV o de los Reyes Católicos, del poderío real absoluto y aún su origen divino, afirman que hay un pacto entre rey y reino. Esto se ve también en la época de Carlos V y en pleno siglo XVII. Vicéns consideró el pactismo, doctrinalmente como base efectiva y definida con claros trazos, del origen constitucional de Cataluña, inasimilable en cuanto tal, como una Monarquía de tendencia absolutista.*⁸⁵

Assinala que a concepção pactista de governo não teria origem em Aragão (através do destaque do caso catalão dado por Vives), mas, seria um *modus operandi* próprio das monarquias absolutistas. Vicens, por sua vez, insiste que esse sistema constitui um limite do poder da autoridade real e funcionaria como um mecanismo feudal resistente à modernidade, já que a associação patrimonial entre reinos, senhorios e principados pós-Reis Católicos fora delineada por meio de acordos, articulando um respeito às instituições locais:

(...) o príncipe encontra-se obrigado, em seu papel político de monarca absoluto, a respeitar as condições jurídicas com base nas quais se estipulou a união ou associação dos seus estados patrimoniais. Daqui deriva a presença de uma série de fortes obstáculos ao exercício do seu poder e a necessidade de adaptação regionais para o exercício do comando. Adaptações nem sempre fáceis, que muitas vezes alteram e fazem cair o programa do absolutismo.⁸⁶

⁸³ O modelo de modernização evocado por Vives é o Estado francês: “(...) a evolução da estrutura administrativa em França foi menos ambiciosa e complexa, como menores foram suas preocupações territoriais, o que lhe permitiu conservar um precioso elemento de unidade de direção a que antes aludimos. Superada a crise das guerras de religião, na última onda de conflitos internacionais com que acaba o século XVI, a monarquia de Henrique IV tem nas suas mãos o poder – o qual lhe é reconhecido universalmente – (...)”. *Ibidem.* (p. 219).

⁸⁴ *Ibidem.* (p.220).

⁸⁵ MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1.Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986. (p.290).

⁸⁶ VICENS VIVES, Jaume. *Op. cit.* (p.208).

De outro modo, Maravall, como já assinalamos, enxerga a questão da propriedade privada burguesa como um dos únicos obstáculos aos foros de superioridade jurídica do rei, de modo que haveria uma efetividade nesse processo de modernização ibérica nos séculos XVI e XVII:

(...) ao falarmos do poder absoluto das Monarquias renascentistas, faz-se menção de franquias, privilégios ou seja, de direitos de caráter corporativo e de procedência tradicional. O que há de advertir – contra certa tendência idealizadora de tais limites – é que estes puderam ter alguma eficácia unicamente na medida em que não se colocava a questão da soberania. A partir deles, o impulso do individualismo crescente na época – (...) – faz-se com que se rompa a etapa corporativa do direito de propriedade, encaminhando-se para uma concepção burguesa e desvinculada.⁸⁷

Vives rechaça essa tese de transformação de mentalidade em direção a uma vinculação aburguesada. Tal classe não teria força, enquanto estrato social separado (e bem definido) no que se refere a sua participação no corpo burocrático estatal (lembrando o grande peso que Vives confere à burocracia na formação do Estado)⁸⁸. A burguesia teria sido absorvida pela nobreza (a qual detinha privilégios no que tange a herança da propriedade rural) e seguiu impondo valores feudalizantes:

Em primeiro lugar, será necessário definir de que tipo de burguesia urbana já muito avançada, cujo máximo incentivo consiste na fusão com os núcleos aristocráticos pelo sangue ou pelo patrimônio. Nesse caso, o sentido do privilégio e da preeminência – derivado de um mundo feudal – penetra no seio da administração, contribuindo para dar-lhes um aspecto feudal, de que já falamos. O mais provável é que a burguesia que detém esses cargos e se vincula a eles tenha sido precedentemente assimilada pela classe nobiliária, (...).⁸⁹

Maravall, como assinalamos, não vê o chamado *pactismo* como um entrave ao projeto absolutista (apesar de admitir fases distintas de desenvolvimento do Estado, o qual atinge seu maior potencial de tendência “absolutizante” na segunda metade do século XVI, denominado Estado Barroco). O rei não pode governar sem o apoio das elites sociais (sejam aristocráticas ou advindas da crescente burguesia), no entanto, sua soberania é

⁸⁷ MARAVALL, José Antonio. A função do direito privado e da propriedade como limite do poder do Estado (Em Estado moderno y mentalidade social, Madrid 1972, I, 345-356) In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], 1984. (p.247).

⁸⁸ “ (...) a burguesia, quanto a origem do pessoal burocrático não teve a força revolucionária que se lhe atribui”. VICENS VIVES, Jaume. *Op. cit.* (p.222)

⁸⁹ *Ibidem.* (p.222).

indiscutida: seria a esfera suprema de autoridade, constituindo um firme *pactum subiectionis*, ou seja, um pacto de sujeição.⁹⁰

Ao fim e ao cabo, as posições de Vives e Maravall não são completamente opostas. No entanto, há matizes importantes entre elas, o que leva a uma diferenciação relevante entre suas posições. O primeiro deles insiste em questionar de maneira mais enfática o conceito operativo de *monarquía absoluta* (do qual adviria, em grande medida, a ideia de nação), inserindo as condições díspares de associação patrimonial (como forças de resistência “medievalizante”) na formação da Coroa hispânica. De outro modo, Maravall procura enumerar as razões pelas quais aquele conceito não deve ser abandonado, apesar do sem número de ressalvas⁹¹, trabalhando em torno de uma suposta continuidade no projeto de reforço da autoridade real do século XV até o século XVIII em um contexto de plena modernização de um Estado espanhol.

Procurando estabelecer uma posição frente essas questões, mas criando uma distância estratégica em certos momentos, J.H. Elliott (1930-) constrói o conceito de monarquia compósita para explicar o funcionamento da governamentalidade⁹² ibérica:

*La España forjada por los Reyes Católicos y transmitida por ellos a sus sucesores Habsburgo era lo que (...) he denominado 'monarquía compuesta'. (...) La España de la casa de Austria puede ser descrita como una estructura descentralizada, formada por un conjunto de jurisdicciones y comunidades bien diferenciadas (Castilla y León, las provincias vascas, la Corona de Aragón, el reino de Navarra y de 1580 a 1640 Portugal (...). Existía una lealtad a la persona del monarca, el rey de todos que era a la vez el rey de cada uno, y existía una lealtad a la patria chica, de la que él era el soberano.*⁹³

⁹⁰ MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1. Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986. (p.291).

⁹¹ “(...), el rey que da y quita la ley, se encuentra sobre el procedimiento judicial por él establecido, de manera que puede hacer justicia atendiendo a su sola voluntad, al menos por vía de excepción, y ejercer libremente el derecho de gracia. Evidentemente, es éste un tipo de Monarquía que, a pesar del racionalismo de la época, en ninguna parte – ni en Francia de Luis XII y Luis XIV – se construye exactamente como un mecanismo, sino que responde, con mil supervivencias y contradicciones, a las circunstancias de cada momento y lugar. (...). Pero esa Monarquía tiende abierta y eficazmente, aunque en menor o mayor medida y nunca plenamente, a absolutizar el poder, y esto, más la consideración de que frecuentemente fuera llamada así – y así – se llamará normalmente su poder – nos hace referir, siguiendo el criterio de Mousnier, la fórmula ‘Monarquía Absoluta’”. *Ibidem*. (p.286).

⁹² Esse termo é utilizado por Foucault que o define da seguinte maneira: “ (...) se coloca (...), com intensidade particular no século XVI o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com qual método, etc. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011. (p.278).

⁹³ ELLIOTT, John. “Constitucionalismo antiguo y moderno y la continuidad de España”, *Cuadernos de Alzate*, nº33, 2005. (s/p).

A “Espanha” era, segundo Elliott, um conjunto compósito, o qual em princípio não entrava em conflito com a existência de um monarca soberano. O historiador lembra, por outro lado, que haviam discursos e práticas favoráveis à pluralidade dentro de uma coordenação monárquica. Esse agregado estaria auto justificado através da ideia da unidade católica, marcado por um forte imaginário pós-reconquista. Sublinhem-se as subunidades que o historiador separa como entidades territoriais (províncias bascas⁹⁴, Aragão, etc.), nota-se que são constituídas pelas localidades que possuíam estatutos jurídicos e instituições políticas fortemente locais em nível territorial (lembrando que a dispersão de esferas jurídicas pode ser observada em muitos planos, o mais forte de todos, em relação à Península eram as municipalidades).

Segundo o historiador inglês, baseado nas concepções do jurista *Juán de Solórzano* (1575-1655), havia duas maneiras de integrar territórios aos patrimônios dinásticos das famílias reais na Europa moderna. A primeira delas consistia em uma união denominada “acessória”, na qual as regiões incorporadas passavam a ser integradas em estatutos impostos pelo governo central dinástico. Essa forma de união teria sido levada a cabo pela Monarquia Católica em relação às Índias, seu território ultramar, por exemplo. A segunda forma de integração é conhecida como *aeque principaliter*:

(...) bajo la cual os reinos constituyentes continuaban después de su unión siendo tratados como entidades distintas, de modo que conservaban sus propias leyes, fueros y privilegios. ‘Los reinos se han de regir, y gobernar –escribe Solórzano –, como si el rey que los tiene juntos, lo fuera solamente de cada uno de ellos’. La mayoría de los reinos y provincias de la monarquía hispánica (...) encajaba más o menos dentro de esta (...) categoría⁹⁵.

Com a formação de blocos territoriais mais amplos em relação a outrora, os monarcas pós-Reis Católicos tiveram de se haver como um problema prático de governança, desdobrado na impossibilidade da presença perene do rei em seus territórios associados (absenteísmo real).⁹⁶ Os monarcas Habsburgos (até Felipe IV) mantiveram e

⁹⁴ Como sabemos, Biscaia se enquadra nessa subunidade denominada por Elliott de províncias bascas. Deve-se lembrar, que apesar das relações políticas, comerciais e sociais entre as regiões “bascas” da monarquia (ou seja, Biscaia, Álava e Guipúscoa), cada uma delas formava uma entidade jurídico-territorial separada. Nunca é demais lembrar, que no período em questão, não existia uma ideia de um País Basco, ou uma comunidade basca, tal qual conhecemos hoje.

⁹⁵ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (p.34).

⁹⁶ *Ibidem.* (p.37).

aprofundaram a forma compósita de governo, a qual procurava dar conta das novas realidades, produzindo uma eficiente maneira de coordenação ibérica. Segundo Elliott, possibilitava que as elites e regiões periféricas se mantivessem, de algum modo, vinculadas ao sistema:

Si consideramos el carácter general de la Europa moderna, con su profundo respeto por las estructuras corporativas y por los derechos, privilegios y costumbres tradicionales, la unión de provincias entre si aequae principaliter parece encajar bien con las necesidades de los tiempos. La misma falta de rigidez de la asociación era en cierto sentido su mayor fuerza. Permitía un alto grado de autogobierno local continuado en un periodo en que los monarcas no se hallaban en posición de someter reinos y provincias periféricos a un estricto control real. Al mismo tiempo, garantizaba a las élites provinciales el disfrute prolongado de sus privilegios existentes, combinando con los beneficios potenciales que se derivaran de su participación en una asociación más amplia.⁹⁷

Desta maneira, é possível perceber que Elliott mantém um diálogo tanto com as concepções de monarquia absolutista de Maravall, como as de sistema polissinódico de Vives. No entanto, o historiador inglês ignora ativamente as questões acerca da origem desse modo de governo (estabelecido nos séculos XVI e XVII), prefere trabalhá-lo já em ação dentro do recorte temporal estabelecido.

Também lembra da inflexão na forma de governo “compósita” com Felipe IV e Olivares. Salienta que em meio a uma crise econômica causada pelo endividamento do Estado, diminuição do afluxo de metais da América, crise na agricultura e constantes guerras (com Flandres e com a França de Richelieu, por exemplo); a Coroa desenvolveu um processo de centralização e pressão fiscal na Península com vistas a solucionar a crise - mesmo que para isso fosse necessário passar por cima dos privilégios das regiões aforadas. Enquanto Elliott salienta as resistências na Catalunha e em Portugal, as quais pressionam para retomarem seus privilégios⁹⁸, Maravall vê no governo de Felipe IV (e Olivares) o ápice do absolutismo monárquico, enquanto Vives considera esse empreendimento centralizador uma tentativa malsucedida de coordenação e modernização, ressaltando que os poderes locais (através de sua burocracia) protestaram

⁹⁷ *Ibidem.* (p.52).

⁹⁸ Elliott cita o bispo Palafox, que faz suas considerações sobre a mal sucedida tentativa de Olivares de restringir privilégios locais: “(...) – por citar *El razonamiento del obispo Palafox tras la catástrofe de los planes de Olivares para la unión de España* – en Valencia crecen naranjas y no castañas, mientras que en Vizcaya crecen castañas pero no naranjas, y así es como creó las tierras Dios” *Ibidem.* (p.54).

contra a Monarquia para que respeitasse seu ordenamento jurídico (em consonância com a tradição medieval).⁹⁹

Importante notar a dobra operada por Elliott frente ao conceito de Estado, trabalhado de maneira relativamente insuspeita por Maravall e Vives, os quais não haviam feito uma crítica aprofundada dos seus pressupostos (apesar do historiador catalão realizar, como Elliott, a importante diferenciação entre Estado e nação). De outro modo, o historiador inglês suspeita da narrativa implicada, no mais das vezes, por essa noção:

*Si la Europa del siglo XVI era una Europa de estados compuestos, en coexistencia con una miríada de unidades territoriales y jurisdiccionales más pequeñas que guardaban celosamente su status independiente, resulta necesario evaluar su historia desde este punto de vista más que desde la perspectiva de la agrupación de estados-nación unitarios que llegaría a ser más tarde. Es bastante fácil suponer que el estado compuesto de la edad moderna no fue más que una parada intermedia y obligada en el camino que llevaba a la estatalidad unitaria, pero no debería darse por sentado que a caballo entre ,los siglos XV y XVI éste era ya el destino final del trayecto.*¹⁰⁰

Desde esse ponto de vista, a organização das monarquias compósitas não estaria subordinada à teleologia do Estado moderno em sua narrativa de progressão de centralização e unidade acabada de leis e constituições, por exemplo. Essa abordagem possui efeitos historiográficos importantes tanto na obra de Elliott quanto em deslocamentos metodológicos operados após a década de 1970.

A partir da década de 1970, historiadores como Antônio Manuel Hespanha (1945-) esforçaram-se para deslocar os problemas levantados acerca da formação de um Estado moderno. Esse autor, estudando as monarquias ibéricas, insistiu na constituição destas enquanto monarquias corporativas, fundadas na tradição e no respeito aos particularismos. Esse modo de organização política possuiria o intuito de obrar o menos possível nos pleitos cotidianos, evitando a necessidade perene de tomada de decisões. Recentemente, defende que tal conduta de governo se estenderia às colônias luso-hispânicas.¹⁰¹

Hespanha aposta na ideia do direito como um dos veículos centrais das práticas sociais, entendendo “direito” não como um corpo de leis apartadas dessas sociedades que as dominaria abstratamente de cima para baixo (do Estado aos súditos, mais

⁹⁹ VICENS VIVES, Jaume. *Op. cit.* (p.220).

¹⁰⁰ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (p.33).

¹⁰¹ HESPANHA, Antônio Manuel. “Depois do Leviathan”, *Almanack Brasiliense*, nº5. Maio, 2007. (p.56).

precisamente), mas como um conjunto de preceitos herdados da tradição e dado a usos múltiplos (na conformação de redes de poder, inclusive). Há, portanto, um investimento na relevância da esfera local contra a ideia de um direito de Estado (problema que veremos desenvolvido mais adiante com Bartolomé Clavero):

(...) uma das características do direito comum era sua enorme flexibilidade, traduzida na facto de o direito local se impor ao direito geral e de, na prática, as particularidades de cada caso – e não as regras abstractas – decidirem da solução jurídica. (...). (...) esta mesma flexibilidade do direito, engendrava uma possibilidade infinita de recursos, bem como a possibilidade de paralisar um comando, uma ordem, uma norma oficial durante anos a fio, (...).¹⁰²

Hespanha recupera as contribuições de Jean-Frédéric Schaub (1963 -) acerca daquelas relações pactadas entre rei e as localidades na chamada monarquia corporativa (a qual teria sido, surpreendentemente em relação à historiografia de então, incorporada pelos Bourbons franceses a partir de suas constituições ibéricas):

(...) era [um modo de governo] suficientemente dúctil para admitir, tanto parcerias diversas no modelo da cabeça [coroa], como formas múltiplas de reconhecimento das particularidades políticas locais e, assim, aspirar a um governo ecumênico que só era possível na base desta flexibilidade das formas e modelos de domínio.¹⁰³

Bartolomé Clavero, por seu lado, insere-se com seus próprios meios na tendência “crítica” pós-década de 1970. Arregimenta sua argumentação, em grande medida, contra a obra de Maravall, colocando-se em relação aos textos *Teoría española del Estado en el siglo XVII* [1944] e especialmente *Estado Moderno y Mentalidad Social (siglo XV al XVII)* [1972], ao qual nos referimos diretamente. Para Clavero, a obra de Maravall claudica ao rebater certos conceitos de Estado posteriores ao século XVIII, insistindo, pretensamente, em um direito estatal espanhol como norma operativa:

*Mas este estudio, que parecía anunciarse, realmente no se produce, de hecho, no podía producirse: entre los derechos catalán y aragonés, castellano, etc., más particulares, y el derecho ‘romano-canónico’ más general, tal derecho español sencillamente no existe o no presenta sustantividad apreciable en la época. De hecho, como en tantos otros casos, nos encontramos ante un resistente residuo de la composición anacrónicamente nacionalista (...).*¹⁰⁴

A metanarrativa mobilizada por Maravall acerca da constituição do Estado e seu esforço em provar que a tendência à absolutização do poder sobrepujara, em grande

¹⁰² *Ibidem.* (p.57).

¹⁰³ *Ibidem.* (p.60).

¹⁰⁴ CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de “Estado Moderno”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, Nº19, Enero-Febrero, 1981. (p.51).

medida, a primazia do direito local não passaria de um resíduo nacionalista espanhol, portanto. Sem desconsiderar a relevante crítica de Clavero, devemos levar em conta, do mesmo modo, que os deslocamentos problemáticos efetuados da década de 1970 em diante, já não partem exatamente das mesmas questões: “As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer”.¹⁰⁵ É justamente o advento de novas problematizações que resulta em diferentes modos do fazer historiográfico.

Cabe dizer que a suspeição em relação à forma do Estado não ocorreu exclusivamente no campo historiográfico *stricto sensu*, mas constituiu-se como movimento questionador do hegelianismo no campo pós-estruturalista. Não é à toa que em meados da década de 1970 emerge o importante texto do antropólogo Pierre Clastres *A Sociedade Contra o Estado* (cujos efeitos se sentirão enfaticamente a partir da década de 1980): crítica profunda ao etnocentrismo ocidental cuja expressão se dera, em grande medida, através da narrativa de uma necessidade do Estado para a emergência da civilização. Desde este ponto de vista etnocêntrico, as sociedades ditas primitivas foram valoradas a partir de uma perspectiva negativa, da falta (desdobradas em sua ausência de capacidade produtiva de excedentes comercializáveis): “Já se percebeu que, quase sempre, as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedades sem estado, sem escrita, sociedades sem história”.¹⁰⁶ Clastres propõe, por outro lado, pensar essas sociedades sem submetê-las a esse crivo, o qual as colocaria sempre como negativo, impossibilitando, desse modo, compreendê-las em sua especificidade. Sendo assim, abriu-se um campo para pensar a história da própria Europa sob um olhar que escape ao problema da centralidade do Estado-(nação) na relação entre as populações e os governos.

Dessa maneira, procuramos perscrutar os problemas (e seus deslocamentos) dentro do eixo historiográfico apresentando. Tais questões ajudaram a pensar algumas das linhas problemáticas que permeiam a dissertação. Por um lado, nosso intuito não é nos apropriarmos passivamente da historiografia, já que qualquer pesquisa toma rumos diferenciados (considerando as perguntas formuladas e séries documentais selecionadas). Por outro, é mister que a tomemos em seus pontos relevantes, considerado que uma

¹⁰⁵ DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Op. cit.* (p.9).

¹⁰⁶ CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado* In *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac-Naify, 2012. (p.202).

narrativa histórica acerca da constituição e funcionamento da Monarquia Católica hispânica não pode se abster desses debates.

1. Sobre a emergência de uma fidalguia coletiva em Biscaia

1.1 – Lavradores e Fidalgos – genealogia de uma relação movediça.

(...) *Que todos los naturales, vecinos y moradores de este dicho señorío de Vizcaya, (...), eran notorios Hijosdalgo y gozaban de todos los privilegios de hombres Hijosdalgos; (...) que cualquier hijo natural vizcaíno (...) moradores fuera de esta tierra de Vizcaya en cualesquier partes, lugares y provincias de los reinos de España (...) les fuesen guardados los privilegios, franquezas y libertades que a hombre Hijodalgo, según el Fuero de España, debían ser guardados (...).*¹

Introduzimos esta análise histórica anunciando um fragmento do Foro Novo²: conjunto de leis que estabeleceu os Privilégios, Liberdades e Franquezas aos vizinhos da região basca de Biscaia³ durante o mandato do primeiro rei da dinastia Habsburgo, Carlos V, monarca-imperador dos reinos de Castela e Aragão (além de uma extensa rede de possessões não Europa e América), reunidos nesse momento como uma monarquia católica. No excerto destacado, há enunciados que se relacionam com nosso problema de pesquisa e nos permitem pensar quais foram as condições de emergência⁴ de uma nobilitação coletiva estendida a toda uma população na aurora do século XVI no contexto ibérico.

Aquela legislação foi escrita em substituição a outra que após essa reformulação ficou conhecida, precisamente, como *Foro Velho* (1452)⁵. No preâmbulo desse novo foro,

¹ El Fuero, *Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiolea -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Lei XVI, Título Primeiro, Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidaguía y la probanza que para gozarla han de hacer*), (p.25).

² O documento em questão apresenta as seguintes edições: Edição impressa em *Burgos* [1528]; Edição de *Medina del Campo* [1575], Edição de *Bilbao* [1643], conhecida como *Huidobro*; Edição de *Bilbao* [1704] pelo impressor Antonio Zafra; Edição de *Bilbao* [1762] pelo Impressor *Egusquiza*; Edição de *Bilbao* [década de 1780] conhecida como versão de *Viúva de Egusquiza*; Edição de *Bilbao* [1865] pelo impressor Juan E. Delmas; Edição de *Bilbao* [1897] pela Edição da *Biblioteca Vascongada de Herrán*; Edição de *Bilbao* [1898] pela *Deputação de Biscaia* e, finalmente, a versão que utilizamos também impressa pela *Deputação* [1951] e reimpressa em 1977. Ver *Fuero, Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – (...)*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (pp.XCVII- CI).

³ O senhorio de Biscaia formou-se através de incorporações de territórios ao longo da Idade Média que se juntaram a Biscaia nuclear no século XIII, denominando-se *Encartaciones* e *Duranguésado*. Essa divisão manteve-se formalizada, tais regiões além de possuírem esferas jurídicas locais, tinham representação nos foros gerais de Guernica. Ver OSORO, Elena. *Formación territorial (s. VIII – XV)* In AGIRREAZKUENAGA, Joseba (dir.). *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995?

⁴ Ver FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁵ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. O Foro Velho foi escrito anteriormente ao advento da imprensa

lê-se: “*Que ellos habían pasado el Fuero Viejo lo mejor que les habían parecido y reformado, (...) asentado y escrito otras cosas que tenían de Fuero, y costumbre que no estaban primero escritos (...).*”⁶ Dessa maneira, aquele conjunto de leis foi transformado e elementos novos foram introduzidos⁷. Com a reforma do Foro, em diálogo com as práticas e discursos em circulação na aurora do século XVI ibérico, criam-se as condições para a existência plena de uma legislação local, exclusiva aos biscaínhos: “*(...) y manden que por las dichas Leyes de dicho Fuero, y no por otras se decidan y determinen todos los pleitos que por las dichas leyes se pudieran decidir, así en este Señorío de Vizcaya*

na Península Ibérica, de modo que seus originais eram manuscritos. Não se tem notícia da cópia primeva da legislação. Uma das primeiras transcrições que se conhece é do notário Juan Pérez de Fano (1480) que foi realizada a pedido de um dos vizinhos da vila de Baracaldo. Também não se sabe o paradeiro desta versão, mas muitas das subseqüentes foram feitas a partir dela. A mais famosa e utilizada (por sua clareza) pelas edições impresas é a do notário Joan Ruiz de Anguiz (1600). As edições publicadas que pudemos chegar a conhecer são: Edição de Labayru (1899); Edição de Astuy (1909) [baseada na cópia de 1600]; Edição do Instituto de Estudos Bascos da Universidade de Deusto (1991); Edição pela Eusko Ikaskuntza [1994]. Ver MONREAL ZIA, Gregorio. *The Old Law of Bizkaia (1452)*. Introductory and critical edition. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005. (Editions of the Old Law). As duas últimas versões são a supracitada organizada por Monreal e a mais recente: LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016.

⁶ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528] (*Autos de la Junta – Cómo los Diputados, habiendo reformado el Fuero, cometieron la ordenación de él*), (p.10).

⁷ Além das diferenças propriamente textuais (por meio de inclusões e exclusões enunciativas), talvez a grande inovação do Foro Novo seja seu caráter impresso por meio do qual foi possível sua ampla divulgação: “*Las instrucciones, discursos, representaciones u órdenes que Vizcaya precisaba para mantener su representación pública se beneficiaron del surgimiento del impresor del Señorío. Su taller alimentaría una política propagandística destinada a saciar su sed de poder (diputaciones, juntas y elites oligárquicas) y la de sus beneficiarios principales (naturales y emigrantes). Las ediciones del Fuero anteriores a la de Pedro de Huidobro (1643) surgieron de talleres castellanos. Financiar y negociar la impresión del Fuero contraía graves quebraderos de cabeza (entre 1562 y 1576 se imprimieron entre 5150 o 5650 ejemplares). Las reimpressiones respondían a fines utilitaristas y propagandísticos como los mil ejemplares de 1567 para abastecer las Chancillerías de Valladolid y de Granada. Ocasionalmente los destinatarios fueron las comunidades políticas del Señorío o los burócratas del Imperio. La financiación, el éxito de los comisionados y agentes de Madrid al obtener las licencias y los talleres fueron eslabones básicos de una cadena de medios y condiciones básicas para alimentar una naciente política de propaganda institucional del Señorío de Vizcaya.*” MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. *La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa* In *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano* (Multimedia)/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. (pp.1786 & 1787). O caráter impresso da escritura, segundo Fernando Bouza, incrementou a distribuição e circulação de textos na Idade Moderna, apesar de que não podemos tomá-la como a única (ou principal) forma de escritura: convive com manuscritos, cartas e imagens de caráter visual, por exemplo. Esse historiador trabalha, do mesmo modo, a noção de propaganda em conexão com os elementos de circulação textuais. Ver BOUZA, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.

como fuera de ella entre vizcaínos, (...).”⁸O que chama a atenção no Foro Velho, ao contrário do Foro Novo, é a distinção social explícita, assimétrica, entre um estamento que compreendia os *labradores*⁹ [lavradores] e outra camada que compreendia os *hidalgos* [fidalgos]. Naquela legislação de meados do século XV, está descrita uma prática que consistia na fuga desses lavradores de zonas taxadas por certos impostos para outras terras nas quais habitavam apenas nobres, isentos de determinadas cargas [*quitos*]:

Otrosí dijeron que por quanto el Señor Rey, ainsi como Señor de Vizcaya¹⁰, ha pedido, tasado é limitado en los labradores de Vizcaya, é los tales labradores con maldad por no pagar lo que les lanzan á cada uno en el pedido¹¹ del dicho señor de Vizcaya, é por non pagar tanto como les cabia de pagar estando é morando en los solares labradoriegos vanse á poblar é morar en los logares infanzonazgos,^{12 13} (...) si esto es mucho consentido donde los labradores han de pagar cien mil maravedis¹⁴ de moneda vieja al dicho Señor de Vizcaya de aquí á poco no le podrán pagar cosa ninguna que sea, é lo peor que el labrador

⁸ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528] (*Autos de la Junta – Cómo los Diputados, habiendo reformado el Fuero, cometieron la ordenación de él*). (p.7).

⁹ Os labradores eram pessoas que cultivavam os campos, sujeitos a determinados tributos, dos quais os fidalgos estavam isentos. Ver FERNADEZ DE PINEDO, Emiliano. “LUCHA de bandos; o conflicto social?” in *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975. (p.33).

¹⁰ Nesse momento, o rei de Castela é também o Senhor de Biscaia, coincidência que se dá definitivamente a partir de 1379: “(...) *En 1379, ocupaba el trono el infante Don Juan, incorporando definitivamente a la Corona el Señorío de Vizcaya.*” MONREAL CIA, Gregorio. *Las Instituciones Públicas del Señorío de Vizcaya (hasta el siglo XVIII)*. Bilbao: Imprenta provincial de Vizcaya, 1974? (p.49).

¹¹ “*Pedidos y servicios eran los pagos que debían hacer los súbditos a petición del soberano.* CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao, Editorial Vizcaína, 1975. (Nota 11, p.25).

¹² O termo *Infanzonazgo* faz referência às terras de *Infanzones*: “[*Infanzones*] Se dio en España este nombre durante la edad Media a los nobles de segunda categoría, que solo fundaban sus privilegios en la sangre y en su cualidad de combatientes a caballo (...).” BLEIBERG, Germán. (Dir.). *Diccionario de Historia de España*. Tomo II. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente, 1968. (pp. 474 & 475). .

¹³ Sobre o uso de dicionários históricos: Tivemos por bem utilizarmo-nos de Dicionários históricos para que pudéssemos precisar o uso de determinados termos e conceitos que operavam na sociedade estudada cuja discursividade e léxico são extremamente diferentes para um leitor contemporâneo. Com isso não pretendemos fornecer “definições”, espera-se que o leitor nos acompanhe em nossa empreitada de descrição do campo enunciativo da época. Por outro lado, deve-se considerar a natureza mesma desses dicionários que é situar tais termos em seu contexto. O primeiro Vocabulário de língua espanhola de Covarrubias data de 1611, o qual apesar de ser uma fonte importantíssima, mesmo para essa pesquisa, não será utilizado de maneira enfática nesse momento, pois está inserido em um campo discursivo diferenciado dem relação às redes enunciativas do século XV.

¹⁴ “(...) *se llama así a la moneda de oro acuñada por Alfonso VIII a partir de 1172 imitando a los dinares almoravides, de donde viene el nombre.* (...) *Traducir esta equivalencia a moneda real resulta extraordinariamente difícil por las fluctuaciones del numerario castellano: (...). Los Reyes Católicos, al reajustar los valores de las monedas, fijaron los siguientes para el maravedí: Dobla [Moeda de Ouro Castelhana], equivalente a 435 Maravedís; Florín [Moeda de Ouro referencial produzida em Florença], a 240; real de plata a 30, y blanca a un tercio de Maravedí.*” BLEIBERG, Germán. (dir.). *Op. cit.*

*non será conocido con el fijoalgo, después que viviere mucho tiempo en el solar infanzonazgo é quito.*¹⁵

Nessa mesma disposição, lê-se que as cargas de impostos recaem sobre os lavradores remanescentes nas terras taxadas, constituindo um grande dano não só aos fidalgos do condado e à monarquia, mas também, àqueles camponeses supracitados que têm de se responsabilizar pelos tributos sozinhos (no valor de cem mil *maravedís* pagos ao senhor de Biscaia). Ao final do excerto, está explícita a preocupação de que os lavradores não sejam confundidos com os fidalgos, confusão apontada como nefasta, ainda mais do que a fraude no pagamento de tributos.

A lei, desse modo, procura estabelecer uma ontologia, engendrando um efeito substantivo¹⁶ nos corpos (ou “é” lavrador pagador do pedido, ou “é” nobre isento). Essa divisão estamental atendia a interesses de determinadas camadas beneficiadas pela assimetria de estatuto, como veremos. Nesse documento, portanto, é descrita a prática de certos camponeses que se passam por nobres, confundindo a identidade estanque prescrita pela norma. A determinação jurídica das posições sociais e dos lugares de fala e ação enseja, por outro lado, movimentos estratégicos que escapam às suas próprias determinações. Tais movimentos são visados pela lei, a qual procura minar seus usos múltiplos, engendrando novamente representações dessas populações, objetivando lhes devolver uma identidade específica.

Ainda em relação à situação dos camponeses, verifica-se através de uma provisão do Conselho Real datada de 1480 (ratificada pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel), a mobilização de uma queixa de certos lavradores [*Buenos homes labradores*] contra outros lavradores, os quais se passavam por nobres (tal qual vimos na análise de outra fonte), fomentando prejuízos àqueles:

(...) Sepades que por parte de algunos buenos homes labradores de las dichas merindades¹⁷ é partidos nos fue hecha relación por su petición diciendo que por causa de los grandes fraudes é encubiertas que algunos de los labradores

¹⁵ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo CCVIII – Título de los que desamparan los solares labradoriegos é van á morar á los infanzonazgos. (p.192).

¹⁶ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.56).

¹⁷ “[Merindades] Se llamaron merindades en la Edad Media los distritos administrativos que estuvieron gobernados por merinos. Estas circunscripciones nacieron probablemente al alterarse y ampliarse las funciones de los merinos (...). La merindad fue, sobretudo, un distrito típico de Castilla (...)”. BLEIBERG, Germán. (dir). *Op. cit.* (p.1022).

*é homes pecheros*¹⁸ (...) *hacían, á fin de se sustraer de non pechar nin contribuir de los pedidos é otros pechos Reales que les eran repartidos, dejaban los solares é casas propias pecheras que tenían y se iban á vivir á tierras de infanzonazgo, donde dis que hacían chozas é casas en que vivir é estaban: é asi mismo por que dis que otros vendían é empenaban sus haciendas é heredades pecheras à homes fidalgos en tal manera que por cargarse los tales pechos é pedidos á los pecheros que quedaban se les recrescian muy grandes costas é daños é fatigas (...).*¹⁹

Por um lado, o documento sugere que alguns camponeses, mesmo abandonando suas terras, ou as vendendo aos nobres para se livrarem do fisco, possuíam solar próprio, ou seja, de posse familiar. A principal distinção entre os estamentos, de acordo com essa fonte, não se relaciona à posse de terras hereditárias, mas fica por conta dos tributos devidos ao rei, sendo os fidalgos completamente isentos de *pechos*. Observa-se, ainda, a existência de lavradores litigantes, já que deveriam arcar com os custos dos tributos sozinhos, considerando as ditas fraudes por parte de determinados camponeses que se passavam por fidalgos *quitos*.

Portanto, quase trinta anos depois da promulgação do Foro Velho, ainda vemos a ação de camponeses que se aproveitam da distinção estamental para deixar de pagar tributos regulamentados, “disfarçando-se de fidalgos” (sob o ponto de vista da lei). A desgraça dos processos reguladores são esses corpos indóceis que jogam com suas determinações - sua existência obriga os agentes da ordem a um estado de vigília, forçando-os a criar mecanismos jurídicos representacionais que objetivem determinar e (re)produzir os estatutos sociais em vigência. Assim, a lei não funciona através de um aspecto meramente negativo, proibitivo, mas possui uma força performativa e produtora:

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação e controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos relacionados àquela estrutura política (...). Porém, em virtude de a ela estarem condicionados, os sujeitos regulados por tal

¹⁸ Homens pecheros eram não-nobres que pagavam certos tipos de impostos pessoais diretos, em contraposição estão os fidalgos: “*Los documentos oficiales consideraban hidalgos a todos que no contribuían con pechos es decir, con impuestos personales directos*” DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *História de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.160).

¹⁹ *Provisión del Consejo Real sobre sustraerse algunos labradores de las merindades de pechar, huyendo á tierras de Infanzonazgo, y proveyendo de remedio a este abuso* [1480] (Biblioteca Nacional, Madrid) in GONZÁLEZ, T. Colección de cédulas, cartas-patentes, provisiones, reales órdenes y otros documentos concernientes a las provincias vascongadas, copiados de orden de S. M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las Secretarías de Estado y del Despacho y otras oficinas de la corte. Tomo I: Condado y señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. (Fols. 74r-76v). Disponível em [Legislación Histórica de España](#)[base de dados online] 4ª ed. Julio 2010.

estrutura são formados, definidos e reproduzidos de acordo com a exigência delas.²⁰

É claro que a estrutura da norma não é total ou “totalizadora”, justamente, pelo fato dos sujeitos levarem a cabo usos múltiplos dessas normas (embaralhando as identidades prescritas pelos próprios códigos de conduta). Aquilo que Butler ressalta – por meio de Foucault – é o fato de que a normatividade não é um conjunto ascético, isento de interesse. E mais do que isso, enseja processos subjetivadores, tem efeitos concretos, produz lugares de ação constituindo linhas de força que perpassam os corpos de determinadas maneiras, atendendo a interesses nos jogos de poder.

A lei é um dos mecanismos de governo e de produção representacional dessa população biscainha (e de suas repartições), incidindo como uma espécie de *cosntrangência* social relacionada à subjetivação. Nesse momento, cria-se a seguinte necessidade de identificação: o sujeito é lavrador pagador de impostos diretos ou nobre isento? A lei dispersa esse problema aos biscainhos a ela submetidos de alguma forma, ensejando usos estratégicos das relações de verdade constituídas.^{21 22}

A situação jurídico-social dos lavradores ainda constitui um problema relevante para a historiografia (especialmente no que tange o século XV): “*The question of the juridical status of labradores appearing on the tax rolls of medieval Bizkaia is far from clear. The matter requires futher study, a most difficulty undertaking given the scarcity of available documentation regarding truly interesting question.*”²³ Por outro lado, a despeito da relativa restrição de fontes evocada por Monreal, não nos parece que haja uma carência de informações acerca das populações não-nobres. Nas fontes imediatamente disponíveis, há material relevante acerca da conduta dos *hidalgos* em relação aos *labradores*, sendo factível determinar séries enunciativas em uma rede documental bem delimitada acerca dessa questão.

²⁰ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (pp. 18 & 19).

²¹ FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (p.76).

²² Foucault, ao estudar textos da Antiguidade, retoma a noção do gramático grego Heráclides utilizando-a como operador conceitual para pensar as relações de governo: “(...) poderíamos chamar de ‘aleturgia’ o conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento e quer dizer que não há exercício de poder sem algo como uma aleturgia.” *Ibidem.* (p.8).

²³ MONREAL ZIA, Greogorio. *The Old Law of Bizkaia (1452)*. Introductory and critical edition. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005. (p.61).

Observa-se, nesse contexto, um estatuto complexo de distribuição de privilégios. Ao que tudo indica, existia uma conjuntura social na qual as liberdades concedidas eram relativamente extensas (processo capitaneado pelos Senhores de Biscoia), escapando ao modelo feudal outrora vigente na historiografia da Europa medieval e moderna em relação à dominação vertical, simplificadora, de “senhores” sobre “servos” em um contexto rural unívoco.

Os estudos de Le Goff contribuíram para problematizar o modelo historiográfico acerca do feudalismo, ressaltando que o crescimento das cidades, principalmente, a partir do século XII foi um importante mecanismo de ampliação de liberdades e franquias:

(...) a base da sociedade urbana, é a liberdade pessoal – liberdade no interior da cidade, como em Lille, onde no fim do século XII, a liberdade pessoal (...) estendeu-se aos ‘buscadores de trabalho’, cada vez mais numerosos após 1175, e transbordou para os campos: após 1209, já não se encontra menção de servos na região.²⁴

Citando P. Michaud-Quantin, afirma: “‘(...) Essencialmente, a liberdade na Idade Média opõe-se ao arbítrio de um superior, o homem medieval julga-se livre na medida em que as obrigações impostas a ele são objeto de uma definição contratual ou legal que vem substituir sua determinação unilateral e arbitrária (...)’”²⁵

Isso não quer dizer que não houvesse relações de subordinação, ou de desigualdade jurídica, como continuaremos observando na sociedade biscainha, mas demonstra que a própria população pouco privilegiada estabeleceu um poder de barganha nas relações senhoriais, apontando para a ampliação de suas prerrogativas: “‘(...) a cidade medieval, em sua personalidade, é uma conquista de seus habitantes. É o resultado de uma luta social’”²⁶. Veremos como o alargamento dos privilégios constitui uma estratégia de institucionalização de um governo e da produção de linhas de força por parte dos Senhores de Biscoia (os quais após finais século XIV correspondem aos reis de Castela devida a questões de hereditariedade) para firmarem-se como uma instância jurídica soberana no território.

Nesse sentido, é conhecido o processo de ampliação de liberdades operado pela fundação de vilas na Europa, através das chamadas cartas forais, ou no caso hispânico, da concessão das chamadas *Cartas-Pueblas* (prerrogativa do Senhor de Biscoia, em nosso

²⁴ LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (p.81).

²⁵*Ibidem*. (p.88).

²⁶*Ibidem*. (p.80).

caso). É necessário lembrar que elas exerciam um papel fundamental na articulação e organização territorial de um povoado, contribuindo para o crescimento das atividades comerciais, as quais exigiam amparo administrativo:

*Previamente a la concesión de la carta-pueblas solía existir una petición de los representantes de un consejo, que buscaba con el nuevo ordenamiento agrupar la población dispersa y centralizar la vida administrativa y económica. Por tanto, otorgar la carta-puebla no siempre provoca el nacimiento de una población, sino la transformación en villa, gozando desde aquel momento un nuevo status jurídico y unos determinados privilegios.*²⁷

Pode-se tomar a vila de Bilbao como exemplo. Esta localidade foi fundada em uma época em que a produção de lã estava em expansão (com a organização político-institucional dos pastores castelhanos, dotados de privilégios, na chamada *Mesta*) e a extração de ferro também ascendia em Biscaia. Desse modo, a exportação dessas matérias-primas, e a importação de manufaturados se tornava uma demanda crescente em um espaço europeu constituído por novas redes de comércio. Nasce assim, o projeto de fundação de um município portuário ao nordeste da Península, cortado por um rio (*Nervión*) que desemboca no mar em direção aos países do Norte: a vila de Bilbao²⁸. Além de fundá-la, houve a preocupação em povoá-la e, para tanto, foram concedidas liberdades e isenções a seus vizinhos. Segundo sua Carta-Puebla (1300):

*(...) et dó franqueo a vos, los pobladores d'este lugar, que seades francos e libres e quitos para siempre jamás, vos e los que vos vernán, de todos pechos e de todas vereas tan bien de fossaderas e de emendas e de oturas e de mañerías*²⁹ *como de todas las otras cosas, (...). Et dó e otórgovos que ayades por vuetros vezinos los mios labradores que yo he de dentro d'estos términos*

²⁷ ARIZAGA BOLOMBURU, Beatriz & MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio. *Bilbao: año 1300. La concesión de la carta-puebla a Bilbao*. Donostia- San Sebastián: Eusko Ikazkuntza, 2006. (p.30).

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Vereas, Fossaderas, Emendas e Mañerías são impostos de matiz feudal (existentes em toda a Península Ibérica) cuja Carta-Puebla de Bilbao isenta seus habitantes. Tomemos como exemplo a Fossadeira e a Mañería. [Fossadeira] “Multa aplicada aos indivíduos que não cumpriam a sua obrigação de acudir ao Fossado [“Como operação militar, era o fossado uma expedição organizada contra o inimigo, portanto de caráter de guerra ofensiva, (...)”]. SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II E-Ma. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971] e que, com o decorrer do tempo, se transformou na remissão, em géneros ou em dinheiro, daquele dever militar. Desde os primeiros tempos da Reconquista, e enquanto o domínio muçulmano se conservou na Península com bastante força, os fossados deviam repetir-se com bastante frequência e todos os braços seriam necessários a tais empresas bélicas. [I. G.]”. *Ibidem*. (p.285). [Manaria] “A manaria, maneria, (...), foi uma pesada prerrogativa senhorial (...). (...), a manaria significava que o senhor herdava os bens do seu malado [pessoa submetida a vínculo pessoal ou senhorial] que falecesse sem deixar filhos. Deste modo, na falta de descendentes, nenhum dos bens arrecadados pelo colono durante sua vida de trabalho pertencia sua família, o que retirava um dos estímulos importantes à elevação da produção (...). [A, de C.]”. *Ibidem*. (p.899).

*sobredichos e vuestra vencindat francos e libres e quitos assí como lo vós sodes, (...).*³⁰

Através desse documento, verifica-se a existência de uma certa população de lavradores inserida em um estatuto jurídico plurívoco: ademais de lavradores (considere-se que este termo se relacionava a uma condição legal) são, ao mesmo tempo, tornados vizinhos da vila, já que foram incorporados ao termo daquela. A fonte destaca o esforço do senhor de Biscaia em colocar tais camponeses exclusivamente sob sua jurisdição, procurando sobrepujar outras possíveis esferas de poderes que pudessem cooptá-los ou submetê-los. Eles, assim como os demais habitantes do termo municipal, recebem a prerrogativa da isenção dos *pechos*, ou seja, de impostos direitos, o que os aproxima de certos privilégios que são facultados aos fidalgos – ampliando suas *franquezas*. Entretanto, este documento não enuncia que tal comunidade foi elevada ao estamento nobre, fenômeno só observado com a nobreza coletiva no século XVI. Adicionalmente, é necessário recordar que para as populações desta época não é uma regra estar incorporada a um termo municipal (apesar de verificarmos a tendência ao crescimento dos habitantes das vilas). Havia os que moravam em povoados ou agremiações ruralizadas, também denominada *Tierra Llana*.

Por outro lado, há uma disposição no Foro velho que nos ajuda a verificar e a conectar os enunciados acerca da situação jurídica desses lavradores biscainhos, especialmente aqueles que habitavam nas vilas:

*Otrosí dijeron que los Señores de Vizcaya que hubieron siempre en los labradores su cierto pedido, é en las villas de Vizcaya hobieren siempre sus pedidos tasados según los privilegios á tales villas dados, é diez é seis dineros viejos por cada quintal de fierro que las ferrerías de Vizcaya é de las Encartaciones é de Durango labraren por lo seco de los montes, é sus monasterios, é la mitad de la guarda verde en los montes acostumbrados é sus seles, é las prebostades de las villas, é otro pedido nin tributo, nin alcabala*³¹,

³⁰ *Carta-Puebla de Bilbao* [1300] in Proyecto Andrés Poza [com apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritz] dirigido por ISASI, Carmen.

³¹ A isenção da *Alcabala* demonstra um importante privilégio concedido de maneira ampla aos vizinhos de Biscaia, como se pode ver no documento. Demonstrando que desde o século XV as isenções, apesar das ressalvas fundamentais que fizemos e vamos fazer ao longo do texto, são de ordem bastante alargada no território biscainho, especialmente, se comparado com outras regiões do Reino. “[*Alcabala*] *Impuesto indirecto castellano que gravó todas las cosas muebles, inmuebles y semovientes que se vendían o permutaban. (...). La característica más importante de la alcabala es su generalidad. Autores tan familiarizados con nuestra historia económica como Carande insisten en esta nota. La generalidad de la alcabala puede explicar en parte la extraordinaria frecuencia de los alegatos [pleitos] destinados a combatirla. ‘Ha de procurarse dejar constancia del origen de muchas de las quejas invocadas y de la condición de las personas que las formulan y reiteran, con poderosos medios adecuados para hacerlas valer. Desde luego los quejosos no eran gente humilde ni pertenecen, por tanto, a las clases sociales más numerosas a cuya densidad de número no correspondería una influencia decisiva en la sociedad de aquel tiempo (...). [F.E.R.]’*” BLEIBERG, Germán. (Dir.). *Diccionario de Historia de España*. Tomo I. Madrid:

*nin moneda, nin servicios los vizcaínos é de las encartaciones é durangueses, nunca lo hobieron: antes todos los vizcaínos fijosdalgo y fijosdalga de las Encartaciones, de Vizcaya y Durangueses siempre fueran franqueados y libres é quitos de todo pedido, é servicio, é monedas é alcabalas, é otros tributos cualesquiera que sean, de cualquier manera que sean, estando en Vizcaya como en las Encartaciones, como en Durango, como en las villas, salvo el pedido tasado que los dichos labradores han de pagar en cada un año, é eso mesmo en las villas al dicho señor de Vizcaya, según los privilegios les fueran dados por los Señores de Vizcaya.*³²

Esse excerto do Foro Velho afirma que a despeito de todos os privilégios e isenções concedidos, mesmo em nível municipal, ainda é uma obrigação dos lavradores pagar, ao menos, um imposto específico denominado *pedido* [“*salvo el pedido tasado que los dichos labradores han de pagar en cada un año, é eso mesmo en las villas al dicho señor de Vizcaya*”]. Se na Carta-puebla de Bilbao não é reforçada a distinção entre *labradores* e *hidalgos*, nas cartas fundacionais de outras vilas ao final do século XIV, especificamente, Larrabezúa, Rigoitia e Munguia, a diferenciação aparece de maneira direta, como veremos a diante. Além deaquele imposto atribuído aos lavradores, o excerto expõe que a Coroa também arrecada impostos de matriz territorial, expressos na figura de *diez y seis dineros viejos por cada quintal de fierro*³³, ou seja, um tributo cobrado sobre a produção desse minério (veremos mais detalhes acerca deste ponto no Capítulo II). Além disso, aparecem certas taxas sobre os monastérios; sobre determinadas áreas nos montes e pastos [*seles*], muitas vezes de uso comunal; e, finalmente, sobre *prebostades*, ou seja, domínios eclesiásticos particulares de nobres que deviam tributo ao rei.³⁴

1.2 Linhas de ação entre Nobres e Não-nobres

Nesse momento, cabe introduzir a seguinte questão: como se davam as relações entre nobres e não-nobres no interior do território biscainho? Determinado esse problema,

Ediciones de la Revista de Occidente, 1968. (pp.100/101). O excerto indica que a Alcabala era, portanto, motivo de descontentamento, principalmente, por parte dos estratos mais abastados e privilegiados de Castela.

³² *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo IV – Cuanto es el pedido de Vizcaya y quien lo ha de pagar, p. 12).

³³ Segundo as aproximações de Arsenio Dacosta, 50 quintais de ferro equivaleriam a aproximadamente 2,6 toneladas (cada quintal equivaleria a 52 kg, portanto) e o preço giraria em torno de um Florim por quintal (DACOSTA, 2010, Nota 111. p. 59).

³⁴ MONREAL ZIA, Greogorio. *The Old Law of Bizkaia (1452): Introductory and critical edition*. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005. (p.172).

faz-se necessário remontar à conhecida crise de produção no Ocidente Europeu no século XIV para que possamos compreender tal relação: após esse momento, notadamente, há relatos de abusos daqueles nobres (empobrecidos pela crise, alta de tributos e baixa nos preços de cereais) para com os camponeses.³⁵ Esse fenômeno se relaciona a um tema bastante debatido pela historiografia basca - a prática de alianças entre esses fidalgos, constituindo *ligas* ou *bandos* (ou seja, alianças contingentes entre linhagens, sendo que estas eram organizadas por consanguinidade e por via masculina) - suas violentas disputas por influência política foram denominadas *lutas de bandos*.

Os fidalgos também empreendiam cobranças de tributos, muitas vezes oficiosos, considerados abusivos à população não-nobre. Roubavam os lavradores e os viandantes que transitavam nos caminhos de Biscaia, nas fronteiras e nas regiões limítrofes de Guipúzcoa, Álava e de Navarra (exercendo ações compreendidas como banditismo). Tais nobres, sobremaneira, constituíam exércitos particulares de pequenas dimensões, os quais não costumavam passar de dez laçaios.³⁶ Tomemos como exemplo o caso de Fernando de Berna, um fidalgo biscainho da região do duranguesado, através de um processo judicial:

(...) e ouviese de acaesçer alguna guerra avria menester de tener omnes de guarda della, segund [segundo] el lugar en que esta la dicha casa e segund la opinion que el dicho Fernando es e que los tales omnes, segund que es notorio i publico en toda la merindad de Durango, que el dicho Fernando non los podria mantener segund las rentas pocas que tiene sy non robase e tomase lo ajeno.³⁷

Fernando de Berna estava ligado à rede clientelar do *Pariente Mayor* (como eram chamados os nobres mais poderosos, com os quais se estabeleciam pactos estratégicos, em diferentes graus de subordinação) *Juan Alonso de Mújica*, portanto, quando este o convocasse para a guerra, Fernando deveria atendê-lo com seus homens em prontidão. Antes de prosseguirmos com a argumentação, vale a pena precisar um pouco mais

³⁵ Ver FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano. ¿Lucha de bandos; o conflicto social? In *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975.

³⁶ FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, Jon Andoni. “Las Guerras Privadas: el ejemplo de los bandos Oñacino y Gamboino en el País Vasco”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 6, 2009. (p.93).

³⁷ HIDALGO DE CISNEROS, Concepción; LARGACHA, Elena; LORENTE Araceli & MARÍNEZ, Adela: *Colección documental del archivo Municipal de Durango*. Pleitos. T. IV, Eusko Ikaskuntza, San Sebastián, 1989, doc. Nº10, pp.65-161 apud FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, J. *Las guerras privadas: el ejemplo de los bandos oñacino y gamboino en el País Vasco* in *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 6 (2009). (p.93).

detalhadamente acerca do lugar social dos chamados *Parientes Mayores*, ou seja, desse lugar de proeminência linhagístico no interior do estamento dos fidalgos. Deve-se remontar à Baixa Idade Média, período no qual os assentamentos territoriais se fixaram com maior consistência em Biscaia e em suas regiões limítrofes:

*(...) algunos linajes intentaron traducir las antiguas jerarquías y vínculos de raíz parental a una situación de superioridad, de mayoría sobre la nueva comunidad de los solares y linajes, y de dependencia de éstos con respecto aquél mediante lazos que ya debemos conceptualizar como pseudoparentesco, y que tenían una notable capacidad de reproducirse y extenderse incluso fuera de la comunidad. Es así como un Pariente Mayor pudo situarse y concebirse a sí mismo como el superior natural de una comunidad de linajes y solares.*³⁸

Os *Mayores* foram sujeitos proeminentes em suas linhagens, os quais por diversas razões (muitas vezes por meio da violência), conseguiram estabelecer uma preponderância sobre outras famílias dentro das comunidades. Uma das estratégias de infiltração capilar desses *Mayores* foi a apropriação da titularidade das organizações eclesásticas como meio para aumentar sua rede clientelar, constituindo suas linhas de força através das instituições comunitárias: “*No es precisamente casualidade que los mayores demostrasen mucho interés por la titularidade de los monasterios y parroquias (...).*”³⁹ Esse fato não é nada depreciável considerando que grande parte da vida cotidiana se dava ao redor das paróquias, e ainda, nos territórios ruralizados a vida político-administrativa estivesse concentrada em torno das igrejas em assembleias coletivas com poder representativo nas Juntas de Biscaia conhecidas como *Anteiglesias*.

Voltando ao caso de Fernando de Berna do qual tratávamos, as fontes dizem que recorria a meios considerados escusos para manter suas milícias e bens (roubava gado, sidra e o dinheiro alheio). Interessante notar a descrição de suas práticas em relação à população circunvizinha a sua zona de influência; aproveitando-se da distribuição espacial das casas em espaços não-amuralhados e dispersos [*casas llanas e apartadas*], estabelecia uma política de medo em benefício da constituição de tramas de poder que implicassem os aldeões:

e com menasa [ameaça] disinedoles e enbiandoles a desir que sy commo el mandava non les davan que non le atendiesen en sus casas e que non les cumpla de atender e esperar en ellas e que los dichos comarcanos e seyendo este dicho testigo uno de ellos por miedo del dicho Fernando les solian dar por quanto avian miedo que sy non les davan que mayores dapnos (sic) [danos] les vernian por alli porque ellos biven [viven] en casas llanas e

³⁸ ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. “Los Parientes Mayores”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*. Nº 3, 2006. (p.228).

³⁹ *Ibidem*. (pp.228 & 229).

*apartadas unas de las otras e por ende les solian por fuerça e contra su voluntad.*⁴⁰

Levando em conta sua atuação política, se faz necessário pensar como as linhagens distintas produziam alianças, não apenas com os chamados *Parientes Mayores*, mas entre fidalgos, e, ainda, como tramavam redes com os não-nobres. As sociedades ibéricas, tal qual outras comunidades no espaço europeu, estavam marcadas por relações contratuais privadas baseadas na honra. Uma desses contratos, formalmente estabelecidos, denominava-se *tregua*:

*Numerosos textos, tanto literarios como jurídicos, nos hablan también de otra figura contractual que presumimos, debió ser ampliamente utilizada por la nobleza vasca: la tregua. Una tregua cuyo significado no es lo habitual, el fin concertado de hostilidades entre dos partes. (...). Se tratarían de contratos, que en ocasiones llegan a ser extremadamente detallados, que presentan muchas similitudes con los feudos de bolsa⁴¹, de los que se diferencian por la inexistencia de la prestación de homenaje.*⁴²

O historiador Fernández de Larrea cita o exemplo da trégua estabelecida entre Lope García de Lazcano e Martín Perez de Emparán em 1435, ou seja, entre duas linhagens da vizinha Guipúzcoa: este contrato bilateral consistiu em um acordo no qual Emparán comprometia-se a prestar serviço-militar a Lazcano em troca de uma renda anual de três mil Maravedís. Em muitas ocasiões, os pequenos exércitos armados por fidalgos eram demandados pelos poderosos *Parientes Mayores*, que se utilizavam desses pactos para implicarem homens de guerra de seus vassalos em formações militares mais amplas. A preocupação guerreira dos *Mayores* também se expressava por meio da construção das chamadas Casas-Torres (as quais podem ser vistas em muitas localidades

⁴⁰ HIDALGO DE CISNEROS, Concepción; LARGACHA, Elena; LORENTE Araceli & MARÍNEZ, Adela: *Colección documental del archivo Municipal de Durango*. Pleitos. T. IV, Eusko Ikaskuntza, San Sebastián, 1989, doc. Nº10, pp.65-161 apud FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, J. *Las guerras privadas: el ejemplo de los bandos oñacino y gamboino en el País Vasco* In Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº6 (2009). (p.93).

⁴¹ Feudo de Bolsa era uma relação contratual na qual um senhor pagava uma quantidade de dinheiro a um vassalo em troca de algum serviço. O conceito se relaciona com a complexificação do próprio conceito historiográfico de feudo. “[Feudo] (...) ‘bem dado em troca’ (...). Contrariamente a uma opinião divulgada, os bens concedidos em feudo nunca revestiram exclusivamente, nem talvez principalmente, a forma de bem fundiários. (...). Pode mesmo não comportar qualquer base territorial (é o que se observa frequentemente, desde meados do século XI, em regiões economicamente avançadas como a Catalunha ou a Normandia); trata-se então do ‘feudo-renda’ ou ‘feudo de bolsa’ constituído unicamente por um soldo atribuído pelo senhor aos seus vassalos.” BONNASSIE, Pierre. *Diccionario de História Medieval*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1985. (pp. 88 & 89). Já Fourquin ressalta a importância desse tipo de feudo na constituição de alianças políticas estratégicas. Ver FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1970. (p.132).

⁴² FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, Jon Andoni. *Op. cit.* (p.93).

biscainhas ainda hoje), edificações fortificadas que serviam tanto para habitação como para a defesa em caso de confrontos armados.⁴³

Em relação à regulação desses pactos, há uma interessante disposição no Foro Velho (1452), onde foi estabelecida a ilegalidade das *tréguas* entre fidalgos e lavradores, indicando uma prática de cooptação dos não-nobres em torno das zonas de influência daqueles nobres:

Otrosi dijeron que por quanto los tales labradores é fijos é nietos de labradores suelen ser de treguas é homes levantados, é nos se conocen cuales son fidalgos, é cuales labradores, é fijos é nietos de labradores, é recrece al Señor de Vizcaya gran deservicio é injuria á los fijosdalgo, dijeron que habian de fuero, uso é costumbre que labrador, nin fijo, nin nieto de labrador, aunque sean moradores del infanzonazgo, non sean en treguas de señor alguno nin puedan afiar nin desafiar al fijosdalgo, nin el fijosdalgo al labrador, pero si fijosdalgo fuere aunque more en el lugar labradoriego, que pueda entrar é salir de treguas, é afiar é desafiar segun que cada uno de los otros fijosdalgo ficiere é si el labrador é fijo é nieto de labrador entrare en treguas, que salga de ellas cada vez que fuere requerido por el prestamero⁴⁴ o el merino, é si non saliere, el prestamero ó merino le puedan prender é tener preso fasta que salga de tales treguas, é por la osadía pague al Señor las cinco vacas, é otrosi, si el fijosdalgo desafiare al labrador sea tenido de anular el desafiamiento, cada vez que por el veedor le fuere mandado, é so las penas que les él pusiere. Otrosi, dijeron que acerca de lo tal asaz estaba ordenado por las leyes del cuaderno de Vizcaya, é que se guarden las leyes en el dicho cuaderno contenidas.⁴⁵

Assim, já em meados do século XV o Senhor de Biscaia procura ensaiar um desmonte na política de alianças dos fidalgos, proibindo a extensão das *tréguas* entre lavradores e nobres (e vice-versa), sendo que tais redes potencializavam as disputas entre as linhagens mais poderosas no território. O execerto afirma a distinção jurídica entre estamentos, marcando a impossibilidade contratual entre estratos sociais diferentes. Tal distinção também é perceptível no estatuto privilegiado do fidalgo - apesar de obrigado a desfazer a *trégua* com o lavrador, não seria submetido à prisão (pena relegada apenas aos camponeses). As relações clientelares entre estamentos não interessavam às esferas políticas oficiais e públicas do Senhorio, já que concorriam com a própria instância senhorial.

⁴³ ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. *Op.cit.* (p.231).

⁴⁴ “[Prestamero] Durante la Baja Edad Media fue el oficial más importante del Señor, encargado de ejercer la justicia señorial. Este cargo lo solían detentar los Parientes Mayores más destacados. En los últimos tiempos medievales el oficio de prestamero pierde relevancia y se identifica con el de merino.” AGIRREAZKUENAGA ZIGORRAGA, Joseba. *Historia de Euskal Herria*. Tomo II. Donostia: Ediciones Vascas, 1980. (p.346).

⁴⁵ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo CCIX – De los mesmos labradores, p. 193).

Deve-se dizer que as disputas e violências capitaneadas pelas linhagens eram levadas a cabo tanto na chamada *tierra llana* (núcleos rurais povoados, não-amuralhados, organizados politicamente pelas paróquias, também chamadas de *anteiglesias*) como nas *villas* (núcleos urbanos povoados, cercados por muralhas). É necessário marcar que algumas das vilas de Biscaia foram fundadas pelo Senhor deste condado com o intuito de proteger a população contra os desmandos exercidos pelos nobres:

Hacia 1376 hidalgos y lacayos⁴⁶ del Señorío de Vizcaya andaban 'por las casas de los labradores, e de las ferrerías' pidiendo 'pan é vino, é carne, é otras viandas, é dineros para ellos, amenazandolos é feriendolos hasta que gelo (sic) hacen dar, é esto es manera de robo'⁴⁷. Las villas de Larrabezúa, Munguia y Rigoitia se fundaron para agrupar y defender a los labradores de la merindad de Uribe y Busturia porque eran robados por los hidalgos, hombres poderosos y Lacayos.⁴⁸

Desde o século XIV, a fundação das vilas (tardia se comparada a outros territórios ligados à Coroa de Castela) torna-se um instrumento estratégico aos Senhores de Biscaia para lutarem contra os bandos, os quais tanto lutavam entre si, quanto roubavam e ameaçavam o cotidiano dos *labradores* com violências. A criação dessas vilas reforça, portanto, o poder do Senhor, ao mesmo tempo que garante a segurança de súditos não-nobres e lhes concede privilégios⁴⁹, como vimos no caso bilbaino.

A fundação sincrônica das vilas de Larrabezúa (*Villanueva de Berresonaga*), Rigoitia e Munguia (seus documentos fundacionais possuem uma relação direta, para todos os efeitos, tomaremos a Carta-Puebla da primeira delas como eixo principal de análise) é um caso bastante interessante dentro de nosso campo problemático. Essas Vilas foram fundadas atendendo a uma demanda dos próprios lavradores das Merindades de Uribe, Busturia e Marquina que sofriam com as práticas daquele estamento nobre. Tais fundações surgem como um mecanismo de ocupação territorial e de governo - na *carta-*

⁴⁶ “[Lacayo] (...) se llamaba lacayos a ciertos criados y más especialmente, como dice Covarrubias (*Tesoro de la lengua castellana*), a los mozos de espuela que van delante del señor cuando este monta a caballo, [P.A.B]” (BLEIBERG, Germán. (dir.). Tomo II, 1968).

⁴⁷ ITURRIZA, J.R. *Historia General de Vizcaya y epitome de las Encartaciones*. Bilbao, 1967, I, p.128 apud FERNÁNDEZ DE PINEDO, E. “LUCHA de bandos; o conflicto social?” in *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975. (p.37).

⁴⁸ FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano. *Op. cit.* (p.37).

⁴⁹ BASAS FERNÁNDEZ, Manuel. La institucionalización de los Bandos en la Sociedad Bilbaína y Vizcaína al comienzo de la Edad Moderna In *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975. (p.123).

puebla de Larrabezúa cuja enunciação é feita a partir do lugar de fala do Senhor de Biscaia (lembrando que a fundação é entendida como privilégio), lê-se:

(...) porque especialmente en el mío señorío de Vizcaya ay muchas tierras que no son bien pobladas y las casas apartadas las unas de las otras, lo cual es causa e ocasión porque ellos fijosdalgo e outros hombres poderosos e otrosí otros lacayos e otrosí otros hombres malfechores se atreben a tomar e robar lo que fallan en las moradas que estan ansí apartadas las unas de las otras, e porque es mi voluntad e propósito que mis basallos vivan en justicia y sean defendidos e amparados en ella, (...).⁵⁰

Essas cartas fundacionais concedem: “(...) *todas las franquezas y libertades que han los de las otras villas del mi señorío de Vizcaya.*” Dentre os privilégios, são exemplificados além da liberdade (protegendo seus habitantes de qualquer abuso senhorial conduza à servidão), a isenção de *portazgo*, *peaje* e *passaje*⁵¹, como em outras vilas. Se em Bilbao, os lavradores dos arrabaldes aparecem como *livres e quitos* (já vimos que a despeito dessa ordenação, o Foro Velho vigente no século XV, legislação mais abrangente para essa territorialidade, enuncia claramente que os lavradores, mesmo dentro das vilas, como Bilbao, têm de pagar um imposto chamado *pedido*); nas Cartas-Pueblas desses municípios, a ênfase de linguagem é outra. Os camponeses aparecem como obrigados a *pechar*, ou seja, é imperativo que paguem impostos diretos, prerrogativa exclusiva dos não-nobres, reforçando a assimetria estamental:

(...) todos los labradores que son moradores dentro de los dichos términos que yo dó a la dicha villa que vinieren a poblar e morar en la dicha villa, que pechen del día que vinieren a poblar e morar en la dicha villa en adelante los pechos que les fueren echados segun que pechan los otros labradores de Vizcaya.⁵²

⁵⁰ *Carta Puebla de Larrabetzua [1376]* in Proyecto Andrés Poza [apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen.

⁵¹ Esses tributos são indiretos, cobrados sobre a circulação e venda de mercadorias, sua isenção, portanto, é um privilégio, facilitando o comércio. “[Peaje] Impuesto indirecto que grava la utilización de una vía de comunicación. Durante la Edad Media abundaron extraordinariamente los tributos sobre el comercio. Dentro de las cargas generales impuestas a las actividades mercantiles, unas afectaban al mercado y se conocen como teloneum, otras eran percibidas en las rutas que los comerciantes utilizaban para dirigirse a los mercados, y se llamaban peajes. Para facilitar la recaudación del impuesto se procuró canalizar el transporte por determinadas vías en épocas conocidas de antemano. Al mismo tiempo la obligación de no vender fuera del mercado hacía más cómoda la función recaudatoria (...). Existieron en León y Castilla diversas denominaciones para tributos que eran idénticos en esencia y materia impositiva (Valdevellano) y precisamente el que presenta mayor diversidad de nombres en las fuentes es el impuesto que gravaba la circulación de mercancías. (...). En muchos casos se confunde con el *portazgo*, y en otros, los distintos términos empleados en las fuentes encuentran su explicación en los lugares fijados para el pago del impuesto. Así *pontagium*, por pagarse al pasar por un puente, o *portacium* [*portazgo*], por cruzar en una puerta, etc. La exención del pago del peaje fue frecuente (Fuero de Cáceres, privilegio Alfonso XI a la iglesia de Mondoñedo, etc), (...) [F.E.R.]” BLEIBERG, G. (dir.). *Op. cit.* Tomo II, 1968. (pp.195 & 196).

⁵² *Carta Puebla de Larrabetzua [1376]* in Proyecto Andrés Poza [apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen.

Interessante notar nesse trecho que os lavradores devem *pechar* segundo “*pechan los otros labradores de Vizcaya*”, não resta dúvida que apesar de todo o regime de distribuição de mercês aqui descrito, há uma ligação jurídico-social entre pagamento de impostos diretos e o estatuto de camponês vigente em Biscaia, como demonstrou-se através do recolhimento dessa múltipla rede enunciativa, com ênfase em meados do século XV, onde havia a interação entre essas cartas fundacionais e o Foro velho.

Além de obrigar a todos os camponeses das merindades de Uribe, Busturia e Marquina a ir habitá-las: “(…) *que todos los labradores (...) entren vezinos en alguna de las dichas tres villas que yo mando poblar o en otra cualquier villa del mi Señorío de Vizcaya (...)*”⁵³, houve um incentivo para fidalgos de Biscaia, e até mesmo para lavradores e, também, fidalgos de fora do Senhorio que se dispusessem a ir povoar esses novos redutos amuralhados:

*E todos los fijosdalgo de los dichos términos [ou seja, das próprias Merindades de Urbe, Busturia e Marquina] que quisieren venir e povblar y morar y ser vezinos de la dicha Villanueva de Berresonaga e otrosí todos los hombres que quisieren venir a poblar la dicha villa, quier sean fijosdalgo quier labradores, que vinieren de fuera del mi señório a poblar e morar en la dicha villa, que sean quitos e exemptos de todo pecho e tributo e pedido que los otros mis basallos me obieren a dar en culaquier manera, e que esta franqueza e libertad que la aya del primero del mes de marzo primero que viene fasta seis años complidos que vinieren.*⁵⁴

A distinção é mais uma vez reforçada: os fidalgos biscainhos que se avizinhassem nessas vilas, evidentemente, estariam isentos de *pechos*, em contraposição aos demais vassallos que lhe devem o pagamento de tributos diretos. No entanto, os fidalgos e mesmo lavradores de fora (diferentemente dos camponeses locais), possuem os mesmos privilégios que um fidalgo biscainho em relação aos impostos, mas apenas por seis anos.

Lourdes Soria Sesé argumenta que essa ampliação de privilégios concernentes às vilas faz parte de um longo processo que culminaria com a chamada hidalguia universal: “*Y es en este medio urbano de las villas donde se gesta la primera fase del proceso conducente a la adquisición de la hidalguía universal, (...)*”.⁵⁵ Não podemos dizer outra coisa senão que nossa análise segue em outro sentido, pois não nos parece que tais

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ SESÉ, Lourdes Soria. “La Hidalguía Universal”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, 3, 2006. (p.287).

privilégios sejam um prenúncio daquele fenómeno tão específico de inícios do século XVI (não os consideramos, portanto, indícios de uma pré-nobilitação). Apesar da ampliação das liberdades e franquezas por meio das *cartas-pueblas*, a assimetria social ainda era garantida por diversos meios jurídicos, o que pode ser comprovado nos documentos, inclusive, pelo Foro Velho. Mesmo que o número de fidalgos fosse relativamente elevado, como argumenta a historiadora, nunca poderíamos afirmar que a fidalguia coletiva seja um fenómeno gestado desde o século XIV em Biscaia, sendo uma emergência específica a uma determinada arquitetura das relações de força.

1.3 A Guerra Jurídica da Coroa contra os Bandos

Agora que tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais detalhadamente a distribuição das mercês e a ação dos fidalgos em relação aos camponeses, veremos como (ainda na segunda metade do século XV) a atividade e as disputas daqueles bandos eram intensas, trabalhando em “prejuízo do bem público”, segundo os documentos oficiais. Tais contendias atrapalhavam o desenvolvimento de uma sociedade mercantil capitaneada por Bilbao, importante porto e polo regional de comércio, como vimos.

A partir da década de 1480, especialmente, os Reis Católicos iniciam uma campanha de enfraquecimento das esferas de poder desses fidalgos através de procedimentos jurídicos. Em 1484, os Reis, através de Ordenança, atribuíram a tarefa de proibição de sobrenomes [*apellidos*] ligados aos bandos em Bilbao (os quais eram distribuídos às suas linhagens consanguíneas nas políticas de aliança) ao Corregedor *Lope García de Chinchilla*⁵⁶, funcionário real com funções governativas:

*Que de aqui adelante en tempo algun se nombre en esta dicha villa de Bilbao apellidos nin vandos (...) et que qualquier de los vezinos et moradores de dicha villa que (...) lo quebrantaren o pasaren contra el que por el mismo caya en mal caso et muera por ello como deservidor del rrey e de la reyna nuestros señores et enemigos de la paz et bien comum de su patria (...).*⁵⁷

⁵⁶ Alfonso de Otazu explicita o interessa especial das vilas em combater os bandos, em sintonia com comerciantes com castelhanos: “(...) podemos citar aqui las estrechas relaciones comerciales que reinaban entre las villas vizcaínas y los mercaderes de Burgos, ya de 1470, hasta el punto de hallarse unidos por los mismos intereses frente a los banderizos que robaban las mercancías”. OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *El “Igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Editorial Txertoa, 1973. (p.120).

⁵⁷ *Ordenanza confirmada por los Reyes Católicos a la villa de Bilbao donde se ordena que ningún vecino de aquí en adelante pertenezca a ningún bando en la dicha villa de Bilbao ni en todo el condado de Vizcaya, actuando si lo hicieran contra su juramento y su patria so pena de muerte como deservidor del rey y la reina y perdiendo la mitad de sus bienes muebles* [1484] (Real Academia de la Historia, Madrid) In GUARD LARRAURRI, T. *Historia de la noble villa de Bilbao. (1300-1600)*. Tomo I. . (pp.139 & 140). Disponível em *Legislación Histórica de España*[base de dados online] 4ª ed. Julio 2010.

Observa-se a crescente presença de poderes monárquicos no território, promovendo uma relação inevitável entre Biscaia e a Coroa através do enfraquecimento da nobreza local, a qual possuía amplos mecanismos clientelares através da formação de redes parentais por meio de linhagens. O documento em questão leva a cabo um mandato de proibição da distribuição de sobrenomes [*apellidos*], punindo o pertencimento a tal ou qual facção com a morte, qualificando o crime como traição da pátria (noção que trabalharemos no Capítulo III) e do bem comum.

Ao longo dessa década, várias disposições foram tomadas contra os bandos e seus líderes (*Parientes Mayores*). Em 1485, foi solicitado ao Corregedor por Carta Patente que retomasse a Irmandade em Biscaia, dividida pelas disputas entre esses fidalgos: tal ação houvera sido interrompida, já que Chinchilla tivera deixado o território biscainho para acudir os reis em batalha contra os mouros em Granada⁵⁸, diz esse documento:

*Y porque Nos somos informados segund esa dicha tierra es montañosa é áspera, é según los bandos é antiguas enemistades que hay en ese dicho Condado é Encartaciones, é villas, e tierra llana é cibdad de dél, é porque asimismo somos informados que dicho Corregidor non es temido nin favorecido segund é como cumple á nuestro servicio é à ejecución de nuestra justicia, à cabsa de non haber la dicha Hermandad, él non puede faser nin egecutar la nuestra justicia, segund é como se egecutara si hobiese la dicha Hermandad por ser las jurisdicciones apartadas (...).*⁵⁹

O documento salienta que a presença do Corregedor está sendo deslegitimada e faz um chamamento às autoridades do Senhorio para que o respeitem enquanto portador da justiça, considerando que para os fidalgos organizados em bandos, a figura deste funcionário representava uma afronta a seus interesses. A instauração da referida *Irmandade* em Biscaia, dava prerrogativa ao Corregedor de chamar Juntas Gerais do Senhorio com o intuito de ordenar e apassivar os bandos. Cada região histórica ou jurisdição de Biscaia [*jurisdicciones apartadas*] tinha por costume realizar suas “juntas”, onde ocorriam importantes decisões políticas e administrativas separadas (Junta das

⁵⁸ “(...) mandamos a ir a esse dicho Condado al licenciado Graci Lopez de Chinchilla del nuestro Consejo, à entender en que se fiesse armada contra el Rey Moro de Granada, le mandamos dar é dimos outra nuestra Carta para que fiesse é retomase la dicha Hermandad.” *Provisión del Consejo Real de Gobernacion, mandando que el Condado de Vizcaya se guarden ciertas leyes y Ordenanzas hechas por mandato Real* [1484]. Colección de cédulas, cartas patentes, provisiones reales órdenes y otros documentos concernientes á las Provincias Vascongadas copiados de orden de S.M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las secretarias de Estado y del despacho y otras oficinas de la Corte. Tomo I – Condado y Señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. (p.125). [Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico – Gobierno de España].

⁵⁹ *Ibidem*.

Encartaciones, Juntas do Duranguesado, Juntas da Tierra Llana, Junta das Vilas). Assim, esse funcionário real detinha a faculdade de reuni-las todas.⁶⁰

Em 1489, por Provisão Real, os reis estabeleceram a proibição de que os líderes dos bandos fossem às Juntas Gerais do Senhorio. Na década seguinte, em 1494, por Carta Patente, se proíbem os bandos, parentelas e ligas na região das *Encartaciones*.⁶¹ Já no início do século XVI, é perceptível a diminuição da importância de sua influência, haja visto o decréscimo de pleitos reais contra essas agremiações, apesar de não ser possível falar de desaparecimento ou ausência dessas linhas de força.

A despeito desta última nuance, nesse momento, é mister adicionar outro elemento ao nosso campo problemático: levando em conta a luta secular das esferas reais contra os desmandos desses fidalgos em Biscaia, não teria sido a emergência de uma fidalguia coletiva em 1526, ente outros fatores, uma dessas estratégias para minar o poder dos velhos fidalgos *banderizos*?⁶² Os documentos da passagem do século XV para o século XVI indicam uma tentativa de obliterar o poder e a distinção social dessas agremiações, tendo como efeito uma tendência à equiparação do status jurídico dos biscainhos. De modo que a fidalguia coletiva pode ser vista, também, como mais uma peça na guerra jurídica real contra camadas aristocráticas locais, capazes de rivalizar com as pretensões governativas da monarquia. Tirar-lhes a prerrogativa da nobreza exclusiva, é um modo de retirar-lhes a distinção - o status de *labrador* desaparece completamente da norma jurídica com o advento do Foro Novo e a fidalguia coletiva.

De outro modo, perguntar-se-ia se os ditos bandos e Parentes Maiores desapareceram completamente do território de Biscaia, o que suporia que o Estado Monárquico⁶³ conseguiu implantar um “Contrato Social” acabado, no qual as elites locais

⁶⁰ Ver BASAS FERNÁNDEZ, Manuel. *Op. cit.*

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² Otazu y Llana defende este ponto de vista, mas vê o fenômeno de um ponto de vista mais “interno”, atribuindo essa luta contra os bandos à vontade das vilas bascas em livrar-se de seus desmandos em prol do comércio emergente. Também, de acordo com o ponto de vista evolutivo constituído como fundo na maior parte do discurso historiográfico (basco), como vimos na introdução. Atribui o “igualitarismo” às lutas camponesas seculares, desde o século XIV, à emergência deste fenômeno (a importância dessas lutas é primordial, porém procuramos não as ver como prenúncio da fidalguia). Ver OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *Op. cit.* (Capítulo III). Enfatizamos, por outro lado, a ação da monarquia nesse contexto como força *sine qua non* no jogo político situado, especialmente, na passagem do século XV ao XVI.

⁶³ Sabemos da carga semântica que o conceito de Estado acarreta, por isso, é necessário expor alguns cuidados frente ao uso do termo. Como dissemos na introdução, o conceito de Estado está muito ligado às discussões pós Iluminismo (Ver FLORENZANO, Modesto. “Sobre as Origens e Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente”, *Lua Nova*, São Paulo, 71:11-39, 2007), muito influenciadas pelas imagens

teriam perecido por completo enquanto camada social, o que não seria apropriado. No Foro Novo foram mantidas duas disposições que indicam, todavia, não só a existência desses *Parientes Mayores* (e suas redes clientelares), como demonstram a preocupação de que elas não recrudescessem com a mesma força de outrora:

*Que habían de Fuero y establecían por Ley que ningún vizcaino, en Vizcaya, sea osado de sacar ni tirar con ningún tiro de pólvora contra amigo ni enemigo, (...), so pena que cualquiera que tirare a otro con tiro de pólvora haya pena de muerte (...), aunque no haya hecho daño con tal tiro; y que esa mesma pena haya el Señor o Pariente Mayor que lo mandare tirar.*⁶⁴

Percebe-se a gravidade do delito prescrito: quem disparar tiro será punido com a morte, a pena mais severa possível, levando em conta, ainda, a nobilitação coletiva dos biscaínhos que lhes atribuiria tal pena apenas em casos muito excepcionais (como heresia ou lesa majestade). Importante notar que aquele que atirasse não seria punido individualmente, mas: “*que esa misma pena haya el Señor o Pariente Mayor que lo mandare tirar*”. Ou seja, tal disposição remonta às práticas históricas relativas às disputas entre os bandos, considerando que geralmente os disparos efetuados no território estavam atrelados às contendidas entre eles e seriam, portanto, responsabilizados por qualquer manejo de arma que gerasse conflitos intestinos, exógenos ao poder da Coroa.

Já vimos como os *Parientes Mayores* buscaram tomar o controle das paróquias, com o intuito de instituir uma relação capilar com as comunidades locais.⁶⁵ Há no Foro Novo uma disposição que diz respeito ao cotidiano dessas paróquias, apresentando enunciados interessantes acerca desse tema:

Que ordenaban y ordenaron, y establecían por Ley que de aquí adelante ningún vizcaino, hombre ni mujer, pueda ir a fuera de su parroquia a ninguna misa nueva ni a Epístola ni Evangelio; ni en la tal su parroquia, ni a fuera de ella a bodas ni a bateos algunos, hombre ni mujer que no sea ascendiente ni descendiente del tal, misacantano o pariente transversal, afín o consanguíneo, dentro del tercero grado, convidando ni por convidar; so pena de diez mil maravedís a Parente Mayor de linaje que fuere, y a cada persona particular mil maravedís (...). (...) y que los parientes mayores puedan ir a la honra y mortuoria de sus parientes y de su linaje (aunque fuera de su

engendradas pelas reverberações dos movimentos republicanos revolucionários franceses do fim do século XVIII, os quais produziram discussões acerca de formas de governo que influenciaram a produção de conhecimento das ciências humanas, a partir do século XIX. Um dos conceitos engendrados por esse movimento foi o de *Antigo Regime*, com o qual procuramos manter uma distância estratégica, considerando que ele pode obliterar uma análise situada dos regimes monárquicos.

⁶⁴ El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Ley IX – Título Trinta e Quatro: La pena de los que tiraren o mandaren tirar tiro de pólvora contra alguna persona*), (p. 287).

⁶⁵ Ver ANCHÓN INSAUSTI. *Op. cit.*

*parroquia) con los criados que tuviere en su casa y con seis hombres más, cuales él quisiere, sin incurrir en dicha pena; (...).*⁶⁶

Primeiramente, nota-se a tendência a fixar a população em torno de sua paróquia, estabelecendo-se penas a quem saísse dela para assistir missas; ir a casamentos; a batizados (a não ser que o evento eclesiástico envolvesse algum parente até no máximo terceiro grau) - indicando a grande circulação mediada por vínculos sociais atravessados pela religião. A punição ao descumprimento dessa norma também recairia sobre o Parente Maior de sua linhagem, confirmando, ainda, a posição consolidada de seus vínculos de parentesco (vimos que muitas vezes tal relação ultrapassava os laços sanguíneos propriamente ditos, sendo instituída, de qualquer modo, com o valor de sangue). As prerrogativas de circulação entre paróquias estão garantidas exclusivamente aos Parentes Maiores, os quais podem circular amplamente com seus criados e seis convidados, sendo lícito seu comparecimento aos eventos vinculados a sua linhagem (a mais expandida possível, haja vista suas redes de alianças).

Anchón Insausti argumenta que muitos Maiores, entre o final do século XV e o começo do XVI, passaram a prestar serviços militares à Coroa ou aproximaram-se de camadas nobres de outras regiões da península, até mesmo, cortesãs.⁶⁷ Defende que esse estrato “falhou” ao ver malogrado seu projeto de distinção social com o advento da fidalguia coletiva. Na verdade, dever-se-ia precisar os argumentos desse historiador: não é possível falar em malogro, haja vista sua situação anterior, na qual sua distinção estava plenamente estabelecida por lei, encarnada na divisão dos estamentos dos nobres e dos lavradores. O que se passou, do ponto de vista histórico (ver um processo ininterrupto de institucionalização dos Maiores é observar o fenômeno de maneira supra-histórico, ignorando as contingências), é que os Reis Isabel e Fernando embaralharam as linhas de força com seu projeto de instituição de um poder governativo, obrigando tais agentes (agora enfraquecidos) a modificar-se frente às novas condições de existência.⁶⁸

Então, se os Maiores e suas redes de influência não desapareceram súbita e completamente, o que significou a supressão do estamento dos *labradores* e a instituição de uma nobreza coletiva em Biscaia?

⁶⁶ *Ibidem.* (LEY V – Título Trinta e Cinco – *Quiénes pueden ir a las misas nuevas y bodas cunado son fuera de su parroquia*). (p.300).

⁶⁷ ANCHÓN INSAUSTI, José Ángel. *Op. cit.*

⁶⁸ Ver FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Nesse sentido, é bastante interessante a comparação da Lei IV do Foro Velho com a Lei IV do Título I do Foro Novo. O antigo foro diz: “*Otrosí dijeron que los Señores de Vizcaya que hobieron siempre en los labradores su cierto pedido, é en las villas de Vizcaya hobieren siempre sus pedidos tasados según los privilegios á tales villas dados (...)*”. Enquanto no novo foro: “*Que por Ley y por Fuero, que los señores de Vizcaya hubieron siempre en ciertas casas y caserías y cierta renta y censo cada un año ya tasado, (...)*”⁶⁹. O estatuto de *labrador* desaparece, no lugar dele diz-se, simplesmente, que há um tributo para certas *Casas* e *Caserías*. Um imposto continua, portanto, a ser cobrado (outrora chamado de *pedido*, agora é nomeado renda, censo), no entanto, é discursado como uma taxa que incide sobre certos “proprietários” de terras - não é mais a prerrogativa de um estamento.

Além disso, a ressalva feita após a listagem das isenções pecuniárias, ao final desta lei no foro de 1452 [“(...) *salvo el pedido tasado que los dichos labradores han de pagar en cada un año, é eso mismo en las villas al dicho señor de Vizcaya, según fueran dados por los Señores de Vizcaya.*”] é suprimida. No lugar dela, lê-se:

Antes todos los vizcaínos, Hijosdalgo de Vizcaya y Encartaciones y Durangueses, siempre lo fueron y son libres y exentos, quitos y franqueados de todo pedido, servicio, moneda y alcabala, y otra cualquiera imposición que sea o ser pueda, así estando en Vizcaya y Encartaciones y Durango como fuera de ella

A isenção dos tributos listados não é mais restrita aos territórios biscainhos como outrora, mas também é válida fora de Biscaia [“*fuera de ella*”]. Apontamos acima que determinado tributo continuou incidindo, não mais sobre lavradores, mas sobre donos de casas, entendendo esse último vocábulo como um termo rural. Afinal, qual a mudança de estatuto ocorrida nesse território, levando em conta que determinados biscainhos continuaram a ser taxados com tributos específicos?

Sem dúvida, é possível dizer que a cobrança de impostos para uns e não para outros ainda enseja um desnivelamento social na região, no entanto, essa assimetria de prerrogativas se faz exclusivamente entre nobres, no interior de um mesmo estatuto jurídico. Não é de se estranhar que o Senhor de Biscaia nesse período, o rei Carlos V, não perderia essa renda advinda de um tributo já estabelecido por tradição no território – agora já não mais cobrado de lavradores, mas de fidalgos reconhecidos no contexto ibérico.

⁶⁹ *Ibidem.* (Lei IV – Título Primeiro – *Los Derechos y rentas que el Señor de Vizcaya tiene, y que los vizcainos son libres de otros pedidos e imposiciones*, (p.17).

Como já indicamos, os biscainhos são isentos de uma ampla gama de impostos (*alcabala, servicios, pedido, moneda etc.*) inclusive fora de Biscaia, nesse momento. O alcance espacial e de circulação de tais privilégios aparece diretamente na Lei XVI do Título I:

(...) por ser los dichos vizcainos y sus hijos y dependientes, notorios Hijosdalgo, privilegiados y franqueados, según fuero de España; que por privilegio y franqueza les concediese como la notoriedad de su linaje requería y como hasta aquí lo tenían y habían tenido; que cualquier hijo natural vizcaino o sus dependientes que estuviesen casados o avezindados habitantes o moradores fuera de esta tierra de Vizcaya en cualesquier partes, lugares y provincias de los Reinos de España, (...) les valiese la dicha hidalguía (...).⁷⁰

Esse excerto documental traz enunciados bastante claros sobre a nova situação dos biscainhos inseridos nessa comunidade monárquica. Primeiramente, deve-se observar a constituição política do chamado *Reino de Espanha* que ganha força na passagem do século XV ao XVI. Não se deve crer que o investimento discursivo nesse espaço administrativo-jurisdicional teve como consequência o advento de um Estado-Nação, quer dizer, uma unidade fechada e acabada em torno da univocidade de um “povo”. Essa comunidade está sempre em processo de construção, há uma necessidade de investir *para todas as vezes*⁷¹ em diversos mecanismos para a produção de um sistema no qual as partes trabalhem sob uma arregimentação política minimamente comum e sincrônica, essa é, precisamente, uma das questões que anima o desenvolvimento desta dissertação. Sendo assim, é perceptível a necessidade discursiva de enunciar a circulação de biscainhos nos territórios ibéricos, os quais casam e vão morar em outras regiões: frente a esse fenômeno de migração, sua fidalguia está garantida em qualquer *Reino de España*, como diz o excerto.

Podemos afirmar que “Biscaia” entendida como uma territorialidade não é um “ente natural”, mas uma criação engendrada em meio a um campo problemático específico. Utilizando as palavras de Deleuze, dir-se-ia que Biscaia é um agenciamento discursivo atravessado por políticas territoriais. É uma produção “genética”, considerando seus dinamismos espaço-temporais internos, mas também, “ecológica”,

⁷⁰ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XVI, Título Primeiro, *Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidalguía y la probanza que para gozarla han de hacer*). (p.25).

⁷¹ O jogo de palavras foi inspirado em alguns aforismos de Deleuze. Ver DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

levando em conta as determinações externas que presidem sua determinação no extenso.⁷² Ocupa uma região específica e comunicante com aquilo que se denominou Reinos de Espanha. Biscaia, portanto, é uma fundação⁷³ na medida em que não consideramos esse espaço como natural. Nosso intuito é perscrutar como passou a ser o que se tornou no momento em que estudamos, uma vez que se estabelecem critérios específicos para determinar sua territorialidade e sua população.

Sendo assim, essa fidalguia nascida em meio à monarquia pós-Reis Católicos, supunha aos biscainhos os privilégios habituais relegados aos nobres de outras localidades, que podem ser resumidos, grosso modo, em:

*(...) dominio compartido o total de los municipios, exceción de cargas fiscales, de levas y reclutas, de alojamiento de soldados preferencia de los cargos honoríficos y puestos administrativos. Sus privilegios judiciales eran también considerables: no podían ser presos por deudas, ni atormentados, sino en caso de alta traición: no sufrían penas afrentosas (azotes, horca, galeras), tenían por cárcel lugares más decentes (...).*⁷⁴

Esses privilégios podem ser encontrados no Foro Novo, em diversas disposições do título I. Como já falamos das isenções de caráter fiscal, atentaremos para algumas das demais nesse momento. Em uma sociedade onde os castigos físicos eram comuns, a proibição em sofrer tormento e ameaça era uma faculdade gozada apenas pelas camadas privilegiadas:

*(...) Que habían de fuero y costumbre, y franqueza y libertad, que sobre delito ni maleficio alguno, público, ni privado, grande ni leviano, y de cualquier calidad y gravedad que sea, ahora sea tal, que el Juez de oficio pueda proceder, ahora no; que a vizcaino alguno no se dó tormento alguno ni menaza de tormento, directa ni indirecta, en Vizcaya, ni fuera de ella en parte alguna*⁷⁵.

Outra prerrogativa importante está referida aos recrutamentos militares. Os biscainhos convocados só prestariam serviço até os limites da localidade de Lujaondo (Luyando), além dessas fronteiras (marcadas por uma conhecida árvore) deveriam receber soldo:

⁷² DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (p.348)

⁷³ *Ibidem*. (p.352).

⁷⁴ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.163).

⁷⁵ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorio de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiolea -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XII, Título Primeiro, *Tormento y amenaza no se puede dar a vizcaino*). (p.22).

*Que habían de Fuero y ley, que los Caballeros-Escuderos hombres hijodalgos del dicho Condado y Señorío, (...) siempre usaron y acostumbraron ir cada y cuando que el Señor de Vizcaya los llamase, sin sueldo alguno, por cosas que a su servicio los mandase hasta el Arbol Malato, que es en Lujaondo. Pero si el Señor con su Señoría, les mandase ir allende del dicho lugar, su señoría les debe pagar el sueldo de dos meses, si hubieren de ir aquende de los puertos; y para allende de los puertos de tres meses, y así dando el dicho sueldo (...) usaron y acostumbraron a ir con su Señoría a su servicio, doquier les mandasen; pero no les dando el dicho sueldo, en dicho lugar, nunca usaron ni acostumbraron pasar del dicho Arbol Malato; y que la dicha exención y libertad, así les fue siempre guardado por los Señores de Vizcaya.*⁷⁶

A faculdade de ser julgado apenas pelo Juíz Maior de Biscaia (conhecedor dos foros) na maioria dos pleitos e, exclusivamente, em questões cíveis ou criminais fora dos limites do Senhorio⁷⁷ era bastante relevante no quadro da fidalguia coletiva, considerando que como nobres, portadores de uma lei diferenciada, deveriam ser julgados conforme suas disposições e, não, por instâncias alheias a sua condição:

*(...) Que habían de franqueza y libertad, por merced se Sus Altezas y sus progenitores, que por cuanto los dichos vizcainos tenían en su Juez Mayor de Vizcaya, que reside en su Corte y Chancillería de Valladolid⁷⁸, que conoce de todas sus causas, en civil y crimen; que ningún vizcaino (...) por delito alguno, vel cuasi, ni por deuda alguna, no pueda ser convenido, hallándose fuera de Vizcaya, por los Alcaldes de Crime de Sus Altezas, ni por otro Juez alguno de Sus Altezas, ni estos Reinos y Señoríos, ni juzgado por ellos; salvo por el dicho Juez Mayor de Vizcaya, aunque los tales delitos y deudas sean hechos y contraídos fuera de Vizcaya, (...).*⁷⁹

Vistas essa variedade de privilégios e franquezas, cabe a indagação: afinal, quem poderia ser considerado um natural biscainho, ou seja, apto a gozar dessas leis? Para entendermos essa delimitação identitária, é necessário ressaltar a importância que a

⁷⁶ *Ibidem.* (Lei V – Título Primeiro, *Cómo los vizcaínos siendo llamados por el Señor de Vizcaya han de ir servir, y en qué casos les han de dar sueldo*). (p.18).

⁷⁷ “El Juez Mayor es competente en la apelación de todos los pleitos de vizcaínos, exepto en los de menos de quince maravedís, sentenciados por el Corregidor y demás Justicias del Señorío. Ningún Juez puede entender en las causas civiles y criminales de los vizcaínos, a excepción de su Juez Mayor.” RODRÍGUEZ MARTÍN, Jacinto. “Figura histórico-jurídica del Juez Mayor de Vizcaya”, *Anuario de historia del derecho español*, Madrid, nº 38, 1968. (p.648).

⁷⁸ A Chancillería de Valladolid e a Chancillería de Granada eram os mais altos tribunais de justiça da Monarquia e tinham como principal função zelar pela manutenção da distinção entre estamentos: “La función de las Chancillerías de Granada y Valladolid consistía en velar por la pureza de los procedimientos empleados para distinguir los estados. El prodigioso número de pleitos, que aún se conservan, testifica la dificultad de su tarea. Como hemos visto era doble: amparar a los hidalgos cuando el consejo negaba su derecho y, por el contrario, excluir al que indebidamente pretendiera gozar del privilegio”. DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp. 37 & 38).

⁷⁹ El Fuero, *Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorio de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiolea -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XIX, Título Primeiro, *Que los vizcainos no puedan ser convenidos fuera de Vizcaya, sino delante del Juez Mayor por cualquier contrato y delito; y que se remitan al Juez Mayor, declinando de los Jueces*). (p.28).

genealogia familiar possui na manutenção da fidalguia. O conceito de natural biscainho e suas implicações, estão atrelados a uma descendência por via paterna, lê-se em outro trecho da Lei XVI, Título I:

*(...) mostrando y probando ser naturales vizcainos, hijos dependientes de ellos, a saber, es que su padre o su abuelo de partes de padre son y fueron nacidos en el dicho Señorío de Vizcaya; y probando por fama publica que los otros antepasados progenitores de ellos de partes del padre fueron naturales vizcainos, (...).*⁸⁰

É, portanto, a linha de descendência masculina que conta para se considerar um nobre biscainho, prerrogativa nada estranha em uma sociedade já habituada a pensar sua constituição como produto de linhagens, mas que nesse momento está relacionada com forças diferentes de outrora: a novidade de uma nobreza coletiva característica dos biscainhos (estabelecida por antiguidade de sangue) insere-se em um campo enunciativo próprio, gestado sincronicamente à emergência de uma monarquia de matiz exclusivamente católica. Ser considerado fidalgo a princípios do século XVI é a garantia pública de reconhecimento como um bom cristão – regalia nada depreciável em uma sociedade que passa a se constituir na distinção entre cristãos velhos e cristãos novos.

1.4 Biscaia na produção de uma Monarquia Católica

Outro aspecto que não podemos deixar de abordar, portanto, é a formação de uma Monarquia Católica na Espanha, fenômeno que constituirá uma força extremamente relevante em torno de práticas de saber (com efeitos na esfera jurídica) relativas à fidalguia ibérica. Após a união de Castela e Aragão por meio do enlace entre a rainha Isabel e o rei Fernando, tais monarcas levaram a cabo determinadas tecnologias de poder que procuravam investir em um sentimento coletivo ligado à religião católica com o objetivo de performar uma comunidade política constituída por territórios dotados de personalidade jurídica, territorial e cultural distintos:

*La monarquía que fundaron los Reyes Católicos no tenía unidad política. Era un conjunto de territorios que conservaron su fisonomía y que tenían la característica común de ser gobernados por el mismo rey. La unidad religiosa garantizaría la unidad (...). El instrumento sería la Inquisición.*⁸¹

⁸⁰ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XVI, Título Primeiro, *Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidalguía y la probanza que para gozarla han de hacer*). (p.25).

⁸¹ REGUERA, Iñaki. “La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*: Nº 2 (2005). (p.242).

Desse modo, estabelece-se nas monarquias ibéricas uma intensa relação entre “Estado” e Igreja que redundará na criação dos tribunais da Inquisição em 1478 no caso espanhol:

Os tribunais da inquisição têm, portanto, na Espanha e Portugal uma natureza ‘mista’, já sublinhada por Tomás y Valiente (...): ele conserva sempre sua natureza de tribunal eclesiástico, devido sua fonte principal de legitimidade e às funções atribuídas, mas também é um tribunal da Coroa, dados os mecanismos de nomeação e de enquadramento administrativo. Com efeito, a Inquisição está instalada em palácios da Coroa, o rei intervém diretamente para resolver disputas de imóveis com organismos da Igreja e do estado em favor do tribunal e financia a organização em períodos de crise.⁸²

Não nos interessa tanto o modo de funcionamento dos tribunais inquisitoriais do ponto de vista “interno”, mas de acordo com nossos problemas, procuramos compreender de que maneira o Santo Ofício instalou-se nessa sociedade em um diálogo com práticas cotidianas das populações ibéricas, engendrando efeitos concretos, com vistas a criar uma sociedade de religião única.⁸³

A trama entre a Inquisição e determinadas práticas sociais (considerando a presença profusa da religião) é evidente. Desde meados do século XIV e mais especialmente ao longo do século XV (e ainda com mais ênfase na segunda metade deste século), tem-se notícia de grandes motins contra populações de origem judaica na Península. Sabe-se que desde o medievo havia uma grande desconfiança para com os seguidores da lei mosaica do ponto de vista do imaginário cristão: eram identificados como agentes diabólicos, não reconheciam A Boa Nova e esperavam a chegada de um “falso messias”, prontamente relacionado ao Anticristo.⁸⁴

Em Biscaia, a situação não era diferente. Apesar da quantidade de semitas não ser tão elevada em comparação com outras regiões peninsulares, haviam *juderías* ou *aljamas* (bairros separados, reservados à habitação dessas populações nas vilas) nos municípios de Orduña e Valmaseda, por exemplo.⁸⁵ Nessa última vila, os vizinhos católicos levantaram-se contra os judeus em 1483 e em 1486, foram expulsos. Anteriormente, em 1476, a vila de Bilbao, mobilizando determinado corpus jurídico,

⁸² BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Século XV-XVII*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. (p.203)

⁸³ REGUERA, Iñaki. *Op. cit.*

⁸⁴ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *O Diabo no imaginário cristão*. Bauru: EDUSC, 2000. (p.80).

⁸⁵ REGUERA, Iñaki. *Op. cit.* (p.247).

conseguiu que os judeus de *Medina de Pomar* fossem proibidos de comercializar e pernoitar no município.⁸⁶ É interessante sublinhar que nesse momento, ainda era facultado às populações semitas instituírem pleitos contra os católicos devido ao seu “comportamento abusivo” frente àqueles. Lê-se em documento assinado pelo *Condestable* de Castela (cargo honorífico associado a alta patente militar) D. Pedro de Velazquez a pedido dos judeus de Valmaseda:

*Don Fernando é Doña Isabel &c. Sepades que por parte de la Aljama, é judíos de la Villa de Valmaseda nos fue fecha relación que podría haber tres años poco más o menos que el Consejo de la dicha Villa de Valmaseda ordenára é fizera ordenanza entre sí que ningund judío non viniese nin podiese venir de vivienda a la dicha villa, (...). E que desto non contentos podía haber treinta días poco más o menos que las cofradías é cofrades de Santa María de Agosto é de otras ciertas vocaciones de la dicha villa se juntáran, e ainsí juntos sin temor a Dios é nuestro é de las penas establecidas, con grande escándalo e alboroto vinieron todos contra ellos é les mandaron que luego saliesen de la dicha villa de Valmaseda, (...).*⁸⁷

Através da fonte supracitada, percebe-se como a revolta contra a população semita é levada a cabo pela comunidade cristã local (*Cofradía de Santa María de Agosto* e outros). Os reis Isabel e Fernando souberam utilizar desse sentimento religioso disseminado por todo o Reino, reforçando e institucionalizando-o através de um governo monárquico estabelecido como um sistema de governo intrinsecamente ligado ao cristianismo.

Reconhecer-se católico era reconhecer-se súdito do rei (e ser reconhecido como tal). Devemos pensar como essas modificações nas tramas de poder efetuadas pelos Reis se engendraram de maneira eficiente, já que estavam em contato com aseios dessa sociedade⁸⁸. Sendo assim, procuraremos demonstrar como a Coroa investiu em uma série

⁸⁶ *Ibidem.* (p.247).

⁸⁷ *Provisión Real del Consejo de Gobernación de amparo a los judíos de Valmaseda, para que la justicia los dejase vivir en la villa, y no los maltratase* [1486]. Registro General del Sello en el Archivo de Simancas. Mes de Marzo de 1486 In Colección de cédulas, cartas patentes, provisiones reales órdenes y otros documentos concernientes á las Provincias Vascongadas copiados de órden de S.M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las secretarías de Estado y del despacho y otras oficinas de la Corte. Tomo I – Condado y Señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. (pp.134 & 135). [Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico – Gobierno de España].

⁸⁸ As relações de poder se dão em torno de complexas linhas de força entre governantes e governados, as quais se estabelecem por meio de barganhas constituídas nas linhas de força. Sobre isso, considere-se que: “(...) nenhum poder é um dado de fato, (...) nenhum poder, qualquer que seja, é incontestado ou inevitável, (...) nenhum poder, por conseguinte merece ser aceito logo de saída. Não há legitimidade intrínseca do poder”. FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (p.72)

de mecanismos que se utilizavam de afetos instituídos nas sociedades ibéricas, jogando com os desejos de distinção e aquisição de privilégios.

Nesse contexto, conformou-se um sistema de identificação excludente, baseado na antiguidade de sangue cristão, conhecido como *limpeza de sangue* (relativa a ausência de parentesco com judeus ou mouros): os cristãos de linhagem antiga passaram a dispor, portanto, de uma série de privilégios relacionado a sua descendência considerada limpa. Tal questão ganha relevo com a criação dos tribunais inquisitoriais e toma proporções ainda maiores com a expulsão da população judaica em 1492, logo após a tomada do último bastião mouro na Península, o Reino de Granada (completando o processo de Reconquista):

*(...) han hallado muy culpantes en los dichos crimines é delitos contra nuestra Santa fe católica, non basta para entero remedio; para obviar é remediar commo çese tan grand oprobio é ofensa de la fe y Religión christiana, porque cada dia se halla é paresçe que los dichos judíos creçen en continuar su malo é dañado propósito, á donde biven é conversan; y porque non haya lugar de más ofender á nuestra Santa fe, así en los que hasta aquí dios ha querido guardar commo en los que cayeron se enmendaron é reduzieron á la santa madre yglesia, lo qual segund la flaqueza de nuestra humanidad é abstuçia é subgestión diabólica, que contino nos guerrea, ligeiramente podría acaesçer si la cabsa [causa] principal desto non se quita, que es echar los dichos judíos de nuestros Reynos (...).*⁸⁹

A população semítica passa a ser vista definitivamente como uma grande ameaça, passam a ser considerados inimigos da fé e da Coroa. Os judeus são identificados como portadores da ilusão – aqueles que podem induzir ao homem cristão (sujeito a essa ilusão) ao erro, e por isso devem ser eliminados para que não confundam aqueles que buscam o pensamento reto⁹⁰. Após sua expulsão, advém um outro problema: “*Con el edicto de 1492 el problema judío dio paso al problema converso*”.⁹¹ A distinção entre cristãos velhos e cristãos novos adquire lugar de destaque na passagem do século XV para o século XVI:

Lo que constituyó la auténtica peculiaridad española no fue bien su estructura jerárquica, sino la existencia paralela, o más bien sobrepuesta a ella, de otra jerarquía basada en la distinción entre cristianos viejos e nuevos, entendiendo por cristianos nuevos a los descendientes de mahometanos y

⁸⁹ *Edicto de los Reyes Católicos (31 marzo, 1492) desterrando de sus Estados á todos los judíos* in Boletín de la Real Academia de la Historia. Tomo 11, 1887. [Disponível em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes].

⁹⁰ “(...) o perigo na direção cristã será a ilusão, essa ilusão, essa não discriminação entre e representação do bem e a representação do mal, entre a representação, a sugestão que vem de Deus, a que vem e satanás, a que vem de mim mesmo”. FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (p.269).

⁹¹ REGUERA, Iñaki. *Op. cit.* (p.246).

*judíos convertidos. (...) la distinción se ahondó y se institucionalizó con las famosas pruebas de limpieza de sangre (...).*⁹²

Os cristãos velhos possuíam grandes vantagens sobre os conversos, os quais foram relegados a uma condição social inferior, sendo excluídos ativamente de diversos cargos administrativos em diversos níveis, por exemplo.⁹³ Essas prerrogativas foram levadas a cabo através dos estatutos de limpeza de sangue, ou seja, a obrigação de provar sua ascendência cristã antiga para assumir certos cargos. Tais estatutos também eram utilizados como mecanismo de distinção social e honradez, ligados a uma fama pública de ser de linhagem “imaculada”:

*A partir del siglo XV hay una intensa preocupación por este tema, consagrándose en la sociedad española el sistema de los estatutos de limpieza de sangre para excluir los cristianos ‘impuros’. Junto a la idea de limpieza estaba muy presente también el concepto de hidalguía.*⁹⁴

O tema da relação entre pertencimento a uma linhagem cristã velha e nobreza é de suma importância. Sendo assim, surge no Foro Novo de Biscaia uma novidade, completamente atrelada à emergência da fidalguia coletiva: a presença dos estatutos de limpeza de sangue relacionados à sua antiguidade cristã:

*Que por cuanto todos los dichos vizcaínos son hombres Hijosdalgo, y de noble linaje y limpia sangre, y tenían de Sus Altezas merced y provisión real sobre y en razón que los nuevamente convertidos de judíos y moros, ni descendientes, ni de su linaje, no puedan vivir ni morar en Vizcaya (...).*⁹⁵

Por meio do texto, Biscaia protege seu território das possíveis máculas ao cristianismo, garantindo aos seus vizinhos a permanência exclusiva de cristãos velhos no território, excluindo ativamente os conversos, proibidos de ali se avizinharem. O excerto supracitado é da Lei XIII do Título I, após essa disposição encontramos, inserida no Foro, uma Provisão Real de 1511 em nome da rainha Joana de Castela, demonstrando que a proibição dos conversos em Biscaia é anterior à escrita do Foro (que inaugura a nobilitação coletiva). Interessante notar a arquitetura do texto, incorporando essa Cédula como reforço da limpeza de sangue:

⁹² DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.12).

⁹³ BETHENCOURT, Francisco. *Op. cit.* (p.298).

⁹⁴ REGUERA, Iñaki. *Op. cit.* (p.246).

⁹⁵ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades (...).1977? [1528]. (Lei XIII, Título Primeiro— Que en Vizcaya no se avecinden los que fueren de linaje de judíos y moros, y como los que vinieren han de dar información de su linaje)*, (p.22).

(...) Sepades que a mí ha sido hecha relación de algunas personas de las nuevamente convertidas a la Santa Fe Católica de judíos y moros y linaje de ellos, por temor que tienen de la Inquisición, y por ser exentos y decir ser hidalgos, se han pasado y pasan de estos mis reinos y señoríos de Castilla a vivir y morar en algunas ciudades, villas y lugares del dicho Condado y Señorío de Vizcaya; y que si no se remediase, se podían recrecer muchos daños e inconvenientes en mucho deservicio de Dios y mío. Y ahora, pr parte del dicho Condado y Señorío de Vizcaya, me fue suplicado y pedido por merced, que acatando los muchos servicios que el dicho Condado y Señorío me ha hecho, y por la infamia que de ello reciben mandase: Que ninguna de las dichas personas, así cristianos nuevos de moros y judíos como del linaje de ellos, no se puedan avencindar en ninguna de las dichas ciudades, villas y lugares del dicho Condado y Señorío de Vizcaya ni en sus términos; y si hubiese avencidados, los mandase salir (...). Y Yo acatando lo susodicho y por evitar los dichos escándalos e inconvenientes que se podrán recrecer, y viendo que cumple así al servicio de Dios y mío y a la buena expedición del Santo Oficio de la Inquisición, tuvelo por bien.⁹⁶

O Judeu é identificado com elemento desordenador: os semitas teriam se mudado de Castela para Biscaia dizendo ser fidalgos (sendo que não o seriam). Esses elementos prejudicariam o Senhorio e seus naturais, já que os últimos possuíam sangue cristão antigo e não poderia ser maculado por aqueles que se afastavam, nesse momento, do padrão de nobreza, o qual passa a ser diretamente associado à religião católica.

Na sequência, outra lei destaca a importância extrema do sangue cristão no campo enunciativo dessa nova legislação, ou seja, o investimento nessa ligação intrínseca entre catolicismo e fidalguia para os biscainhos:

Y si por ventura, alguno o algunos de los tales nuevamente convertidos, o sus hijos o nietos, negociarían de haber alguna cédula o merced de Sus Majestades, para que estén y vivan en el dicho Condado, sin embargo de la dicha Provisión Real; y esto será deservicio de Dios y Sus Majestades y grande perjuicio y daño de los vecinos de Vizcaya. (...) que si alguno de los susodichos, tales cédulas o provisiones tienen ganadas o ganaren y mostraren, que sea obedecida y no cumplida, (...)⁹⁷

Isto é, essa lei prescreve uma “cláusula” preventiva: mesmo se os conversos negociassem com os reis, por via legal, a possibilidade de irem habitar em Biscaia, as leis do Condado não cumprirão tal disposição, argumentando que isso não prejudicaria somente a comunidade cristã (e fidalga) local, mas também, ofenderia a Deus e o próprio monarca. Na linguagem do documento, tal resolução seria: “(...) obedecida y no cumplida (...)”, ou seja: “(...) supone que jamás tendrá efecto. El lenguaje medieval obliga a respectar la soberanía del señor por ello se obedece formalmente, pero no se cumple, lo

⁹⁶ *Ibidem.* (Lei XIV, Título Primeiro – Provisión Real sobre los nuevamente convertidos). (pp.23 & 24).

⁹⁷ *Ibidem.* (Lei XV, Título Primeiro - Sobre lo mismo). (p.25).

que significa que (...) no tendrá efecto alguno”)⁹⁸. Nesse sentido, essa fórmula também se expressou por meio de um importante mecanismo conhecido como *passee foral*⁹⁹, o qual previa que nenhuma provisão da Coroa teria efeito, caso fosse contrária ao Foro:

(...) *Qua habían por Fuero y Ley y franqueza y libertad, que cualquier carta o provisión real que el dicho Señor de Vizcaya diere o mandare dar o proveer, que sea o ser pueda contra las Leyes y Fueros de Vizcaya, directa o indirecta, que sea obedecida y no cumplida.*¹⁰⁰

A esfera de poder monárquica é virtualmente confrontada, ainda que tal virtualidade fosse efetivamente conhecida por ambas as partes. Acerca do *Obedezco, pero no cumplo*, diz Elliott:

*La vieja fórmula vasca y castellana ‘Obedezco pero no cumplo’, que cruzó incólume el Atlántico para iniciar una nueva vida en las Indias, servía para el mismo objetivo de preservar a la vez la apariencia de lealtad del súbdito y la imagen del rey. El supuesto previo de estas fórmulas (...) era que la relación entre rey y el pueblo no estaba guiada sólo por los términos de la relación natural entre el padre y sus hijos, sino también en un pacto mutuamente acordado. En algunas partes de la monarquía, en especial en Castilla, este convénio era esencialmente tácito, aunque la tradición pactista y cosntitucionalista castellana perduró durante los siglos XVI y XVII.*¹⁰¹

No caso de Biscaia, essa relação não aparece de forma tácita, como aponta Elliott, mas como uma afirmação direta. Por outro lado, esse historiador atribui o *pactismo* aos territórios historicamente vinculados à Castela, como é o nosso caso, indo, nesse plano, na contramão de Vicens Vives, o qual confere às regiões aragonesas o protagonismo nesse mecanismo de governo. O “*Obedezco (...)*”, desde nosso ponto de vista, é um índice importante no que diz respeito à maneira como se estabeleceu a associação entre Biscaia e a Monarquia, principalmente, em meio à política de alianças traçada pós Reis Católicos.

Portanto, as figuras tidas como representantes legais dos biscainhos, aproveitando-se do fato de que a região não fora invadida pelos mouros durante a presença islâmica, somado ao reforço enunciativo de que a população cristã – pretensamente - não se misturara com eles (nem com os judeus); formularam na letra da lei argumentos baseados em sua antiguidade de sangue para dar lastro e consistência ao

⁹⁸ CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao, Editorial Vizcaína, 1975. (p.21).

⁹⁹ *Ibidem*. (p.21).

¹⁰⁰ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades (...)*.1977? [1528]. (*Lei XI, Título Primeiro– Que las cartas contra la libertad sean obedecida y no cumplidas*). (p.22).

¹⁰¹ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (p.238).

mecanismo performativo de uma fidalguia coletiva (e à ideia de identidade biscainha) em inícios do século XVI.

Para não incorrerem no risco de contrapor uma nobreza “autêntica” castelo-aragonesa a uma nobreza “inventada” biscainha, deve-se ter em conta que em todo o Reino aqueles que dispunham de distinção nobiliárquica também tiveram que performar sua fidalguia (considerando as mutações nas malhas de poder), reforçando o campo discursivo em formação, no qual cristandade e fidalguia são elementos absolutamente relacionados. Não houve, então, um conjunto de regras trans-históricas que definiram as prerrogativas de nobreza e do ser nobre: tais regras são movidas de acordo com reordenamentos nos jogos de veridicção em diálogo com as forças disruptivas no campo social, ensejando novos usos de práticas de legitimação.¹⁰² A partir do século XVI, as famílias consideradas fidalgas esforçaram-se para forjar ou modificar documentos com a finalidade de que sua estirpe não fosse contestada (levando em conta o pavor causado pela descoberta de parentes conversos), é por esse motivo que a produção particular de genealogias cresceu imensamente:

*A partir del siglo XVI la producción de obras de esta clase aumentó en proporciones gigantescas, (...). Todas las familias de viso querían remontar su origen lo más lejos posible, borrar la huella de, las masalliances asaz frecuentes (...), entroncar con casas reinantes, probar descendencia (...), de altos personajes de Antigüedad, y hasta (por que nó?) de nuestro padre Adán, (...).*¹⁰³

Domínguez Ortiz enfatiza, inclusive, as modificações de documentos oficiais nos séculos XVI e XVII, como por exemplo no Foro de Madrid (1202), no qual aparecem raspados e corrigidos quase todos os nomes próprios, indicando o apagamento das possíveis máculas de sangue e ordinariedade de origem em busca de honra, localizada junto à verdadeira religião: o catolicismo das linhagens virtuosas e dos monarcas. Podemos ver esse fenômeno como uma ficção fundacionista¹⁰⁴, sendo ficção não porque seja “falsa”, mas por constituir efeitos baseados em uma narrativa produzida em meio a essa economia ibérica da exclusão: performando a existência de “cristãos velhos” como

¹⁰² BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.24).

¹⁰³ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.21).

¹⁰⁴ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.20).

o oposto dos “cristãos novos”. Estabeleceu-se um padrão¹⁰⁵ que movia afetos e desejos, no qual a nobreza (com seus almejados privilégios) passa a não existir sem uma conexão direta com o catolicismo e com a Coroa.

1.5 Uma fidalguia não-isolada e comunicante

Desse modo, vimos como os Senhores de Biscaia, principalmente com os reis Isabel e Fernando, lançaram mão de diversos mecanismos contra a atuação dos bandos (e seus líderes) nos territórios biscainhos, considerando que estes criavam linhas de força capazes de disputar zonas de influência com os poderes da Monarquia que cada vez mais procurava institucionalizar-se como um poder governativo. O complexo processo de nobilitação coletiva, desde nosso ponto de vista particular, emerge, dentre outros fatores, como estratégia conjunta de enfraquecimento do poder desses *bandos* e dos *Parientes Mayores* em prol de um regime monárquico baseado em regras jurídicas claras estabelecidas entre Biscaia e a Coroa, engendrando redes de comunicação entre essas duas instâncias. Nesse processo, a introdução do funcionário real com prerrogativas executivas, o Corregedor, é fundamental no estreitamento de relações entre a Monarquia e Biscaia, prática estratégica na produção de elementos conectivos entre a Coroa e essa territorialidade.

Além disso, tal processo se dá em um momento preciso no qual as regras de limpeza de sangue adquirem um estatuto central no ordenamento social, ligados à formação de uma sociedade exclusivamente católica. Ao invés de dizer que a Espanha dessa época não tinha unidade política, mas religiosa¹⁰⁶, diríamos que a religião foi utilizada como uma tecnologia de poder, com efeitos diretos sobre as populações ibéricas, reforçando práticas sociais que indexavam os cristãos à monarquia.

Dir-se-ia que nesse contexto havia um afã coletivo por nobreza¹⁰⁷, poderíamos dizer uma *vontade de nobreza* (atingir esse estatuto supunha uma série de privilégios e distinções). Segundo Domínguez Ortiz:

(...) las probanzas, o sea, el conjunto de diligencias necesarias para demostrar la hidalguía, tenían que adquirir una importancia desmesurada a

¹⁰⁵ DELEUZE, Gilles. G de Gauche In *O abecedário de Gilles Deleuze* [vídeo/entrevista a Claire Parnet]. Produção de Éditions Montparnasse, realização de Pierre-André Boutang, 1988.

¹⁰⁶ REGUERA, Iñaki. *Op. cit.* (p.242).

¹⁰⁷ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.35).

*partir de comienzos del siglo XVI, cuando la delimitación jurídica de los estados comenzó a tomar una importancia preeminente, al par que crecía el afán de honra, es decir distinción social.*¹⁰⁸

A fidalguia coletiva dos biscainhos aparece nessas circunstâncias, utilizando e performando uma posição no campo discursivo. Esse fenômeno emerge sob um determinado regime de verdade, fundado em uma superfície de inclusões e exclusões, constituído sobre certos problemas específicos (de que lugar fala o nobre?), mobilizando desejos latentes que se desdobraram em práticas de legitimação e modos de subjetivação. Nietzsche recorda o quanto a ação de nomear e definir é um ato político perpassado por relações de poder: “(o direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão do poder dos senhores: eles dizem ‘isto é isto’, marcam cada coisa e acontecimentos com um som, como que apropriando-se assim das coisas)”.¹⁰⁹ Antes era dito: há lavradores e há nobres em Biscaia; na aurora do século XVI, isso não é mais dito. Enunciar ou deixar de fazê-lo e criar novas formulações são modos eminentemente políticos de ação, vinculados a aquisição de posições estratégica em meio à diferentes arquiteturas das relações de força.

Dessa maneira, no interior da Monarquia se constitui um regime de distinção que se baseia na diferenciação das boas imagens do cristão (o cristão velho) de suas imagens decaídas¹¹⁰ figuradas pelo cristão novo, sempre em suspeita e sempre em falta. Somente sob essas condições, nesse campo enunciativo, tornou-se existente a produção de um sistema de representação, onde se passou a afirmar que: “(...) *todos los naturales, vecinos y moradores de este dicho señorío de Vizcaya, (...), eran notorios Hijosdalgo*”.

¹⁰⁸ *Ibidem.* (p.31)

¹⁰⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.19).

¹¹⁰ Deleuze refere-se ao pensamento imagético como um modo desenvolvido pela cristandade decorrente do exercício do platonismo cuja operação exerceu forte influência no ocidente, em autores como René Descartes (1596-1650), ajudando a conformar as bases do pensamento filosófico moderno, estabelecendo o fundamento do que seria um modo reto de pensar em contraposição ao erro e à ilusão. Ver DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Cap. III – A Imagem do Pensamento).

2. O uso e a circulação de terras e de bens

*“(…) e sy lo contrario fesyeren e en el cumplimiento e efeto d’este dicho mi testamento luenga alguna pusyeren, ruego a Dios todopoderoso que gelo demande mal e caramente en este mundo en los cuerpos e en el otro en las almas (...)”*¹

O principal objetivo desse capítulo é realizar uma análise focalizada em nossos problemas de pesquisa, perscrutando as relações entre a posse, o uso da terra e a estratificação social em Biscaia. O esforço em colocar-se frente a essas questões pretende animar outros historiadores a estudá-las, considerando que há poucas análises contemporâneas sobre esses temas, principalmente, em comparação com outros problemas historiográficos como as linhagens associadas em bandos em Biscaia. Frente a isso, não se pretende defender uma hierarquização entre motes de pesquisa, mas encorajar novas investigações nesse campo.

O primeiro cuidado ao falar de uso e circulação das terras é a conexão imediata que se faz com o conceito de propriedade. Tal conceito, entretanto, está saturado por relações constituídas por um modo de existência cultural próprio das sociedades burguesas europeias, reverberado, em grande medida, na tradição alemã de estudos de Direito (*pandectística*) e sua interpretação do mundo após o Código Civil Napoleônico:

(...) tomou forma no curso da Idade Moderna – e sobretudo se cristalizou nas reflexões e na práxis do século XIX – um singular arquétipo jurídico, que poderíamos qualificar – (...) – napoleônico-pandectístico, isto é, uma noção de propriedade não somente resolvida na apropriação individual mas em uma apropriação de conteúdos particularmente potestativos.²

¹ *Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo – pendiente de aprobación real – formando por diversos bienes poseídos conjuntamente con su esposo: la mitad de la casa torre familiar; situada en la calle bilbaína de Santiago, la mitad de las ruedas de moler de Sanchotegui y la mitad de una huerta. En caso de morir el primogénito sin dejar descendencia masculina legítima, la testadora determina el orden de transmisión de tales derechos entre los demás hijos varones habidos de su matrimonio: Sancho, Ochoa, Juan y Pedro Ortiz de Arbolancha, asimismo, si estos fallecen sin herederos masculinos, los derechos pasarán a las hijas: María Ibáñez, Juana y María Sánchez, y a sus descendientes masculinos [1427 diciembre 16. Bilbao, calle Santiago.]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.(p.138).*

² GROSSI, Paolo. A Propriedade e as Propriedades na Oficina do historiador In *História da Propriedade e Outros Ensaíos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. (p.11).

Essa tradição liberal haveria impresso um *telos* histórico em relação ao uso e circulação de bens (*Palimpsesto napoleônico-pandectístico*), impondo à história fundiária um elo inevitável com o conceito de propriedade individualizada, onde haveria uma simetria entre *dominium rerum* [Domínio da coisa] e *dominium sui* [Domínio seu].³ Segundo Grossi, essa concepção é fruto de uma emergência histórica específica, sendo necessário ao historiador um distanciamento estratégico em relação ao monólito cultural burguês-proprietário:

(...) o historiador da ‘propriedade’ – que deve sempre ser historiador ao menos ‘das propriedades’ – recusando-se, a isolar a relação formalmente proprietária, alargando, como dizíamos acima, a própria análise a todo sistema fundiário, constituirá, deverá constituir a história da ‘propriedade’ na idade média centrando a pesquisa em um cúmulo de objetos que um formalista miopemente excluiria.⁴

Com relação ao isso, Grossi defende que há um campo de permanências medievais no seio das mentalidades do homem europeu até o século XIX, investindo em uma análise de um campo de lentas mudanças nesse plano, de acordo com as concepções de Le Roy Ladurie. Nesse sentido, não ousaríamos ser tão categóricos quanto Grossi - que aposta em uma mentalidade secular de permanências mentais que se desdobrariam em práticas sociais - investindo em um imobilismo apriorístico como episteme, cujos perigos (relacionados a uma excessiva linearização histórica baseada em um jogo de semelhanças especular) nos alerta Foucault.⁵ O ponto fundamental problematizado por Grossi, desde nosso ponto de vista, é evitar a teleologia própria do século XIX em relação ao tema do uso e circulação da terra, abrindo espaço para compreender mais livremente as próprias fontes no que diz respeito ao seu uso. Assim, mesmo que, por ventura, nossos documentos utilizem o termo *propriedade*, este deve ser compreendido com cautela, para não incorreremos no rebatimento do conceito liberal em outros campos historicamente situados.

2.1 Estudo genealógico dos *solares labradoriegos*

Vistas essas considerações, voltemos ao nosso caso. Partindo de um enunciado de um recente estudo acerca da nobreza biscainha em sua relação com a propriedade das

³ *Ibidem.* (p.12).

⁴ *Ibidem.* (p.41).

⁵ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (p. 26).

casas solares: “(...) *sobre una casa solar, término este último con una exclusiva significación que nos remite a hidalguía*”⁶, nos preguntamos: será que as tais casas solares são realmente uma exclusividade dos fidalgos em Biscaia? Como se processavam as assimetrias sociais por meio da posse de bens? Como o Senhor de Biscaia se relacionou com tais aspectos? Procurar-se-á desdobrar mais detalhadamente esses problemas e, aos poucos, buscaremos engendrar as conexões discursivas por meio das quais o leitor compreenderá melhor as relações de sentido estabelecida por essas perguntas.

No Foro Velho (1452), como vimos no Capítulo I, lê-se:

*Otrosí dijeron que por quanto el Señor Rey, ainsí como Señor de Vizcaya, ha pedido, tasado é limitado en los labradores de Vizcaya, é los tales labradores con maldad por no pagar lo que les lanzan á cada uno en el pedido del dicho señor de Vizcaya, é por non pagar tanto como les cabia de pagar estando é morando en los solares labradoriegos vanse á poblar é morar en los logares infanzonazgos (...).*⁷

O trecho comenta sobre indivíduos que vivem em *solares labradoriegos* e deixam tais solares para se transferirem a *solares infanzonazgos* com o objetivo de deixar de pagar os tributos devidos ao Senhor de Biscaia e gozar prerrogativas nobiliárquicas que eram exclusivas de determinado estrato nesse momento. De qualquer modo, o que chama a atenção é a própria existência de solares pertencentes às pessoas não-nobres, fato reforçado por outro documento também analisado no capítulo I:

*(...) Sepades que por parte de algunos buenos homes labradores de las dichas merindades é partidos nos fue hecha relación por su petición diciendo que por causa de los grandes fraudes é encubiertas que algunos de los labradores é homes pecheros (...) hacían, á fin de se sustraer de non pechar nin contribuir de los pedidos é otros pechos Reales que les eran repartidos, dejaban los solares é casas propias pecheras que tenían y se iban á vivir á tierras de infanzonazgo, donde dis que hacían chozas é casas en que vivir é estaban: é así mismo por que dis que otros vendían é empenaban sus haciendas é heredades pecheras á homes fidalgos en tal manera que por cargarse los tales pechos é pedidos á los pecheros que quedaban se les recrecian muy grandes costas é daños é fatigas (...).*⁸

⁶ DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.57).

⁷ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo CCVIII – Título de los que desamparan los solares labradoriegos é van á morar á los infanzonazgos, (p.192).

⁸ *Provisión del Consejo Real sobre sustraerse algunos labradores de las merindades de pechar, huyendo á tierras de Infanzonazgo, y proveyendo de remedio a este abuso [1480]* (Biblioteca Nacional, Madrid) in GONZÁLEZ, T. Colección de cédulas, cartas-patentes, provisiones, reales órdenes y otros documentos concernientes a las provincias vascongadas, copiados de orden de S. M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las Secretarías de Estado y del Despacho y otras

Esse documento endossa a existência desses solares de lavradores: “(...) *dejaban los solares é casas propias pecheras que tenían y se iban á vivir á tierras de infanzonazgo* (...)” e também: “(...) *otros vendían é empenaban sus haciendas é heredades pecheras á homes fidalgos* (...)”. Percebe-se, portanto, que a posse de solares não era exclusividade dos fidalgos. Por outro lado, aponta a concentração relativa de terras para esse estamento, já que os lavradores vendem seus solares aos fidalgos com o objetivo de livrarem-se do fisco, indo viver nas terras do *infanzonazgo*, onde se misturavam com esses últimos para não pagar impostos *pecheros*, e ali levantavam suas habitações: “(...) *donde dis que hacían chozas é casas en que vivir é estaban* (...)”.

Dito isso, nos perguntamos qual seria o processo genealógico que criou a possibilidade de pessoas não-nobres possuírem terras? Seus bens puderam chegar a ser transmissíveis por herança? Para compreendermos tais questões, é necessário remontarmos mais uma vez ao século XIV e a Fundação das Vilas em Biscaia. A Carta-Puebla de Bilbao [1300] diz:

(...) *et dó franqueo a vos, los pobladores d'este lugar, que seades francos e libres e quitos para siempre jamás, vos e los que vos vernán, de todos pechos e de todas vereas tan bien de fossaderas e de emendas e de oturas e de mañería como de todas las otras cosas, (...). Et dó e otórgovos que ayades por vuetros vezinos los mios labradores que yo he de dentro d'estos términos sobredichos e vuestra vencindat francos e libres e quitos assí como lo vós sodes, (...).*⁹

Como vimos, a fundação de vilas surge como um vetor de força por parte dos Senhores de Biscaia e possuía o intuito de enfraquecer os nobres *banderizos* cujas ações prejudicavam os lavradores (que empobrecidos não possuíam dinheiro para pagar impostos) e além disso, afetavam a produção e circulação de gêneros agrícolas no Condado com sua política de disputa de poder e associações clientelistas em relação aos camponeses. Ao incorporar lavradores circunvizinhos nos termos das cidades, o Senhor lhes concedia uma série de privilégios (como a todos aqueles que se dispusessem a habitar o termo municipal). Um dos privilégios mais importantes, no caso bilbaíno é, justamente, a abolição das *Fossaderas* e *Mañerías*. Essa última, por exemplo, era uma prerrogativa senhorial (presente em toda Península Ibérica), a qual dispunha que o camponês que morresse sem deixar descendentes não poderia passar seus bens móveis ou imóveis a

oficinas de la corte. Tomo I: Condado y señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. (Fols. 74r-76v). Disponível em [Legislación Histórica de España](#)[base de dados online] 4ª ed. Julio 2010.

⁹ *Carta-Puebla de Bilbao* [1300] In Proyecto Andrés Poza [com apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jauriaritz] dirigido por ISASI, Carmen.

nenhum parente, sendo obrigado a deixá-los a seu senhor, não possuindo direito à sucessão hereditária.¹⁰ Com a abolição desta prerrogativa, percebe-se o esforço do Senhor de Biscaia em diminuir as cargas subordinativas sobre os lavradores como instrumento estratégico para expandir sua força frente aos demais nobres e impor-se como vetor determinante na ordenação jurídica.

Como já exploramos no capítulo I, a fundação sincrônica das Vilas de Larrabezúa (conhecida à época como Villanueva de Berresonaga), Munguia e Regoitia [1376] é um importante fenômeno no que se refere aos problemas a investigar (como, por exemplo, o lugar dos lavradores frente a isso). Pois bem, a fundação destes redutos amuralhados surge por demanda de camponeses ameaçados pelos desmandos dos fidalgos, tal fundação é levada a cabo pelo Senhor em seu favor e do bem comum [*pro comunal*]:

(...) que los homes Buenos labradores mis basallos de las merindade de Uribe e de Busturia e de Marquina venieron a mí e se me querellaron de muchos daños e agravios e frutos e males que recebían por no estar poblados ni ajuntados en uno ni cercados en manera que cumpla a mi servicio e a su pro d'ellos y por ende, que me pedían merced que yo mandasse poblar três villas, las dos d'ellas en la Merindad de Uribe e la una en el lugar do dizen Munguia e la otra do dizen Larraveçua, e la outra villa en la Merindad de Busturia en el lugar do dizen Regoitia, por que ellos podiesen y poblar e morar e ser guardados e defendidos e amparados al mi servicio e al pro d'ellos e otrosí pro comunal de la mi tierra.¹¹

Em outro trecho, explicita-se as vantagens mútuas obtidas por camponeses e pelo Senhor, realizando, assim, uma aliança política:

(...) fallé [decidi] que en poblarse las dichas villas que es muy gran servicio e pro guarda e defendimiento de los mis basallos porque sean mejor poblados e defendidos e amparado e más ricos e más honrados, e que es pro comunal de toda tierra e acrecentamiento de los mis pechos e derechos.¹²

Como vimos, os lavradores estavam obrigados a pagar *pechos* ao Senhor de Biscaia, aumentando sua arrecadação, em troca recebiam a proteção nos redutos amuralhados e a promessa de incremento na riqueza e em sua honra. Vimos, também, no capítulo I que todos os camponeses das merindades de Uribe, Busturia e Marquina estavam obrigados a habitar essas três vilas, ou qualquer outra no Senhorio, confirmando a tendência ao amuralhamento das populações, ensejando, por um lado, um controle maior dos biscainhos por parte de seu Senhor.

¹⁰ Ver SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II E-Ma. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971. (p.899).

¹¹ *Carta Puebla de Larrabetzua [1376]* in Proyecto Andrés Poza [apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jauraritza] dirigido por ISASI, Carmen.

¹² *Ibidem*.

Mas, o que poderia propiciar o incremento da riqueza e da honradez (“*e más ricos e más honrados*”) dos referidos lavradores? A despeito de pagarem impostos característicos dos camponeses, os *pechos*, estavam isentos de outros tributos como *portazgo*, *peaje* e *pasaje*. Doravante, houve uma modificação em relação ao regime de “propriedade” engendrada pelo Senhor de Biscaia que vai ajudar a responder à questão colocada a princípio: “será que as tais casas solares são realmente uma exclusividade dos fidalgos em Biscaia?”.

Nas cartas-pueblas dessas três vilas há disposições muito parecidas acerca da distribuição dos chamados *mortueros* ou *mortuorios*, explicitaremos, então, o que seriam tais *mortueros* e qual a relação da doação destes aos camponeses. Tomemos como exemplo a carta fundacional de Regoiti localizada na Merindade de Busturia:

E otrosí, por fazer bien e merced a los vezinos e moradores de la dicha villa de Regoiti fágoles merced e donación de todos los mortueros que a mí pertenecen de dentro de los dichos términos quedó a la dicha Villa e mando que los repartan entre sí los vecinos e moradores de la dicha villa que a ella vinieren morar agora. (...) que de aqui a delante non aya mortueros algunos en todos los términos que yo dó a la dicha villa, mas que los solares que quedaren avagados e despoblados en la manera que solían ser dichos mortueros hasta aquí, que no sean mortueros ni los aya yo ni los señores que despues de mí vinieren en Vizcaya según que lo solían aver hasta aquí, mas que los ayan y los hereden los parientes e los propincuos de aquellos que los dexaren fasta el cuarto grado. E otrosí, por fazer bien e más merced a todos los mis labradores que son en las merindades de Busturia e Marquina fágoles merced e donación de todos los mortuorios que son en las dichas merindades fuera del términos de la dicha Villanueva de Regoiti; e mando que los dichos labradores e cualquier d’ellos que entren por vezinos en cualquier villa del mi Señorío de Vizcaya e que los dichos labradores sean ahorrados e privilegiados según son los vezinos e moradores de las otras villas del mi Señorío de Vizcaya; e de aqui adelante que no aya mortuorio alguno en las dichas merindades de Busturia y Marquina yo ni los Señores que son por venir según que lo solían ser fasta aquí.¹³

Esse excerto dispõe de uma série de problemas que devemos analisar cuidadosamente. Anteriormente, lemos na carta fundacional de Bilbao que seus habitantes estavam livres da chamada *mañería*, isso quer dizer que estavam liberados de um tributo por meio do qual o camponês que morresse sem descendência direta não poderia deixar seus bens a nenhum parente. O referido mortuero, abolido com a fundação dessas vilas nas merindades de Uribe e Busturia, relaciona-se diretamente com aquela tributação senhorial (*mañería*):

Esta condición del mortuorio como solar incautado [confiscado] por carecer el labrador muerto de descendencia directa, creo que modifica sensiblemente

¹³ Carta Puebla de Regoiti [1376] in Proyecto Andrés Poza [apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen.

*su valor como indicio de recensión demográfica. No es simplemente un despoblado y, por consiguiente, la existencia de uno o más mortuorios no significa necesariamente que la mortalidad haya sido mayor, sino más bien que ha habido uno o más labradores que han muerto sin descendencia directa y que el señor se ha apropiado de su solar.*¹⁴

O Senhor abre mão da posse de mortueros (solar confiscado do camponês por carecer de descendência) em favor dos lavradores, realizando a doação dessas terras (“... *fágoles merced e donación de todos los mortuorios que son en las dichas merindades*”) que eram produto de uma tributação sobre camponeses sem filhos. Contrariando a inclinação para a retirada da possibilidade camponesa na transmissão familiar de bens, o Senhor estabelece a hereditariedade no usufruto da terra: “(...) *que los ayan y los hereden los parientes e los propincuos de aquellos que los dexaren fasta el cuarto grado* (...)”.¹⁵ É necessário destacar que a terra possui uma função vinculada à comunidade e há uma preocupação com o seu uso efetivo: a doação é feita sincronicamente à fundação das vilas, portanto, não dispõe de uma característica individualizada e mercantilizável. Dito isso, cremos que seja possível começar a tatear como surgiram os *solares labradoriegos* aos quais os documentos do século XV se referem.

Em Biscaia há, portanto, uma tendência à desapareição dos *mortueros* em favor do usufruto comunitário da terra seja por parte dos *hidalgos*, como veremos mais adiante, seja por parte dos *labradores* diretamente beneficiados por essa política de agregação e doação de terras capitaneada pelos Senhores do Condado. Referindo-se a esse processo de rarefação na privação de sucessão de terras através por meio dos mortueros:

*A medida que ese sistema de icautación [privação] vaya cayendo en desuso, finalizando a mediados del siglo XV con el Fuero Viejo, la existencia de mortueros será cada vez más residual, hasta llegar a desaparecer, de tal forma que llegó a perder el uso de la palabra y, posteriormente, incluso la noción de su significado.*¹⁶

Adiante, veremos como se processava a legislação de sucessão de terras através do referido Foro Velho. Mas, antes devemos estudar como se davam as relações propriamente fidalgas com a terra através da instituição de um mecanismo jurídico conhecido como *mayorazgo*.

¹⁴ OJANGUREN IRALAKOA, Pedro. “Mortueros”, *Revista Electrónica Euskonews & Media*, nº 50, 1999. (s/p).

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ OJANGUREN IRALAKOA, Pedro. *Op. cit.* (s/p).

2.2 O mayorazgo como prática de legitimação das nobrezas castelhanas

Começemos a tratar o assunto com algumas palavras de Soria Mesa acerca dele:

En efecto, si el mayorazgo no es otra cosa que la vinculación de un cuerpo de bienes con carácter inalienable, que se transmite de generación en generación mediante un orden sucesorio prefijado en esta última condición radica su mayor peculiaridad, (...). El más frecuente de todos, con diferencia, fue el que se denomina mayorazgo regular, aquel que prima al varón sobre la mujer pero sin excluirla en ningún caso. Es decir, que en cada generación heredarían antes los hombres, ordenados por su nacimiento, y tras ellos, si mueren sin descendencia, les correspondía la sucesión a sus hermanas en idéntica forma.¹⁷

Essa instituição hereditária, característica da nobreza ibérica, cria consistência a partir do século XIV em Castela. Apesar de tal prática ter sido flexibilizada a partir de 1505 com as *Leyes de Toro*¹⁸, mesmo após esse momento, seguiu como uma prática relativa aos estratos privilegiados¹⁹, ou àqueles que conseguiram meios de aceder a esse patamar (especialmente as oligarquias urbanas tão interessadas em enobrecer)²⁰. Fundar um *mayorazgo* era parte integrante de um *ethos*²¹, constituindo uma prática de legitimação dessa distinção: era prova de galhardia (e reconhecimento) de determinada linhagem, já que o *mayorazgo* deveria ter aprovação real.

Em Portugal, a instituição do morgado (ou morgadio) tinha uma relação muito próxima com o *mayorazgo* castelhano. Em seu estudo acerca dessa forma de transmissão de bens, Maria de Lourdes Rosa ressalta seu caráter linhagístico:

(...) definimos a fundação de morgadio como um acto de regulamentação administrativo-jurídico de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem.²²

Apresentar-se-á, a seguir, como erigiu-se enquanto prática linhagística na monarquia hispânica, mediante um estilo testamentário singular no espaço político em

¹⁷ SORIA MESA, Enrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007. (p.226).

¹⁸ SORIA MESA., Enrique *Op. cit.* (pp. 228- 231).

¹⁹ Ver BERMEJO CABRERO, José Luis Bermejo. *Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo*. Anuario de historia del derecho español, n. 55, p. 253-306, 1985.

²⁰ SORIA MESA., Enrique *Op. cit.* (pp. 231-232).

²¹ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.41).

²² ROSA, Maria de Lurdes. *O Morgadio em Portugal, Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (p.20).

questão. Analisaremos a fundação de um *mayorazgo* em meados do século XIV [*mayorazgo de Trujillo*] na região de Cáceres, aprovado pelo rei Don Alfonso XI (1311-1350) de Castela:

[Fundación]

*E yo el dicho Juan Alfonso, por la merced que el dicho rey mi señor me hizo por la dicha carta conozco e otorgo que hago donación para después de los mis días a mi hijo Pedro Alfonso, de las cassas de Miguel Sánchez de Solana y el Alberca, e de todas las otras partes las calles del rey. E otrosí la fago donación al dicho Pedro Alfonso, mi hijo de la mi casa fuerte de Orellana con todas las heredades e con el señorío de la dicha casa e con tierras, yerbas labradas e compradas y pasto, e ríos, e aguas, molinos, azeñas, e viñas con entradas y con salidas e con pechos, y derechos que y e, e devo haver de usso e de costumbre en qualquier manera e con el señorío de los setenta vasallos que me dio mi señor el rey por herencia y privilejio, según que mexor e más complidamente se contiene el dicho privilejio porque los él a mi dio la dicha donación, fago al dicho Pedro Alonso, Mi hijo (...).*²³

Vemos aqui a doação de diversos bens do nobre Juan Alfonso a seu filho maior Pedro Alfonso, dentre esses bens destacam-se “(...) *las cassas de Miguel Sánchez de Solana y el Alberca (...), la mi casa fuerte de Orellana con todas las heredades e con el señorío de la dicha casa e con tierras, yerbas, labradas (...)*” – ou seja, o testador preocupa-se em passar adiante seus bens imóveis, não apenas por meio das edificações (dentre elas se encontra uma casa-forte, ou seja, uma construção de caráter militar-defensivo), mas também, em toda sua extensão fundiária. Outro ponto a ser destacado é a doação do senhorio com *pechos* de setenta vassallos incluídos, de modo que o *mayorazgo* compreendia a doação de rendas advindas desse caráter vassálico, presente nas relações senhoriais que perdurarão por muitos anos em Castela. Essa prática não era comum em Biscaia, pelo menos a partir do momento em que estudamos, já que o Senhor do Condado procura constantemente firmar sua soberania formal, esforçando-se em afastar os fidalgos de práticas diretamente vassálicas – o que não quer dizer, como vimos, que estes não utilizassem de sua posição estamental para cooptar os não-nobres em suas redes de influência.

Ainda através do documento da fundação do *mayorazgo* de Trujillo, observamos certas condições impostas para que a doação seja efetivada:

(...) con tal condición de la no pueda vender, ni enajenar, ni mal meter, ni empeñar, ni obligar a deuda ni a contrato, que el u otro por el dicho Pedro Alfonso faga e si lo ficiere que le no vala, ni aya firmeza ninguna aunque sea arras o donación para quien con el cassare, ni pueda ser obligada la dicha donación por maleficio que el faga o sea en consejo de lo facer lo que Dios no

²³ *Mayorazgo de Trujillo*. Archivo Histórico Nacional, Consejos, leg. 4827-8, fol 1-6 In BERMEJO CABRERO, José Luis Bermejo. “Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo”, *Anuario de historia del derecho español*, nº 55, p. 253-306, 1985. (p.301).

quiera más que aya para en todos los sus días la rrenta e derecho de la dicha casa de Orellana, e de las dichas cassas de la villa todo según sobredicho es, e despues de sus días que lo aya el su fijo varón el mayor que sea lexítimo heredero de partes de Alfonso Mateos mi padre (...)”²⁴

Vimos anteriormente que os *mayorazgos* apresentam uma linha sucessória predefinida. Nesse caso particular, a herança deveria passar a Pedro Alfonso, e após sua morte, a seu filho varão, descendente legítimo de Alfonso Mateos, pai do doador Juan Alfonso: percebe-se, portanto, o caráter abertamente linhagístico do *mayorazgo* – ressaltando a dinâmica social ibérica baseada na dívida com a ascendência: “(...) *manteniendo o quizá aumentando el poder de influencia del linaje*”.²⁵

Outro ponto a destacar, bastante evidenciado pelas fontes, é a relação não mercadológica com a terra. Os procedimentos de alienação de um bem imóvel não eram correntes, como poderia supor um leitor contemporâneo - a venda de uma “propriedade” não era uma transação banal nos reinos ibéricos medievais e modernos. Aceca disso, o documento disserta claramente, sendo essa a tipologia de todos os testamentos em forma de *mayorazgo*: “ (...) *no pueda vender, ni enajenar, ni mal meter, ni empeñar, ni obligar a deuda ni a contrato, que el u otro por el dicho Pedro Alfonso faga e si lo ficiere que le no vala (...)*”. Caso o beneficiado Pedro Alfonso realizasse qualquer atividade que comprometesse o *mayorazgo*, vendendo-o, envolvendo-o em dívida, ou mesmo, realizando sua doação em caráter de matrimônio: “ (...) *por maleficio que el faga o sea en consejo de lo facer lo que Dios no quiera más que aya para en todos los sus días la rrenta e derecho de la dicha casa de Orellana, e de las dichas cassas de la villa (...)*”. Juan Alfonso lança uma maldição (afinal, tratamos de uma sociedade cristã com vínculos político-religiosos distintos da sociedade burguesa) a quem impedisse que os bens transmitidos seguissem a linha sucessória familiar por ele determinada. Essa relação com os bens fundiários tem pouco a ver com a concepção liberal de propriedade – de nenhum modo poderíamos dizer que os bens estão colocados a livre disposição de um indivíduo, mesmo que este seja o usufrutuário desses bens, sua transmissão já está previamente comprometida.

²⁴ *Ibidem.* (p.301).

²⁵ SORIA MESA, Enrique. *Op.cit.* (p.225).

Os testamentos sempre se adiantam sobre as questões sucessória - prevendo a linha a ser seguida, desse modo, coloca-se a seguinte questão: e se o filho maior morrer e não puder receber em herança os bens? :

(...) e si lo que Dios no quiera que el dicho Pedro Alfonso mi hixo finare sin hixo mayor lexítimo heredero que sea esta donación que le yo hago (...) que lo aya y herede mi hixa Marina Alfonso con las condiciones que dichas son e no en otra manera que lo no pueda vender ni empenar (...), e después de sus días que finque al su hixo lexítimo el mayor varón que fincare, (...). E si el dicho mi hixo o la dicha hija fincare sin hijo varón lexítimo heredero (...), que esta donación que la aya mi hixa legítima que fincare con las condiciones e mandas que dichas son, e si la segunda mi fixa muriere, que lo aya la otra mi hixa (...).’’²⁶

Assim, é evidente que no *mayorazgo* regular há a preferência pelo filho maior, por sua própria estrutura, no entanto, também vimos que esse tipo de sucessão: “(...) *prima al varón sobre la mujer pero sin excluirla en ningún caso. (...), en cada generación heredarían antes los hombres, ordenados por su nacimiento, y tras ellos, si mueren sin descendencia, les correspondía la sucesión a sus hermanas en idéntica forma.*”²⁷ Portanto, as mulheres também poderiam usufruir desses bens, sendo legítimas herdeiras caso o primogênito morresse sem descendência, o que era muito comum na época devida a alta mortalidade infantil e outros fatores como casamentos endogâmicos, tão comuns para a nobreza da época²⁸. No entanto, mesmo quando o bem passa pelas filhas, a predileção é por aquela que possua filhos homens (varões), demonstrando a preferência pela linha agnática (masculina).

Em Biscaia, o *mayorazgo* também foi um instrumento de sucessão utilizado pela nobreza, especialmente nos termos municipais, como também era habitual em Castela. Não podemos esquecer que nas vilas, apesar de seu estatuto diferenciados das terras propriamente rurais, coexistiam paisagens campestres com terras cultiváveis, ou seja, bens fundiários.

Na sequência, analisar-se-á uma série documental propriamente biscainha (anterior à nobilitação coletiva, ou seja, quando a assimetria social era plenamente estabelecida por lei) relacionada aos nossos problemas. Iniciaremos com um pedido de

²⁶ *Mayorazgo de Trujillo*. Archivo Histórico Nacional, Consejos, leg. 4827-8, fol 1-6 In BERMEJO CABRERO, José Luis Bermejo. “Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo”, *Anuario de historia del derecho español*, nº 55, p. 253-306, 1985. (pp.301 & 302).

²⁷ SORIA MESA, Enrique. *Op.cit* (p.226).

²⁸ *Ibidem*. (p.242)

mayorazgo ao rei Juan II de Castela, o primeiro documentado nessa territorialidade²⁹, através do testamento de Dona Sancha Sánchez de Barraondo, escrito em Bilbao no ano de 1427:

<Mayorazgo (en el margen izquierdo)>

*Yten, por rason que yo, la dicha donna Sancha Sanches, e el dicho Juan sanches, mi marido, entre otros bienes avemos e heredamos la dicha casa torre e las ruedas primeras que llevan el nombre Sanchotegui, e la huerta de l'atalaya, que son en esta dicha villa e su término e juridición, e por cuanto, entre los \otros/ hijos e hijas que yo, la dicha donna Sancha Sanches, e el dicho Juan Sanches de Arvolancha, mi marido, de consumo avemos, es Juan d'Arvolancha el hijo mayor e primogenyto, e por buenos servicios que nos ha echo e por ser bien hovidiente e mandado, es mi voluntad de darle por via de mayorazgo la mitad de la dicha torre en que moramos, e la mitad de las ruedas que han nombre Sanchotegui, e la mitad de la huerta de l'atalaya, las quales mitades de la dicha torre e ruedas e huerta pertenecen a mí, los quales dichos vienes mando a Juan de Arbolancha, mi hijo e del dicho Juan Sanches, por via de mayorazgo, segund dicho es, los quales dichos vienes quiero e mando que los aya con la tenencia e posesyon e propiedad d'ellos después de la vida del dicho Juan sanches, mi marido, e padre suyo, e non antes; (...).*³⁰

O testamento dessa mulher nobre biscainha que deixa bens (casa-torre, horta e rodas de moinho com o nome da linhagem Sanchotegui), preferencialmente, a seu filho Juan de Arbolancha pode ser diretamente relacionado com o Testamento ulteriormente escrito por seu marido Juan Sanches, em 1431. Esses testamentos sincrônicos à emergência da prática do *mayorazgo* em Biscaia, apresentam a interessante característica da *comunicación de bens* que aparece em legislações posteriores como o próprio Foro Velho e também o Foro Novo.³¹ Esses bens, antes de serem colocados em modo de *mayorazgo*, eram plenamente comunicados entre homem e mulher casados, ou seja, eram divididos em metades – é por isso que Dona Sancha doa: “*la mitad de la dicha torre en que moramos, e la mitad de las ruedas que han nombre Sanchotegui, e la mitad de la huera de l'atalaya, las quales mitades de la dicha torre e ruedas e hurta pertenecen a mí*”. Isso é um indício da plena capacidade jurídica da mulher fidalga em Biscaia baixo medieval, apesar de não podermos falar de “igualdade de gênero” nesse contexto, já que

²⁹ DACOSTA, Arsenio et All. *Op. cit.* (p.67).

³⁰ *Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo – (...).* (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Cópia em traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea: Servicio Editorial, 2010. 1 (p.128).

³¹ CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao, Editorial Vizcaína, 1975. (p.44).

mulheres nunca eram admitidas como cabeças de linhagem – ou seja, o elemento mais forte e poderoso na dinâmica parental biscaina.³²

A prática da comunicação de bens, ou seja, da partilha dos bens em metades pelo matrimônio não parece ser comum no contexto castelhano, mas apresenta correlações com legislações aragonesas e navarras³³ – seria interessante que outras pesquisas historiográficas desenvolvessem esses pontos, considerando que não encontramos informações relevantes sobre essa questão em um contexto mais ampliado. De qualquer modo, o testamento do marido de Sancha complementa-o no que tange a sucessão dos bens:

*Sepan quantos esta carta e ynstrumento público vieren e oyeren como yo, Juan Sanches de Arbolancha, alcalde de nuestro rey en el fuero e juzgado de la Tyerra Llana de Vizcaya e vesyno de la villa de Vilvao [Bilbao], de mío próprio motu (...), otorgo e conosco que do en mayorazgo a vos, Juan de Arbolancha, mi hijo, que estades presente, e a vos, Mari Alfonso de Avenanno, (...), su muger, e vuestra esposa, (...) la mi meytad de la casa torre que yo, el dicho Juan sanches, he en esta dicha billa de la calle de Santiago, (...); e la meytad de las ruedas de Sanchotegui, con todo lo a la mitad de las dichas ruedas perteneciente; e más la mi mitad de la mi huerta e jardín que yo he en l'atalaya d'esta dicha villa; (...).*³⁴

Com o testamento de Juan Sanches de Arbolancha, completa-se a doação do *mayorazgo* ao seu filho maior, também chamado Juan [denominado simplesmente Juan de Arbolancha]. Tal como vimos em relação ao *mayorazgo* castelhano de Trujillo, a exigência sucessória obriga ao usufrutário do bem a não vendê-lo ou aliená-lo de nenhum modo, garantindo que: “(...) *los dichos bienes syenpre sean mayorazgo (...) e no sean henajenados, ni vendidos (...) ni transpasados a otro linaje ni personas algunas fuera del*

³² DACOSTA, Arsenio et AL. *Op. cit.* (p.65).

³³“En este caso, el viudo tiene, por tradición foral – (...) – una posición que se puede parangonar a la viudedad aragonesa o la ‘fedaidad’ navarra”. CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao, Editorial Vizcaína, 1975. (p.44).

³⁴ Juan Sánchez de Arbolancha, vecino de Bilbao y alcalde real en el fuero de Vizcaya, entrega en mayorazgo, para después de su muerte, a su hijo mayor Juan de Arbolancha, y a su nuera Mari Alfonso de Avendaño, diversos inmuebles situados en la dicha villa, más concretamente: la mitad de su casa torre de la calle de Santiago, le mitad de unas ruedas de moler en Sanchotegui y la mitad de un huerto en la Atalaya, viene que seguirá disfrutando en vida el citado Juan Sánchez [1431 noviembre 23. Bilbao]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 46r.º-47r.º. Cópia em traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.140).

linaje (...).”³⁵ Entretanto, já no testamento de Sancha Sanches, é colocada a seguinte questão: e se o primogênito Juan morresse sem filhos varões?

*(...) tengo por vien e mando que, si el dicho Juan d'Arvolancha moriere syn dexar hijos legítimos barones, ni nietos ni visnietos legitimos fijos de sus hijos varones legitimos, que en el dicho caso la mitad de la dicha torre e mitad de las dichas ruedas e mitad de la dicha huerta por mí de suso hordenado por mayorazgo, que lo aya e herede Sancho de Arvolancha, mi hijo legítimo e hijo del dicho Juan Saes, mi marido e hermando legítimo de Juan d'Arvolancha; e sy el dicho Sancho de Arvolancha hobiere, hijos varones legitimos, nietos e visnietos legitimos (...), en tal caso quiero e mando qu'el primogénito legítimo varón hijo de Sancho d'Arbolancha venga a herencia (...).*³⁶

Ou seja, caso Juan morresse sem filhos, netos ou bisnetos varões, a herança passaria para seu irmão Sancho de Arbolancha, que se por sua vez morresse sem descendência masculina, passaria ao seu irmão Ochoa de Arbolancha e, na sequência, a Pero Urtys sob as mesmas condições. A próxima na linha de sucessão seria a filha Maria Ybannes de Arvolancha (caso gerasse descendência masculina), seguida por Johanna e Maria Sanches.³⁷

É interessante notar a dinâmica da sucessão desses bens. Através de um pedido de reconfirmação desse *mayorazgo* (ao rei Juan II em 1447), podemos observar a história dessa sucessão e seus caminhos não-lineares. A sucessão acabou caindo nas mãos de Sancho, o segundo na linha sucessória e não do primogênito Juan de Arbolancha. O pedido de reconfirmação é feito por Juan Martinez de Arbolancha – filho de Sancho:

Don Juan, por la gracia de Dios rey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Sevilla, de Cordoba, de Murcia, de Jaen, de Algarbe, de Algezira e señor de Viscaya e de Molina, por quanto por parte de vos, Juan Martinez de Arbolancha, vesyno de la villa de Bilbao, (...), me fue mostrado un testamento e mayorazgo fecho e constituido por la dicha donna Sancha Sanches, (...); y los mandó por mayorazgo al dicho Juan de Arvolancha, su hijo del dicho Juan Sanches, con ciertos binculos e casos e condiciones, porque el dicho Juan Sanches, su marido, en su bida los tuiese e poseyese y gelos non peturbase persona alguna, e que despues de los días del dicho Juan de Arvolancha que fuesen varones nietos o visnietos, e dende ayuso todavía el mayor; e a falleçimiento d'ellos, que lo hoviese Sancho de Arvolancha, otrosy

³⁵ Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo – (...). (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Cópia em traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.132).

³⁶ *Ibidem*. (p.128).

³⁷ *Ibidem*. (pp.130 & 131).

*hijo suyo e del dicho Juan Sanches, su marido; e después de sus hijos varones y nyetos e visnyetos (...).*³⁸

Em outro momento, o documento escrito em nome do rei expõe o motivo dessa requisição, enfatizando a importância de ter em mãos uma certificação ratificada pelo monarca que dá lastro ao usufruto dos bens e de suas rendas:

*(...) el dicho Juan Martines me feystes relacion, desyendo que la dicha mi carta de la dicha confirmacion e aprobacion del dicho mayorazgo, seyendo en vuestro poder vos fue fecha menos e se vos perdido, en tal manera que la non avedes podido nin podeis aver, pediendome por merced que bos la tornase a confirmar e aprobar, (...).*³⁹

Após Juan Martines ter confirmado o *mayorazgo* com o Rei, um movimento judicial inesperado muda o rumo dos acontecimentos e realiza uma quebra na sequência hereditária prevista. Pedro Ortiz, tio de Juan Martines, decide entrar com um pleito para disputar a posse dos bens de Sancha Sánchez de Barraondo e seu marido Juan Sánchez de Arbolancha, com o objetivo de conquistar a tenência do *mayorazgo*. O processo corre e, surpreendentemente, Pedro consegue tomar os bens de Juan Matines:

*(...) e avido respecto e acatamiento a los muchos e grandes trabajos en qu'el dicho Pedro Urtis se ha dispuesto e se disponía, e costas yncontables dapnos e perjuicio qu'el dicho Pero Urtis ha avido e pasado e resçibido, e pasa e resçibe cada dia, quanto a él ha seydo e es por sustentar el dicho linaje, (...) E aviendo dios ante nuestro ojos, de donde procede todo el reto juicio, (...) jugamos e pronuçiamos qu'el dicho Juan Martines de Arbolancha se debe quitar y partir, e se quite e parta del pibilejo e grasçia e merced que a la Altesa del dicho señor rey plugo de le faser e fiso (...).*⁴⁰

³⁸ Juan II, rey de Castilla, confirma nuevamente la fundación de mayorazgo que Sancha Sánchez de Barraondo, vecina de Bilbao y esposa de Juan Sánchez de Arbolancha, instituyó el 15 de diciembre de 1427 [1447 marzo 20. Valladolid.]. (C) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 28 rº.-29rº. Copia inserta en testimonio notarial de un pedimiento del escribano Pedro Sánchez de Liendo (Bilbao, 9 de diciembre de 1479), a su vez copiada en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.164).

³⁹ *Ibidem*. (p.165).

⁴⁰ Diego López de Anuncibay, alcalde del fuero de Vizcaya, Pedro López de Ugarte, Matín sanchez de Arbolancha y Martín Sánchez de Larrínaga, en calidad de jueces árbitro dictan sentencia en el pleito que enfrentaba a Pedro Ortiz de Arbolancha, por una parte, y a Juan Martínez de Arbolancha, por la otra, por el mayorazgo que había fundado sancha Sánchez de Barraondo, madre y abuela de los litigantes respectivamente. En virtud de dicha sentencia adjudican los derechos de mayorazgo a Pedro Ortiz, si bien, a modo de compensación, asignan algunos bienes inmuebles en él incluidos, a saber: las ruedas de molino de Sanchotegui, con sus instalaciones anejas, aunque con prohibición de enajenarlas y con obligación de entregarlas en herencia a sus descendientes masculinos directos. [1450 julio 25c.]. (B) ARChV, Sala de Vizcaya, Pleitos civiles, caja 0275.0003, leg 120-3. Ff. 218rº-222rº. Copia de Martín Ochoa de Yurreta, escibano de Bilbao (Bilbao, 21 de Noviembre de 1476; (...))in DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (pp.176 & 177).

Através desse pleito, diversas questões podem ser discutidas. A primeira delas é por que Pedro Ortiz conseguiu tirar das mãos de Juan Martines o *mayorazgo*? O principal argumento, como vemos no excerto acima, é que o referido Pedro Ortiz estava sustentando a linhagem, entretanto, não podia usufruir dos principais bens legados pelos fundadores do *mayorazgo*. Retomando o testamento de Sancha Sanchez, lê-se: “(...) *teniendolos en pie e de manifiesto en la forma e manera que oy en día está, mejorandolos e nos los deteriorando, ni maltrantando nin d’ellos mal usando*”.⁴¹ Julgou-se, portanto, que Juan Martines não estava procedendo de forma correta na conservação e manutenção dos bens, tal movimento indica que a posse de bens nessa sociedade é compreendida dentro de relações familiares e deve servir àqueles que, acima de tudo, provém a linhagem da qual participam.

Outro ponto relevante é que a confirmação em nome do rei Juan II não foi a decisão última nesse pleito. Dessa forma, apesar de sua soberania ser levada em conta de maneira respeitosa, sendo sempre mencionada (não é à toa que o documento que realiza o trânsito do *mayorazgo* seja extenso e pormenorizado), a justiça local deteve o poder de ir contra a decisão de confirmação em prol de Juan Martinez. Apesar da figura do monarca ser um centro referencial importante, tanto nesse caso (o próprio escrivão assume seu posto de acordo com a mercê e virtude do senhor rei), como nas configurações jurídicas ibéricas em geral, a força do Direito local e suas decisões parece-nos evidente.⁴²

Há mais um documento relevante envolvendo os Arbolancha que nos permite continuar a pensar acerca do modo de vida da nobreza biscainha quinhentista: o testamento de Ochoa de Arbolancha, [Bilbao -1441], o qual seria o terceiro na sucessão do *mayorazgo* legado por Sancha Sanches. Essa fonte, anterior ao pleito acima discutido, confirma o fortalecimento de Sancho Sanches, seu irmão, na linha sucessória, reconhecendo-o como *mayoral* da linhagem, doando-lhe todos seus bens móveis (dinheiro, objetos, etc) e raízes (imóveis) com exceção de 14 mil maravedís.

⁴¹ *Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo (...).* (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Cópia em traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.128).

⁴² Ver HESPANHA, Antônio Manuel. “Depois do Leviathan”, *Almanack Brasiliense*, nº5. Maio, 2007 & CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de ‘Estado Moderno’”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, Nº19, Enero-Febrero, 1981.

Tal movimento endossa a tese de Soria Mesa de que as táticas de transmissão de bens dos fidalgos não eram apenas um meio de manutenção patrimonial, mas também, de acumulação⁴³. Devemos entender o conceito de acumulação considerando a trama de relações que rege o acúmulo de bens nessa sociedade, associadas ao uso de redes familiares como estratégia, e não de compra e venda de ativos financeiros, tão característica das relações de propriedade burguesas. Eis o que diz o testamento de Ochoa:

*(...) conosco que he recebido del dicho Juan sanches de Arvolancha, mi padre, para en descuento e pago de la herencia de los vienes que a mí pertenesçen aver e heredar de partes e por herencia de la dicha donna Sancha sanches, mi madre, catorze mill maravedis d'esta moneda blanca, e descontados estos dichos catorze mill maravedis, todo lo otro que finque que a mí perteneçe aver e heredar de partes e por herencia (...), quier mueble, quier rays, (...), mando que lo aya e herede Sancho Sanches de Arvolancha, mi hermano, (...).*⁴⁴

Ochoa morre sem deixar filhos legítimos, entretanto, teve - com mães diferentes - dois filhos ilegítimos (fora do casamento): María Ochoa e Juan, aos quais lega parte de seu patrimônio em forma de dinheiro. É interessante notar sob quais condições deixa o referido dinheiro a sua filha María Ochoa:

(...) yo, el dicho Ochoa, consoco que he en teresa de Goyri una hija, la qual ha nombre Maria Ochoa; e la dicha Maria Ochoa, llegando a hedad de catorze annos, mando que le den de mis vienes ocho mill maravedis d'esta moneda blanca e un lecho de ropa guarnido; e sy por abentura Sancho Sanches, mi hermano e Juan Fernandes de Basabe, mi tio, casaren a la dicha Maria Ochoa, mi hija, en un lugar que yo les he dicho, en tal caso, fasyendose el casamiento, mando que, demas de los dichos ocho mill maravedis, den de mis vienes a la dicha Maria Ochoa quatro mill maravedis, en tal manera que sea por todo doze mill maravedis e un lecho de ropa guarnido; e sy el dicho casamiento con el que yo asy les he dicho non se feziere, mando a la dicha mi hija que aya mis bienes los dicho ocho mill maravedis e un lecho guarnido e no más. E con tanto la aparto de todos mis bienes, asy muebles como rayses, pero mando e tengo por bien que, se la dicha mi hija moriere antes de ser de hedad cumplida o syn dexar hijo o hija herederos, que en tal caso todo lo que asy mando que torne a mis vienes e que los non pueda aver nin heredar la

⁴³ SORIA MESA, Enrique. *Op.cit.* (pp.238-241).

⁴⁴ Ochoa de Arbolancha dicta testamento, por el cual, además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, cede a su hermano Sancho Sánchez, descontados 14.000 maravedís, todos sus derechos a la herencia de su madre Sancha Sánchez; al mismo tiempo, dispone el pago de los débitos pendientes y el cobro de las cantidades que se le adeudan; lega diversas mandas a favor de sus hijos María Ochoa y Juan, ambos nacidos fuera del matrimonio, así como a favor de sus respectivas madres, Teresa Goyri y María Sánchez de Bolívar, junto a otros parientes del linaje Arbolancha, toma disposiciones sobre el negocio que lleva en común por cinco años con su hermana Sancho Sánchez y con su tío Juan Fernández de Besabe, y, finalmente ordena que – pasado dicho tiempo - , se adquiera con lo que quede de sus bienes una renta situada para el disfrute del linaje. [1441 julio 5. Bilbao, casa torre]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 42 rº.-46rº. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de Junio de 1524).) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 201, (pp.156-157).

*dicha Teresa, su madre, no otra persona alguna por testamento o mandas que la dicha mi hija faga o mande faser, (...).*⁴⁵

Esse trecho nos mostra mais uma prática comum entre as nobrezas europeias: os casamentos endógenos⁴⁶, os quais também servem à conservação e à acumulação de bens, fazendo com que estes não saiam da linhagem, produzindo o efeito de circulação interparental. Caso Maria de Ochoa casasse com Sancho de Arbolancha, o herdeiro do *mayorazgo* fundado por Sancha Sanches, ou com o tio de Ochoa, Juan Fernandes de Besabe, seriam incluídos mais quatro mil maravedis em sua herança (além dos oito mil e do leito legados por testamento). Não se sabe se os casamentos se efetivaram – contudo, o que importa é destacar a existência desses enunciados, demonstrando a vida dessa prática e o desejo de sua efetivação mediada por uma recompensa testamentária. Além disso, caso a referida filha não deixasse herdeiros, os bens não poderiam passar à sua mãe Teresa (“ilegítima”) e devem retornar à linhagem dos Arbolancha.

Esse testamento também demonstra a preocupação em manter a riqueza da linhagem, cuidando para que ela se reproduza e não caia em pobreza, por isso faz um pedido a seus irmãos e ao seu tio:

*(...) comprehen los dichos Sancho Sanches e Pero Urtys mis hermanos, e Juan Fernandes, mi tio, una renta setuada e la más provechosa e rentosa que aver podieren, asy en esta villa como en otra parte o partes que más provechosa entienda que es, e la tal renta que asy comprehen mando y tengo por vien que esté perpetua para el mayor que al presente es e fuere de aquí adelante en esta dicha villa en el mi linaje e vando de Arvolancha, que sea hijo o nieto o visnieto del dicho Juan sanches, mi padre, (...). E mando e tengo por vien qu'el tal mayoral del dicho linaje de Arvolancha, (...), aya e lieve, coja e recaude el uso-fruto e rentas (...), para sustentacion del dicho linaje e vando (...), e para criar e casar huerfanos e viudas del dicho linaje, e para dar por Dios por mia alma e para todas las otras cosas que entendieren qu'es honra e provecho e sostentamiento del dicho linaje.*⁴⁷

Ochoa demanda, portanto, que se adquira uma fonte de renda com parte de sua herança com a finalidade de utilizar seus rendimentos para o fortalecimento da linhagem, principalmente, para aqueles considerados mais vulneráveis “*para sustentacion del dicho*

⁴⁵ *Ibidem.* (p.159).

⁴⁶ SORIA MESA, Enrique. *Op.cit.* (p.242).

⁴⁷ Ochoa de Arbolancha dicta testamento, por el cual, además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, cede a su hermano Sancho Sánchez, descontados 14.000 maravedís, todos sus derechos a la herencia de su madre Sancha Sánchez; (...) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.161).

linaje e vando (...), e para criar e casar huerfanos e viudas del dicho linaje (...)". Uma de suas preocupações é manter a economia dos casamentos funcionando, agenciando relações matrimônias para os órfãos e viúvas, com vistas a continuar a reprodução da linhagem dos Arbolancha.

A nobreza biscainha não buscava apenas conservar seu patrimônio, mas também, ampliá-lo. Através de um inventário de bens datado de 1513 da linhagem dos Arançibia, podemos observar a concentração patrimonial relativo às famílias fidalgas de Biscaia (capitaneadas pelos seus *parientes mayores*) e sua inserção em setores como o beneficiamento de ferro através das ferreiras:

(...) deducimos del citado inventario la participación en el sector del hierro, con al menos dos ferrerías expresamente citadas y cuatro molinos más. Ahora bien, de entre todos estos bienes inmuebles, la mayoría son caserías que superan largamente la treintena (doc.48). Si bien dichas caserías no debieron ser tan rentables como los molinos o las ferrerías mencionadas, su mera traslación al mapa apunta las dimensiones que alcanzaba la red personal de dependencia de este pariente mayor. No obstante, la relación se inicia con lo más señero del linaje, 'la casa y solar d'Arançibia con los molinos, montes e mançanales alderredor de la casa', (...)"⁴⁸

Vimos, então, os mecanismos pelos quais os estamentos nobres mantinham e engrandeciam seu patrimônio, como prática de legitimação e fortalecimento linhagístico. O documento supracitado salienta a concentração de bens perpetrada pelos fidalgos, juntando em uma mesma linhagem quatro ferreiras e mais de trinta solares (*caserías*). A despeito disso, como salientamos a princípio, os solares não eram uma exclusividade da nobreza em Biscaia, também haviam *solares labradoriegos*, ou seja, de usufruto de camponeses não-nobres. Essas famílias, então excluídas das camadas fidalgas, não tinham as condições de concentrar o patrimônio daqueles, considerando a tendência de casamentos endógenos no interior das camadas mais abastadas. Continuaremos a investigar como, a despeito desse processo, os não-nobres também puderam manter terras de sucessão hereditária.

Na sequência, veremos como o Foro Velho (1452) e o Foro Novo (1526) regiam a circulação de terras e bens em Biscaia. Essas legislações forais, no que tange esse aspecto específico, regiam diretamente os termos rurais do Senhorio (organizados em *Anteiglesias*), já que nas vilas, tanto suas leis características (*Cartas-Pueblas*) como o Direito Castelhana constituíam forças relacionais que modificavam e relativizavam sua

⁴⁸ DACOSTA, Arsenio et All. *Op. cit.* (pp. 59 & 60).

aplicação.⁴⁹ Nesse sentido, a instituição do *mayorazgo* advinda do Direito Castelhana era aplicada, essencialmente, nos termos amuralhados (nossos documentos apontam para esse fenômeno, principalmente, em Bilbao) e foi utilizado, particularmente, pelas linhagens fidalgas já constituídas como nobreza antes da fidalguia coletiva.

Cabe salientar que apesar da sobreposição legislativa nas vilas, muitos biscoinhos possuíam patrimônio tanto nas zonas rurais quanto em termos municipais, de modo que tais esferas não constituíam polos opostos, mas comunicavam-se, considerando a complexa realidade que esses códigos jurídicos normatizavam.

Tanto o Foro Velho como o Foro Novo nos mostram uma configuração de usos da terra e dos bens variada. Tal multiplicidade foi, por vezes, ignorada pela historiografia tanto por sua inserção narrativa no *paradigma pandectístico-napoleônico*, especulando as relações proprietárias liberais-burguesas para os séculos XV e XVI, como pela influência do nacionalismo basco, o qual em pleno século XIX também era interlocutor do liberalismo jurídico e fixou uma determinada imagem do que seria a ruralidade em Biscaia e em suas terras limítrofes (“*País Basco*”). Veremos um pouco dessas questões a seguir.

2.3 A Circulação de terras e bens no Foro Velho e no Foro Novo

No final do último subcapítulo, enfatizamos algumas precauções que devemos ter antes de prosseguir em nosso estudo. Em relação à Biscaia (e outros territórios bascos), alguns autores (desde a década de 1990, principalmente) procuraram uma abordagem que deslocasse certos problemas sobre o uso da terra, os quais seriam expressões de traços de um uso narrativo derivado do nacionalismo basco⁵⁰

Sendo assim, para nos aproximarmos das questões relativas ao uso e circulação das terras e bens, é necessário considerar essa tendência, mas ao mesmo tempo, desconfiar dela para que seja possível realizar dobras também nesses eixos de análise. Nosso objetivo é buscar os pontos constituintes dos problemas em circulação nas narrativas históricas,

⁴⁹ Ver CELAYA, Adrián. *Aforados y no aforados en Bizkaia*. Bilbao: Bilbao Bizkaia Kutxa, 1995.

⁵⁰ Ver URRUTIKOETXEA LIZARRAGA, José. El Mundo Rural durante el Antiguo Régimen In AGIRREAZKUENAGA, Joseba (Dir.). *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995? & BERRIOCHOA AZCÁRATE, Pedro. De la Vida Rural Vasca – Caseríos, Caseros y Cuentos In MOLINA, Fernando & PÉREZ, José A (eds). *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2015.

mas também, ganhar alguma distância deles para que possamos prosseguir na especificidade desse estudo.

Acerca da imagem do mundo rural basco como reduto das tradições (em oposição à dinâmica citadina) forjada desde finais do século XVIII, reforçada no XIX sob a égide carlista e nacionalista, também retomada (com modificações diferenciais) em meados do século XX, diz-se:

Frente al paradigma negativo de 'lo urbano' (Bilbao) se impone, de manera maniquea, la vuelta al reducto incontaminado en el que reina el 'orden moral': nuestro mundo rural. (...). Cuna y reducto de aquel 'orden moral' que identifican con 'identidad vasca' (orden, hidalguía, religiosidad...), en él se custodia, en definitiva, la forma de organización social ideal. El caserío atemporal se convierte en 'centro vital en proceso de desenvolvimiento racial' ('Kikiza'), en soporte de la patria, en garante de la nobleza y de libertad.⁵¹

Desse modo, segundo Urritikoetxea, o problema do nacionalismo foi a idilificação dessas unidades rurais familiares, representadas metonimicamente pela casa solar (*Etxe*) como uma força de organização social pretensamente hegemônica da costa atlântica basca (onde Biscaia localiza-se, precisamente). Tais casas solares seriam expressão dessa fidalguia ancestral dos biscainhos (e também de seus territórios limítrofes) expressada em seu caráter, apostando-se em uma ideia de que o “nobre camponês basco” seria um proprietário de lotes de terra autossuficientes desde tempos imemoriais.⁵²

O que nos interessa aqui, primeiramente, é que essa organização em solares não era uma exclusividade da nobreza biscainha, mesmo antes da nobilitação coletiva. Como vimos, também existiam *solares labradoriegos*. Tão importante quanto essa problematização, que desconfia do conceito de imemorialidade, é a multiplicidade de relações com a terra destacada pelos Foros Velho e Novo, as quais vão muito além da organização rural nessas casas dispersas que caracterizariam os *caseríos*.

É interessante notar a valorização historiográfica da transmissão hereditária dos solares em detrimento de outros modos de vida relacionados ao uso e circulação da terra e de outros bens em Biscaia nos séculos XV e XVI. Isso não quer dizer que esse tipo de estudo não seja importante, mas essa afinidade especial com o *caserío* só é compreensível na medida em que a compreendemos em sua relação com o nacionalismo, o qual emergiu valorizando, especialmente, essa dimensão pretensamente “proprietária” e

⁵¹ URRUTIKOETXEA LIZARRAGA, José. *Op. cit.* (p.181).

⁵² Ver BERRIOCHOA AZCÁRATE, Pedro. *Op. cit.*

“individualizada”. Mesmo essa tradição historiográfica não pôde passar ao largo da questão desses solares serem “propriedades” mais bem familiares do que individuais.⁵³ No entanto, a exclusão de outros modos de uso da terra (presentes nos documentos dos séculos XV e XVI, por exemplo) em prol de uma valorização desse modo - dito proprietário - indica, ainda, um trabalho a ser feito se quisermos entender essa realidade histórica de um outro modo.

Mesmo textos que formalizam nuances nessa organização social em *caseríos*, sublinhando outras formas de existência, questionando a idealização romântica de uma sociedade basca bucólica formada por pequenos proprietários, acabam ainda por considerá-lo o modo *sine qua non* da organização rural no “Antigo Regime” ibérico:

*El Caserío tradicional es, con serlo, mucho más que una unidad productiva o demográfica. Se erige un sujeto de primer orden de la organización social y política, y en uno de sus principales garantes. Elemento nuclear de nuestro Antiguo Régimen y dotado de individualidad y personalidad propias (...).*⁵⁴

Deste modo, apesar das ressalvas feitas pelo autor no início, ele não escapa ao hábito de entender o *caserío* como essência primordial do modo de organização rural basca e dotá-lo de características como “individualidade” e “personalidade próprias”, as quais podemos remeter a um jogo de semelhança produzido pelo espectro da propriedade liberal. Curiosamente, o legado deixado, em certa medida, pelo nacionalismo basco, que se dizia contrário às tentativas de “modernização” política do liberalismo espanhol, foi o reforço de uma ideia de propriedade individualizada (inclusive em sua visão histórica), tal qual as bases de seu declarado inimigo.

2.3.1 Diferença e Repetição nos Foros – A terra e seus muitos usos

No princípio desse capítulo, retomamos um trecho do Foro Velho que reforçava nosso argumento de que os solares não eram uma exclusividade da nobreza:

*Otrosí dijeron que por cuanto el Señor Rey, ainsí como Señor de Vizcaya, ha pedido, tasado é limitado en los labradores de Vizcaya, é los tales labradores con maldad por no pagar lo que les lanzan á cada uno en el pedido del dicho señor de Vizcaya, é por non pagar tanto como les cabia de pagar estando é morando en los solares labradoriegos vanse á poblar é morar en los logares infanzonazgos.*⁵⁵

⁵³ CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao: Editorial Vizcaína, 1975. (p.40).

⁵⁴ URRUTIKOETXEA LIZARRAGA, José. *Op. cit.* (p.183).

⁵⁵ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo CCVIII – Título de los que desamparan los solares labradoriegos é van á morar á los infanzonazgos, (p.192).

Uma das principais distinções sociais está na relação estamental que isenta os fidalgos do *pedido*, como vimos. Com a fidalguia coletiva, o estamento dos lavradores desaparece, no entanto, o imposto continua a ser cobrado desses solares que pertenciam aos camponeses não-nobres de outrora. No Foro Novo, modifica-se o texto: “*Que por Ley y por Fuero, que los señores de Vizcaya hubieron siempre en ciertas casas y caserías y cierta renta y censo cada un año ya tasado, (...)*”⁵⁶. Esse tributo segue sendo cobrado, agora não mais como um signo de distinção estamental (o que não quer dizer que não constitua uma clivagem entre as linhagens nobres pré-fidalguização coletiva e após esse movimento), mas como uma tributação tradicional a ser mantida para as rendas da Coroa.

Encontramos em uma Provisão Real [1480] já utilizada anteriormente, onde denuncia-se a prática dos lavradores irem até terras onde vivam exclusivamente fidalgos para confundirem-se com os nobres e não pagar o *pedido* e outros *pechos reales* devidos. Nesse excerto, diz-se que tais camponeses deixavam seus solares pecheros para erigir casas junto aos nobres para fortalecer sua performance e misturar-se aos fidalgos em suas terras. Segue uma passagem bastante relevante em relação aos problemas fundamentais de nossa pesquisa, nesse momento: “*(...) por que dis que otros vendían é empenaban sus haciendas é heredades pecheras à homes fidalgos*”. A prática de venda e alienação das casas dos lavradores para os nobres parece não estar conforme a norma. Em primeiro lugar, depreendemos que os fidalgos poderiam, muito bem, se utilizar dessa prática não-regular para aumentar ainda mais seu patrimônio, já que são eles os que compravam tais solares outrora pertencentes aos lavradores taxados. A partir daí nos perguntamos: como era regida a circulação de bens no Foro Velho e no Foro Novo?

Dito isso, veremos como o Foro Velho vigente à época daquela Provisão Real [1480] dispunha acerca da questão das vendas de bens imóveis:

Otrosi, dijeron que habia de fuero uso é costumbre que cuando algunos bienes en que fuese fecha entrega que se hayan de vender é que se vendan y rematen de esta manera. Si fuese fecha la tal entrega en bienes muebles o raíces del deudor que sean llamados é apregonados los tales bienes entre domingos en renque en la anteiglesia donde los tales bienes fueren ante el pueblo á la hora de la misa mayor públicamente, é al tercer domingo rematados los bienes muebles al que mas por ellos diere, é los bienes raíces, seyendo ainsí llamados estén en entrega un año é día; é después de año é dia pasados, sean llamados é pregonados en otros tres domingos en la manera sobredicha, é al tercer domingo sean rematados contra aquel que mas por ellos diere; pero si algún

⁵⁶ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorio de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Lei IV – Título Primeiro – Los Derechos y rentas que el Señor de Vizcaya tiene, y que los vizcainos son libres de otros pedidos e imposiciones*, (p.17).

*pariente propincuo que haya derecho de los comprar quilsiere (sic) haber los tales bienes raíces a precio de tres homes buenos sean rematados al tal pariente, aunque haya otro comprador que mas diere por ellos*⁵⁷.

Sendo assim, a venda de um bem imóvel (raiz) era um movimento regulamentado por lei e deveria ser feito de um modo bastante específico. Tal venda deveria ser anunciada publicamente, aos Domingos, na hora da missa. O que mais chama a atenção é o fato da preferência ao familiar mais *profincuo* nessa transação: “(...) *si algún pariente propincuo que haya derecho de los comprar quilsiere (sic) haber los tales bienes raíces a precio de tres homes Buenos sean rematados al tal pariente, aunque haya otro comprador que mas diere por ellos*”. Essa expressão *pariente profincuo* diz respeito ao parente mais próximo na linha de sucessão dos bens: se houverem filhos legítimos esses serão os *profincuos*; caso não haja filhos, o parente mais próximo seria aquele familiar da linha de onde procede o bem, ou seja, caso um homem e uma mulher fossem casados e o bem procedesse da linha da mulher, então é sobre essa última linha de parentesco que se basearia a proximidade.

Curioso observar que a venda é relacionada a um caso de dívida – demonstrando a inusualidade dessa transação como uma relação comercial. Podemos dizer que um bem raiz é, portanto, de caráter familiar e não-mercantil. Sendo assim, de acordo com nosso questionamento inicial, a prática de venda de um bem herdado por um lavrador a um fidalgo só poderia ser feita fora da norma, considerando que tais bens deveriam circular (via de regra) no interior de um âmbito parental restrito - saindo desse circuito apenas com o consentimento da família.

No que diz respeito a linha sucessória dos solares, diz o Foro Velho:

*Otrosí dijeron que habian de fuero uso é costumbre que cualquier home o mujer que hobiese fijos legítimos de legítimo matrimonio, pueda dar, asi en vida como en articulo de la muerte, á uno de sus fijos é fijas todos sus bienes muebles y raíces, dando é apartando (...) á los otros fijos o fijas, aunque sean de legítimo matrimonio, é si fijos no hobiesen á los nietos en aquella forma (...).*⁵⁸

⁵⁷ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo LXXIX – Título de las Ventas). (p.70).

⁵⁸ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo CV – Que se puedan dar é mandar todos los bienes á um fijo, apartando con un árbol los demás). (p.91).

Em certo sentido, a circulação de bens em Biscaia rural aproxima-se do *mayorazgo* - o imóvel pode ser transmitido a apenas um dos filhos legítimos, evitando a partição da terra e da herança. Diferentemente daquele modo de sucessão, entretanto, a linha a ser seguida é mais fluída, pois cada um que herda o bem pode legá-lo a qualquer filho ou filha. Já não há qualquer explicitação de diferença no modo jurídico de transmissão de herança entre nobres e não-nobres no âmbito legislado pelo Foro Velho – anteriormente, vimos que em meados do século XIV, havia camponeses que não poderiam transmitir suas terras, legando ao Senhor do Condado os chamados *mortueros*, os quais foram gradualmente desaparecendo, indicando o um movimento de barganha por parte do Senhor. Este concede privilégios procurando estabelecer uma relação de governo na qual os governados pudessem desfrutar de certas liberdades, esperando lealdade à sua figura. Nunca é demasiado salientar que os nobres de linhagem notória sempre buscavam criar mecanismos de demarcação de um lugar diferenciado, utilizando-se do *mayorazgo* propriamente dito nas vilas, acumulando patrimônio através de suas práticas de enlace endógeno.

Com a emergência do Foro Novo e a fidalguização, no contexto pós-Reis Católicos, desaparecem elementos textuais - como aqueles que vimos ao princípio desse subcapítulo - separando lavradores e fidalgos. Como tal sociedade passa a ser juridicamente compreendida como “uniestamental”, não há, doravante, a necessidade de denunciar lavradores que vendem suas terras a nobres, como outrora. *Ou seja, já não há solares labradoriegos, apenas solares infanzonazgos, ou de fidalgos* – elemento que também pode ser usado em prol do reforço da fidalguia coletiva, nesse momento, já que o fato de possuir um *solar* era uma maneira de expressar a nobreza nos territórios ibéricos.

O modo de enunciação do foro foi modificado - as exclusões que aparecem em relação ao texto de 1452 são traços discursivos essenciais para afirmar os biscainhos em sua posição de nobres (enquanto biscainho). O Foro Novo não apresenta no que diz respeito a herança e venda dos solares, uma diferença textual explícita com o Foro Velho, entretanto. Até onde pudemos verificar, não houve uma mudança no modo de transmissão dos bens, porém, o elemento da fidalguia coletiva e a correlação com outros textos modificou sua posição nas linhas de força. Há exclusões significativas no texto,

provocadas pelo novo estatuto dos biscainhos - tais exclusões são tão importantes e ativas quanto as inclusões⁵⁹, como veremos.

Apesar da regulação acerca da hereditariedade dos solares ser bastante explorada nas legislações biscainhas, havia muitos outros modos de ocupação da terra; um deles era a chamada de *Heredad Parcionera*, ou seja, o solo era ocupado por parceiros que dividem a faculdade de usufruir de um lote de terra: “*En todas las leyes que la mencionan su sentido alude a la coparticipación entre personas, no entre entidades de población*”⁶⁰. A historiografia não trata de maneira aprofundada o tema e foram poucos que se dispuseram a investigá-lo, talvez porque nos Foros não haja um conjunto determinante de enunciados que nos permitiriam uma aproximação exata do que seria essa modalidade de ocupação do solo.

Vimos que tanto o Foro Velho quanto o Foro Novo permitem que aquele que tenha a posse de um bem imóvel dê-o a um só filho, apartando os demais. Consideramos, porém, que nesses mesmos textos há fendas, tornando possível a doação de um bem a mais de um descendente legítimo: “*(...) que cualquier hombre o mujer que hubiere hijos de legítimo matrimonio, pueda dar, (...) a uno de sus hijos o hijas, legítimos, o a nieto y descendiente de su hija o hijo, legítimo que haya fallecido, todos sus bienes, muebles y raíces, apartando (...) a los otros hijos o hijas (...)*”. A lei diz que há a possibilidade de dar a um só [*pueda dar*], mas, ao nosso ver não exclui, apesar de dificultar, a faculdade de passar para mais de um descendente. No Foro Velho, há uma passagem que disserta acerca da venda desse tipo de *heredad*, passagem esta que, curiosamente, não está no Foro Novo:

*Otrosi que acaece que alguna parte de alguna heredad que alguno haya con otros parcioneros sin partir, queriendo vender en alguna de las maneras sobredichas, que después de algunos de sus parientes dados como fiadores para comprar o pagar la tal parte de la heredad, alegan maliciosamente por no facer la paga que el vendedor debe partir con los otros parcioneros la tal heredad (...)*⁶¹

⁵⁹ Até o que é aparentemente igual (o retorno do “mesmo”) é fruto de uma variação, caso compreendamos os discursos em meio a um campo relacional como Foucault. Ver FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* Nas formulações propriamente filosóficas de Deleuze, há aí um movimento de diferença e repetição inseparáveis (a repetição contém a diferença e vice-versa): “(...) é num mesmo movimento que a repetição compreende a diferença (não como uma variedade acidental e extrínseca, mas como seu âmago, como a variante essencial que a compõe, o deslocamento e o disfarce que a constituem para uma diferença divergente e deslocada)”. DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (p.354).

⁶⁰ GOGESCOECHEA, Arantza. “Montes y Usos Forestales en los Fueros Vizcainos”, *Vasconia: cuadernos de Historia-Geografía*, nº 24, 1996. (p. 105).

⁶¹ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga.*

Esse tipo de ocupação do bem imóvel pressupõe que ele seja indivisível “*sin partir*”, de fato, seria fruto de um compartilhamento, quer dizer, não é dividido entre partes individuais. Tanto no Foro Velho (Entre as leis 148 e 156), como no Foro Novo (Títulos XXIV e XXV) há diversas passagens que regulamentam essa relação coproprietária dizendo como tais *parcioneros* devem edificar ferreiras, moinhos, casas e represas nesses espaços e como devem comunicar os demais coproprietários de suas ações. Novos estudos documentais acerca dessas questões poderiam fornecer-nos séries enunciativas mais amplas, que proporcionassem uma melhor compreensão desse fenômeno tão pouco estudado e, portanto, compreendido de maneira relativamente frágil.

No que tange outras formas de ocupação do solo, tanto o Foro de 1452, quanto o de 1526 tratam de biscainhos que plantam macieiras em *heredades* alheias. Não é de se estranhar que nem todos possuíssem a posse hereditária de um lote de terra produtivos, lembrando que já fizemos referência a uma linhagem nobre (*Arançibia*) que possuía mais de 30 caseríos, somados às rendas advindas deles.

Os dois textos legislativos regulamentam essa prática do arrendamento de terra - no Foro Velho, temos a lei 149 *De el que plantare manzanon en heredad agena*⁶² e 150 *Que el dueño de la heredad entre y aya la mitad de el grano que cayere en todo el tiempo, etc.* Veremos, por outro lado, um excerto do Foro Novo para observar como isso se processava de acordo com essa legislação:

(...) *Que habían de Fuero y establecían por ley; que si alguno que tenga heredad propia, la diere a otro que la plante (a media ganancia) manzanal, el plantador lo labre, y cabe, y críe, y estercole el tal manzanal: Y así criado, el dueño, y el plantador hayan a medias el grano de la manzana (...).*⁶³

Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo XCIII – De la Venta de la heredad con parcioneros, (p. 82).

⁶² Nesse momento utilizamos a edição mais atualizada do Foro Velho (*El Fuero Viejo* In LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016), pois na versão digitalizada do documento que vínhamos usando (1909), as páginas referentes a essas leis não foram digitalizadas (entre os capítulos CIX e CLXIX). Na edição de 2016, as disposições após o capítulo 69 tem sua numeração alterada em relação à edição de 1909 (Astuy) e de 2005 (Monreal Zia), pois segundo cotejo da editora do documento, o manuscrito de 1600 de Joan Ruiz de Anguiz (AFV1) há repetições de capítulos em disposições seguidas (69- *Que el prestamero aya el diezmo* e 69- *Los derechos del sayón por los llamamientos de la iglesia*) e subdivisões internas (Sob o mesmo título “Título de los caminos e senderos e carreteras e como han de ser” aparecem as numerações 216, 217 e 218) inexistentes na de 1909 e 2005. Os autores das supracitadas fizeram essas omissões para facilitar o acesso ao texto. Os capítulos referidos têm a numeração equivalente 150 e 151, respectivamente na versão de Monreal Zia (2005) e Astuy (1909). De qualquer maneira, os títulos são exatamente os mesmos.

⁶³ El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei

De modo que tais enunciados (que ocorrem tanto antes como depois da nobilitação coletiva) fazem referência a uma prática de biscainhos trabalhando em terras alheias, estabelecendo contratos com terceiros - relativizando a imagem romântica oitocentista de que essa sociedade seria imemorialmente formada apenas por pequenos e médios proprietários de *caseríos* autossuficientes.⁶⁴

Outro ponto imprescindível que começaremos a abordar é a questão do uso das terras comunais [*Ejidos*]:

(...) *Que habían de Fuero, y establecían por Ley, que por cuanto los Ejidos, y usas de Vizcaya, son de los Hijosdalgo de ella; y algunos echan bidigazas*⁶⁵ *en los ríos y arroyos que pasan por tales ejidos, y ponen assimesmo abeurreas*⁶⁶ *(que son señal de casa) para poner en aquel lugar, do aquellas señales echan, presa de herrería, o molino, o rueda, o la tal casilla, para edificar ende herrería, molino o rueda; y lo hacen ocultamente, y a fin de apropiar a sí mismos la tal heredad, teniendo la tal bidigaza echada en agua, en año, y día ocultamente, porque no se lo sepan. Por ende, dijeron: Que ordenaban y ordenaron, que el que hubiere de echar la tal bidigaza, o poner abeurreas, lo ponga públicamente y notificando en la iglesia do la heredad está sita, en presencia de escribano, en día domingo, (...) Y en tal caso, si ninguno se le opusiere, o contradijere dentro de año, y día, haya ganado el derecho de hacer, y edificar ende presa, herrería o molino, o rueda (cual quisiere) como en su heredad propia y si alguno de la anteiglesia le contradijere dentro del dicho año; que no pueda hacer la tal labor (...). Y si dentro del año, y día no quisiere comenzar, ni hacer la tal labor, otro cualquier vizcaino de aquella Anteiglesia lo pueda hacer (...).*⁶⁷

Essa prática é descrita de forma bastante semelhante nos dois Foros – vemos aqui mais um tipo de ocupação de terras, facultado-o a qualquer biscainho nas duas legislações [*“otro cualquier vizcaino de aquella Anteiglesia lo pueda hacer”*] – os principais

III, Título XXV –De cómo se ha de partir la manzana entre el plantador, y el dueño de la heredad, y de lo que el plantador es obligado a hacer, y cuándo el plantador ha de salir de la heredad). (p.215).

⁶⁴ “*La mayor parte de estas casas y sus pertenencias se habita y cultiva por sus mismos dueños, que llaman Echejaunas* [expressão em Euskera equivalente a “Senhor do Caserío”], *esto es, señores de casas cuyas familias las han poseídos desde tiempo inmemorial* (BOWLES, 1782: 318). ‘(...) Esta ideia ha llegado tan lejos que cualquier manual de geografía o historia adjetiva inmediatamente como de ‘pequeños propietarios’ a le tenencia de la tierra en el País Vasco atlántico; hecho que es extensible para toda la cornisa cantábrica. Frente al latifundismo sureño peninsular se contrapone el minifundismo propietario de los labradores del norte.” BERRIOCHOA AZCÁRATE, Pedro. *Op. cit.* (p.112).

⁶⁵ Bidigaza – Palavra de origem euskérica refere-se a um objeto colocado em um lugar determinado com a finalidade de indicar a intenção de construção de uma represa ou dique para verter água para utilizá-la em uma ferreira ou moinho. MONREAL ZIA, Greogorio. *The Old Law of Bizkaia (1452)*. Introductory and critical edition. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005. (p.243).

⁶⁶ Abeurrea – Objeto colocado em terra comunal com o propósito de declarar a intenção de obter o direito de construir em um determinado local. *Ibidem*. (p.243).

⁶⁷ El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorio de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.IV – T. XXIV – Cómo han de echar las bidigazas y poner abeurreas en lo común, (p.205).

objetivos na ocupação dessas terras, como podemos verificar, é a instalação de ferreiras (veremos adiante mais detalhes da exploração desse minério) e moinhos demonstrando dois dos principais aspectos da economia biscainha nos séculos XV e XVI. O objetivo normatizador, dado por lei, é impedir que biscainhos coloquem os sinais de ocupação (*Bidigazas e Abeurreas*) de maneira oculta. O direito de construção é obtido com a proclamação pública, com a anuência da comunidade, já que não pode ser contado por nenhum vizinho, o qual poderia afirmar que aquele pedaço de terra já está ocupado. Se tais condições fossem respeitadas, o biscainho poderia construir como “*en su heredad propia*”, obtendo, desse modo, a faculdade plena de usufruto do terreno. A prerrogativa do uso dos Ejidos já era um privilégio dos naturais de Biscaia, mesmo no Foro Velho, onde subsistia a assimetria social:

(...) *que cualquier persona que toviere echada e las tales abeurreas, alçadas en año e día públicamente, notificando en la anteiglesia donde/ es aquella heredad, (...) e ninguno non cotradixere dentro del año e dia, que dende en adelante pueda pueda fazer e edificar la tal labor de presa y ferrería, o molino o rueda e sin contradición alguna andí como en su heredad propia.*⁶⁸

Qualquer um de determinada *anteiglesia* poderia construir nos Ejidos sob as condições estabelecidas [“(...) *que cualquier persona que toviere echada e las tales abeurreas, alçadas en año e día públicamente, notificando en la anteiglesia (...)*”]. É importante observar o preâmbulo dessas duas leis e suas diferenças. No Foro Velho: “*Primeramente, por cuanto los ejidos y usas de Vizcaya son de el señor e de los fijosdalgos*”⁶⁹. Mesmo que qualquer vizinho pudesse fazer uso das terras comunais, formalmente, elas pertenciam ao Senhor e aos fidalgos de Biscaia nesse momento de divisão estamental. Com o advento da fidalguia coletiva, o texto muda: “*Que habían de Fuero y establecían por Ley que por cuanto los ejidos y usas de Vizcaya son de los hijosdalgo de ella, (...).*”⁷⁰ A figura do senhor de Biscaia (o imperador Carlos V na época) não mais aparece e as terras são referidas como pertencentes aos fidalgos biscainhos, nesse contexto de nobilitação coletiva. Desde nosso ponto de vista, é como se o Senhor

⁶⁸ El Fuero Viejo In LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016 (153 – Título de los labores). (p.305). Equivale a 153 em Monreal (2005) e Astuy (1909).

⁶⁹ *Ibidem.* (p.305).

⁷⁰ El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.IV – T. XXIV – Cómo han de echar las bidigazas y poner abeurreas en lo común, (p.205).

delegasse, em certa medida, a postedade aos fidalgos locais (em conexão com sua terra) e, por sua parte, esperasse sua lealdade, considerando que a nobilitação mesma é um privilégio ratificado pelos monarcas. Esse movimento pode ser visto como um mecanismo de governo com vistas a indexar essa população, não só à figura real, mas também, a uma comunidade política mais ampliada.

Comparando o Foro Velho com o Novo em uma disposição relativa à proibição da retirada dos sinais territoriais (*Bidigazas e Abeurreas*) colocados por terceiros, vemos nitidamente essa diferença. No texto do século XV, lê-se:

(...) si después que las abeurreas fueren echadas e las vidigaça y publicada en la anteigesia, si fuere en exido, ninguno non sea osado de tocar ni quitar las tales abeurreas e vidigaças sin mandamiento de juez so pena de mil e cien maravedís por cada vez para que el que pusiere las tales abeurreas e vidigaças e a las cinco vacas al Señor por la primera; e la segunda vez que muera por ello por justicia. E si por aventura el que pusiere las tales abeurreas o vidigaça en heredad agena e fiziere el otro suyo, que aya esa misma pena el que las tales vidigças e abeurreas pusiere, salvo de los exidos.⁷¹

Enquanto no século XVI:

(...) así echadas y puestas sus bidigazas y abeurreas en ejido, según que de suso está declarado, algunos la quitan por su autoridad propia (...). (...) que ninguno sea osado de las quitar sin mandamiento de Juez; so pena de mil maravedís por la primera vez, y por la segunda sea doblado, la mitad para la parte que las puso y la otra mitad para los reparos de las obras públicas en Vizcaya, y por la tercera vez muera por ello, y esa misma pena haya e incurra el que los pusiere en heredad ajena, salvo en los ejidos.⁷²

No Foro Velho, as penalidades para quem retirasse indevidamente as *bidigazas e abeurreas* alheias era uma multa de 1.100 Maravedís destinada àquele que havia colocado legitimamente tais marcas de ocupação territorial e, também, o pagamento de cinco vacas ao Senhor de Biscaia. Em caso de reincidência, a punição seria a morte. Já no Foro Novo, haveria uma sanção de 1000 Maravedís paga ao legítimo possuidor da terra (não há, como outrora, multa paga ao Senhor); na segunda vez a penalidade seria dobrada – metade destinada àquele que havia colocado os sinais, o outro meio seria encaminhado às obras públicas em Biscaia. Apenas na terceira reincidência haveria a pena de morte. Uma

⁷¹ El Fuero Viejo In LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016. (158 – De el poner de las abeurreas o vidigaças ocultamente y si no la pena del que la quitare). (p. 309). Equivale a 159 em Monreal (2005) e Astuy (1909).

⁷² El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L. IX – T. XXIV – Que ninguno quite bidigaza no abeurrea sin mandamiento del juez, (p.205).

diferença importante entre os Foros aparece no Título IV do Primeiro Título do Foro Novo em relação ao capítulo IV do Velho, este último determinava um imposto sobre a madeira e o pasto dos montes: “*é la mitad de la guarda verde en los montes acostumbrados é sus seles*”⁷³, sendo que tal taxa desaparece no Novo.⁷⁴ Isso demonstra que o uso dos montes, nesse sentido, foi ainda mais liberado aos biscainhos, doravante nobres.

Interessante notar a última sentença dos dois documentos supracitados: tão grave quanto retirar as marcações territoriais nas terras comunais (*ejidos*), era colocar tais sinais em *heredades* alheias: ação punida com a morte. Demonstra-se a preocupação em proteger as terras hereditárias (as quais circulam de maneira interna à família), sendo proibida essa ocupação indevida em respeito a essa modalidade de circulação de bens (endógena às linhagens).

Aquele fenômeno de atenuação dos direitos senhoriais em prol da distribuição de privilégios à população biscainha vinha ocorrendo de maneira moderada desde o século XIV, quando o Senhor abdica de posses territoriais, os chamados *mortueros*, em prol de habitantes das vilas. Entretanto, ainda ao largo do século XV, mantém-se diversas prerrogativas dos Senhores. É apenas com a fidalguia coletiva que há uma evasão da figura senhorial (e por consequência real, já que há a coincidência entre essas posteadades) no que diz respeito à cobrança de tributações diretas: nobre é aquele que não paga tributos diretos (*pechos*); somente com a fidalguia coletiva, dissolve-se, em certa medida, aquela figura. Como aludimos, tal movimento não é desinteressado, mas faz parte dos jogos de barganha que envolvem as relações de poder e mecanismos de governo. Outros historiadores, sob outros vieses, já perceberam esse fenômeno de retirada da figura do Senhor do Foro Novo:

La omisión en el Fuero Nuevo de la palabra ‘Señor’, es continua en gran número de leyes con respecto al Fuero Viejo, no sólo en lo referente a la pertenencia de montes sino que en todas las penalizaciones o multas se suprime lo correspondiente al Señor (...), hay una sustitución por un fin más público de la penalización. Miguel Artola atribuye esta omisión a una

⁷³ *Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga*. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. (Capítulo IV – Cuanto es el pedido de Vizcaya y quien lo ha de pagar. (p. 12).

⁷⁴ Ver *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Lei IV – Título Primeiro – Los Derechos y rentas que el Señor de Vizcaya tiene, y que los vizcainos son libres de otros pedidos e imposiciones*. (p.17).

*reducción de los derechos de la Corona que se manifiesta en la comparación de ambos textos, señalando la evolución institucional que la nueva redacción busca.*⁷⁵

Não nos parece que tal retirada foi fruto de uma “evolução institucional” como salienta a autora através de Artola (não devemos ignorar a vontade de renovação que o Foro Novo enceta, no entanto, não o entendemos como resultado de uma progressão teleológica do direito), mas foi um produto de toda uma nova arquitetura de forças emergentes no século XVI que se relaciona com o fenômeno da emergência fidalga que estudamos.

Nesse momento, trataremos das redes de relações tramadas ao redor de um produto central na economia biscainha nos séculos XV e XVI – o ferro. Os dois Foros possuem disposições bastante detalhadas das associações entre os montes comunais (produtores de lenha) e as ferreiras, prezando pela conexão e subsistência desse sistema econômico:

*(...) Que por quanto en Vizcaya, a las herrerías recrece a Su Alteza gran servicio y a los moradores de ella gran provecho, y las tales herrerías tienen necesidad de mantenimiento de montes, para hacer carbón para labrar hierro. Por ende, dijeron: Que habían de Fuero y establecían por Ley que cualesquier montes que son de comunidad en ejido (si antes son cortados otra u otras veces para mantenimiento de herrerías), que los dueños de los tales Montes comunes y ejidos sean tenudos de los dar para las herrerías á dueños y arrendadores de ellas, a precio y examen de tres hombres buenos, considerando el precio que anduviere en la comarca.*⁷⁶

Esse texto extraído do Foro Novo, o qual possui uma passagem correlativa no Foro Velho (“*Título de el mantenimiento de las ferrerías e de los pesos d’ellas e de las venas*”) logo chama a atenção por seu primeiro enunciado: “*Que por quanto en Vizcaya, de las herrerías recrece a su Alteza gran servicio, y á los moradores gran provecho (...)*”. A produção de ferro aparece não só como um fator interessante aos biscainhos, mas também, à Coroa, indicando a posição privilegiada que o beneficiamento do minério possuía. O imposto sobre as ferreiras se mantém intacto no Foro Novo, mantendo uma determinação já existente no Velho: “*(...) según los privilegios que do ellos tienen y más en las herrerías de Vizcaya y Encataciones y Durangueses, por cada quintal de hierro*

⁷⁵ GOGESCOECHA, Arantza. *Op. cit.* (p.104).

⁷⁶ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.I – T.XXVIII – Como las herrerías han de ser bastecidas y preferencias en la compra del carbón, y de la medida de los costales de carbón. (p.231).

que se labrare en ellas diez y seis dineros viejos; (...)”.⁷⁷ A despeito das muitas isenções de impostos, a manutenção desse tributo demonstra o quanto o ferro biscainho era um negócio lucrativo também para a Monarquia, considerando que esse era o principal produto de exportação de Biscaia e das regiões limítrofes: *“El hierro es el principal producto del comercio vasco internacional, siendo su destino habitual Flandes, donde también llevan lana castellana que sale, fundamentalmente del puerto de Bilbao”*.⁷⁸

Vemos no excerto documental supracitado, a obrigatoriedade de cessão de madeira dos montes comunais por parte daqueles que os ocupam [*dueños de los tales Montes Comunes y Ejidos*] aos donos ou arrendatários das ferreiras [*sean tenudos de los dar para las herrerías, á dueños, y arrendadores de ellas, á precio y exámen de tres homes Buenos (...)*]. A partir daí, podemos colocar a questão: quem eram os donos das ferreiras onde se beneficiava o minério de ferro? Observa-se nos documentos que muitas delas eram financiadas pelas linhagens nobres já consolidadas no século XV, no testamento de Ochoa de Arbolancha que já fizemos menção, lê-se: *“Otro sy, conosco que tengo del dicho Juan sanches, mi padre, cinquenta quintales de fierro (...)*”⁷⁹

Seguindo nossas séries documentais, outra linhagem proeminente, a dos Avendaño, também possuía negócios relacionados à exploração do ferro. Destaquemos um texto em que o *pariente mayor* Pedro de Avendaño e sua esposa acertam contas com o mestre ferreiro Fortún Sanchez de Torrontegui, que arrendava uma de suas ferreiras:

⁷⁷ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Lei IV – Título Primeiro – Los Derechos y rentas que el Señor de Vizcaya tiene, y que los vizcainos son libres de otros pedidos e imposiciones*, (p.17).

⁷⁸ DEL VAL VALDIVIESO, M^a Isabel. *Economía y Sociedad en La Edad Media* In AGIRREAZKUENAGA, Joseba (Dir.). *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995? (p.115).

⁷⁹ *Ochoa de Arbolancha dicta testamento, por el cual, además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, cede a su hermana Sancho Sánchez, descontados 14.000 maravedís, todos sus derechos a la herencia de su madre Sancha Sánchez; al mismo tiempo, dispone el pago de los débitos pendientes y el cobro de las cantidades que se le adeudan; lega diversas mandas a favor de sus hijos María Ochoa y Juan, ambos nacidos fuera del matrimonio, así como a favor de sus respectivas madres, Teresa Goiri y María Sánchez de Bolívar, junto a otros parientes del linaje Arbolancha, toma disposiciones sobre el negocio que lleva en común por cinco años con su hermana Sancho Sánchez y con su tío Juan Fernández de Besabe, y, finalmente ordena que – pasado dicho tiempo – se adquiera con lo que quede de sus bienes una renta situada para el disfrute del linaje* [1441 julio 5. Bilbao, casa torre]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 42 rº.-46rº. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de Junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p. 157).

*En la ferrería de Torrontegui, a veynte e cinco de Febrero, anno noventa, fisimos cuenta los sennores Pedro Avendanno e su muger e yo [Fortún Sanchez] por los carvones e venas [filão Metálico] que por ellos avia puesto este anno e el anno que pasó. Fallamos que me devian de carvones syete mil e dosientos e veynte maravedis, com los setenta e ocho // cargas que me devian de preimero anno, e vena de quarenta e ocho aguas (...).*⁸⁰

Vê-se como as linhagens tradicionais biscainhas possuíam um patrimônio expandido em bens imóveis, não só na figura de *caseríos*, mas também, com ferreiras e moinhos. Sendo assim, fomentavam relações de trabalho e acordos de arrendamento. Tais relações, não eram de caráter servil, mas convencionadas. Isso não quer dizer que as linhagens distintas não tivessem uma preponderância econômico-social (antes ou depois da fidalguia coletiva), visto que concentravam determinados meios de produção em suas mãos, por exemplo. Tampouco significa que não houvesse outros meios de subsistência para além do trabalho nas posses vinculadas às linhagens distintas. Pode-se citar as terras comunais ou os patrimônios não-nobres (chamados *solares labradoriegos*), emergentes de mercês do Senhor de Biscaia desde meados do século XIV. Esses privilégios nasceram, vale lembrar, do entrecruzamento de interesses senhoriais (que por seu lado necessitava ocupar e institucionalizar territórios) e dos lavradores (que desejavam possuir terras hereditárias).

Por outro lado, naquela mesma disposição acerca da relação entre os *ejidos* e as ferreiras, encontramos o seguinte trecho, ao final: “*Pero ningún vizcaino que tenga su heredad propia, y mojonada de monte, pueda ser compelido de lo dar, sino lo quisiere (...)*”.⁸¹ Assim, apenas aqueles que retiram madeira dos montes comunais são obrigados a fornecer matéria-prima para as ferreiras, aqueles que possuem suas *heredades*, terras propriamente familiares, não o são, demonstrando, mais uma vez, a proteção de seu caráter linhagístico.

Tanto o Foro Novo quanto o Velho têm uma preocupação em normatizar e regulamentar o comércio do minério, visando a padronização dos pesos e locais de sua

⁸⁰ *Pedro de Avendaño y doña Mayor, su esposa, por una parte, y Fortún Sánchez de Torrontegui, por otra, determinan las cuentas pendientes entre ellos por la explotación de la ferrería de Torrontegui.* [1490 febrero 25. Torrontegui, ferrería de]. (B) ARChV, sala de Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0308.0004, sin foliar. in DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p. 230).

⁸¹ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorio de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.I – T.XXVIII – Como las herrerías han de ser bastecidas y preferencias en la compra del carbón, y de la medida de los costales de carbón. (p.231).

comercialização, a lei preocupa-se com a prática de venda do filão metálico nos caminhos entre as ferreiras e os portos:

(...) que ninguno sea osado de poner ni tener peso de vena ni hierro, salvo en las herrerías o Puertos, donde se descarga la vena, y se carga el hierro. Y los tales pesos hayan de poner los dueños, y arrendadores de herrerías y Bajeleros que traen vena, y que ninguno que no tuviere herrería o parte de ella propia ó arrendada, no pueda comprar vena alguna (...) ⁸²

Este trecho demonstra a vivacidade do comércio do ferro – a circulação do filão se dava em direção aos portos, a ser comercializado na Europa. Apenas os donos (ou arrendatários de ferreiras) e *bajeleros* podiam possuir *pesos de Vena e hierro*, ou seja, instrumentos para controlar o peso do minério, além de serem os únicos a poder comercializá-lo. A diferença marcante, nesse sentido, entre o Foro Velho e Novo, fica mais uma vez por conta da multa cobrada sobre aqueles que desrespeitarem essas disposições. No primeiro deles, lê-se:

(...) e cualquier o cualesquieres que lo contrario fisiere <n> e pasare contra esta ley que pague de pena cada uno, por cada vez que le fuere fallado o provado, seisçientos maravedís e que pierdan la mitad para el Señor de Vizcaya e la otra mitad para el acusador. ⁸³

Já no Foro Novo, no contexto fidalgo: “(...) so pena de seisçientos maravedís por cada vez que fuere hallado y haya comprado: La mitad para el que le acusare, y la otra mitad para los reparos de los caminos del condado; y mas, que pierda la vena, que ainsí comprare (...)”. ⁸⁴ Vemos confirmada a atenuação da imagem soberana do Senhor nesse espaço que separa o Foro Velho do Foro Novo em prol da população doravante nobre.

⁸² *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.II – T.XXVIII – Dónde y quién puede tener peso de vena y quién puede comprarlas y quién no, y que la vena que se cargare sea buena, (p.232).

⁸³ *El Fuero Viejo* In LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016. (222 – De las venas); (p.352). Equivale a 214 em Monreal (2005) e Astuy (1909).

⁸⁴ *El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (L.II – T.XXVIII – Dónde y quién puede tener peso de vena y quién puede comprarlas y quién no, y que la vena que se cargare sea buena, (p.232).

2.4 Economia da dívida na hereditariedade de bens na Península Ibérica

Em seu famoso estudo acerca da genealogia da moral das sociedades cristãs ocidentais, Nietzsche analisa um fator notável que diz respeito à dívida entre os vivos e seus antepassados em sociedades anteriores ao problema da laicização (advinda da emergência de relações propriamente “burguesas” de existência):

A relação (...) entre o devedor e seu credor, (...), foi mais uma vez, e de maneira historicamente curiosa e problemática, introduzida numa relação na qual talvez seja, para nós, homens modernos algo inteiramente incompreensível: na relação entre os vivos e seus antepassados. (...) a geração que vive sempre reconhece para com a anterior, e em especial com a primeira, fundadora da estirpe, uma obrigação jurídica (...). A convicção prevalece de que a comunidade subsiste apenas graças aos sacrifícios e às realizações dos antepassados – e de que é preciso lhes pagar uma dívida [*schuld*], que cresce permanentemente, (...).⁸⁵

Segundo Nietzsche, a figura dos antepassados confunde-se com a própria figura de Deus, proclamando uma dívida que adquire um invólucro sagrado. Em um de nossos documentos acerca do *mayorazgo* castelhano de Trujillo, lê-se:

*(...) con tal condición de la no pueda vender, ni enajenar, ni mal meter, ni empeñar, ni obligar a deuda ni a contrato, que el u otro por el dicho Pedro Alfonso faga e si lo ficiere que le no vala, ni aya firmeza ninguna aunque sea arras o donación para quien con el cassare, ni pueda ser obligada la dicha donación por maleficio que el faga o sea en consejo de lo facer lo que Dios no quiera (...)*⁸⁶

A própria forma do *mayorazgo* se constitui exatamente nesse lugar, onde se produzem as linhas sucessórias linhagísticas dependentes de suas fundações por antepassados. A vontade das gerações fundadoras afirma-se como divina: “(...) *ni pueda ser obligada la dicha donación por maleficio que el faga o sea en consejo de lo facer lo que Dios no quiera (...)*”. Em Portugal, a formulação dos objetivos de fundação de um *mayorazgo* (chamado de morgadio em terras lusas) entre as camadas fidalgas não pode ser mais clara, ficando evidente as relações de dívida com os fundadores nas Ordenações filipinas:

E porque a tenção dos Grandes, e Fidalgos, e pessoas nobres de nossos reinos e senhorios que instituem morgadio de seus bens, e os vinculam para andarem seus filhos, e descendentes, conforme as cláusulas das instituições que fazem, e ordenam, é para a conservação e memória do seu nome, e acrescentamento

⁸⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma Polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.77).

⁸⁶ *Mayorazgo de Trujillo*. Archivo Histórico Nacional, Consejos, leg. 4827-8, fol 1-6 In BERMEJO CABRERO, José Luis Bermejo. *Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo*. Anuario de historia del derecho español, n. 55, p. 253-306, 1985. (p.301).

dos seus estados, casas e nobreza, e para quem em todo o tempo se saiba a antiga linhagem donde procedem, e os bons serviços que fizeram aos reis nossos predecessores, pelos quais mereceram ser honrados, e acrescentados; do que resulta grande proveito a estes Reinos, para que neles haja muitas casas, e morgadios, para melhor defesa e conservação dos ditos reinos e nos poderem os possuidores deles com mais facilidade servir aos Reis pelo tempo em diante nos sucederem na Coroa destes Reinos.⁸⁷

No testamento da biscainha Dona Sancha Sanchez de Barraondo a fórmula linhagística se repete – seu corpo expressa a vontade divina, seu legado testamentário é lastreado por Deus e sua palavra tem o poder de formular maldição, a qual recairá sobre aqueles que ajam contra sua vontade: “(...) *e sy lo contrario fesyeren e en el cumplimiento e efeto d’este dicho mi testamento luenga alguna pusyeren, ruego a Dios todopoderoso que gelo demande mal e caramente en este mundo en los cuerpos e en el otro en las almas* (...)”⁸⁸. O julgamento ao desrespeito testamentário será efetuado não só em vida, mas também, após a morte com a perseguição tanto corpo, como da alma. Tais modos de existência conectados com as práticas cristãs favorecem as formações jurídicas ocidentais, baseadas no puro ato de julgamento lastreado na culpa e na dívida para com a linhagem, para com Deus e para com aqueles que governam.⁸⁹

Essas relações podem ser demonstradas não apenas com o *mayorazgo*, mas também pelo modo de disposição da herança em Biscaia, tanto no Foro Velho como no Foro Novo: as relações com a terra, como demonstramos, são de caráter familiar (atrelados à linhagem que se originara o bem) ou comunitários (a comunidade rural biscainha, por exemplo, agremia-se em torno da Igreja, nas chamadas anteiglesias sendo estas fortes instituições, tal qual os municípios).

Interessante notar, do mesmo modo, que com a emergência da fidalguia coletiva, tal procedimento se replica. Criam-se maneiras de afirmar a população biscainha como

⁸⁷ *Ordenações Filipinas*, Lº IV, tít. 100, § 5 IN ROSA, Maria de Lurdes. O Morgadio em Portugal, Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (p.37).

⁸⁸ *Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo – (...). [1427 diciembre 16. Bilbao, calle Santiago]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Cópia em traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) in DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010. (p.138).*

⁸⁹ Ver NIETZSCHE, Friedrich. *Op. cit* & DELEUZE, Gilles. Para Dar Um Fim ao Juízo In *Crítica & Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

fidalgas, investindo em um discurso de um passado cristão puro originário que entra em diálogo com a formação de uma Monarquia Católica:

*Que por quanto todos los dichos vizcaínos son hombres Hijosdalgo, y de noble linaje y limpia sangre, y tenían de Sus Altezas merced y provisión real sobre y en razón que los nuevamente convertidos de judíos y moros, ni descendientes, ni de su linaje, no puedan vivir ni morar en Vizcaya (...)*⁹⁰

Os ordenamentos jurídicos ibéricos produtores de espaços nobiliárquicos se referem, portanto, à dívida adquirida com os antepassados e com a divindade: isso está presente nas formas de lidar com os bens, nas relações entre as populações e destas com a Coroa. A sensação da presença dos antepassados gloriosos e fundadores (que se faz notar, em grande medida, através da circulação de bens) lastreada pelo modo de compreensão temporal cristão⁹¹ - imortalidade da alma - é um mecanismo de poder que faculta a existência de círculos nobiliárquicos em suas práticas de legitimação e exclusão, fazendo da fidalguia um padrão a ser alcançado e almejado por sujeitos nessas sociedades oficialmente católicas. Isso se desdobra de maneira especialmente relevante no caso dos biscainhos, os quais adquirem sua fidalguia baseando-se no agenciamento de discursos que os afirmam como sucessores de uma população cristã sem máculas de sangue.

Essa discussão nos leva a um lugar ao debate historiográfico apresentado na introdução. Na historiografia espanhola, José António Maravall destaca-se como um defensor do conceito de absolutismo, reforçando a ideia de que o monarca é a última instância da justiça em seu território e isso caracterizaria seu poder, ligando sua figura, essencialmente, à ideia de soberania nos limites de um Estado. Para Maravall, entretanto, a emergência política do absolutismo desde meados do século XV, tem como contrapartida uma mentalidade burguesa desdobrada na divisão entre direito público e direito privado promovida pelas leis de acordo com o novo espírito do tempo, associado ao apoio dessas classes aburguesadas ao rei. A propriedade seria, segundo o historiador, um dos poucos limites à soberania real, em meio a aurora do capitalismo e da burguesia como classe emergente: “Funcionários, comerciantes, lavradores ricos, senhores cujas fazendas se viam valorizadas com o aumento dos preços agrícolas, participaram nesse

⁹⁰ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades (...).1977? [1528]. (Lei XIII, Título Primeiro— Que en Vizcaya no se avecinden los que fueren de linaje de judíos y moros, y como los que vinieren han de dar información de su linaje).* (p.22).

⁹¹ DELEUZE, Gilles. Para Dar Um Fim ao Juízo In *Crítica & Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997. (p.144).

movimento de aquisição de terras (...)”.⁹²

Muitos historiadores contestam essa visão, como Vives, o qual não atribui a essa classe força suficiente para engendrar uma ruptura com o sistema aristocrático (inclusive no que tange à hereditariedade dos bens e circulação da terra), apontando para o fato da tendência de incorporação das elites econômicas urbanas no estrato nobiliárquico por meio da política de casamentos, por exemplo. Estudos mais recentes apontam para a dificuldade na aquisição de terras dentro desse panorama, no qual os bens fundiários eram entendidos como raízes, de caráter linhagístico.⁹³ Domínguez Ortiz, por sua vez, enfatiza a aceitação geral da estrutura nobiliárquica nesse contexto: “*La aceptación del principio nobiliario fue general (...) las clases elevadas tampoco atacaron de frente la fortaleza de la nobleza; se limitaron a entrar en ella, no en bloque, sino furtivamente, (...) procurando hacer olvidar cuanto antes sus Orígenes.*”⁹⁴. Isso não quer dizer que não houvesse diferentes posições frente aos problemas gestados nessa sociedade estamental, como veremos no próximo capítulo.

A dinâmica da dívida cria vínculos coletivos, enseja desejos e faz circular uma vontade de nobreza: sua prática de sentido⁹⁵ está vinculada às linhagens, distante da ideia de indivíduo burguesa. Não é um mecanismo de poder externo que se estabelece de maneira alheia à sociedade que impunha as condições de governo dessas populações. Os próprios sujeitos são produzidos, mas também, produzem essa economia: movem-se nela por meio de diferentes estratégias de inserção social (e existência) dentro de modos discursivos (sempre coletivos) e de práticas jurídicas correlativas a eles⁹⁶

⁹² MARAVALL, José Antonio. A função do direito privado e da propriedade como limite do poder do Estado (Em Estado moderno y mentalidade social, Madrid 1972, I, 345-356) In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], 1984. (p.246).

⁹³ Ver MARTÍN, Alberto Marcos. *La sociedad española del siglo XVI: órdenes y jerarquías* in FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011.

⁹⁴ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.12).

⁹⁵ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O Nativo Relativo”, *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. Nº1. Rio de Janeiro, 2002. (p.131).

⁹⁶ Partimos da ideia de que toda enunciação é sempre realizada em função de uma comunidade social e política, não há meio de enunciação em um espaço individual (polo subjetivo) ou neutro (extra-social). DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Kafka: Por Uma Literatura Menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (p.151).

3. Ler Dom Quixote em rede – A fidalguia (biscainha) no tempo dos Habsburgos

*“Vizcaíno por tierra, hidalgo por mar, hidalgo por el diablo, y mientes que mira si otra dices cosa”*¹.

Neste Capítulo selecionamos para a análise algumas passagens da primeira parte do livro *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha* publicado no ano de 1605² por Miguel de Cervantes (1547-1616). A partir delas, traçaremos conexões com nossos problemas. Ocupar-nos-emos, portanto, das questões levantadas por esse trabalho e dos desdobramentos do escrito cervantino em relação a sua colateralidade textual. O Quixote integra a constelação discursiva analisada, abordando problemas fundamentais para nós como a hierarquização social na Península Ibérica quinhentista e seiscentista. Não se trata, portanto, de uma exegese, mas de posicionar esse texto em relação a outras fontes primárias e secundárias já trabalhadas, ou que mobilizaremos, especialmente, no capítulo.

O principal objetivo deste capítulo é demonstrar que a fidalguia dos biscainhos não se constituía enquanto um fenômeno isolado, mas estava em comunicação com os problemas ao redor do *ser nobre* na Península Ibérica. Desta maneira, buscaremos compreender as linhas de força que estavam em jogo em torno da performatividade de uma cultura nobiliárquica nesse contexto.

Qualquer um que se acerque ao texto cervantino se depara com inúmeras vertentes e interpretações da obra, algumas mais, outras menos estereotipadas:

Nem sempre D. Quixote foi visto exclusivamente como um cavaleiro sonhador e idealista que acreditou ser capaz de transformar o mundo de modo a torná-lo mais justo. Ao longo desses muitos anos, o cavaleiro e o escudeiro contaram com interpretações bastante variadas que privilegiaram, em alguns momentos,

¹ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. VIII, p. 130).

² Graças aos recentes estudos documentais de Bouza se tornou possível saber com mais certeza (considerando a coincidência com o privilégio da edição *princeps*) que o título pretendido à obra era “*el ingenioso hidalgo de la mancha*”, como se pode ler no manuscrito de Cervantes pedindo a aprovação de seu escrito. Isto é confirmado pela primeira licença do texto por Antonio Herrera: “(…). *Por mandato de V. Altª he visto un libro llamado El yngenioso Hidalgo de la mancha compuesto por Miguel de Cervantes Saavedra (...), y me parece, siendo V. Altª seruido, que se le podrá dar licencia y privilegio (...) porque será de gusto y entretenimiento al pueblo a lo qual en la regla de buen gobierno se deue tener atención (...)*” BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “*Dásele licencia y privilegio*”. *Don Quijote y la aprobación de libros en el siglo de oro*. Madrid: Akal, 2012. (p.12). Muito provavelmente, o “Don quixote” no título seja obra do tipógrafo Juan de la Cuesta e do editor Francisco de Robles segundo BOUZA ÁLVAREZ, Fernando & RICO, Francisco. “Digo que yo he compuesto un libro intitulado El ingenioso hidalgo de la mancha In Bulletin of the Cervantes society of America, 29.1, (spring, 2009). (pp.19-21). Para nós, o fato do título pretendido enfatizar a condição de fidalguia de Quixote é relevante, na medida em que expõe em primeiro plano o lugar na hierarquia social do personagem, demonstrando que sua importância é tão grande quanto o nome próprio. Do mesmo modo, seu lugar de origem (sua pátria) também receberia destaque.

a personagem que padece de uma loucura cômica, capaz de provocar muito divertimento; outros enfatizaram seu idealismo que conduz a um sentido trágico da vida humana.³

O Quixote - escrito durante o reinado de Felipe III - é, muitas vezes, enquadrado como expressão de um movimento literário denominado *Siglo de Oro*, o qual abarcaria a literatura castelhana, da passagem do Classicismo ao Barroco, entre meados do século XVI até a segunda metade do XVII. O termo surge no século XVIII, enfatizando-se as influências greco-latinas dos autores daquele momento, redundando em uma grandiosidade literária:

*(...) siglo en que no podía dextr de florecer la buena poesía, al paso que iban llegando á su aumento las demás buenas letras. Los medios sólidos, de que la nación se había valido para alcanzar este buen gusto, no podían dextr de producir tan ventajosas consecuencias. Se leían, se imitaban e se traducían los mejores originales de los Griegos y Latinos; y los grandes maestros del arte Aristóteles y Horacio lo eran asimismo de toda la nación.*⁴

Essa noção é posterior às obras, portanto. Tal terminologia, ao longo do tempo, possuiu seus defensores e detratores, mas é, definitivamente, fortalecida e vulgarizada após a Guerra Civil:

*El sintagma –dice- lo potencian los alemanes desde su Romanticismo y se va abriendo camino durante el siglo XIX como titulación discutible, pero necesaria. Sin embargo en contra de lo que se podía esperar, Menéndez Pelayo lo usa sólo en ciertas ocasiones... La España liberal de Sanz del Río a Américo Castro, pasando pela escuela de filología española, no acaba por decidirse a utilizarlo por razones religioso-políticas. Un nuevo empuje alemán – Pfandi, Vossler – y el gran empuje de los poetas y críticos del 27 (con reservas de algunos, como el primer Montesinos), lo consolidan definitivamente. Después de la guerra el término avanza más y más, y se hace cotidiano.*⁵

A despeito de sua vulgarização, foi muito criticado por sua amplitude exagerada e falta de significação concreta⁶. Alguns estudiosos de História da Literatura, formularam outros modos de compreensão das artes durante o reinado dos Habsburgos, como, por exemplo, Maravall. O historiador se utiliza de uma cronologia baseada na transição de

³ VIEIRA, Maria Augusta da Costa. Apresentação de D. Quixote In *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, 2011. (p.9).

⁴ VELÁZQUEZ, A.J. *Orígenes de la Poesía Castellana*. Málaga, 1797 apud ABAD NEBOT, Francisco. Sobre el Concepto Literario de “Siglo de Oro”: su Origen y su Crisis In *Anuario de estudios filológicos*, vol. 9, 1986. (p.14).

⁵ ROZAS, J.M. El Siglo de Oro. *El teatro en tiempos de Lope de Vega*. Madrid: Universidad a Distancia, 1976, caps. 1-4; «Siglo de Oro: historia de un concepto, la acuñación del término», Homenaje a Francisco Yndurain, Madrid, 1984 apud ABAD NEBOT, Francisco. Sobre el Concepto Literario de “Siglo de Oro”: su Origen y su Crisis In *Anuario de estudios filológicos*, vol. 9, 1986. (p.15).

⁶ Ver ABAD NEBOT, Francisco. Sobre el Concepto Literario de “Siglo de Oro”: su Origen y su Crisis In *Anuario de estudios filológicos*, vol. 9, 1986.

um momento chamado renascentista e de outro barroco. Deixa de lado a noção de *Siglo de Oro* de maneira estratégica, com o intuito de reforçar sua tese de um Estado absolutista cuja centralização é progressiva:

*Entre los siglos XVI y XVII nuestro autor, encuentra diferencias, ya que nos hallamos entre 'estructuras históricas distintas', y por eso advierte el cambio producido; 'En la primera fase del Renacimiento – dice –, libertad y monarquía van juntas y se apoyan. Al acabar el siglo XVI, la primera cede ante la segunda, que cada vez más se impone más cerradamente, según unos caracteres que en España se dan con particular intensidad'.*⁷

Poderia ser interessante analisar o uso do termo em suas relações com a ideia de Estado-Nação espanhol, ou seja, de sua utilização em proveito de um determinado nacionalismo (o que não é uma regra, pois foi e é usado de muitas maneiras em torno de problemas historiográficos diversos). A obra de Cervantes teve e tem um lugar de destaque nesse sentido, ainda mais em relação ao Quixote, vastamente utilizado pelo Estado em suas instituições políticas e educacionais como um suposto modelo linguístico-aglutinador⁸. Tampouco basta criticar o conceito de *Siglo de Oro* para deslocar esse modo de pensar, já que na obra de Maravall, por exemplo, há traços da reverberação de uma ideia de Estado-Nação, como aponta Clavero.⁹

3.1. Dom Quixote – Um livro para rir ou para chorar?

Objetar-se-ia que até o momento nesta dissertação não nos havíamos valido de fontes literárias para estudar nossos objetos, daí se depreende um longo debate que se relaciona ao uso desse tipo de fontes para a história. Tendo em vista que uma de nossas referências metodológicas principais é o livro *A Arqueologia do Saber*, bem como, outros escritos de Foucault, nos parece absolutamente viável e coerente a utilização desse tipo de fonte.

Admitimos que há um modo literário de enunciação, o qual não é o mesmo em relação a outros tipos de documentos, ou seja, essas fontes têm sua especificidade,

⁷ MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos*. Madrid, 1966. (pp. 249 & 266) apud ABAD NEBOT, Francisco. Sobre el Concepto Literario de “Siglo de Oro”: su Origen y su Crisis In *Anuario de estudios filológicos*, vol. 9, 1986. (p.19).

⁸ Em *Pierre Menard autor del Quijote*, Borges indica essa questão: “‘El Quijote’ me dijo Menard ‘fue ante todo un libro agradable; ahora es una ocasión de brindis patrióticos, de soberbia gramatical, de obscenas ediciones de lujo. La gloria es una incomprensión y quizás la peor.’” BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote In *Ficciones*. 8ªed. Buenos Aires: Debolsillo, 2015. (p.51).

⁹ Ver CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de ‘Estado Moderno’”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, Nº19, Enero-Febrero, 1981.

principalmente, no que tange suas preocupações estéticas, modos de narrar e repartições textuais. Seria ingênuo supor que por esse motivo, a literatura não diria respeito à sociedade em que foi produzida. Os textos literários fazem parte das redes discursivas à sua maneira - seria possível dizer, até mesmo, que são lugares privilegiados para a crítica e deslocamento de valores de uma comunidade. Em relação a essas redes em sua função enunciativa, podemos dizer que:

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transportam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, (...). Em vez de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e modificações possíveis, (...).¹⁰

Assim, enunciados acerca da qualidade de nobreza de determinada população ou grupo que aparecem em um documento oficial, podem (re)aparecer transformados em uma obra literária. Tal modo de circulação também poderia ser verificado na análise de literaturas modernas, por exemplo. Um enunciado que aparece em um jornal, no rádio, na televisão utilizado e transformado em um poema (pós-)vanguardista.

Nesse momento, cabe realizar algumas considerações sobre as relações estéticas presentes no Quixote. Como devemos compreendê-lo, afinal? Foram muitos os modos de entendimento desse belo texto, então, atentaremos para algumas ponderações acerca de como foi lido em diferentes épocas e lugares. Primeiramente, nunca é demasiado recordar que não há uma maneira correta em oposição a modos incorretos de leitura, mas diferentes modos de aproximação possuem efeitos diferentes, em diversos níveis. Reproduziremos um excerto um pouco extenso, mas bastante esclarecedor acerca dessa questão:

(...) a leitura que se fez da obra nos primeiros tempos, entre os séculos XVII e XVIII se pautou sobretudo pelo destaque à paródia em relação aos livros de cavalaria. D. Quixote e Sancho foram vistos, especialmente, a partir dos múltiplos desvios que apresentavam com respeito aos seus modelos literários. Esse viés de leitura se alterou radicalmente a partir do Romantismo Alemão, que encontrou no texto a plasmação de um novo gênero literário- o romance – e, na ação do cavaleiro, um sentido simbólico. Já não era o caso de destacar a obra com seu contexto histórico e literário mas sobretudo salientar, ou melhor, acomodar seu sentido à expressão das questões mais fundamentais do homem moderno, como se o texto contivesse em si a capacidade de desvendar a essência da condição humana muito além de seu tempo histórico específico. A interpretação romântica foi fecunda e se propagou pelos tempos, convidando a posições extremadas como as de Miguel de Unamuno, que chega

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (p.128).

a afirmar: ‘Que me importa o que Cervantes quis aqui ou ali, e o que realmente pôs? O vivo é o que descobro, pusesse-o Cervantes ou não [...]’. Se com Unamuno se esbarra num radicalismo, com os trabalhos de Ortega y Gasset e Américo Castro que tiveram presença marcante no pensamento espanhol do século XX, ocorrerá um redirecionamento dos estudos cervantinos, inaugurando assim o ceticismo moderno. Para indicar apenas dois aspectos dessas novas orientações, observa-se o afastamento de leitura centrada obsessivamente no herói e no destaque para o sistema coerente que organiza todo o repertório de Cervantes, capaz de aliar inseparavelmente arte e pensamento.¹¹

Nesse excerto, resumem-se algumas das principais posições admitidas frente a obra. Devemos destacar que a leitura romântica relacionada a sua pretensa dramaticidade, associada a uma gravidade existencial presente na natureza do homem, nos afasta de certas relações importantes que a leitura cômica, privilegiada nos primeiros tempos de recepção e retomada por certos críticos no século XX proporcionaria:

(...) por volta de 1960 outros vieses interpretativos passaram a se impor. Parte da crítica (...), como Russell e Close, entre outros, propõe uma retomada da leitura inicial do Quixote, na tentativa de resgatar elementos fundamentais de sua composição. (...). Um ponto fundamental nessa revisão crítica se apoia na ideia de que a obra é cômica. Essa comicidade, por sua vez, se estrutura a partir da criação do burlesco, ou seja, do desequilíbrio entre o nível estilístico e o tema. Desequilíbrio que tanto pode estar na utilização de um estilo elevado para referir-se a temas banais quanto na criação de um estilo tosco para referir-se a grandes temas. Ou ainda, pode estar presente no descompasso entre a fala e a ação, isto é, a grandiloquência em meio a uma situação de declarada vulgaridade (...).¹²

Julgamos esse sentido de comicidade essencial, pois é através dele que Cervantes constrói cenas que ironizam valores das sociedades ibéricas arregimentadas em torno de uma Monarquia Católica – brincando, desse modo, com a identificação, reconhecimento dos desejos e anseios dos sujeitos: sejam eles lavradores, fidalgos, pastores, cortesãos ou taverneiros. A zombaria do Quixote se inicia já no Prólogo, no qual Cervantes faz pouco do excesso de mostras de erudição presentes nos escritores de sua época¹³. Afirma-se que citações de filósofos, de literatos ou das sagradas escrituras faltam à obra - a voz de um amigo tranquiliza o autor de Quixote, na medida em que tais mostras não farão diferença a uma empresa tão grande como a escrita desse livro:

(...) este vuestro libro no tiene necesidad de ninguna cosa de aquellas que vos decís que falta, porque todo él es una invectiva contra los libros de caballerías, de quien nunca se acordó Aristóteles, ni dijo nada San Basilio, ni alcanzó Cicerón, ni caen debajo de la cuenta de sus fabuloso disparates las

¹¹ VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Op. cit.* (pp. 18 & 19).

¹² *Ibidem.* (p.20).

¹³ *Ibidem* (pp. 13-17).

*puntualidades de la verdad, ni las observaciones de la astrología, ni le son de importancia las medidas geométricas, ni la confutación de argumentos de quien se sirve de la retórica, ni tiene para qué perjudicar a ninguno, mezclando lo humano con lo divino, que es un género de mezcla de quien no se ha de vestir ningún cristiano entendimiento.*¹⁴

Esse mesmo amigo lhe recomenda que: “(...) leyendo vuestra historia, el melancólico se mueva a la risa, el risueño la acreciente, el simple no se enfade, el discreto se admire de la invención, el grave no la desprecie, ni el prudente deje de alabarla”.¹⁵ Fica expressa a intenção de comicidade do escrito verificada no enunciado em que se afirma o objetivo de mover o melancólico ao riso, a despeito da preocupação de que o grave também não a despreze. Além disso, mostra a vontade da obra ser difundida não só a um público culto [discreto], mas também, a um público diletante [simples/vulgar].¹⁶

Muita dessa comicidade vem da inconsequência do louco fidalgo Alonso Quijada que de tanto ler livros de cavalaria, torna-se cavaleiro andante, decidindo imitar os heróis dessa aventuras: “(...) él se enfrascó tanto de su letura, que se le pasaban las noches leyendo en claro en claro, y los días de turbio en turbio; y así de poco dormir y del mucho leer, se le secó el cerebro de manera que vino a perder el juicio”.¹⁷

Como observa Maria Augusta Vieira, a loucura nos tempos de Quixote não era um signo apartado da dinâmica social e, muitas vezes, produzia, um efeito cômico.¹⁸ Para melhor compreender essa relação com a loucura, traremos à baila o conhecido estudo de Foucault acerca do entendimento mutável das sociedades europeias frente a esse fenômeno. Grosso modo, desde o século XV até meados do século XVII, a loucura não era simplesmente o lugar da desrazão, um desvio a ser expurgado. O louco, em sua condição, possui um saber inacessível a outros que não partilham de seu estado:

Este saber, tão inacessível e temível, o louco o detém em sua parvoíce inocente. Enquanto o homem racional e sábio só percebe desse saber algumas figuras fragmentárias – e por isso mesmo mais inquietantes –, o louco o carrega inteiro em uma esfera intacta: essa bola de cristal, que para todos está vazia, a seus olhos está cheia de um saber invisível.¹⁹

¹⁴ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Prólogo, pp. 38 & 39).

¹⁵ *Ibidem*. (Prólogo, pp. 37 & 38).

¹⁶ VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Op. cit.* (p.16).

¹⁷ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. I, p.59).

¹⁸ VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Op. cit.* (p.21).

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. (p.21).

Desse modo, diz verdades que os demais não podem acessar – assim é descrito no teatro e em obras literárias no período em questão:

Se a loucura conduz todos a um estado de cegueira onde todos se perdem, o louco, pelo contrário, lembra a cada um sua verdade; na comédia em que todos enganam aos outros e iludem a si próprios, ele é a comédia em segundo grau, o engano do engano. Ele pronuncia em sua linguagem de parvo, que não parece com a da razão, as palavras racionais que fazem a comédia desatar no cômico; ele diz o amor para os enamorados, a verdade da vida aos jovens, a medíocre realidade das coisas para os orgulhosos, os insolentes e os mentirosos.²⁰

Dom Quixote e *Macbeth* são expressões desse mundo onde a loucura era vista como um saber²¹, lugar que vai se perdendo ao longo do século XVII com a infiltração progressiva de um racionalismo “cartesiano”, onde a razão torna-se a condição própria do pensamento e da produção do saber, posicionando a loucura em um lugar mais baixo do que um erro ou ilusão. O cavaleiro Dom Quixote torna seu modo de ver o mundo a força motriz de seus feitos. Sempre, ele e seu escudeiro Sancho são movidos a novas aventuras, nas quais o cavaleiro andante afirma a urgência de suas ações na Espanha seiscentista: “*Has de saber, ¡oh sancho amigo!, que yo nací por querer el cielo en esta nuestra edad de hierro para resucitar la edad dorada, o de oro. Yo soy aquel para quien están guardados los peligro, las hazañas grandes, los valeroso fechos...*”²²

3.2 O Quixote e a hierarquização social na Monarquia Católica

“*En un lugar de La Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivía un hidalgo (...). Frisaba la edad de nuestro hidalgo con los cincuenta años. Era de complexión recia, seco de carnes, enjuto de rostro, gran madrugador y amigo de la caza*”²³. Assim, se iniciam as famosas aventuras desse fidalgo que de tanto ler livros de cavalaria – comprados aos montes, com as rendas advindas da venda de terras – decide tornar-se por conta própria cavaleiro andante: “*(...) para aumento de su honra y*

²⁰ *Ibidem.* (p.14).

²¹ *Ibidem.* (p.39).

²² CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XX, p. 271).

²³ *Ibidem.* (Cap. I, p.57).

de su república (...)”.²⁴ Alonso Quejada deve mudar seu nome para Dom Quixote de La Mancha, já que seria mais adequado ao seu estatuto de cavaleiro:

(...) y al cabo se vino a llamar ‘Don Quijote’: (...). Pero acordándose que el valeroso Amadís no solo se había contentado con llamarse ‘Amadís’ a secas, sino que añadió el nombre de su reino y patria, por hacerla famosa, y se llamó ‘Amadís de Gaula’, así quiso, como buen caballero, añadir al suyo el nombre de la suya y llamarse ‘Don Quijote de la Mancha’, con que su parecer declaraba muy al vivo su linaje y su patria, y la honraba con tomar el sobrenombre della.²⁵

Essa mudança de nome traz consigo uma discussão cara à sociedade da época, bastante elaborada pelo escrito cervantino, ou seja, as conexões dos sujeitos com sua linhagem e sua pátria. Em um primeiro momento, portanto, discutiremos sobre esta noção, em seguida apresentaremos, brevemente, os eixos catalisadores que fornecerão o mote para nossos argumentos.

Começemos por elaborar algumas considerações acerca do termo *Espanha* no Quixote. O conceito tem a função de enunciar determinados acontecimentos, ou objetos (como livros) amplamente conhecidos em diversos territórios ibéricos, sendo que *espanhol*, como adjetivo, é usado de maneira relativamente tênue. Vejamos, então, um exemplo da utilização daquele termo.

Quando dois amigos de Quixote (um padre e um barbeiro) percebem seu estado, decidem fazer um escrutínio em sua biblioteca para escolher quais livros deveriam ser condenados à fogueira, já que consideravam sua perda de juízo a consequência da leitura das novelas de cavalaria. Portanto, aquelas que apresentassem perigo a sua sanidade deveriam arder.²⁶ Para levar a cabo tal ação, usaram de certos critérios de raridade e originalidade, aproveitados por Cervantes para comentar o conteúdo desses escritos. Observemos o uso de *Espanha*:

²⁴ *Ibidem.* (Cap. I, p.60).

²⁵ *Ibidem.* (Cap. I, p.61).

²⁶ Fernando Bouza comenta acerca de espetáculos públicos (de grande impacto visual), em princípios da Idade Moderna, que consistiam na queima de papéis, manuscritos e livros velhos: “*Y es que parece haber sido una práctica bastante extendida, las cámaras municipales compraban grandes cantidades de libros viejos para, con ellos dar cuerpo y alimentar la pirotecnia de los brillantes espectáculos de cuya organización se encarcaban*”. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.27). Apesar da escritura ter ganhado cada vez mais importância, enquanto mecanismo de preservação de memória, a queima de papéis escritos faz parte desse mesmo mecanismo: o ato de queimar decide o que deve permanecer e o que pode arder. Isso se expressa, inclusive, por meio da figura de Felipe II: amante da escrita, ordena em seu codicílio a queima dos papéis de seu confessor Frei Diego Chaves. *Ibidem.* (p.29).

- Parece cosa de misterio esta, porque, según he oído decir, este libro fue el primero de caballerías [Amadís de Gaula] que se imprimió en España, y todos los demás han tomado principio y origen deste; y así me parece que, como a dogmatizador de una secta tan mala, le debemos sin escusa condenar al fuego.
 - No, señor, dijo el barbero -, que también he oído decir que es mejor de todos los libros que de este género se han compuesto; y así, como a único en su arte, se debe perdonar.²⁷

O adjetivo espanhol, por outro lado, aparece mais raramente em relação ao substantivo e também indica algo conhecido (ou reconhecido) em vários territórios dessa comunidade política regida pelos Habsburgos. Isso se repete com o caso do próprio Dom Quixote de La Mancha, valoroso cavaleiro que, por isso, deveria ser amplamente conhecido: “*Esta imaginación me traía confuso y deseoso de saber real y verdaderamente toda la vida y milagros de nuestro famoso español don quijote de La Mancha, luz y espejo de la caballería manchega (...).*”²⁸

Por outro lado, é notória a preeminência da noção de *pátria* - associada às comunidades mais imediatas dos personagens, ao seu local de nascimento, às suas vinculações afetivas e legais (como demostramos nesse trabalho). Eles se dizem e são ditos, no mais das vezes, como asturianos, manchegos, biscainhos e não “espanhóis”. Isso pode ser verificado, para além da recorrência interna à obra, através dos títulos de alguns capítulos, como: *Onde se conclui e dá fim à estupenda batalha que o galhardo biscainho e o valente manchego travaram* [Cap. IX] & *Onde se conta a desgraçada aventura com que topou Dom Quixote em topar com uns desalmados galegos* [Cap. XV], por exemplo.

Foi evidente o esforço dos Reis Católicos em criar uma rede de pátrias em torno de um conjunto complexo que formaria uma comunidade política mais ampla, que além de dar conta dos territórios ibéricos, deveria relacionar-se com as Índias. Tratando-se mais especificamente da Península, sobre a noção de Espanha:

*Los monarcas que unieron las coronas de Castilla y Aragón trataron de resucitar vagos recuerdos de una Hispania Romana o visigótica con el fin de proponer un foco de lealtad potencialmente más amplio bajo la forma de ‘España’ históricamente restaurada. (...). Con todo, ‘España’, aun siendo capaz de despertar lealtad en determinados contextos, continuó lejana en comparación con las realidades más inmediatas (...). La fuerte lealtad a la comunidad natal (la patria del siglo XVI no era incompatible por sí con la ampliación de la lealtad a una comunidad mayor.*²⁹

²⁷ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. IV, p.102).

²⁸ *Ibidem*. (Cap. IX, p.136).

²⁹ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (pp.39 & 40).

Essa relação entre a ideia de “Espanha” e as pátrias também aparece nos modos de conceber a história na produção de escrita nos tempos dos reis Habsburgos. Segundo Richard Kagan, há uma diferença (a qual não redundava em uma incompatibilidade) entre a história produzida nos círculos próximos ao rei (“real”) e aquela produzida como apologia das pátrias (“corográfica”).

O cargo de cronista real surge em meados de 1450 com Juan II, mas são os Reis Católicos que passam a valorizá-lo, escolhendo-o pessoalmente e pagando-lhe um insigne ordenado. Assim, vemos surgir a constituição dessa forte conexão entre Clio e a Coroa:

(...) la historia real iba a ser una protección contra aquellos que, como después describió Gonzalo Fernández de Oviedo, escribían sobre la monarquía ‘con celo malo por morder (...). Sin afición alguna o amor ni temor de hombre mortal’ Según Fernández de Oviedo, sólo un cronista real como él, pagado como estaba con fondos reales, se podía confiar para escribir sobre los reyes ‘con verdad y la limpieza que se requiere’. Llegó, incluso a comprar el cargo del cronista del rey con un ‘evangelista’ que tiene la responsabilidad de recoger para la eternidad las glorias y los honores que, de otra manera, se hubieran desvanecido en el tiempo.³⁰

Frente às histórias oficialmente produzidas, desdobradas no anseio de formular uma história geral da monarquia (a qual se consolidou apenas em 1592 com a obra do jesuíta Juan de Mariana), aparecem nesse contexto as corografias, cujos objetivos eram fortalecer as identidades comunitárias mais imediatas, seja em âmbito regional (como os relatos sobre Aragão), seja municipal. Surgem, propriamente, em meados do século XVI, resultado da simbiose das “*laudatio*” e das “crônicas de cidades”, sendo escritas em língua vernácula (e não em Latim, como outrora). Uma das primeiras obras nesse formato foi *Epílogo de algunas cosas dignas de memoria pertenecientes a la ilustre y muy magnífica i muy noble i muy leal ciudad de Ávila* (1519) de Gonzalo Ayora de Córdoba:

Si la historia real se centraba en las gestas de los príncipes, Ayora se concentraba en la ciudad en si misma, presentando primero una relación de los muchos servicios que los nobles de Ávila, como leales vasallos, prestaron a la monarquía durante la Reconquista, y enumerando después los abundantes privilegios y mercedes reales recibidos en cambio por la población. Ayora, pues, presenta la historia de Castilla como una relación recíproca, casi contractual, entre la ciudad y la Corona, que obraba en mutuo beneficio de ambas.³¹

³⁰ KAGAN, Richard. Clío y la Corona: escribir historia en la España de los Austrias In *España, Europa y el mundo atlántico: homenaje a John H. Elliot* / KAGAN, Richard & PARKER, Geoffrey (eds.); traducción de Lucía Blasco Mayor y María Condor; revisión científica de Xavier Gil. Madrid: Marcial Pons & Junta de Castilla y León, 2001. (p.117).

]

³¹ *Ibidem.* (p.134).

Apesar de nem sempre ter havido uma relação cordial entre as histórias locais e a Coroa³², na maioria das vezes, havia uma intenção de dar mostras da lealdade à Monarquia e, ao mesmo tempo, reforçar discursivamente seus privilégios (esperando que fossem respeitados). Mas quem escrevia estas histórias? Eram, no mais das vezes, eruditos locais que diziam redigir por amor à pátria “(*obligación del amor del patria*)” ou para “*conservar la memoria*” dos personagens ou acontecimentos locais.³³

As corografias alcançaram grande êxito na passagem do século XVI ao XVII, apresentando um crescimento na primeira metade deste³⁴. Cervantes viveu em meio a esta cultura, na qual conviviam os relatos reais e os locais. Tal relação também está no Quixote: o termo Espanha indica na obra a existência daquela intenção de construção de uma política que vincularia os tão distintos territórios ibéricos. Por outro lado, emerge de forma perene a referência às pátrias dos personagens, fazendo transparecer as associações de afeto e vínculo mais imediatas. O protagonista é o maior expoente desse movimento, carregando no nome a expressão de força da ligação entre pessoa e pátria – *Dom Quixote de La Mancha*.

Agora que tratamos um pouco do vínculo dos personagens com uma identidade baseada na noção de pátria, discutiremos mais detidamente acerca das hierarquias sociais na Monarquia. Quatro personagens serão os catalisadores desta discussão: Dulcinéia, a

³² Certas inadequações e conflitos se dão, principalmente, entre Aragão e Castela, considerando a rivalidade entre os dois maiores reinos que deram origem ao conjunto monárquico. Isso pode ser verificado desde meados do XVI: “Los castellanos habían criticado, desde hacía tempo, la manera que tenían los historiadores aragoneses de escribir la historia, pero la tensión aumentó tras la aparición de *De rebus hispaniae memorabilibus* (Alcalá de Henares, 1533) de Lucio Marineo Sículo, que según muchos estudiosos castellanos concedía una importancia innecesaria a Aragón.” *Ibidem*. (p.127). Em várias passagens escritas após os desentendimentos entre Aragão e Felipe II conhecidos como *alteraciones*, vemos o reforço da ideia de que a Monarquia é um conjunto de regiões com estatutos diferenciados: “(...) porque no es una misma persona la del rei de Castilla y la del rei de Aragón ,aunque es un mismo hombre el que posee los reinos (...).” LEONARDO DE ARGENSOLA, Lupercio. *Información de los sucesos del reino de Aragón em los años de 1590 y 1591, en que se advierte los yerros de algunos autores*. [1604]. Madrid: Imprenta Real, 1808. (fol. 81). Argensola comentando sobre *el justicia de Aragón*, instituição e cargo homônimos, que tratavam de defender os interesses aragoneses perante o rei, diz: “*Es el juticia de Aragon cargo tan supremo, que conoce los hechos del mismo rei con tan ancho poder, que se ha de estar á lo que su tribunal juzgare, (...) conociendo que es el rei la cabeza, y que de su luz reciben todos los demas tribunales; y si se opone al rei, es acordándole que es rei para guardar las leyes, y no hombre para seguir sus afectos: de la manera que un criado á oponerse entre su señor y un siervo, para que no lo castigue sin causa*”. *Ibidem*. (fol. 5). O respeito às leis locais é fórmula suprema, mesmo que se reconheça a potestade do monarca (o qual não é o mesmo em Castela e Aragão, a despeito de ser a mesma pessoa).

³³ KAGAN, Richard. *Op.cit.* (p.140).

³⁴ *Ibidem*. (p.139).

musa de Quixote; Dom Fernando, um nobre do primeiro escalão; seu inseparável escudeiro Sancho Pança e, finalmente, o biscainho Sancho de Azpeitia.

3.2.1 Dulcinéia & O Cavaleiro Andante: A história de amor do engenhoso fidalgo por uma virtuosa camponesa

Após nomear-se Dom Quixote de La Mancha, o protagonista separa suas armas, toma seu cavalo (*Rocinante*) e pensa nas qualidades indispensáveis a um cavaleiro, dentre as quais estava amar uma bela dama:

Limpas, pues, sus armas, hecho del morrión celada³⁵, puesto nombre a su rocín y confirmandose a sí mismo, se dio a entender que no le faltaba otra cosa sino buscar a una dama que enamorarse, porque el caballero andante sin amores era árbol sin hojas y sin fruto y cuerpo sin alma (...). ¡Oh, cómo se holgó nuestro buen caballero (...), cuando halló a quien dar nombre de su dama! Y fue, en un lugar cerca del suyo había una moza labradora de muy buen parecer, de quién a un tiempo anduvo enamorado, (...). Llamábase Aldonza Lorenzo, y a esta le pareció ser bien darle el título de señora de sus pensamientos; y buscándole nombre que no desdijese mucho del suyo y que tirase y encaminase al de princesa y gran señora, vino a llamarla 'Dulcinea del Toboso', porque era natural del Toboso: nombre, a su parecer, músico y peregrino y significativo, como todos los demás que a él y a sus cosas había puesto.³⁶

Dom Quixote, o cavaleiro de origem fidalga³⁷ enamora-se da lavradora Aldonza Lorenzo, chamada por ele de Dulcinéia d'El Toboso. As origens humildes de sua amada irão suscitar diversas situações cômicas no decorrer da obra, considerando a visão idealizada que Quixote tem de Dulcinéia, permeada de lugares comuns de uma linguagem de Amor cortês medieval.

Entre os capítulos XI e XIV, conta-se a história do encontro de Quixote e Sancho com uns cabreiros que lhes narram sobre um jovem chamado Grisóstomo que fora estudar em Salamanca e retornou muito sabido, decidindo adotar um estilo de vida bucólico, em

³⁵ Celada: capacete semiesférico típico da armadura dos cavaleiros. Era “de encaixe” quando se acoplava diretamente à couraça, sem necessidade de uma peça intermediária, o gorjal. Morrião: capacete alongado, próprio dos arcabuzeiros, sem proteção para a face nem para a nuca. O morrião espanhol tem apenas uma aba estreita, sem nenhum adorno. CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Nota 20, cap. I, p.64).

³⁶ *Ibidem*. (Cap. I, pp. 61 & 62).

³⁷ Ainda que tenha um aspecto decadente (refletido em seu tipo físico) e que essa relativa decadência e pobreza sejam objeto de uma zombaria recorrente, transfigurada no seu epíteto “Cavaleiro da triste figura”, as origens fidalgas de Quixote ainda o colocam em um lugar social privilegiado em relação a muitos dos personagens da obra.

homenagem a uma bela pastora chamada Marcela cujo pai lhe havia deixado muitas posses. Grisóstomo tem um fim trágico, “morrendo de amores” por Marcela, literalmente, já que ela ignorava veementemente todos aqueles que lhe votam admiração. A caminho do enterro daquele jovem, Quixote encontra alguns viajantes, dentre os quais está Vivaldo - de origem nobre - e este repreende Quixote (e a classe dos cavaleiros andantes) por devotarem-se antes às suas damas do que a Cristo. Ao fim e ao cabo, Vivaldo lhe faz um pedido:

- *Luego, si es de esencia que todo caballero andante haya de ser enamorado (...), con las veras te suplico, en nombre de toda esa compañía y en el mío, nos diga el nombre, patria, calidad y hermosura de su dama (...).*

O cavaleiro os responde:

- *Yo no podré afirmar si la Dulce mi enemiga gusta o no de que el mundo sepa yo la sirvo. Solo sé decir, respondiendo a lo que con tanto comedimiento se me pide, que su nombre es Dulcinea; su patria el Toboso, un lugar de La Mancha, su calidad por lo menos ha de ser de princesa, pues es reina y señora mía, su hermosura sobrehumana, pues en ella se vienen a hacer verdaderos todos los imposibles y quiméricos atributos de belleza que los poetas dan a sus damas: que sus cabellos son oro, su frente campos elíseos, sus cejas arcos del cielo, sus ojos soles, sus mejillas rosas, sus labios corales, sus dientes perlas, alabastro su cuello, mármol su pecho, marfil sus manos, su blancura nieve (...).*

Vivaldo replica:

- *El linaje, prosapia y alcurnia queríamos saber (...).*

Segue a tréplica de Quixote:

- *No es de los antiguos Curcios, Gayos y Cipiones romanos, ni de los modernos Colonas y Ursinos, ni de los Moncadas y Requenses de Cataluña, ni menos de los Rebellas y Villanovas de Valencia, Palafoxes, Nuzas, Rocabertis, Corellas, Lunas, Urreas, Foces y Gurreas de Aragón, Cerdas, Marinques, Mendozas y Guzmanes de Castilla, Alencastros, Pallas y Meneses de Portugal; pero es de los del Toboso de la Mancha, linaje aunque moderno tal, que puede, dar generoso principio a las más ilustres familias de los venideros siglos. Y no se me replique en esto, (...)³⁸.*

Em seguida, desenrola-se o diálogo:

- *Aunque el mío es de los Cachopines de Laredo³⁹ – respondió el caminante –, no le osaré yo poner con el del Toboso de la Mancha, puesto que, para decir la verdad, semejante apellido hasta ahora no ha llegado a mis oídos.*
- *¡Cómo eso no habrá llegado! – replicó don Quijote.*

Con gran atención iban escuchando todos los demás la plática de los dos, y aun hasta los mismos cabreros y pastores conocieron la demasiada falta de juicio de nuestro don Quijote. Solo Sancho Panza pensaba que cuanto a su amo decía era

³⁸ *Ibidem.* (Cap. XIII, pp. 177 & 178).

³⁹ “Cachopins de Laredo: linhagem nobre existente (...), originária da montanha de Santander. O pajem Fabio, personagem de Daiana de Jorge Montemor, alega ter o mesmo sobrenome ao proclamar sua fidalguia”. *Ibidem.* (nota 5, cap. XII, p.182).

*verdad, sabiendo él quien era y habiéndose conocido desde su nacimiento; y en lo que dudaba algo era creer aquello de la linda Dulcinea del Toboso, porque nunca tal princesa había llegado jamás a su noticia, aunque vivía tan cerca del Toboso.*⁴⁰

Esse diálogo é essencial para que possamos entender algumas das idiossincrasias acerca da nobreza em nosso contexto. Afinal, uma pessoa virtuosa, mas não proveniente de uma linhagem fidalga poderia ser considerada, apenas por virtude, nobre (já que ser nobre era ter virtude e honra)? Esse problema, desdobrado nessa tensão, aparece no diálogo: Dom Quixote faz um impressionante exercício retórico para engrandecer sua amada, que embora não venha de uma linhagem antiga do primeiro escalão da nobreza (*“No es de los antiguos Curcios, Gayos y Cipiones romanos, ni de los modernos Colonas y Ursinos, ni de los Moncadas y Requenses de Cataluña, ni menos de los Rebellas y Villanovas de Valencia (...)”*), tem ares e virtudes de princesa (...) *“pero es de los del Toboso de la Mancha, linaje aunque moderno tal, que puede, dar generoso principio a las más ilustres familias (...)”*. Acerca dessa relação entre virtude e linhagem, e sobre a possibilidade de uma existir sem a outra, comenta Domínguez Ortiz:

*Había una contradicción insalvable dentro de la teoría corriente de la nobleza, desde el momento en que, al identificarla con el valor y la virtud, debería ser considerada como una formación abierta, (...). Sin embargo, aunque los tratadistas distinguieran una nobleza teológica (la de la virtud), (...), la innata o heredada fue la única que logro crédito y aceptación general.*⁴¹

Dom Quixote joga com essa relação dúbia: apesar da linhagem de Dulcineia não ser (re)conhecida, ela é tão virtuosa que poderia ser até princesa. Seu discurso, evidentemente, insere-se em uma idealização da mulher de cunho trovadoresco, no entanto, esse modo de enunciação é atualizado por Quixote no contexto ibérico, marcando a pretensa nobreza pela virtude da dama (e não pela antiguidade de linhagem). As pretensões quixotescas de engrandecimento de Dulcineia, logo são deslocadas pela desconfiança irônica de Vivaldo: *“Aunque el mío es de los Cachopines de Laredo (...), no le osaré yo poner con el del Toboso de la Mancha, puesto que, para decir la verdad, semejante apellido hasta ahora no ha llegado a mis oídos.”* Uma dama tão nobre como a relatada pelo cavaleiro andante, nunca poderia advir de uma linhagem desconhecida, parte daí a suspeita para com as palavras “insanas” de Quixote.

⁴⁰ *Ibidem.* (Cap. XIII, pp.178 & 179).

⁴¹ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.30).

Como de costume, o próprio Vivaldo apresenta de imediato sua procedência linhagística dos *Cachopins de Laredo* (Cantábria). É interessante notar a ascendência desse homem: como a maioria dos nobres peninsulares, investe discursivamente no fato de que a origem de sua linhagem viria do Norte (Astúrias, Cantábria, Biscaia, Navarra, etc.). Isso se explica pela preeminência da relação entre fidalguia e limpeza de sangue (Ver capítulo I) que adveio com toda força a partir de finais do século XV: foi desde a faceta norte da península (onde se concentravam os reinos cristãos) que se iniciara a Reconquista contra os árabes. Assim sendo, os povos dessa região ficaram conhecidos como os de sangue mais limpo (sem mistura com mouros ou judeus) e nobre de toda Península Ibérica.⁴²

Esses territórios eram (re)conhecidos, especialmente, como zonas de nobreza notória, nas quais seus fidalgos nunca haviam precisado de pleitos jurídicos (litígios) para serem legitimados⁴³, já que se percebiam (e, no mais das vezes eram percebidos) como a origem da própria nobreza cristã:

*Que por antigüedad de la nobleza de las casas solariegas destes reynos, los que delas descenden y viven todavía donde son conocidos, como son los hidalgos de Vizcaya, Montaña, Asturias y Galicia, la mayor parte de ellos, como es notorio, no tiene executoria, ni nunca las han litigado.*⁴⁴

Voltando a falar sobre a amada do cavaleiro andante, um dos pontos altos da comicidade frente ao abismo entre a visão de D. Quixote para com Dulcinéia e outra, constituída pela fala de Sancho se dá no Capítulo XXV, por exemplo. O cavaleiro prepara uma carta a ser entregue à Dulcineia, deixando escapar o nome dos pais de sua querida ao escudeiro, que logo reconhece sua identidade, já que *El Toboso* (a pátria de Dulcineia)

⁴² *Ibidem.* (p.29).

⁴³ Toda essa arregimentação discursiva desdobrada em reconhecimento jurídico teve como efeito uma dessemelhança intensa entre a quantidade de nobres na faceta norte e no restante dos domínios da Monarquia Católica, segundo Domínguez Ortiz: “*Para el conjunto de la Corona de Castilla poseemos un documento estadístico relativamente fiable: el censo de 1591, que enumera 134.233 vecinos hidalgos de un total de 1.300.000, o sea, el 10 por 100 de toda la población. Pero este promedio es enganoso; examinado en la magnífica cartografía de Annie Mollinié-Bertrand el reparto de la hidalguía, se advierte hay un núcleo que confina por el Este con Vizcaya, abarca la actual provincia de Santander, el norte de Burgos, Asturias y gran parte de León, con un porcentaje altísimo de hidalgos, casi todas las partes superiores al 50 por 100, llegando en no pocas localidades al 75 e incluso al 100 por 100 [como em Biscaia].*” DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.160).

⁴⁴ Cortes, XIII, 63-82, 300-302 apud DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.36).

é uma localidade vizinha ao povoado de La Mancha do qual é proveniente. Sem demora, afirma:

- Bien la conozco – dijo Sancho -, y sé decir que tira tan bien la barra⁴⁵ como el más forzado zagal⁴⁶ de todo el pueblo, ¡Vive el dador, que es moza de chapa, hecha y derecha y de pelo en pecho, y que pueda sacar la barba del lodo a cualquier caballero andante o por andar que la tuviere por señora! ¡Oh hideputa, qué reja⁴⁷ que tiene, y que voz! (...). Y lo mejor que tiene es que no es nada melindrosa, porque tiene mucho de cortesana: con todos se burla y de todo hace mueca y donaire⁴⁸. Ahora, señor caballero de la Triste Figura, que no solamente puede y debe demostrar locuras por ella, sino que con justo título puede desesperarse y ahorcarse, que nadie habrá que lo sepa que no diga que hizo demasiado bien (...). Y querría ya verme en camino, solo por vella, que ha muchos días no la veo y debe de estar ya trocada, porque gasta mucho la faz de las mujeres andar siempre al campo, al sol y al aire. Y confieso a vuestra merced una verdad, que hasta ahora estuve en una grande ignorancia, que pensaba que (...) la señora Dulcinea debía de ser una princesa de quien vuestra merced estaba enamorado, o alguna persona tal, que bien mereciese los ricos presentes que vuestra merced le ha enviado, (...). Pero, bien considerado, ¿Qué se le ha de dar a la señora Aldonza Lorenzo, digo, a la señora Dulcinea del Toboso, de que le vayan hincar de rodillas delante de ella los vencidos que vuestra merced le envía y le ha de enviar? Porque podría ser que al tiempo que ellos llegasen estuviese ella rastrillando lino o trillando en las eras, y ellos se corriesen de verla, y ella se riese y enfadase del presente.⁴⁹

Até esse momento, Sancho não sabia que Dulcineia era a conhecida lavradora Aldonza Lorenzo - quando descobre sua identidade, logo apronta uma descrição cômica que abisma uma diferença frente aos suntuosos elogios feitos por Quixote: corpo delicado, pele branquíssima, mãos marmorizadas. Um aspecto rústico e “viril” é enfatizado por Sancho, sua relação corporal com o trabalho manual na lavoura é fortemente acentuada: “ (...) *gasta mucho la faz de las mujeres andar siempre al campo, al sol y al aire*”.

Na sequência, o fiel escudeiro questiona o fato de que Quixote manda todos aqueles que “derrota” em suas aventuras irem ao encontro de Dulcinéia a fim de que lhe

⁴⁵ “Jogar a barra (*tirar la barra*): esporte rústico tradicional de Castela, Aragão e País Basco, muito citado na literatura do Século de Ouro espanhol e valorizado como prova de virilidade. Consiste basicamente no arremesso de uma barra de ferro o mais longe possível”. CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Nota 11, cap. XXV, p.354).

⁴⁶ Zagal: 1. m.y.f. *Pastor Joven*. (Diccionario Online de la Real Academia Española – RAE, 2014). Disponível em: <http://dle.rae.es>.

⁴⁷ Reja: 4. M. *Robustez y fortaleza*. (RAE, 2014).

⁴⁸ Lê-se na tradução ao português dessa sentença: “(...) *com todos brinca e de tudo faz burla e graça*”. CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXV, p 345).

⁴⁹ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXV, pp. 345 & 346).

relatem a admiração que o cavaleiro sente por ela, como um ato de honra em respeito à dignidade daquele que os vencera. Sancho argumenta a inutilidade dessa ação, levando em conta a rusticidade da lavradora: *“Qué se le ha de dar a la señora Aldonza Lorenzo, digo, a la señora Dulcinea del Toboso, de que le vayan hincar de rodillas delante de ella los vencidos que vuestra merced le envía y le ha de enviar? Porque podría ser que al tiempo que ellos llegasen estuviese ella rastrillando lino o trillando en las eras, y ellos se corriesen de verla, y ella se riese y enfadase del presente”*. Discorre sobre a incongruência dessa pompa e circunstância para com Aldonza Lorenzo, perguntando ao seu senhor se seria relevante mandar pessoas declarar seu amor por Dulcinéia, considerando que ao chegar lá se deparariam com uma camponesa retirando fibras para fazer linho, ou separando a semente de cereais nos campos (*trillando en las eras*). Essa situação também causaria o riso ou enfado da própria Aldonza, tendo um efeito contrário ao pretendido por Quixote.

A essas observações de Sancho, o cavaleiro andante responde:

- Ya te tengo dicho antes de agora muchas veces, Sancho – dijo don Quijote -, que eres muy gran hablador y que, aunque de ingenio boto, muchas veces despuntas de agudo; mas para que veas cuán necio eres tú y cuán discreto soy yo, quiero que me oyas (...). Así que Sancho, por lo que yo quiero a Dulcinea del Toboso, tanto vale como la más grande princesa de la tierra. Sí, que no todos los poetas que alaban las damas debajo de un nombre que ellos a su albedrío les ponen, es verdad que las tienen. ¿Piensas tú que las Amarilis, las Filis, las Silvas, las Dianas, las Galateas, las Fílicas y otras tales que los libros, los romances, las tiendas de los barberos, los teatros de las comedias están llenos, fueran verdaderamente de Carne y Hueso, y de aquellos que celebran y celebraron? No, por cierto, sino que las más se las fingen por dar sujeto a sus versos y porque les tengan por enamorados y por hombres que tienen valor para serlo. Y, así, bástame a mí pensar y creer que la buena Aldonza Lorenzo es hermosa y honesta, y en lo del linaje, importa poco, que no han de ir a hacer la información dél para darle algún hábito⁵⁰, y yo me hago cuenta que es la más hermosa princesa del mundo. Porque has de saber, Sancho, si no lo sabes, que dos cosas solo se incitan a amar, más que otras, que son la mucha hermosura y la buena fama, y estas dos cosas se hallan consumadamente en Dulcinea, porque en ser hermosa, ninguna se le iguala, y en buena fama, pocas le llegan. (...). Y digo cada uno lo que quisiere; que si por esto fuere reprehendido por ignorantes, no seré castigado por los rigurosos.⁵¹

Na resposta de Quixote, o personagem traz elementos que demonstram a percepção dele acerca do Amor votado pelos cavaleiros a suas damas, assevera que por certo há um grau de idealização nesse modo de dirigir-se à mulher: *“¿Piensas tú que las*

⁵⁰ “...levantar informações para dar-lhe um hábito: alusão à prova de pureza de sangue, então exigida para o ingresso em ordens militares e religiosas.” *Ibidem*. (Nota 11, cap. XXV, p.354).

⁵¹ *Ibidem*. (Cap. XXV, p.346).

Amarilis, las Filis, las Silvas, las Dianas, las Galateas, las Fíldas y otras tales que los libros, los romances, las tiendas de los barberos, los teatros de las comedias están llenos, fueran verdaderamente de Carne y Hueso, y de aquellos que celebran y celebraron? No, por cierto (...)”. A explicação ativa de Quixote acerca disso não o escusa de ter que discursar acerca da linhagem e condição de Dulcinéia, mostrando a força que essa objeção poderia ter por parte de outros sujeitos nessa sociedade, como o fizera Vivaldo e como o fez Sancho: “(...) *bástame a mí pensar y creer que la buena Aldonza Lorenzo es hermosa o que es y honesta, y en lo del linaje, importa poco, que no han de ir a hacer la información dél para darle algún hábito, y yo me hago cuenta que es la más hermosa princesa (...)*”. Insiste, portanto, nas virtudes de Dulcinéia, mas, em seguida, cria um enunciado que demonstra toda a potência cômica da obra – sua linhagem “pouco importa” e ninguém haveria de investigar suas origens para conceder-lhe um hábito religioso, já que para ingressar em uma congregação cristã (Confrarias), os sujeitos deveriam passar por uma prova estrita de sua limpeza de sangue vinculada a uma determinada linhagem.⁵² Sua formosura e boa fama bastariam; mostrando toda sua habilidade em (re)criar dizeres (*refranes*), afirma: “(...) *si por esto fuere reprehendido por ignorantes, no será castigado por los rigurosos*”.

3.2.2 Dom Fernando – Um grande de Espanha pouco confiável

Agora, analisaremos a posição do nobre Dom Fernando em relação a outros personagens de diversas camadas sociais que se destacam na narrativa, muitas vezes, como contraponto ao seu estatuto que é dos mais elevados. Esse personagem aparece na história, inicialmente, através da narrativa de Cardênio – um homem desesperado, o qual vive a perambular por uma serra andaluza chamada Serra Morena. Quixote e Sancho também caminham por essas terras, até que se produz o encontro entre eles e Cardênio. Segundo os pastores e cabreiros locais, este vive maldizendo um tal Fernando e, além disso, tem episódios de loucura, nos quais ataca os viandantes. Apresenta-se da seguinte maneira:

- *Mi nombre es Cardenio; mi patria, una ciudad desta Andalucía; mi linaje noble; mis padres, ricos; mi desventura tanta que la deben de haber llorado*

⁵² DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.31).

*mis padres, y sentido mi linaje, sin poderla aliviar con su riqueza, que para remediar del cielo poco suelen valer los bienes de fortuna.*⁵³

Uma vez mais no livro, verificamos o problema da pátria e da linhagem atrelados: Cardênio de linhagem fidalga conta sobre sua desventura, a qual, por consequência, também é desventura de sua linhagem. A desgraça não é vista de um ponto de vista individualizado, mas familiar, levando-nos ao tema discutido no final do Capítulo II da dívida com a linhagem, ou seja, dessa necessidade constante de remissão a ela, inseparável da existência dos sujeitos produzidos e produtores dessa sociedade.

Cardênio prossegue com sua história, revela que em sua cidade natal estava apaixonado e prometido a uma bela e nobre jovem chamada Lucinda. O enlace entre os dois parecia perfeito, considerando que: “(...) *concertaba la igualdad de nuestro linaje y riquezas*”.⁵⁴ Tudo corria tranquilamente, até que o pai de Cardênio recebe uma carta do duque Ricardo, um “grande de Espanha”, ou seja, proveniente do primeiro escalão da nobreza ibérica (cortesã). Este oferecia uma mercê ao fidalgo, convocando-lhe para ser companheiro de seu filho primeiro. Depois da insistência de seu pai, deixa sua cidade natal para servir ao duque, sendo obrigado a postergar seu casamento com Lucinda. Chegando à morada daquele nobre e de seus filhos, é muito bem recebido. Surpreendentemente, estreitam-se os laços de Cardênio com o segundo filho de Ricardo, Fernando, e não com o primeiro - sendo assim, tornam-se grande amigos e confidentes.

Este último, apaixona-se por uma lavradora, vassala de seu pai, a qual era muito formosa e apesar de não ter honra linhagística, tinha muitas posses derivadas da riqueza de seus progenitores. De qualquer modo, a consumação oficial de um enlace entre Fernando e a moça era temerária do ponto de vista do nobre, em razão da grande diferença entre o status social de um e de outro. De qualquer modo, o cortesão estava obcecado por se relacionar com a camponesa:

Estas tan buenas partes de la hermosa labradora redujeron a tal término los deseos de Fernando, que se determinó, para poder alcanzarlo y conquistar la entereza de la labradora, darle palabra de ser su esposo, porque de otra manera era procurar lo imposible. Yo, obligado de su amistad, con las mejores razones que supe y con los más vivos ejemplos que pude procuré estorbarle y apartarle de tal propósito, pero, viendo que no aprovechaba, determiné de decirle el caso al duque Ricardo, su padre; mas don Fernando, como astuto y discreto, se receló y temió desto, por parecerle que estaba yo obligado, en ley

⁵³ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXIV, p.324).

⁵⁴ *Ibidem*. (Cap. XXIV, p.325).

*de buen criado, a no tener encubierta cosa tan en perjuicio de la honra de mi señor el duque venía (...).*⁵⁵

Desse modo, consuma seu amor pela lavradora, prometendo arditamente casar-se com ela (mesmo sabendo da impossibilidade concreta dessa ação). Para que Cardênio não contasse o ocorrido a Ricardo (o que viria como grande desonra), o filho do duque trama um plano com o objetivo de arrefecer o ânimo daquele em delatá-lo: sugere uma viagem à cidade natal de Cardênio com a desculpa de que lá iriam ver e comercializar cavalos. Percebendo a possibilidade de rever Lucinda, se alegra e aceita o convite. Chegando lá, Fernando vê a amada de seu companheiro, ficando completamente absorto por sua beleza. A partir de então, fala obsessivamente sobre a moça para Cardênio, que passa a desconfiar de suas intenções para com ela.

Nesse ponto da narrativa (dirigida a Quixote e a Sancho), comenta que Lucinda era aficionada por novelas de cavalaria e lhe havia emprestado *Amadis de Gaula*. Ao ouvir isso, o cavaleiro da triste figura fica maravilhado com o elevadíssimo valor da moça, posto que também gostava de suas queridas novelas. No entanto, de repente, Cardênio e Quixote entram numa divertida e aferrada discussão acerca do enredo do livro, o que leva ao narrador dessa história a parar de contá-la, ficando enfurecido. Então, ataca Sancho e Quixote com um calhau. De momento, fica-se sem saber o desfecho dessa narração, que será retomada subsequentemente.

No capítulo seguinte, Sancho e seu amo continuam a vagar pela Serra, o que causa estranheza ao escudeiro que pergunta a Quixote o porquê dessa andança a esmo. O cavaleiro lhe responde que isso seria em razão das penitências que fazia em favor de Dulcinéia, tal qual os grandes cavaleiros andantes. Na Serra, Quixote fazia muitas loucuras em prol de sua amada (como bater a cabeça nas rochas repetidas vezes), então, ambos chegam à conclusão de que o cavaleiro deveria escrever uma carta (a qual já fizemos referência) para contar suas penitências em honra da dama, a qual seria entregue pessoalmente por Sancho em *El Toboso*, que logo depois voltaria à Serra para reencontrar seu senhor.

O escudeiro, montado em Rocinante, parte em direção de *La Mancha* e encontra, no meio do caminho, o barbeiro e o padre, velhos conhecidos, os quais haviam feito o escrutínio das novelas de cavalaria no capítulo VI. Os dois lhe perguntam acerca de Quixote e, ao ouvir suas novidades, confirmam seu estado de insanidade. Em meio a essa

⁵⁵ *Ibidem.* (Cap. XXIV, p.327).

conversa, Sancho, desesperado, percebe que havia esquecido a carta com Quixote e não poderia ir até El Toboso, portanto. O padre e o barbeiro, em contrapartida, decidem ir à Serra Morena guiados por Sancho, convencidos de que podem fazer com que Quixote volte ao seu povoado natal e recupere-se um pouco de sua loucura.

Entrado o capítulo XXVII, o barbeiro e o padre, na Serra, ouvem uma voz que cantarolava versos com ares cortesãos. Deparam-se com Cardênio, o qual prossegue com sua história outrora interrompida na discussão com Quixote... diz, então, que ele e Dom Fernando estavam em sua cidade natal, até que aquele pedira a Cardênio para ir ao encontro de seu irmão mais velho, com o intuito de pegar algum dinheiro destinado à compra de seis cavalos. O moço vai ao encontro do irmão... lá chegando, recebe uma carta de Lucinda, revelando-lhe que Fernando havia pedido sua mão em casamento durante sua ausência, contra sua vontade. Devido ao seu enorme prestígio social, o pai da moça havia aceitado seu clamor de matrimônio: “(...) *mi padre, llevado de la ventaja que él piensa que don Fernando os hace, ha venido en lo que quiere (...)*”.⁵⁶

Sabendo da traição do artificioso “grande de Espanha”, parte de volta a sua cidade com o intuito de impedir tamanha desgraça. No entanto, nada pôde fazer e o enlace permeado por pressões sociais acaba por ser consumado com o “Sim” de Lucinda. Cardênio sai ao campo desconsolado, maldizendo Fernando: “¡Ah traidor don Fernando, robador de mi gloria, muerte de mi vida!”.⁵⁷ E, assim, termina como o andarilho da Serra Morena.

No capítulo XXVIII, iniciador de quarta parte da obra, Cervantes retoma uma ponta que ficara solta na história de Dom Fernando: o que se passou com a lavradora que possuía antes de tomar a mão de Lucinda? Vimos que no final do capítulo anterior, Cardênio acabou de contar os feitos que o levaram a vagar pela Serra. Ao terminar de falar, o padre e o barbeiro que o escutavam atentamente, ouviram outros lamúrios. Procurando a voz que se lamentava, depararam-se com um jovem lavrador tomando banho em um regato. O camponês, ao tirar um lenço que levava sobre uma monteira⁵⁸,

⁵⁶ *Ibidem.* (Cap. XXVII, p.379).

⁵⁷ *Ibidem.* (Cap. XXVII, p.382).

⁵⁸ Segundo o dicionário da RAE (2014): “Montera: 3. f. *Prenda para abrigo de la cabeza, que generalmente se hace de paño y tiene varias hechuras, según el uso de cada provincia*”. Ou seja, se refere a um gorro usado por montanhese.

mostra seus longos e louros cabelos, denunciando seu disfarce: o lavrador, na verdade, era uma moça de divina beleza.

Ao ver essa cena, o padre, o barbeiro e Cardênio decidem ir falar com ela: ao vê-los, a moça tenta fugir, mas acaba caindo nas pedras. O padre procura acalmá-la, afirma que não pretendem fazer-lhe mal algum, clamando à moça que lhes conte sua boa ou má ventura. Então, começa a contar sua história, produzindo enunciados muito interessantes para o presente trabalho:

- En esta Andalucía hay un lugar de quien toma título un duque, que le hace uno de los que llaman “grandes” de España. Este tiene dos hijos: el mayor, heredero de su estado⁵⁹ y, al aparecer de sus buenas costumbres; y el otro menor no sé yo de qué sea heredero, sino de la traiciones e Vellido y los embustes de Galalón⁶⁰. Deste señor son vasallos mis padres, humildes en linaje, pero tan ricos, que si los bienes de su naturaleza se igualaran a los de su fortuna, ni ellos tuvieran más que desear ni yo temiera verme en desdicha en que me veo, porque quizá nace mi poca ventura de la que no tuvieron ellos nacido ilustres. Bien es verdad que no son tan bajos que pueden afrentarse de su estado, no tan altos que a mí me quiten la imaginación que tengo de su humildad viene mi desgracia. Ellos, en fin, son labradores, gente llana, sin mezcla de raza malsonante y, como suele decirse, cristianos viejos ranciosos, pero tan ricos, que su riqueza y magnífico trato les va poco a poco adquiriendo nombre de hidalgos, y aun de caballeros, (...); yo era una de las más regaladas hijas que padres más regalaron. Y del mismo modo que yo era señora de sus ánimos, así lo era de su hacienda, por mí se recibían y despedían los criados; la razón y cuenta de lo que se sembraba y cogía pasaba por mi mano, los molinos de aceite, los lagares de vino, el número del ganado mayor y menor, el de las colmenas; finalmente, de todo aquellos que un tan rico labrador como mi padre puede tener y tiene, tenía yo en cuenta y era la mayordoma⁶¹ y señora, con tanta solicitud mía y con tanto gusto suyo, que buenamente no acertar é en encarecerlo.⁶²

O leitor, nesse ponto, já tem a possibilidade de perceber que a lavradora chamada Doroteia se refere no início de sua fala ao duque Ricardo e aos seus dois filhos, dentre os quais está Dom Fernando, caracterizado por ela como um grande traidor. A narrativa já fornece condições para que saibamos que Doroteia era a camponesa desonrada por Fernando antes de casar-se com a amada de Cardênio.

⁵⁹ “Estado: no sentido, que se repetirá outras vezes, de posses, propriedades ou título nobiliárquico.” CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Nota 2, cap. XXVIII, p.408). Apesar da nota ser esclarecedora, vimos no capítulo II, as limitações do termo propriedade, que aparece no excerto, no contexto ibérico.

⁶⁰ Ganelão (*Galalón*): padastro de Roldão que na Canção [de Roland], traiu seus companheiros e precipitou a derrota das hostes de seu enteado em Rocessalles. *Ibidem*. (Cap.I, nota 18, p.64).

⁶¹ Segundo dicionário da RAE (2014), o termo se refere ao administrador dos bens e de uma casa, ou seja, de sua fazenda.

⁶² CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXVIII, pp.395 & 396).

Por ora, analisemos esta incrível passagem, também destacada por Domínguez Ortiz em *As Classes Privilegiadas no Antigo regime*, mas pouco analisada⁶³. Tais enunciados nos trazem muitos elementos interessantes: “*Ellos, en fin, son labradores, gente llana, sin mezcla de raza malsonante y, como suele decirse, cristianos viejos ranciosos, pero tan ricos, que su riqueza y magnífico trato les va poco a poco adquiriendo nombre de hidalgos, y aun de caballeros (...)*”. Doroteia, como a maioria dos personagens, refere-se sempre à sua origem: de pais lavradores, porém ricos. A fala em questão nos dá subsídios para discutirmos o fato de que o dinheiro adquiria cada vez mais importância nessa sociedade, especialmente, nos séculos XVII e XVIII⁶⁴, importância essa que não desbancou, entretanto, sua estrutura estamental. A prática de venda de fidalguias foi produto dessa crescente importância. Os reis Habsburgos, aproveitando-se desse fato aliado à *vontade de nobreza* generalizada, deram início a um processo de venalidade desse estatuto (especialmente a partir de Felipe II) aos que não o possuíam⁶⁵. Os reis, como sabemos, poderiam conceder a qualquer pessoa um título de nobreza ou fidalguia, fato que daria o lastro para essas fidalguias compradas (avalizadas pela Coroa, portanto).

Tanto Soria Mesa quanto Domínguez Ortiz concordam em relação ao pouco retorno financeiro que tais vendas tiveram para a Monarquia. As razões desse insucesso foi a falta de valor que uma fidalguia adquirida por essa via possuía em meio a aceitação geral da nobreza consanguínea:

(...) en una sociedad tan aristocratizada como la castellana de la Edad Moderna, que presencia un triunfo total de los valores nobiliarios, es infamante que la nobleza personal y familiar tenga un principio. No es admisible que la calidad privilegiada de una familia tenga origen en un punto determinado en el tiempo. La verdadera nobleza es inmemorial. Y la sociedad respalda tal creencia. Poco o ningún prestigio se ganaría con la compra de una hidalguía.⁶⁶

O Tesoro de la Lengua Castellana não pode ser mais claro quanto a precepção em relação ao valor das fidalguias compradas: “*Ay (...) hidalgos de privilegio, que han*

⁶³ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.44).

⁶⁴ SORIA MESA, Enrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007. (p.256).

⁶⁵ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp.42 & 43).

⁶⁶ SORIA MESA, Enrique. *Op. cit.* (p.255).

*comprado sus hidalguías: y aunque estos tengan las essenciones y preeminencias que los demas, no tienen las calidades de nobleza y sangre”.*⁶⁷

Apesar dessa prática não ter obtido êxito, observa-se na própria narrativa de Doroteia que seus pais de origem humilde, porém ricos, estavam quase por obter o status de fidalgo. Em nossa concepção, isso se deve à combinação de dois aspectos: o primeiro deles é o fato de que seus pais procediam de uma linhagem de cristãos velhos (*sin mezcla de raza malsonante*), argumento de grande valor em direção à aproximação de determinados sujeitos ao status de nobreza. Esse elemento, combinado com a riqueza familiar que se expressava em usufruto de terras, cultivo gêneros agrícolas e criados a seu serviço se desenrola em uma posição social relativamente prestigiosa em seu meio. Isso demonstra a força dos atos performativos em prol da aproximação de uma condição estimada pela comunidade. Muitos conseguiram, de fato, incorporar-se nos estamentos privilegiados, realizando dobras nas próprias regras através de diversos artifícios:

*(...) es bastante fácil usurpar la condición nobiliaria. Por el mismo precio, invertido en sobornar testigos, falsificar documentos y adquirir visos de antigüedad en el linaje, un individuo o grupo familiar puede fabricarse un pasado a su medida, crearse una hidalguía inmemorial con la que mostrar ante la sociedad su condición de noble sin origen conocido.*⁶⁸

Acrescentando algo ao que afirma Soria Mesa, não diríamos que era fácil usurpar a fidalguia, mas que se tornou uma facilidade relativa, na medida em que os sujeitos a produzem, já que lutavam obstinadamente em favor da ascensão social, com o intuito de adquirirem as prerrogativas reservadas aos nobres (como isenção de impostos diretos e prestígio). Para ingressar nesse estamento, era necessário utilizar-se das regras instituídas, forçando-as para pervertê-las de algum modo.⁶⁹ Os meios eram diversos: dar entrada em um processo jurídico para litigar a conquista da fidalguia; juntar dinheiro para subornar autoridades e testemunhas favoráveis a sua concessão; provar uma ascendência montanhesa (nortenha); adquirir prestígio suficiente para que funcionários de um município inscrevessem uma família - outrora lavradora - em documentos que

⁶⁷ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, capellan de su Magestad, Mestre escuela y canónigo de la Santa Madre Iglesia de Cuenca y consultor del Santo Oficio de la Inquisición. Dirigido a la Magestad Católica del rey Don Felipe III. Nuestro Señor. Con privilegio. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S. Año del Señor M.DC.XI [1611].* (fol. 402).

⁶⁸ SORIA MESA, Enrique. *Op. cit.* (p.255).

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a História in *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 2011. (p.25).

discriminavam os nobres de um determinado município (*padrones*)⁷⁰. Todas essas estratégias, somadas à construção de afinidades por meio de um *ethos* (como possuir funcionários a seu serviço, ter uma casa solar, escudo familiar, etc) poderiam ganhar força para introduzir, ou aproximar famílias não-nobres das camadas fidalgas, como o caso de Doroteia. Cabe ressaltar que mesmo os sujeitos de nobreza considerada notória, também tinham que performar essa identidade, através de outras estratégias, como manter sua linhagem; não se misturar com cristãos-novos e conservar caracteres de honra (terras e vassalos, por exemplo).

Aquelas práticas de introdução de não-nobres entre os fidalgos também eram recorrentes em Biscaia antes da nobilitação coletiva e continuaram a ser em outros territórios ibéricos nos séculos XVI, XVII e XVIII. Vimos no capítulo I, lavradores que deixavam suas casas camponesas para habitar em determinadas áreas de fidalgos isentos, com o intuito de misturarem-se e adquirir, por sua vez, seus privilégios. Na maior parte da Monarquia subsistiu a assimetria social e, portanto, tais práticas continuaram recorrentes. Sendo assim, verifica-se o desejo generalizado de aceder ao estado fidalgo amplamente aceito como parâmetro⁷¹.

Através desses procedimentos, muitos lograram alcançar o estatuto, fazendo crescer o número de nobres nos territórios da Coroa, portanto: “*El afán universal de nobleza tuvo que reflejarse en un aumento incessante del porcentaje de nobles, por lo menos hasta el comienzo del siglo XVIII*”.⁷² Os reis Habsburgos, os mesmos que colocaram a venda o privilégio de fidalguia, acabaram por impor barreiras com o intuito de dificultar o acesso à nobreza, considerando que uma sociedade aristocratizada se define, justamente, pela assimetria:

*Felipe II dio en 1593, una cédula real en la que ponía cortapisas a las nuevas concesiones, detallaba las probanzas que debían hacerse por las alcaldes de hijosdalgo y receptores, y terminaba ordenando ‘se revean las hidalguías alcanzadas en los últimos veinte años para volver sobre las que parezca se han alcanzado por malos modos’*⁷³.

⁷⁰ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp.31 & 32).

⁷¹ *Ibidem*. (p.12).

⁷² *Ibidem*. (p.35).

⁷³ *Ibidem*. (p.35).

Esse excerto demonstra a dinâmica complexa dessa sociedade diretamente baseada em estamentos – os sujeitos desejam alcançar a fidalguia, fazendo de tudo para atingi-la. Os reis vendem esses títulos com o fim de aumentar a arrecadação, mas os privilégios comprados são descreditados. Por outro lado, muitos acedem a esse patamar, entretanto, tal escalão deve permanecer relativamente restrito. Logo, tomam-se medidas para dificultar a nobilitação. Em torno dessas dinâmicas, moviam-se essas populações: torna-se difícil, quiçá impossível, categorizá-la de maneira simplória, por isso nos parece que o melhor caminho seja descrevê-la em suas muitas faces.

Dito isso, voltemos ao caso de Doroteia, filha de camponeses ricos, os quais apesar de não serem considerados nobres, de fato, eram praticamente tomados como fidalgos pelas razões já explicitadas. Contava ela que vivia tranquilamente com seus pais, até que o malicioso Dom Fernando começou a cortejá-la e, com o intuito de se aproximar da dama, subornou toda a gente de sua casa, distribuindo mercês aos que a circundavam. A despeito disso, a moça mantinha seu recato e desconfiava de Fernando, levando em conta a diferença social que havia entre eles.

Um dia, o nobre cortesão finalmente consegue adentrar os aposentos de Doroteia com ajuda de sua criada pessoal. Ardilosamente, usando de força, Fernando agarra a jovem em seus braços. Respondendo a esse ato, diz: *“Tu vasalla soy, pero no tu esclava; ni tiene ni debe temer imperio la nobleza de tu sangre para deshonorar y tener en poco la humildad de la mía; y en tanto me estimo yo, villana⁷⁴ y labradora, como tú, señor y caballero”*.⁷⁵ Demonstra, desse modo, a percepção da assimetria entre ambos, mas também, da afirmação de que tal diferença não seria uma dominação senhor-escravo(a), reforçando sua posição de lavradora honrada. Nessa situação extrema, Fernando insiste em agarrá-la, prometendo-a casamento. Então, frente a inevitabilidade da situação, decide entregar sua mão ao nobre que após possuí-la desaparece e, como sabemos, casa-se com Lucinda, a amada de Cardênio. Abandonada, acabou por disfarçar-se de lavrador na Serra

⁷⁴ “Villa, del nombre Latino Villa. *Æ. es propriamente, y en rigor la caseria, o quinta, que esta en el campo a do consiste la labrança de la tierra del señor, y la cosecha a do se recogen los que labran sus ganados, y tienen su vivienda apartada de las demas caserías, los que aquí viven, se llaman propriamente villanos, y como tienen poco trato con la gente de ciudad, son de su condición muy rusticos y desapacibles. El día de oy llamamos villas los lugares de gente mas morigerada, y sonles inferiores los aldeanos que habitan en otros lugares dichos aldeas; como quiera que sea unos y los otros son opuestos al estado de los hidalgos*”. COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 74).

⁷⁵ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXVIII, p.399).

Morena, encontrando o padre, o barbeiro e Cardênio, outra vítima das velhacarias do nobre cortesão.

Então, voltemos ao tema tão explorado por Quixote por meio de Dulcinéia, ou seja, qual o vínculo entre virtude e aristocracia. Na maioria dos casos, o sujeito que advinha de uma linhagem distinta era considerado portador de qualidades inatas, provenientes de sua boa ascendência. Cervantes, mais uma vez, desloca a recorrente conexão direta desses atributos. Dulcineia, não é de linhagem conhecida, mas é uma dama virtuosíssima. Doroteia, a rica lavradora, é honrada, mas não chega a ser fidalga. Cardênio, fidalgo (sem nenhum título da grande nobreza), manteve-se um funcionário fiel e amante devotado até onde pôde. Já Dom Fernando, cuja linhagem só pode ser superada pelos descendentes diretos do rei, não passa de um malvado traidor que não mede esforços para enganar as pessoas e colocá-las a seu favor.

A obra reforça o problema como uma questão: Qual a relação entre virtude e nobreza? Os personagens não-nobres, ou simplesmente fidalgos (sem título superior como duque, marquês ou conde.), se mostram, sobremaneira, mais virtuosos do que um descendente de um grande de Espanha, como o é Dom Fernando. Ele, no entanto, nunca é questionado acerca de suas prerrogativas sociais: são aceitas, almejadas e mesmo invejadas pelos demais. Sua circulação é irrestrita por todos os ambientes pelos quais passa na história.

Como uma última observação, é necessário dizer que apesar do jogo operado por Cervantes entre nobreza e virtude ao longo do escrito, não quer dizer que estabeleça uma inversão: nem sempre os camponeses são virtuosos como Dulcineia e Doroteia e, nem sempre, os nobres titulados são maus, como Dom Fernando. Assim, Cervantes nos faz pensar acerca da questão, coloca-a em movimento, sem resolvê-la, como veremos.

Entre o final do capítulo XXII e o capítulo XXIII, em uma de suas sandices, Quixote vê prisioneiros acorrentados, condenados às galés (navio de trabalhos forçados). Vendo aqueles homens em tão penosa situação, decide libertá-los e o faz. Desse modo, pede-lhes que compareçam a *El Toboso* para declarar seus grandes feitos cavaleirescos à Dulcineia. Os galeotes revoltados dizem ser impossível, considerando que se tornaram fugitivos da lei. Quixote fica enfurecidíssimo com essa negativa. Por sua vez, aqueles homens jogam muitas pedras no cavaleiro e em Sancho.

Após o episódio, nosso engenhoso fidalgo diz: “*Siempre Sancho lo he oído decir,*

que el hacer bien a villanos⁷⁶ es echar agua en el mar.”⁷⁷ Enfatizando, portanto, a recorrência em dizer que ajudar os não-nobres era uma perda de tempo, tal qual jogar água no mar - demonstrando a existência de um saber (expresso em um dito) que reforçava a virtude inata advinda das linhagens fidalgas, em oposição a uma indignidade camponesa.

3.2.3 Sancho Pança, o escudeiro – um lavrador cristão velho

Neste momento, falaremos de maneira um pouco mais aprofundada sobre a relação entre Quixote e seu fiel escudeiro, Sancho Pança. Apesar de já termos feito várias considerações acerca do personagem devido ao seu coprotagonismo, ainda não nos havíamos referido diretamente acerca de sua condição social, um dos fatores que mais nos interessa. Ao se iniciar a narrativa, ao contrário do que se poderia supor, Dom Quixote ainda não possuía um escudeiro. Percebendo a necessidade de um companheiro, convoca um camponês vizinho para a tarefa:

*En este tiempo solicitó Quijote a un labrador, vecino suyo, hombre de bien – si es que este título se puede dar al que es pobre, pero de muy poca sal en la molera⁷⁸. En resolución, tanto le dijo, tanto le persuadió y prometió, que el pobre villano se terminó de salirse con él de buena gana, (...).*⁷⁹

O fato do fidalgo Quixote ter “elevado” o lavrador (*villano*) Sancho à categoria de escudeiro, seria, de imediato, um procedimento de ascensão, considerando que na tradição medieval, a posição de escudeiro (como um assistente de um nobre cavaleiro) já suporia um cargo mínimo de fidalguia. Entretanto, esse estatuto se mostrava descreditado no início do século XVII quando foi escrito O Quixote:

Escudero, el Hidalgo que lleva el escudo al caballero, en tanto que no pelea con el, (...). Oy día mas se sirven dellos las señoras, y los que tienen

⁷⁷ Na edição bilíngue da Editora 34 (2011) que utilizamos, a tradução deste trecho ficou: “- Sempre ouvi dizer, Sancho, que fazer bem a vilão ruim é deitar água ao mar.” Consideramos que a inclusão do adjetivo “ruim” ao trecho (inexistente no original) é desnecessária, já que no dito reproduzido por Quixote a característica decaída dos não-nobres é acentuada, de modo que a utilização sozinha do termo vilão [*villano*] é proposital. Fica a sugestão de que em edições seguintes se suprima o adjetivo.

⁷⁸ “... pouco sal na moleira: a expressão ‘pôr sal na moleira’, que evoca o ritual do batismo católico, significa prover de juízo, prudência, tino. Apontar por essa carência, portanto, equivale a assacar certa puerilidade, ou candura do ‘simples’. CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. VII, nota 6, p. 120).

⁷⁹ *Ibidem*. (Cap. VII, p.116).

*alguna pasada huelgan mas de estar en sus casas que de servir, por lo poco que medran, y lo mucho que les ocupan (...).*⁸⁰

Através desse excerto, vê-se a “decadência” da função cavalheiresca do escudeiro medieval. Haviam se tornado funcionários de casa, servidores das senhoras, e não de guerreiros como outrora. De acordo com o trecho “*por lo poco que medran, y lo mucho que les ocupan (...)*”, percebe-se que tal posição não os leva a *medrar* (ou seja, enriquecer ou ascender socialmente). Na prática, a elevação de Sancho a escudeiro não resulta em uma efetiva ascensão, então, continua a ser tratado na narrativa de Cervantes como um humilde lavrador. A história brinca, portanto, com essa relação de descompasso entre o que fora a função de escudeiro e o que se tornou.

Já aceito o convite, a conversa entre ambos prossegue, nos mostrando do que se tratavam as promessas que o cavaleiro andante fizera ao escudeiro:

- *Has de saber, amigo Sancho Panza, que fue costumbre muy usada de los caballeros andantes antiguos hacer gobernadores sus escuderos de las ínsulas⁸¹ o reino que ganaban, y yo tengo que por mí no falte tan agradecida usanza, antes pienso aventajarme en ella: porque ellos algunas veces, y quizá las más, esperaban que a sus escuderos fuesen viejos, y, ya después de hartos de servir y de llevar malos días y peores noches, les daban algún título de conde, o por lo mucho de marqués, de algún valle o provincia de poco más o menos; pero si tú vives y yo vivo bien podría ser que antes de seis días ganase yo tal reino, que tuviese otros a él adherentes que viniesen de molde para coronarte rey de uno dellos. (...).*

- *De esa manera – respondió Sancho Panza -, si yo fuese rey por algún milagro de los que vuestra merced dice, por lo menos Juana Gutiérrez, mi oísl⁸², vendría a ser reina, y mis hijos infantes.*

- *Pues ¿Quién lo duda? – respondió don Quijote.*

- *Yo lo dudo – replicó Sancho Panza -, porque tengo para mí que, aunque lloviese Dios reinos sobre la tierra, ninguno asentaría bien sobre la cabeza de Mari Gutiérrez. Sepa, señor, que no vale dos maravedís para reina; condesa le caerá mejor, y aun dios ayuda.*

- *Encomiéndalo tú a Dios, Sancho – respondió don Quijote-, que Él dará lo que más le convenga; pero no apoques tu ánimo tanto, que vengas a contentar con menos que con ser adelantado⁸³.*

⁸⁰ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...).* [1611]. (fol.360).

⁸¹ É curiosa a definição deste termo pelo dicionário da RAE (2014) que o associa diretamente à obra-prima de Cervantes, este não se confunde com Ilha: *Ínsula: 1. f. Lugar pequeño o gobierno de poca entidad, a semejanza del encomendado a Sancho en el Quijote.*

⁸² “Oísl: 1. m. y f. coloq. p. us. Persona querida y estimada, principalmente la mujer respecto del marido”. (RAE, 2014).

⁸³ “Adiantado [adelantado]: governador plenipotenciário de uma província fronteira ou recém-conquistada. No século XVI, já não passava de um título honorífico, sem poderes reais, mas D.Quixote dá ao termo seu valor antigo, tal como se conservava no romanceiro”. CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso*

*-No hare, señor mío – respondió Sancho -, y más teniendo tan principal amo en vuestra merced, que me sabrá dar todo aquello que me esté bien y yo pueda llevar.*⁸⁴

Esta divertida conversa entre Sancho e seu amo, se torna ainda mais interessante relacionando-a com os anseios de ascensão nela discursados. Como viemos dizendo, o prestígio nesse contexto está associado à estrutura social aristocratizada. Quixote promete que se conquistarem reinos, como um bom cavaleiro e escudeiro, Sancho também tornar-se-ia rei de uma *ínsula* dentre os territórios, ou seja, passaria de lavrador fundador de uma casa real. Isso se expressaria por um valor guerreiro a ser demonstrado, como no período da Reconquista, onde os cristãos lançaram-se na guerra contra os mouros. Pança aprecia a ideia, apesar de olhar para ela com certa desconfiança, já que não vê como sua simples esposa pode chegar a rainha, sugerindo mesmo que o título de condessa já lhe seria suficientemente adequado.

Quixote repete a Sancho o procedimento de concessão de títulos, propriamente real, a nobreza do rei é tamanha que ele pode conceder mercês a qualquer um que considerasse valoroso. Sobre isso, lê-se no *Tesoro*: “(...) *Cuando el rey le da privilegio de tal por su mucho valor, y por servicios grandes que le ha hecho en la guerra o en la paz, y en eso empieza su nobleza por ser bueno: como acontece acabar en otros, por ser ruines y degenerar de sus mayores.* (...)”⁸⁵ Apesar de esse tipo de nobreza (concedida) iniciar-se em um ponto considerado recente, não ser imemorial e não advir, portanto, de um passado glorioso dos povos cristãos do Norte, era melhor vista do que a fidalguia comprada, a qual poderia ser adquirida simplesmente pela posse de dinheiro (que apesar de sua importância crescente, não era muito valorizado se separado da fidalguia). Nesse último caso, poderíamos dizer que o fator virtude ter-se-ia sido excluído, já que qualquer um que dispusesse de recursos monetários poderia adquirir o título. Mesmo que a “pura virtude” fosse menor, se isolada do sangue (considerado no mais das vezes a fonte de toda nobreza), era mais galharda como origem de uma fidalguia por ser concedida pela virtude do rei, transmitida a outro homem por ele reconhecido, em nosso caso, de Quixote a Sancho.

Fidalgo D. Quixote de La Mancha (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. VII, nota 9, p.120).

⁸⁴ *Ibidem.* (Cap. VII, p.119 & 120).

⁸⁵ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611]. (fol.402).

Em outra de suas aventuras, o cavaleiro atacara um pobre barbeiro que trazia na cabeça uma brilhante bacia usada para realizar sangrias e auxiliar na feitura da barba. Quixote acreditava que o objeto era um valioso elmo, a fim de conquistar a peça, investiu contra o homem que se pôs a correr. Sancho questionando os poucos ganhos em meio a essas árduas jornadas, argumenta:

-Digo, pues, señor (...), que de algunos días a esta parte he considerado cuán poco se gana y granjea de andar buscando estas aventuras que vuestra merced busca por estos desiertos y encrucijadas de caminos, donde, ya que se venzan y acaben las más peligrosas, no hay, quien las vea ni sepa, y, así, se han de quedar en perpetuo silencio y en perjuicio de la intención de vuestra merced y de lo que ellas merecen. Y, así, me parece que sería mejor, (...), que nos fuésemos a servir algún emperador o a otro príncipe grande que tenga alguna guerra, en cuyo servicio vuestra merced muestre el valor de su persona, sus grandes fuerzas y mayor entendimiento; (...) y allí no faltará quien ponga en escrito las hazañas de vuestra merced, para perpetua memoria. De las mías, no digo nada, pues no han de salir de los límites escuderiles; aunque sé decir que si se usa en la caballería escribir las hazañas de escuderos, que no pienso que se han de quedar las mías entre reglones.⁸⁶

Pança demonstra a preocupação de que as andanças caíam no esquecimento: ninguém as presencia, portanto, não hão de ter valor. Desse modo, mobiliza uma discursividade típica das sociedades ocidentais acerca da necessidade de formar memória dos feitos – os acontecimentos não são nada se deles não se têm registro, é preciso legá-los aos tempos vindouros. Esse fenômeno pode ser relacionado com o fato de que sociedade ibérica dava um grande peso para a linhagem e, em consequência, para a memória dos antepassados (com preservação de seus feitos). Podemos referir esta discussão, do mesmo modo, aos jogos constantes que Cervantes faz com a relação entre sociedade e o mundo livresco, sobre a escrita e a leitura⁸⁷. Não basta que alguém veja e saiba sobre esses feitos, é necessário que se “ponga en escrito las hazañas de vuestra merced” e isso seria feito por meio da adscrição de ambos a alguma corte.

Nesse sentido, Fernando Bouza enfatiza a importância desses combates da memória contra o esquecimento por meio não só da palavra escrita, mas também, de suportes visuais (retratos, gravuras, etc.), sobretudo, a partir dos tempos de Felipe II:

(...) la lucha que se entablaba para vencer era por la conservación del conocimiento, por vencer al olvido, y su primer paso, como si los que entraran en liza tuviesen que elegir las armas más adecuadas, fue preguntarse

⁸⁶ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXI, pp. 281 & 282).

⁸⁷ Ver VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Op. cit.*

*de qué manera la palabra, la imagen visual y la escritura servían para conservar el recuerdo de las cosas.”*⁸⁸

Enquanto a fala emudece, a escrita: “‘*permanece e siempre habla*’”⁸⁹ – a redação das façanhas de Quixote e Sancho substituiria o *perpetuo silencio* pela *perpetua memoria*. Sem esse passe, os esforços de nada valeriam: seria como se não tivessem existido. A escrita tem o poder, em última, instância, de transformar os feitos em algo valoroso, ou seja, agregar valor às coisas que, simplesmente, vistas ou ouvidas não tem o poder de perdurar no tempo.

Quixote confirma que Pança tinha certa razão, mas antes de se apresentarem a algum rei (não especificado), deveriam realizar grandes feitos para ganhar *nome e fama* com o intuito de que já fossem conhecidos ao adentrar à corte. Sendo assim, poderiam ir ter com a família real e ali seriam recebidos grandiosamente. Por ser um valoroso cavaleiro, esse rei mandaria Quixote guerrear em seu nome. Contudo, antes de partir para guerra, enamorar-se-ia da infanta (e ela dele). Ao retornar, casar-se-iam, elevando o cavaleiro à condição de monarca:

*Ya se es ido el caballero; pelea en la guerra, vence al enemigo del rey; gana muchas ciudades, triunfa muchas batallas, vuelve a la corte, ve su señora por donde suele, concíértase que la pida a su padre por mujer en pago de sus servicios; no se la quiere dar el rey porque no sabe quién es; pero, con todo esto, o robado o de cualquier otra suerte que sea, la infanta viene a ser su esposa, y su padre lo viene a tener gran ventura, porque se vino a averiguar que tal caballero es hijo de un valeroso rey de no sé qué reino, porque creo no debe estar en el mapa. Muérese el padre, hereda la infanta, queda rey el caballero, en dos palabras. Aquí entra luego el hacer mercedes a su escudero y a todos aquellos que le ayudaron a subir a tan alto estado: casa su escudero con una doncella de la infanta, que será sin duda la que fue tercera en sus amores, que es hija de un duque mui principal.*⁹⁰

Reconhecido como *hijo de un valeroso rey*, Quixote tornar-se-ia monarca e Sancho cortesão (para a alegria do escudeiro), entusiasmado com a narrativa. Logo, segue um diálogo principiado com um problema: como provaria o cavaleiro da triste figura ter ascendência real para que aquele monarca o aceitasse como legítimo esposo da infanta?:

(...) no sé yo cómo se podía hallar que yo sea de linaje de reyes, o por lo menos primo segundo de emperador, porque no me querrá el rey dar a su hija por mujer, si no está primero muy enterado en esto, aunque más lo merezcan mis

⁸⁸ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.31).

⁸⁹ NAVARRA LABRIT, Pedro. *Diálogos entre la diferencia del hablar al escribir*, 1565. (P.94) apud BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.34).

⁹⁰ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXI, pp.284 & 285).

*famosos hechos. Así que por esta falta temo perder lo que mi brazo tiene merecido. Bien es verdad que soy Hidalgo de solar conocido, de posesión y propiedad y de devengar quinientos sueldos, y podría ser que el sabio que escribiese mi historia deslindase de tal manera mi parentela y decendencia, que me hallase nieto quinto o sexto de rey.*⁹¹

Quixote reforça sua condição de fidalguia, fazendo referência a ela: é de Solar conhecido, possui terras, fator nobiliárquico bastante importante no contexto geral da Monarquia (Ver Capítulo II) – mobiliza, também, uma conhecida fórmula da época; é *Hidalgo de devengar quinientos sueldos*⁹². Além disso, menciona a questão das genealogias, muito cara ao período. Assevera que caso um sábio pesquisasse por sua

⁹¹ *Ibidem.* (Cap. XXI, pp 285 & 286).

⁹² O *Tesoro* em uma de suas acepções de Hidalgo [*Fidalgo*] fala especificamente desta expressão *devengar quinientos sueldos*, fornecendo três significados etimológicos que a seguir reproduziremos. Forçosamente, esta nota será consideravelmente extensa, porém, os três significados são relevantes para entendermos o lugar e o imaginário acerca da fidalguia nesse momento. Separaremos as três acepções com números romanos para melhor organizá-las. COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611]. (fol. 402).

I – “[*Fidalgo*]: de devengar quinientos sueldos. Esta palabra vengar, o devengar, trae origen del verbo Latino vindicare, (...): y según esta etimología, tanto querra decir, como hidalgo que ha de recibir y cobrar quinientos. Este recibo y cobrança entienden unos de una manera y otros de otra.; Para lo qual es de saber, quando un hidalgo recebia agrabio [insulto] de algún otro, podía vengar; conviene a saber, recibir de su adversario por condenación de juez competente, en satisfacción de su injuria quinientos sueldos; mas al que no era noble y Fidalgo, como el labrador, no se le aplicaban mas de trezientos sueldos: y esta diferencia avia entre el hidalgo notoria, y el villano, dedonde quedo el termino de Hidalgo de devengar quinientos sueldos”. Esse significado enfatiza a origem de diferença jurídica medieval entre nobres [*de devengar quinientos sueldos*] e não-nobres, por meio dessa distinção pecuniária por injúria cometida a uma nobre ou a um camponês vilão.

II – “Otros, tomando el termino vengar en significación de vengança y satisfacion que uno toma por su propia persona, dicen, que los fidalgos vassalos del Rey Don Bermudo, quitaron de sobre si el tributo de dar a los Moros quinientos sueldos que pagavan por las cincuenta doncellas nobles hijas de algo, que daban en parias a los Moros antes, en el tiempo de Mauregato, Rey de Oviedo y Leon, único deste nombre: y vencidos los moros en tierra de la Rioja, en aquella famosa batalla de Clavijo, con el ayuda y favor del apóstol Santiago. Los hijosdalgo se señalaron mucho, y de allí les quedó el nombre de hidalgos de vengar quinientos sueldos. Por la cual hazaña el rey Don Ramiro primero deste nombre, que no quiso pagar el dicho tributo, y dio a los moros la susodicha batalla, concedio a los hijos de algo que allí se hallaron y a sus descendientes grandes essenciones y preeminencias; dedonde tomaron ocasión para atribuir esta hazaña el renombre de hidalgos de vengar quinientos sueldos”. Esse trecho reforça o forte imaginário acerca da Reconquista cristã (entre finais do século VIII e século IX). Diz respeito aos reis asturianos que outrora pagariam um imposto aos mouros em forma de cinquenta donzelas, logo convertido em quinhentos soldos. O Rei Bermudo haveria recusado a pagá-lo e seu sucessor Ramiro, teria vencido os muçulmanos na mítica batalha de *Clavijo* com ajuda de São Tiago. Sendo assim, ele junto a seus fidalgos, que dele receberam isenções e preeminências, “vingaram” esse tributo dos quinhentos soldos, vindo daí a etimologia da expressão.

III – “Otros atribuyen estos quinientos sueldos al acostamiento que los tales fidalgos llevan del Rey en cada un año,(...)”. Essa última referência faz menção ao soldo pago aos fidalgos [*acostamiento*] quando iam à guerra, já que por seus privilégios não podem prestar serviço militar sem a devida remuneração.

origem, não seria de se estranhar que fosse ele *nieto quinto o sexto de rey*.⁹³ No capítulo I, falamos brevemente sobre a relevância do assunto, ou seja, dessa necessidade de performar sua origem através da escrita de documentos memorialísticos que comprovassem a limpeza de sangue de determinada família. Segundo Soría Mesa, houve uma febre de produção genealógica nos séculos XVI, XVII e XVIII⁹⁴, muitos contratavam genealogistas para produzir certificados que atestassem sua *limpeza*, considerando que esta sociedade se baseava, em grande medida, na hierarquia entre cristãos velhos e cristãos novos: “*La Genealogía, así, se convirtió en una de las principales palancas de ascenso social*”.⁹⁵

Além da figura do genealogista, encarregado de buscar as raízes familiares deste ou daquele sujeito, também havia a figura de los *reyes de armas*, empregados régios responsáveis por garantir a correção e certificação dos brasões das linhagens nobres. Esses últimos, apesar de sua função junto aos reis, trabalhavam para particulares tal qual os genealogistas, estabelecendo uma relação comercial dessas certificações.⁹⁶

Apesar de não terem valor oficial por si só, tais documentos poderiam servir a todo aquele que não tivesse a nobreza notória, por exemplo, como elementos performativos que objetivavam livrar das possíveis máculas de sangue. Então, comumente, prestavam-se aos cristãos novos cujo estatuto era descreditado, maquinando uma gênese cristã antiga: “*En consecuencia no hubo linaje converso importante que no operase, en tal coyuntura, una profunda falsificación de sus raíces judías*”.⁹⁷ Isso explica a presença de certas famílias conversas em cargos públicos como na *Chancillería de Granada*⁹⁸, considerando que para exercê-los, o funcionário deveria ter *sangue limpo*, ou

⁹³ Domínguez Ortiz comenta muito brevemente essa passagem em *Las Clases Privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Ver DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (Nota 14 p.22).

⁹⁴ SORIA MESA, Enrique. *Op cit.* (p.300).

⁹⁵ *Ibidem.* (p.301).

⁹⁶ *Ibidem.* (pp.301-304).

⁹⁷ *Ibidem.* (p.304)

⁹⁸ A *Chancillería de Granada* e a *Chancillería de Valladolid* eram os mais altos tribunais de justiça da Monarquia e tinham como principal função zelar pela manutenção da distinção entre estamentos: “*La función de las Chancillerías de Granada y Valladolid consistía en velar por la pureza de los procedimientos empleados para distinguir los estados. El prodigioso número de pleitos, que aún se conservan, testifica la dificultad de su tarea. Como hemos visto era doble: amparar a los hidalgos cuando el consejo negaba su derecho y, por el contrario, excluir al que indebidamente pretendiera gozar del*

seja, ser cristão-velho: observamos uma construção memorialística ativa a fim de apagar o passado judeu desses sujeitos.⁹⁹

Esse procedimento não era, por outro lado, uma exclusividade dos conversos, mas também foi praticado por sujeitos que almejavam aumentar sua galhardia (inclusive por parte de pessoas de linhagens consideradas notórias), reforçando as origens nobres. A relação dessa prática com a ascensão social fica evidente na fala de Quixote. De fidalgo, passaria a ser descendente de rei por meio da pesquisa genealógica de um sábio, então, casar-se-ia com uma princesa.

Tanto Domínguez Ortiz quanto Soría Mesa – o qual escreve um subcapítulo intitulado *La Genealogía, un fraude sistemático*¹⁰⁰ surpreendem-se com a inveracidade artificiosa desse tipo de prática social. Ambos têm plena percepção do lugar desses documentos na legitimação política da estrutura aristocratizada e constituem interessantes análises dessas fontes (cujas qualidades não se discutem, considerando a propriedade desses trabalhos). As investigações acerca da proliferação desses documentos são importantes na medida em que se vislumbram as maquinações e apagamentos de gêneses familiares “desonradas”. Por outro lado, interessa a esses autores denunciar esses procedimentos fraudulentos como traidores das “verdadeiras relações” de parentesco.

Neste trabalho, não nos diz respeito verificar a veracidade ou falsidade dessas genealogias (se são, ou não fraudulentas), mas, inspirados por problemas operados por Foucault, compreender o porquê elas são tão importantes na constituição dos sujeitos: aqui não valorizamos a veracidade ou falsidade *stricto sensu* dessa prática política, porém *a política dessa prática nas relações de verdade constituídas*.

Não consideramos que haja qualquer campo pré-discursivo, portanto, desde essa perspectiva, não poderíamos falar em uma nobreza, de fato verdadeira, e outra que não o é (levando em conta que toda sociabilidade nobiliárquica joga com as relações de poder e se institui como ato performativo). Isso não quer dizer, por outro lado, que a nobreza não falasse de um lugar privilegiado: o que se valorizava era, justamente, alcançar esse lugar (ou pelo menos visá-lo), ou seja, foi constituído um padrão a ser almejado, tal

privilegio”. DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp. 37 & 38).

⁹⁹ SORIA MESA, Enrique. *Op cit.* (p.258).

¹⁰⁰ Ver SORIA MESA, Enrique. *Op cit.* (p.300).

padrão impunha linhas de força que produziam assimetrias sociais e o desejo de ascensão daqueles que não o possuíam.

Como dizíamos, Quixote imaginava-se casando com uma princesa e seria coroado rei, logo distribuiria mercês ao seu fiel escudeiro Sancho, como o título de conde. Pança alegra-se e legitima a ideia:

- Sea por Dios – dijo Sancho – que yo Cristiano viejo soy, y para ser conde esto me basta.

- Y aun te sobra-dijo don Quijote -, y cuando no lo fueras, no hacía caso, porque siendo yo rey, bien te puedo dar la nobleza, sin que la compres ni me sirvas con nada. Porque en haciéndote conde, cádate ahí caballero, y digan lo que quieren; que a buena fe que te han de llamar señoría, mal que les pese. (...).

- Sea así – respondió Sancho Panza. Digo que le sabrían bien acomodar, por vida mía que un tiempo fui muñidor¹⁰¹ de una cofradía, y que me asentaba tan bien la ropa de muñidor, que decían todos que tenía presencia para poder ser prioste¹⁰² de la mesma cofradía. Pues ¿qué será cuando me ponga un ropón ducal a cuevas o me vista de oro y perlas, a uso de conde extranjero? Para mí tengo que me han de venir a ver de cien leguas.

- Bien parecerás – dijo don Quijote -, pero será menester que te rapas las barbas a menudo, que, según las tienes espesas, aborascadas y mal puestas, si no te rapas a navaja cada dos días por lo menos, a tiro de escopeta se echará de ver lo que eres¹⁰³.

Apesar de Sancho ser um humilde camponês, argumenta que apenas pelo fato de ser cristão velho já mereceria ser elevado à categoria de Conde. Quixote responde: “*Y aun te sobra*”, em uma asserção sucinta, mas interessantíssima no que tange as relações de poder constituídas nessa sociedade: ser cristão velho não só seria suficiente para ser conde, mas “ainda lhe sobraria”, demonstrando toda importância política desse estatuto em uma Monarquia de cariz católico que pretendia, desde Isabel e Fernando, formar uma *sociedade de religião única*. Há, nesse ponto, um encontro entre os processos de subjetivação e tecnologias de governo, como analisamos no capítulo I: católicos vivendo sob uma monarquia católica. Isso aproximava os habitantes daquelas territorialidades ibéricas tão diferentes, ao mesmo tempo que excluía todo aquele que não professasse tal religião, já que ser católico era ser súdito do rei (o mais nobre dentre os nobres).

¹⁰¹ Muñidor: 2. m. y f. Criado de cofradía, que sirve para avisar a los hermanos de las fiestas, entierros y otros ejercicios a que deben concurrir]. (RAE, 2014).

¹⁰² 1. m. y f. Mayordomo de una hermandad o cofradía. Ou seja, um dos membros principais de uma confraria. (RAE, 2014).

¹⁰³ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXI, p. 287).

Esse tipo de formação político-social servia para reforçar, por um lado, um sentido identitário pretensamente unívoco (mesmo que usado de maneira plurívoca e estratégica pelos sujeitos), ressaltando, por outro lado, a faceta considerada vil do polo oposto a ser expurgado. Este era representado, em grande medida, pela constituição de uma figura arquetípica do judeu decaído. Segundo o *Tesoro*:

[Judio] *En la palabra hebrea tenemos dicho en que forma aquel pueblo que Dios escogió para si, se llamó Hebreos, y después Israelitas, y finalmente judíos; oy en día lo son que no creyeron en la venida del Messias Salvador Christo Jesu señor nuestro, y continúan el professar la ley de Moyses* ¹⁰⁴ *era sombra de esta verdad. ¶ En España han habitado judíos de muchos siglos atrás, hasta que en tempo de nuestros abuelos, los Reyes Católicos sin reparar lo que perdían en sus rentas, los echaron de España: (...).* ¹⁰⁵

Os enunciados de Covarrubias reforçam algumas das relações de sentido atribuídas ao judaísmo e por consequência ao catolicismo –a lei mosaica não passa de uma sombra da verdade, portanto, ameaça a subjetividade cristã como uma ilusão (ver Capítulo I). Os reis católicos são chamados de *abuelos*, criando um laço entre esses monarcas e todo aquele que professa a religião: todos que vivem sob essa Coroa devem se reportar a esse problema e, como bons súditos dos avós Isabel e Fernando, devem seguir na verdadeira fé. Na sequência, reforça-se a nobreza daqueles reis, mesmo sabendo que iriam perder rendas (já que os semitas exerciam a profissão de banqueiros e também pagavam impostos), os expulsaram de seus territórios para o bem da república cristã.

Voltando ao diálogo de Quixote e Sancho, o cavaleiro ressalta que não importaria que Sancho fosse “verdadeiramente” cristão velho, pois como rei lhe concederia a nobreza de qualquer maneira (*sin que la compres ni me sirvas con nada*) e os demais nobres seriam obrigados a aceitar seu estatuto (*y digan lo que quieren; que a buena fe que te han de llamar señoría, mal que les pese.*). Em outros momentos, cogita-se a origem de Pança em prol de sua antiguidade de sangue, por ser muito leal e emotivo para com o seu amo: “*Destas lágrimas y determinación tan honrada de Sancho Panza saca el autor de esta historia que debía de ser bien nacido y por lo menos Cristiano viejo.*” ¹⁰⁶

Os enunciados demonstram que havia uma percepção contemporânea das

¹⁰⁴ Diccionario de abreviaturas Novohispanas:

<http://www.iifilologicas.unam.mx/dicabenovo/index.php?page=24-agey-colonial-censos-y-padrones-caja-3-vol-2-exp-1-10-fs-1810>. “Q” com “acento nasal” por cima (tal qual o original), equivale a “qué”.

¹⁰⁵ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611].(fol. 492).

¹⁰⁶ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap XX, p.269).

incertezas presentes nas gêneses familiares, observamos isso nos excertos “*debía de ser Cristiano viejo*”, e no trecho supracitado “*y cuando no lo fueras, no hacía caso*”. Mesmo se as origens do escudeiro não fossem cristãs, não haveria empecilhos para torná-lo nobre, uma vez que Quixote como monarca, o faria conde. De qualquer modo, Sancho “deveria ser cristão velho” pois, em grande medida, era considerado um homem virtuoso: esse caráter só poderia advir de seu sangue, de acordo com a forte tendência da associação entre caráter e linhagem.

Tal índole de cristão velho é acentuada por Pança, asseverando que fora *muñidor* (uma espécie de assistente em congregações católicas) em uma confraria: como vimos, para ser aceito nessas agremiações era necessário ter *sangue limpo*. Segundo ele, a roupa de *muñidor* lhe assentava tão bem que poderia ter se tornado um membro principal dessa confraria (*prioste*).

Sendo assim, associa a imagem de seu posto junto àquela congregação com o estatuto de nobreza que adquiriria com ajuda de Quixote. Logo, se imagina usando a roupa de conde, enfeitada por pérolas e ouro. Segue a observação do cavaleiro andante de que deveria fazer a barba à navalha, pois frequentemente estava malfeita e espessa. Se seguisse assim: “*a tiro de escopeta se echará de ver lo que eres*”, ou seja, logo se notaria sua condição humilde e camponesa, a qual ficaria evidenciada. Esse excerto demonstra a força da performance no cotidiano dessa sociedade - para tornar-se e viver como nobre (muito mais ainda se tratando de uma nobreza titulada, como a de conde) é necessário exercitar certas práticas corporais que o demonstrariam, apenas desse modo o estatuto poderia ser reconhecido em sua completude entre os pares.

Na sequência, analisaremos o encontro do protagonista e de seu companheiro com alguns biscainhos. Dentre eles, destaca-se outro Sancho: desta vez não se trata do fiel escudeiro de Quixote e, sim, de um personagem fidalgo que nos move a uma aproximação especial.

3.2.4 Quixote e Sancho se encontram com os biscainhos

Nesse subcapítulo analisar-se-á, portanto, o divertido encontro de Quixote e Pança com alguns biscainhos. Acreditamos que a abordagem deste trabalho acerca do tema seja relevante, permitindo ao leitor de Cervantes compreender as conexões traçadas nesse texto entre a comunidade biscainha e sua fidalguia. Apreendendo esse episódio em meio

a sua constelação discursiva¹⁰⁷, nos é facultado experimentar a leitura dessa passagem de acordo com a textualidade colateral à obra. Assim, evidenciaremos as referências de Cervantes aos valores em circulação nessa sociedade, os quais se desdobram em ironia e em um fino senso de humor no processo de escritura.¹⁰⁸

Após o famoso episódio em que Quixote enfrenta os moinhos de vento, ia andando pela estrada com o escudeiro, até que se encontram com um *coche*, ou seja, uma carruagem movida a tração animal, acompanhado por quatro ou cinco a cavalo e dois mulateiros: “*Venía en el coche, como después se supo, una señora vizcaína que iba a Sevilla, donde estaba su marido, que pasaba a las Indias con muy honroso cargo*”.¹⁰⁹

O marido da senhora biscainha iria ocupar um importante cargo nas Índias. É sabido que os biscainhos e “bascos” de maneira geral (especialmente biscainhos e guipuscoanos, como explicaremos adiante) tiveram grande participação em postos de poder na monarquia dos Habsburgos, tanto na Península como em território ultramar. Além disso, destacavam-se em funções mercantis e de navegação, considerando-se a presença de importantes portos como o de Bilbao e de uma desenvolvida atividade pesqueira ao largo da costa cantábrica.¹¹⁰ As colônias de bascos e, especialmente, de naturais do Senhorio de Biscaia eram comuns e se disseminaram por toda Península e nas Américas¹¹¹, sendo evidente o fenômeno da emigração dessas comunidades. O porto de Sevilha era, então, o principal ponto de contato da Metrópole com o mundo colonial: a

¹⁰⁷ Ver FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

¹⁰⁸ Sugeriríamos o acréscimo de uma nota explicativa no Capítulo VIII da edição brasileira da Editoria 34 (2011) acerca do fenômeno da fidalguia coletiva, a qual poderia auxiliar o leitor a compreender a relação discursiva tramada por Cervantes. Essa nota viria a acrescer o significado da importante nota 6 do Cap. VIII (p.132), a qual explicita o significado do termo *biscainho*. Assunto que abordaremos mais detidamente nesse subcapítulo.

¹⁰⁹ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap VIII, p.127).

¹¹⁰ AGIRREAZKUENAGA ZIGORRAGA, Joseba; BASURTO LARRAÑAGA, Román; LOPÉZ ATXURRA, Rafael; MIEZA MIEG, Rafael. *Historia de Euskal Herria*. Tomo II. Donostia: Ediciones Vascas, 1980. (pp. 39 & 40 e pp. 52-59).

¹¹¹ Ver GARCÍA FUENTES, Lutgardo. “Los vascos en la carrera de Indias en la Edad Moderna: una minoría dominante”, *Temas Americanistas*, nº 16, 2003; MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa in Campo y campesinos In *La España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano* (Multimedia)/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012 & OTAZU Y LLANA, Alfonso. *Op. Cit.*

presença de bascos no município era bastante relevante e sua condição privilegiada conhecida:

Conocemos sobradamente la irrefutable presencia vasca en Sevilla en la Baja Edad Media. Concretamente, en la segunda mitad del siglo XV el cabildo sevillano recurrió a más de una vez a la contratación de marineros y mercaderes vascos para el abastecimiento de la ciudad (el grano de la mar). Sabemos que una colonia relativamente importante de marineros vascos se hallaba asentada en Sevilla: en el barrio de Castellanos, en el de la Mar, en la collación de Santa María la Mayor y en la Calle de Castro. La presencia de estos hombres se explicaba por varias razones, pero qué duda cabe que las principales eran la gran actividad del puerto sevillano y la protección de la Corona (...). Sabemos que disfrutaban de importantes exenciones y privilegios, (...)»¹¹²

Em relação ao exercício de funções marinheiras e mercantis exercidas por parte de bascos, Otazu y Llana comenta o vínculo entre atividades manuais (consideradas, de maneira geral, impróprias à nobreza), a fidalguia ampliada dessas populações e sua percepção por parte dos castelhanos (assunto que voltaremos a abordar adiante):

*Toda esta situación – incluida la extrañeza que producía en Castilla la idea de un noble mercader – queda magníficamente reflejada en un comedia de Lope de Vega, cuya acción transcurre a orillas de Guadalquivir en Sevilla, donde el padre de la protagonista – vasco que ha regresado de Indias – vive entregado al ‘trato’. Así Leonarda la protagonista exclamará:
‘Es de mi padre el solar
El más noble de Vizcaya;
que a las Índias venga o vaya
¿Qué honor le puede quitar?’¹¹³.*

Por outro lado, é importante notar o fato de que aquela senhora em trânsito para Sevilha tinha por esposo um homem que ocuparia um “honroso cargo” nas Índias. Isso se relaciona com o fato de que muitos biscainhos não desempenharam apenas ofícios mercantis, mas também, importantes funções administrativas, burocráticas e militares tanto na Península, como na América. Em relação a sua presença massiva em cargos indianos:

El control de los órganos de decisión más poderosos de la administración de las Indias despertaba gran interés. La Carrera de las Indias era un plato succulento y enormemente atractivo en el mundo de los negocios. Los vascos no se resignaron al desarrollo de las empresas mercantiles desde la posición ventajosa que las disipaciones reales les fueron otorgando, sino que además, desde los albores del Descubrimiento procuraron la presencia física de sus miembros en instituciones y órganos de gobierno de la Carrera. Poco a poco fueron entretejiendo una densa red de intereses que les permitió ocupar determinadas posiciones desde las que pudieron controlar y participar en las actividades económicas más rentables del tráfico indiano y de la Administración. (...). También encontramos a vascos en otros puestos de

¹¹² GARCÍA FUENTES, Lutgardo. *Op. cit.* (p.33).

¹¹³ OTAZU Y LLANA, Alfonso. *Op. cit.* (p.127).

*responsabilidad como jueces letrados, fiscales, contadores, relatores y alguaciles mayores.*¹¹⁴

Mesmo que a maior parte da população de Biscaia fosse constituída por fidalgos não titulados, dado o alcance da nobreza nesse espaço, a existência de biscainhos (e outros bascos) junto à corte foi expressiva. Muitos deles, inclusive, desempenharam a função de Secretários de Estado. Isso se verifica em todos os mandatos dos reis Habsburgos. A presença desses sujeitos junto aos monarcas, segundo García Fuentes, também influiu na grande quantidade de cargos ocupados por biscainhos (e bascos) no aparelho governativo das Índias. Em relação a sua participação nos círculos próximos a Felipe II, podemos dizer:

*En la corte de Felipe II encontramos, tras la caída de Antonio Pérez, a Juan de Idiáquez y sus familiares Francisco y Martín de Idiáquez. En el importantísimo Consejo de Hacienda, de los cuatro contadores nombrados en 1594, al menos tres eran de origen vasco: Luis Gaitán de Ayala, Juan de Mechaca y Domingo de Zabala, y al año siguiente se incorporó Estaban de Ibarra quien además eran Secretarios de Guerra.*¹¹⁵

Domínguez Ortiz enfatiza que os secretários reais não pertenciam à alta nobreza (*Grandes de España*), eram nobres de menor escalão. Sua nomeação dentro desse estrato era um hábito por parte dos monarcas Habsburgos:

*Carlos V había prevenido al hijo contra el empleo de los Grandes en altas funciones que no fueran de aparato como las embajadas y virreynatos. En el siglo XVII aumentó el número de aristócratas en los consejos, permaneciendo siempre minoritarios. La mayoría de los consejeros, y la totalidad de los secretarios reales pertenecían a la baja y media nobleza.*¹¹⁶

Sublinhemos que muitos desses nobres da baixa e média nobreza ao conviver na corte, muitas vezes, ascendiam socialmente no interior desse contexto aristocrático, recebendo títulos das mãos do rei e casando-se com os grandes nobres¹¹⁷. Era essa, por vezes, a condição desses biscainhos cortesãos.

A grande nobreza ibérica quinhentista e seiscentista cuja autoimagem se centrava em suas qualidades inatas, receava-se, por um lado, do poder das letras, tal saber (por ser

¹¹⁴ GARCÍA FUENTES, Lutgardo. *Op. cit.* (p.37).

¹¹⁵ *Ibidem.* (p. 36).

¹¹⁶ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.103).

¹¹⁷ *Ibidem.* (p.103).

uma arte liberal) poderia ser aprendido por “qualquer um” e, nessa qualidade, serviria como um elemento de ascensão social:

No es la capacidad de ennoblecimiento que se recela, sino más bien alguna concreta argumentación a ello favorable, en especial el ennoblecimiento en virtud de la scientia letrada y la suposición de que la gobernación¹¹⁸ podía ser una forma de pericia, un algo que era imposible sostener a las reglas del entendimiento.¹¹⁹

Esse estrato, grande cultivador do gênero epistolar (entendido por essa camada como exercício de conversação)¹²⁰, estabeleceu parâmetros em torno de um determinado *habitus* desdobrado em uma retórica na qual se sublinhavam suas qualidades que os distinguiam tanto dos não-nobres, quanto dos fidalgos não-titulados: “Desde ese momento, en lo que insistirá la ética nobiliaria será, cada vez más, en lo que Melo llamaba la *cultura de la persona*, en esas expresiones de ánimo y virtudes del alma, no aprendidas, no adquiridas, no dependientes de reglas que se puedan saber.”¹²¹ Tais virtudes estavam associadas, sobremaneira, à astúcia na guerra e no governo.

No capítulo XXXVII do Quixote, encontra-se o famoso discurso das armas e das letras, no qual é perceptível o crescimento da importância das ciências letradas frente às práticas vinculadas à guerra (associadas, no mais das vezes, à alta nobreza), chegando ao ponto de as armas necessitarem uma intercessão ativa:

(...) dicen las letras que sin ellas no se podrían sustentar las armas, porque la guerra también tiene sus leyes y está sujeta a ellas, y que las leyes caen debajo de lo que son las letras y letrados. A esto responden las armas que las leyes no se podrán sustentar sin ellas, porque con las armas se

¹¹⁸ Juan da Silva, conde de Portalegre, instrui seu filho em relação àquilo que pode pretender governar enquanto nobre titulado. Juan sugere a possibilidade de se tornar governante em terras italianas ou mesmo nas Américas, explicitando que essas funções: “‘[...] no demandan tanta sutileza de ingenio como de valor y recitud, que son mejores de haver, siendo qualidad que no pertenecen al entendimiento, sino a la moderación de los affectos (...)’”. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.200).

¹¹⁹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Ibidem*. (p.200).

¹²⁰ Esse entendimento cortesão de que a escrita deveria acompanhar a naturalidade da fala, cultivado em suas cartas, exerceu influência também na literatura de Cervantes: “No século XVI ibérico os escritores, de um modo geral, passaram a ter a preocupação de que a escrita reproduzisse a fala. Além do propósito de dignificar a língua falada, havia também a ideia de conceder à língua escrita maior naturalidade, precisão, clareza e simplicidade, a ponto de criar uma escrita livre da artificialidade. Esse preceito que circulava no universo cultural seiscentista aparece em O cortesão, de Baldassare Castiglione (1527), obra que logo contou com tradução para o espanhol e teve ampla difusão na Espanha. (...), no caso do Quixote, muito provavelmente o leitor se dará conta de que a linguagem cervantina traz consigo essa naturalidade. O eixo de sustentação da obra é o longo diálogo entre D. Quixote e Sancho que transparece para o leitor como um extenso e amplo ato de fala entre o cavaleiro e seu escudeiro (...)”. VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Op. cit.* (pp. 11- 13).

¹²¹ *Ibidem*. (pp.201 &202).

*defienden las repúblicas, se conservan las ciudades, se aseguran los caminos, se despojan los mares de corsarios, y, finalmente, si por ellas no fuese, las repúblicas, los reinos, las monarquías, las ciudades, los caminos de mar y tierra estarán sujetos al rigor y a la confusión que traen consigo la guerra el tiempo que dura (...)*¹²²

Como aquela aristocracia constituía o padrão a ser seguido pelo estrato nobiliárquico em geral¹²³, o ofício dos biscainhos enquanto funcionários de governo - diretamente envolvidos com o mundo letras - teve de ser justificada discursivamente, levando em conta o perigo iminente do questionamento de sua nobre estirpe. Sendo assim, foram ressaltadas determinadas virtudes em conexão com sua fidalguia tão única, desdobradas em certas qualidades que os faziam aptos a ocupar cargos militares, burocráticos (associados aos chamados letrados¹²⁴) e governativos: “*los vizcainos son grandes soldados por tierra y por mar: y en las letras, y en materia de gobierno y cuenta y razon, aventajados a todos los demas de España*”¹²⁵ Voltaremos a esse assunto ao final do capítulo.

O leitor deve ter percebido que até o presente momento, praticamente, não havíamos falado de bascos como categoria geral: não é que tal conceito não existisse, ou não operasse (tal qual o termo *Espanha* ou *espanhol* que se enfeixava às pátrias – identidade mais imediata e local). Como sabemos, nosso estudo diz respeito mais especificamente ao *Senhorio de Biscaia* e suas fontes, porém, nesse momento, não podemos deixar de nos reportar aos fenômenos de outras fidalguias territoriais que se expressaram em certas regiões habitadas por bascos ou *vascones* (como os chamavam à época). Pouco a pouco, veremos como o conceito de “basco” se constituía, de modo que não podemos tomá-lo de maneira simplória, nem mesmo confundi-lo com sua acepção nacionalista pós-século XIX.

As fidalguias a que aludimos, expressaram-se em zonas específicas de *Navarra* e

¹²² CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. XXVII, p. 552 & 553).

¹²³ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.200).

¹²⁴ Segundo Elliott, a definição de letramento no contexto da Espanha moderna é a seguinte: “*Aquellos estudiantes que se dedicaban al derecho y aprobaban el curso se convertían en letrados, licenciados en derecho que formaban el contingente de reclutamiento de la burocracia*”. ELLIOTT, John. *España y su imperio en los siglos XVI y XVII In España y su mundo (1500-1700)*. Madrid: Taurus, 2007. (p.38).

¹²⁵ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611]. (fol. 189).

Álaba (fato pelo qual o emprego do termo *fidalgua coletiva* não seja exato para esses territórios) e, mais enfaticamente, em Guipúscoa, onde também houve a produção de uma fidalguia territorial abrangente, correlata a de Biscaia. Até onde pudemos chegar a saber, apenas nessas duas últimas regiões, foi reconhecida plenamente uma nobreza de caráter coletivo nos domínios dos monarcas Habsburgos. Sobre Navarra, Biscaia e Guipúscoa:

*El de la libertad de los vecinos de un área frente a los linajes, es un ideal que progresa mucho desde el siglo XV y que produce las hidalguías colectivas y las formas establecidas de los derechos de vecindad. En Navarra, el problema de las hidalguías colectivas se estudia claramente en el momento que valles enteros fronterizos, como el de Batzán o el de Roncal o el de Lana, u otros, van obteniéndolas y van creando un tipo de personalidad distinto dentro del contexto navarro; y tan específico que, al mismo tiempo que se crean o se consolidan hidalguías colectivas de la montaña, en la Ribera se crean feudos mayores y más desafortunados que ha tenido el Reino; (...). En la Navarra del sur, el regadío, la riqueza agrícola y el favor de los reyes hacia unas personas de su parentela o 'entourage', provoca la creación de grandes feudos, como los del Conde de Lerín y los del Señor de Peralta, mientras que en la montaña, al mismo tiempo, se van fundando las hidalguías colectivas que le dan al país otro empuje y otro devenir económico y social. Con relación a Vizcaya y Guipúzcoa, el problema es, si queréis, menos complejo, y hasta cierto punto no tan ambiguo. (...).*¹²⁶

Segundo Caro Baroja, a fidalguia “coletiva” em Navarra se concentrou em alguns vales montanheses em detrimento de outras regiões “desaforadas”, ou seja, desprivilegiadas (indicando a escassez de nobres) ao sul deste território. Relaciona tal processo a relações de vassalagem produzidas pelos reis navarros (considerando que seu estatuto de reino independente, se perdeu apenas em inícios do século XVI, com a conquista aragonesa dessa região), produzindo a formação de grandes senhorios nos territórios agricultáveis ao sul. Ao contrário do que defende Baroja, não consideramos a fidalguia biscainha e guipuscoana menos complexa em comparação com a navarra. Segundo ele, são fenômenos de menor complexidade apenas pelo fato de haverem se consolidaram de maneira mais abrangente (efetivamente coletiva e territorial) e sob outro ritmo histórico.

De todo o modo, a maior parte dos bascos descrita pelo artigo de García Fuentes, citado anteriormente é, efetivamente, biscainha ou guipuscoana, inclusive no que se refere aos secretários de Estado. Como já assinalamos, a nobreza dos povos do Norte é amplamente reconhecida, mas só é tão generalizada (e ratificada juridicamente) para os vizinhos de Biscaia e Guipúscoa, em grande medida, graças a sua *limpeza de sangue*,

¹²⁶ CARO BAROJA, Julio. *Introducción a la Historia Social y económica del Pueblo Vasco* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. IV. Editorial Txertoa. 1995? (p.262).

aceita pela Coroa do ponto de vista legal. Sobre a fidalguia nesse território vizinho de Biscaia:

La historiografía ha venido admitiendo como fecha de reconocimiento de la nobleza el bienio 1608-1610. (...) Ese reconocimiento se produce, aunque implícitamente, ya con la confirmación en 1527 (Valladolid, 13 de julio) de una ordenanza de las juntas por lo que ninguno que no fuera hidalgo sería admitido por vecino ni podría tener domicilio ni naturaleza en la provincia:

‘(...) por el concurso de las jentes estrañas que a esta provincia han venido los tiempos pasados entre los cuales se an publicado que ay muchos que no son hijosdalgo y por esto y a esta causa los que no están en cabo de la limpieza e nobleza de los hijosdalgo de la provincia han tomado ocasyon de disputar e traer en la lengua nuestra limpieza, por ende por quitar aquella e conservar nuestra limpieza e nobleza que los hijos de los pobladores naturales de la dicha provincia tenemos hordenado e mandamos que de aquí adelante en la dicha provincia de guypuzcoa villas e lugares della no sea admitido nyninguno que no sea hijodalgo por vesino della ny tenga domicilio ny naturaleza en la dicha provincia.’

Las dudas que pudiera suscitar el carácter indirecto que el documento tiene inducirían quizá a retrasar ese reconocimiento, pero, en cualquier caso, no más allá de 1562, fecha en la que, a solicitud de Guipúzcoa, se otorga una Real Provisión (Madrid, a 14 de Febrero) amparando el derecho de los guipuzcoanos a ser reconocidos por tribunales reales como hijosdalgo con la sola prueba de su guipuzcoanía.¹²⁷

Essa provisão de 1562 a que se refere a historiadora ao final do excerto, assemelha-se, em grande medida, ao Título XVI do Foro Novo de Biscaia (“*en cualesquier partes, lugares y provincias de los Reinos de España, (...) les valiese la dicha hidalguía (...)*”), no qual declara que tal fidalguia é válida não apenas nos territórios biscainhos, mas em toda a Monarquia. O texto referente aos guipuscoanos diz:

(...) Nos a sido hecha relación que seyendo ellos y todos sus pasados fundadores y pobladores della y los que dellos desçienden y depues vernan por su subseccion originarios y naturales conoçidos de la tierra de guipuzcoa hijosdalgo de solares y casas conoçidas y por tales ávidos y tenidos y reputados acerca de todas las naciones, y de os Reyes nuestros predeçesores se avían ofreçido sin aver venido en duda en las audiencias Reales siempre avían sido pronunçiad y declarados los naturales de la dicha provincia por notorios hijosdalgo (...), y de pocos años a esta parte reçiven nuevo y notorio agravyo muy grande y de grand sentimiento porque a algunos naturales originaios de la dicha provincia ban a vivir y a se avenzindar fuera della les prendan y quieren hacer pechar sin recibirles sus verdaderas provanças (...)¹²⁸.

¹²⁷ SESÉ, Lourdes Soria. “La Hidalguía Universal”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006. (p. 292).

¹²⁸ Real Provisión fechada en Madrid a 14 de febrero de 1562 y dirigida a la Chancillería de Valladolid, sobre que los naturales o descendientes de la Provincia de Guipúzcoa que probasen ésto fuesen declarados hijosdalgo. (AGG. 4. 10. 5. El legajo incluye la copia manuscrita dirigida a la Chancillería de Granada) apud SESÉ, Lourdes Soria. *La Hidalguía Universal* in *Iuria Vasconiae*, 3, 2006. (pp. 313 & 314).

Apesar de Guipúscoa não ter tido por essa época um foro organizado como Biscaia, a fidalguia conferida aos guipuscoanos foi reconhecida por meio de documentos oficiais em quaisquer territórios regidos pelos Habsburgos, como pode ser verificado. Isso se dá, exatamente, em meados do século XVI com alguns argumentos emparentados com aqueles mobilizados por Biscaia em prol de sua nobreza, sendo um dos principais a relação, já referida, com a limpeza de sangue (e sua antiguidade) - fatores primordiais para a consolidação de uma fidalguia desde finais do século XV.

Como se pode notar tanto no Foro Novo de Biscaia, como no excerto documental supracitado, a emigração dessas populações era bastante comum. Esse fenômeno reforçava a necessidade do resguardo de seus privilégios em outras territorialidades. García Fuentes aponta um dos sistemas de hereditariade e circulação da terra a que nos referimos no Capítulo II para Biscaia como um mecanismo que potencializava a movimentação dessas comunidades: “*Tampoco podemos olvidar que ya en esta época el famoso sistema hereditario vasco- un solo hijo obtiene el caserío de los padres – tenían efecto expulsar en los demás hijos*”¹²⁹. Opinião compartilhada pelo autor de “*El Igualitarismo vasco (...)*”¹³⁰. Sendo assim, a restrição no usufruto da terra, potencializaria a emigração dos filhos

Apesar de não desqualificarmos esse argumento, não podemos deixar de dizer que pode ser considerado reducionista por seu caráter totalizador. Constatamos a existência de muitas outras formas de ocupação da terra que possibilitavam seu uso de diversas maneiras (ver cap. II), não apenas pela herança (o que tampouco quer dizer que não houvesse uma concentração relativa das terras por determinadas linhagens e ramos intrafamiliares). Por outro lado, devemos adicionar uma ênfase ausente no argumento dos supracitados historiadores sobre a relativa prevalência de biscainhos em cargos institucionais: a fortaleza adquirida através da produção discursiva de um cristianismo imaculado e de uma nobreza notória dessas comunidades bascas, as facultava exercer cargos públicos com facilidade. Para assumi-los, era necessária a *limpeza* em relação aos considerados impuros¹³¹, os quais portariam um caráter decaído (incapazes, a princípio, de assumir cargos político-institucionais).

¹²⁹ GARCÍA FUENTES, Lutgardo. *Op. cit.* (p.31).

¹³⁰ OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *Op. cit.* (p.113).

¹³¹ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Século XV-XVII*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. (p.298).

Voltando à história narrada no Quixote, caminhavam o cavaleiro e Sancho, deparando-se com a carruagem da biscainha que vinha ao encontro de seu marido. Na frente desta senhora (e de seu séquito), estavam de passagem dois frades da ordem de São Bento vestidos de negro: o cavaleiro os identificou como “endiabrados raptos” daquela senhora. Quixote logo os desaprovou, rogando-lhes que libertassem a dama. Frente a isso, os religiosos replicaram: “- *Señor caballero, nosotros no somos endiablados ni descomunales, sino dos religiosos de San Benedito que vamos nuestro camino, y no sabemos si en este coche vienen o no ningunas forzadas princesas*”¹³². Quixote, insatisfeito, arremeteu contra um dos frades (o outro saiu correndo com sua mula); após uma confusão com Sancho, o religioso que restara também escapou. Nesse meio tempo, o cavaleiro já havia se acercado ao coche da biscainha e pôs-se a falar com ela... vendo que aquela desatinada figura se dirigia à dama, um de seus escudeiros intervém:

Todo esto que don Quijote decía escuchaba un escudero de los que el coche acompañaban, que era vizcaíno, el cual, viendo que no quería dejar pasar al coche adelante, sino que decía que luego había de dar la vuelta al Toboso, se fue para don quijote y, asiéndole de la lanza, le dijo, en mala lengua castellana y peor vizcaína, desta manera:

- Anda, caballero que mal andes; por el Dios que crióme, que, si no dejas el coche, así te matas como estás ahí vizcaíno.

Entendiéndole muy bien. Don Quijote, y con mucho sosiego le respondió:

- Si fueras caballero, como no lo eres, ya yo hubiera castigado tu sandez y atrevimiento, cautiva criatura.

A lo cual respondió el vizcaíno:

*- ¿Yo no caballero? Juro a Dios tan mientes como cristiano. Si lanza arrojas y espada sacas, ¡el agua cuán presto verás al gato llevas! Vizcaíno por tierra, hidalgo por mar, hidalgo por el diablo, y mientes que mira si otra dices cosa.*¹³³

Temos muitas coisas a discutir por meio dessa passagem, especialmente, no que diz respeito a referência à fidalguia. Primeiramente, observemos o narrador afirmando que o biscainho se dirige ao Quixote em má língua castelhana (e pior biscainha), dizendo: “- *Anda, caballero que mal andes; por el Dios que crióme, que, si no dejas el coche, así te matas como estás ahí vizcaíno*”. O personagem elabora um período confuso: é de tal modo ruim que apresenta uma sintaxe evidentemente desconstruída. Isso se deve ao fato de que a língua principal da maior parte dos bascos era o que hoje denominamos *Euskera* (Basco), conhecido somente como *vizcaíno* (ou *lengua vascongada*) na época. O idioma

¹³² CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. VIII, p.128).

¹³³ *Ibidem*. (pp.129 & 130).

apresenta uma sintaxe, gramática e radicais completamente distintos em relação ao castelhano¹³⁴. A relação com a língua é importante na medida em que havia um reconhecimento identitário por meio desse carácter:

*Bajo el nombre genérico de vizcaíno se designaba en Castilla y en otras regiones toda la persona oriunda del País Vasco. Así lo certifica Mariana: 'Verdad es que en Castilla todos los de aquel señorío y lengua son llamados vizcaínos'. Por lo tanto, estamos delante de un término antonomástico y por ello englobador o hiperonímico, (...).*¹³⁵

O argumento lingüístico é utilizado em textos coevos para endossar a nobreza das populações que falavam a língua biscainha, criando um vínculo entre elas:

*Vascuña, por otro nombre Gascueña, y por otro Lipuzcoa, y Cantabria: comprehenden en si los pueblos de Vizcaya, y parte de Navarra. La lengua desta tierra, llamaron Vascongada, tienese por cierto la primera población de España, fue la esta tierra, por Tubal tataranieto de Noé: y es cosa admirable, que hasta nuestros tiempos se aya conservado sin mezcla de otra alguna, excepto algunos vocablos que por la comunicación de los demas pueblos habrá introducido. Esta gente hasta la predicación del Evangelio vivio en la ley de la naturaleza, adorando un solo Dios verdadero. La Cantabria, Guipuzcoa, Alava, Vizcaya, y de la demas parte de Navarra, que han participado, y participan de esta lengua, es la gente mas antigua, y mas noble y limpia de toda España.*¹³⁶

Através desse excerto, temos alguns assuntos a tratar que auxiliarão o leitor a compreender a rede que se tramou pela coerência¹³⁷ entre *fidalgua*, *língua* e *discurso* acerca do povoamento ibérico. Segundo o *Tesoro*, as populações que falavam o *vizcaíno* (ou língua *vascongada*, como diz o texto) são as primeiras populações ibéricas, descendentes do neto de Noé, chamado *Tubal*. A ideia de que este haveria povoado a Ibéria tornou-se um lugar comum a partir do século XV:

La idea de Tubal, progenitor de los primeros pobladores de España tras el diluvio, y por tanto de la estirpe española, se había ya convertido en lugar común en la tradición histórica hispana, pero ésta se intensificó desde finales

¹³⁴ Esse modo de falar dos biscainhos é ironizada por Cervantes em um texto teatral chamado *Entremés Del Vizcaíno fingido*. Como na seguinte fala dirigida pelo biscainho a uma dama chamada Brígida: “*Pareces buena, hermosa; también noche esta cenamos; cadena que das, duermas nunca, basta que doyla*”. CERVANTES, Miguel. *Entremés: del vizcaíno fingido* [1615], Instituto de Estudios Cervantinos, Universidad de Alcalá de Henares, s/p. O conteúdo da peça não nos interessa tanto para a análise nesse trabalho, de qualquer maneira, há registros interessantes do modo de fala dessa comunidade e de como os falantes do Castelhano viam essa forma de expressão.

¹³⁵ PENAS IBAÑEZ, María Azucena. “El Habla vizcaína en el teatro de Lope de Vega”, *Anuario del Seminario de Filología Vasca "Julio de Urquijo"*. Donostia-San Sebastián, T. 27, n. 3 (1993). (p.815).

¹³⁶ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 65).

¹³⁷ Sobre a noção de produção de coerência, ver: BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (p.43).

*del siglo XV, cuando en el contexto del renacimiento se popularizan las historias de los distintos pueblos europeos. Antonio de Nebrija presenta ya a Tubal colonizando el país en persona, e indica la fecha exacta de su llegada, el 2170 a.c.*¹³⁸

O fato de que Tubal teria chegado, em primeiro lugar, nas montanhas do Norte, onde se falava o Basco, é inteiramente defendida pelo guipuscoano Esteban de Garibay (1533-1599), cronista de Felipe II, que publica um extenso volume acerca da História da Espanha entre 1570 e 1572— vinculando, inatamente, toda a população ibérica a estas comunidades montanhesas:

*La lengua Caldea que el nieto de Noé trajo no es, según Garibay otra que la Bascongada. Perdido en el resto de la Península, este sería el idioma originario de todos los españoles, lo que queda según Garibay de manifiesto en el hecho de que de forma innata 'en España todos los niños traen esta lengua en los labios'. Este enfoque fue cultivado con particular énfasis por historiadores vascos y navarros, como el propio Garibay, Poza Martínez de Zaldivia, Ibarguen o Martínez de Isasi*¹³⁹.

O tubalismo era uma vertente muito importante (e preponderante) para explicar o povoamento da Península. Tal discurso fundacionista recebera um impulso decisivo com um humanista italiano chamado *Annio de Viterbo* em finais do século XV, uma das principais referências de Garibay.¹⁴⁰ Acerca de Viterbo:

*El desarrollo de la leyenda tubalista, adquiere un impulso decisivo al final del siglo; en 1498 el humanista Annio de Viterbo, un fraile dominico cuyo verdadero nombre era Giovanni Nanni, publica en Roma sus Antigüedades en las que incluye un supuesto documento de Beroso, sacerdote caldeo del siglo III a.c., que aporta una lista genealógica de veinticuatro reyes españoles iniciada en Tubal. Annio de Viterbo, por entonces, al servicio del pontífice Borgia Alejandro VI, parece tener un interés personal en mostrar una actitud favorable a España, como queda en el hecho de que la obra estuviese dedicada a los reyes Católicos. Además de al propio pontífice. Con esta genealogía regia, Annio presenta un ilustre y longevo origen de la monarquía hispana (...), que permite a los Reyes Católicos presentarla como mucho más antigua que la de los Valois franceses, sus principales rivales.*¹⁴¹

Assim, a vinculação dos bascos com Tubal não é fortuita. Constituiu-se a imagem de que o neto de Noé fora o primeiro monarca dos íberos, sendo assim, tanto a realeza como a nobreza teriam descendência direta de Tubal, fato que cumpria a função política

¹³⁸ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. “La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España”, *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio, 2013. (p.226).

¹³⁹ *Ibidem*. (p.230).

¹⁴⁰ CARO BAROJA, Julio. Los vascos y la historia a través de Garibay In *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. Editorial Txertoa. 1995? (p.294).

¹⁴¹ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. cit.* (pp. 226 & 227).

de assentar a antiguidade da Monarquia Hispânica frente às demais Coroas europeias. Ao dizer que o neto de Noé esteve primeiro no Norte (e logo povoou o restante da Península)¹⁴², atribui-se a essa população o papel de origem da própria nobreza, relacionando-a, também, a um monoteísmo antiquíssimo: “*Esta gente hasta la predicación del Evangelio vivio en la ley de la naturaleza, adorando un solo Dios verdadero. La Cantabria, Guipuzcoa, Alava, Vizcaya, y de la demas parte de Navarra, que han participado, y participan de esta lengua, es la gente mas antigua, y mas noble y limpia de toda España*”.¹⁴³ Portanto, não foi difícil passar deste monoteísmo a um cristianismo antigo, já que de um povo que adorara um verdadeiro Deus de maneira primeva (e não se misturara com os impuros), só poderiam advir cristãos de longa data, em meio a uma monarquia de cariz católico, na qual a antiguidade era um valor inestimável para a legitimação social.

A população falante da língua basca, como vimos, conservaria uma pureza inata, imediatamente vinculada aos estatutos de nobreza coletiva dos biscainhos e guipuscoanos (e, em certa medida, das fidalguias de alaveses e navarros, as quais não possuem um caráter territorial como nas outras duas regiões). A mobilização destes discursos de coerência entre língua, fidalguia, território e nobreza cumpre um papel político determinante na vida dessas populações plenamente inseridas em uma sociedade estamentalizada.¹⁴⁴

Vimos que no verbete *Vascuña* do *Tesoro*, há a referência ao termo Cantábria como um topônimo correlato à terra dos bascos, fato que nos leva, propriamente, à *Cantabria*:

Cantabria, provincia en la España Tarraconense, que confina con las Asturias, de donde el mar Oceano, vezino a ella, se llama Cantabrico. Vulgarmente se dize Vizcaya, y por outro nombre Lipuzcoa o Guipuzcoa. Delos vizcainos se cuentan ser gente feroz, y que no viven contentos, sino es

¹⁴² O Tubalismo era largamente aceito como doutrina, entretanto, surgem algumas polêmicas sobre o lugar em que Tubal haveria estado primeiro. Como vimos, muitos defendiam as terras bascas como lugar do primeiro assentamento do neto de Noé, mas Florián de Ocampo (cronista de Carlos V), por exemplo, defende que Tubal estivera primeiro em Andaluzia: “*Las diferencias sustanciales entre Ocampo y Garibay, se hallan en la interpretación de los textos, desde un punto de vista geográfico y lingüístico. Porque Ocampo cree – por ejemplo – que la primera región donde ‘dicen’ paró Tubal fue Andalucía y no habla de la tierra vasca.*” CARO BAROJA, Julio. Los vascos y la historia a través de Garibay In *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. Editorial Txertoa. 1995? (pp.291 & 292).

¹⁴³ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 65).

¹⁴⁴ Ver CARO BAROJA, Julio. Los vascos y la historia a través de Garibay In *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. Editorial Txertoa. 1995? & BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. cit.*

*teniendo guerra, y feria, en aquel tiempo quando vivian sin policia, ni dotrina*¹⁴⁵. *Agora esto se ha reduzido a valentia hidalga y noble, y los vizcainos son grandes soldados por tierra y por mar: y en las letras, y en materia de govieno y cuenta y razon, aventajados a todos los demas de España. Son muy fieles, sufridos, y personas perseverantes en el trabajo. Gente limpiissima que no ha admitido en su provincia hombres extranjeros ni mal nacidos. (...)*¹⁴⁶

Desse modo, há uma associação entre bascos e cântabros, da qual um dos principais partidários é o próprio Garibay (conhecida como *Vasco-cantabrisimo*)¹⁴⁷: o cronista de Felipe II utiliza-se de algumas fontes antigas com o intuito de legitimar sua fala:

*(...) hay textos latinos, los más antiguos que hablan de la ayuda dada por los cántabros a los aquitanos en su guerra con los lugartenientes de César. Hay textos latinos-medievales, muy tempranos que asocian los nombres cántabros y vascones, que dan a Cantabria como lugar próximo al Pirineo.*¹⁴⁸

Tal associação dos povos setentrionais é um mecanismo político eficaz em meio aos valores em circulação: os asturianos, cântabros e bascos ficaram conhecidos como o de sangue mais limpo e cristão de toda Península em razão de sua resistência às invasões de romanos, visigodos e, principalmente, árabes; sendo que durante o domínio mouro foram das únicas populações a não serem conquistadas (concepção enfatizada à exaustão em textos quinhentistas).

Nesse sentido, há uma polêmica interessante acerca da presença visigoda (século V até inícios do século VIII, finalizada com a conquista moura): após a Reconquista, seriam os reis parentes daquele povo que dominara grande parte da Península antes dos árabes?

Durante a presença muçulmana nos territórios ibéricos, os reis de origem visigótica foram bastante exaltados, no entanto, a partir do século XVI autores como Garibay rechaçam essa herança em prol de uma proveniência propriamente ibérica:

¹⁴⁵ Interessante notar a imagem produzida em relação aos biscainhos de outrora: eram gente feroz que vivia em guerra. A referência se faz, muito provavelmente, ao contexto da luta de bandos, demarcando uma visão “histórica” de um antes e um depois. A partir da “ordenação do território” (pela *policia* e *doutrina*), surgem os caracteres nobres, reforçando, a performance discursiva da fidalguia na aurora do século XVI.

¹⁴⁶ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 189).

¹⁴⁷ *Teoría histórico-antropológica según la cual la Cantabria de las fuentes greco-latinas habría abarcado no sólo la Cantabria actual (Santander y algo más) sino también las tierras orientales usque ad vascones et Pyrenam (Estrabón). Se atribuiría así a los vascos, considerados primitivos pobladores de Iberia, la heroicidad de los cántabros.* Auñamendi Eusko Entziklopedia - Bernardo Estornés Lasa Fandoa. (s/p).

¹⁴⁸ CARO BAROJA, Julio. Los vascos y la historia a través de Garibay In *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. Editorial Txertoa. 1995? (p.296).

La idea de la existencia de una monarquía originaria hispana transforma las bases de su legitimidad; durante el largo periodo de luchas entre reinos cristianos y musulmanes había arraigado la tendencia a vincular a los nuevos reyes cristianos con los monarcas del reino hispano visigodo previo a la invasión musulmana. (...). La lista de monarcas con origen en Tubal sirvió como fundamento de una nueva concepción que convive con la anterior, según la cual la monarquía goda no era sino una dinastía extranjera que se había impuesto sobre la española.¹⁴⁹

O Rei Pelayo (século VIII) fora um dos personagens mais conhecidos da Reconquista, consolidando o primeiro reino cristão nas Astúrias - Garibay insiste em desvinculá-lo dos visigodos, atando-o a sua tese:

Pelayo no era Godo ni a los reyes de España resultaba ninguna gloria por descender de los godos, pues evidentemente era más noble y clara generación la de los mismos españoles, descendientes de Tubal, progenitor de los verdaderos españoles, que la de los Godos extranjeros, poco había tenidos por bárbaros, que andaban peregrinando por el mundo.¹⁵⁰

Um primeiro ponto que devemos destacar é a ênfase nos chamados *verdaderos españoles*, autênticos descendentes de Tubal, quer dizer, os povos que haveriam sempre estado nesse território, pretensamente isentos das misturas com os povos “invasores” (exógenos à vinculação linhagística com o neto de Noé). Dentre esses povos estrangeiros, poderíamos arrolar romanos, visigodos, árabes e judeus. Essas duas últimas populações, especialmente, eram alvo de uma exclusão ativa, percebidos como inimigos do cristianismo, sendo considerada a expulsão definitiva dos árabes de Granada e a subsequente proibição do judaísmo na Monarquia em 1492, um dos maiores logros dos Reis Católicos. Aqueles que eram descendentes dos seguidores da lei de Moisés ou de Maomé, foram obrigados à conversão, formando o estrato dos cristãos-novos, como sabemos.

Vimos um agenciamento de um forte vínculo entre povos do Norte que estariam ligados a uma nobreza primeva, a qual, segundo a hipótese basco-cantabrista, adviria diretamente de Tubal. Aquela relação linguística da língua Basca como sendo a língua ibérica primitiva se desdobrou, surpreendentemente, até mesmo no verbete *Asturias* do *Tesoro*, apresentando a língua *vascongada* como uma das origens etimológicas deste topônimo:

Asturias. Dizen algunos que la lengua Vascongada vale tanto como tierra olvidada, por el poco trato que se tiene en ella, a causa de su aspereza

¹⁴⁹ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op.cit* (p.229).

¹⁵⁰ GARIBAY, Esteban de (1988) [1570-2]: *Los quarenta libros del compendio historial de las crónicas y universal historia de todos los reinos de España*. Lejona: Editorial Gerardo Uña. (p.325) *apud* BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op.cit* (p.229).

y esterilidad. Otros dicen ter tomado este nombre de Astur, capitan griego, que pobló esta tierra a la buelta de la destrucción de Troya¹⁵¹. (...).¹⁵²

Fica clara, pois, a construção discursiva estabelecida por algumas fontes que selecionamos: foi engendrada uma conexão positiva entre esses povos das montanhas setentrionais da Península. Segundo os textos, dali partiram as forças destrutoras dos infiéis islâmicos, reestabelecendo o lugar primordial do cristianismo, outrora abalado. A expulsão dos mouros fora, portanto, um acontecimento fundador de uma nova era para a Coroa, inaugurando um novo tempo. Dividindo a história da Espanha em quatro idades (1- Idade Primitiva; 2- Idade do domínio godo; 3- Período da presença árabe, 4- a partir da reconquista), Antonio Herrera (1569-1626) outro cronista de Felipe II, comenta acerca da fundação dessa gloriosa quarta idade: “*La quarta edad comenzó desde que echado de España el mahometismo, fue esta nación gloriosamente dilatando su Imperio en Europa, África, y en las regiones occidentales y orientales (...)*”.¹⁵³ A virtude biscainha é exaltada no texto de Covarrubias pelo fato de que não permitiram a mistura com esses povos estrangeiros: “*Gente limpiissima que no ha admitido en su provincia hombres estrangeros ni mal nacidos. (...)*”.¹⁵⁴ Portanto, essa população estaria diretamente conectada aos *verdaderos españoles*, como diz Garibay, mantendo sua estirpe intacta de misturas consideradas espúrias.

Retomando a história do Quixote e do escudeiro biscainho, lembremos que ambos estavam se provocando: o escudeiro considerara que sua senhora estava sendo importunada pelo cavaleiro andante. Aquele questiona a honra do biscainho, afirmando seu preceito de só batalhar diretamente com outros cavaleiros, já que só homens de igual estatuto poderiam combater, o que não seria o caso: “- *Si fueras caballero, como no lo eres, ya yo hubiera castigado tu sandez y atrevimiento, cautiva criatura*”.

¹⁵¹ Muitos povos europeus performaram sua origem a partir do povo troiano. Um dos exemplos mais conhecidos é o romano, associado ao fundador Eneas, mas também, poderíamos citar os Francos que também se vincularam àquele povo. Para os íberos, o mais comum foi o tubalismo, como viemos demonstrando. Entretanto, conviveram com esta teoria outras que também recorriam a origens troianas, ou vinculadas a Hércules. BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op.cit.* (p.221).

¹⁵² COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611]. (fol. 98).

¹⁵³ HERRERA, Antonio. *Discursos Morales [1601-1625], políticos e históricos inéditos de Don Antonio Herrera cronista del Rey Felipe II*. (Tomo I). Madrid: Imprenta Ruiz, 1804. (fol. 37).

¹⁵⁴ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611]. (fol. 189).

Como sabemos, a cavalaria estava associada a uma posição nobiliárquica, desse modo, o escudeiro entendeu que era sua fidalguia que estava sendo questionada, portanto, replica a Quixote: “*¿Yo no caballero? Juro a Dios tan mientes como cristiano. Si lanza arrojas y espada sacas, ¡el agua cuán presto verás al gato llevas! Vizcaíno por tierra, hidalgo por mar*¹⁵⁵, *hidalgo por el diablo*¹⁵⁶, y mientes que mira si otra dices cosa.” Então, entram em combate: ao fim e ao cabo, ajudado pela sorte, o cavaleiro acaba acertando um eficiente golpe no biscainho. Ante as súplicas de sua senhora, Quixote poupa-lhe de maiores danos sob a condição de que fosse até Dulcineia e se apresentasse em nome de seu amante.

Em meio à narrativa, vem-se a saber que o nome do escudeiro biscainho era *Sancho de Azpeitia*¹⁵⁷: através desse epíteto, sabemos que o tal biscainho é, provavelmente, guipuscoano, já que a vila de Azpeitia localiza-se nessa territorialidade. Lembremos que o adjetivo biscainho era utilizado de maneira coextensiva aos falantes da “língua *vascongada*”, especialmente, em relação aos guipuscoanos, os quais compartilhavam a condição de fidalguia coletiva com os naturais do Senhorio. Nesse caso, a defesa da fidalguia feita pelo biscainho-guipuscoano tem a mesma validade para nós, já que poderia se referir, tranquilamente, à fidalguia coletiva dos vizinhos de Biscaia propriamente dita.

Acreditamos que não seja um acaso a utilização do nome Sancho ao escudeiro da dama biscainha, sendo o fiel companheiro de Quixote também um Sancho. O estatuto militar de escudeiro na aurora do século XVII encontra-se relacionado a uma posição modesta: “*Oy dia mas se sirven dellos las señoras, y los que tienen alguna pasada*

¹⁵⁵ Interessante notar que sua fidalguia é “*por tierra, por mar*”; possivelmente uma alusão ao fato dessa nobreza se instituir nos territórios ibéricos e no além-mar, nas possessões dos Habsburgos. Relacionar a fidalguia ao mar, por outro lado, acentua o fato de que parte expressiva da vida de populações biscainhas e guipuscoanas estava ligada a profissões pesqueiras e de navegação. Lê-se no *Tesoro*: “*son grandes soldados por tierra y por mar*”

¹⁵⁶ O autor de “*El igualitarismo vasco (...)*” comenta o episódio em uma nota, na qual explicita sua opinião acerca da evocação ao diabo: “*Don quijote opina del vizcaíno que no es caballero. Este defiende el ‘igualitarismo’ del País, asignándole al final un origen diabólico – tal vez el mismo que le atribuyen quienes lo consideraron ‘peligroso’ en un tiempo.*” OTAZU Y LLANA. *Op. cit.* (p.124). Em seguida explicitaremos as razões pelas quais Otazu se refere a uma visão da fidalguia biscainha como perigosa (do ponto de vistas de certos polemistas castelhanos).

¹⁵⁷ CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha* (Edição Bilíngue). 6ªed. São Paulo: Editora 34, [1605], 2011. (Cap. VIII, p.138).

huelgan mas de estar en sus casas que de servir, por lo poco que medran (...).¹⁵⁸ O biscainho exerce, precisamente, o ofício de acompanhar uma senhora, enquanto Pança é escudeiro do cavaleiro da triste figura, o que não supõe uma grande honradez quanto a sua posição na hierarquia social do ponto de vista da narrativa. Então, como dois sujeitos, de mesma função, podem ter estatutos sociais tão diferentes, um não-nobre e outro nobre?

A *fidalgua coletiva* conquistou uma força tamanha (em virtude da minuciosa maquinação discursiva deste estatuto) que os biscainhos conseguiram tornar compatível com seus privilégios até mesmo o trabalho manual, muito mal visto pelos estratos nobiliárquicos. É notório que os trabalhos corporais eram, via de regra, inconciliáveis com a condição de nobreza. Domínguez Ortiz declara que essa restrição seja talvez mais acentuada nos territórios da Monarquia Hispânica do que em outras regiões europeias (: *“Descalificado como en toda Europa (pero quizás en España com más fuerza) el trabajo corporal, el esfuerzo muscular (...)*”).¹⁵⁹

A população de Biscaia era, como em qualquer outra região ibérica, formada majoritariamente por camponeses e trabalhadores manuais que após a nobilitação coletiva não deixaram de exercer seus ofícios cotidianos junto à produção de alimentos, pastoreio, manufaturados, pesca ou navegação. Levando em conta o alcance territorial dessa fidalguia, trabalho manual e nobilitação tiveram de ser equalizados: tornados possíveis em simultaneidade. Ao contrário do que se poderia supor, os biscainhos foram louvados não apenas por sua destreza em cargos prestigiosos, mas até exaltados pelo fato de laborarem arduamente: *“Son muy fieles, sufridos, y personas perseverantes en el trabajo”*.¹⁶⁰ Oficialmente, eram considerados nobres em qualquer trabalho que exercessem, sua condição de nobreza linhagística (endossada por seus foros) se sobrepunha a qualquer caractere de vileza. Assim, Sancho de Azpeita, defendendo sua fidalguia acima de tudo, batalha com o cavaleiro-fidalgo Quixote (o qual a princípio recusara-se a lutar com ele, depreciando seu estatuto) e, não, com o escudeiro-lavrador Pança cuja posição era inferior à sua (não por ser escudeiro, mas por não ser nobre).

¹⁵⁸ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 369).

¹⁵⁹ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.158).

¹⁶⁰ COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco*, (...). [1611]. (fol. 189).

. Por outro lado, essa posição *sui generis* dos biscainhos não deixava de causar espanto aos fidalgos castelhanos e, mesmo, em alguns teóricos da nobreza ibérica. Otazu y Llana recupera alguns exemplos interessantes nesse sentido, por exemplo:

Gaspar Gómez fue um ignorado escritor toledano, autor de una tercera 'Celestina' al parecer. En ella, Felides –uno de los personajes- se dirige a un mozo vizcaíno que le servía como 'caballerizo', con estas palabras significativas:

*'O perucho, Perucho ¡quan mala vida hallada te tienes: linaje hidalgo tu caballo limpias!'*¹⁶¹

Em relação àqueles teóricos:

*Lo que causaba más escándalo a los teóricos de la nobleza era que estos hidalgos vascos (...) llegaban a Madrid, Sevilla y otras urbes para ejercer los más modestos cargos escuderos, lacayos, cocheros... Todos procuraban conservar sus documentos que probaban su hidalguía (...).*¹⁶²

Acerca desses polemistas que viam com estranheza a fidalguia biscainha (e até “perigosa” por desviar-se da normativa ideal¹⁶³), podemos citar o fiscal da Chancelaria de Valladolid, García de Saavedra que publica em 1588 *De Hispanorum nobilitate*, obra na qual relativiza a nobreza biscainha:

*“(...) su obra 'De Hispaniorum nobilitate...' en la que negaba la hidalguía de los vizcaínos, porque decía que podían ser honrados, pero no hidalgos, pues para ser hidalgo 'es necesaria en la misma provincia la condición de pechero, lo que no hay en Vizcaya.'”*¹⁶⁴

Utilizando-se do parâmetro de outras regiões ibéricas, ressalta que sem a condição de não-nobres (*pechero*), não poderia existir nobreza, sendo assim, não seria possível uma *fidalgua coletiva*. Frente à ofensa aos seus privilégios, confirmados pelos reis e amplamente reconhecidos; Biscaia sai em defesa de sua comunidade com o intuito de retirar o livro de García de Saavedra de circulação:

El señorío precisaba eliminar ciertos pasajes ofensivos sobre la naturaleza de la hidalguía universal de sus hijos. Una 'damnatio memoriae' que reforzaría la confianza en tal principio. En una misiva al Consejo supremo de justicia sostenía que el 'principal caudal deste Señorío no son riquezas sino nobleza e ydalguia. Vizcaya temía su interpretación 'al correr por todas las manos y de jente de vulgo 'y sus consecuencias en el disfrute de honores y pretensiones de

¹⁶¹ OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *Op. cit.* (p.125).

¹⁶² DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.161).

¹⁶³ BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.43).

¹⁶⁴ CELAYA, Adrián. *Humanismo y libertad en el Fuero de Bizkaia*. Bilbao, Bilbao Bizkaia Kutxa, 2001. (p.91).

*emparentar o casar en Castilla. El emigrante vizcaíno era tan consciente de la ventaja competitiva que suponía la hidalguía universal como de la necesidad de protegerla.*¹⁶⁵

Notáveis biscainhos angariaram o apoio de Felipe II e foi proibida a reedição da obra de García de Saavedra, visto que atingia a honra dessa população cuja nobreza era entendida como notória - em sua posição específica - frente ao conjunto da nobreza ibérica. Além de organizados politicamente junto à corte, que sancionou a proibição daquele escrito, foi tramada uma ampla rede de naturais do Senhorio emigrados a outras regiões peninsulares e às Índias (Peru e México, por exemplo) que ajudaram a expurgar *De Hispaniorum nobilitate* em prol de sua “vizcaínia”¹⁶⁶. A impossibilidade teórica de uma nobreza coletiva (em um contexto sem uma assimetria estamental reconhecida) foi suplantada pela obstinação em prol dessa fidalguia. Os biscainhos atuavam como verdadeiros “embaixadores” das prerrogativas dessa população¹⁶⁷, reforçando, desse modo, sua *vizcaínia*.

Os naturais do Senhorio defendiam a pátria como elemento intrínseco a sua existência, tinham plena percepção de que seus privilégios eram produto do pertencimento a essa comunidade. Como Sancho de Azpeitia, lutavam pela condição verídica dessa fidalguia (produzindo-a como verdade). Sempre atentos às mudanças nas linhas de força, afirmavam para todas as vezes que eram: “*Vizcaíno[s] por tierra, hidalgo[s] por mar, Hidalgo[s] por el diablo, y mientes que mira si otra dices cosa*”.

¹⁶⁵ MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. *Op. cit.* (p.1787).

¹⁶⁶ *Ibidem.* (p.1789).

¹⁶⁷ Ver *Ibidem.*

Conclusão

“(...) *definível é apenas aquilo que não tem história.* (...)”¹

Quando os europeus ibéricos chegaram à América se depararam com culturas cujos pressupostos lhes eram completamente estranhos. Esse encontro, obrigou-os a discursarem sobre os nativos (e sobre si mesmos), evidenciando as regras de seu próprio sistema social. Antônio Vieira, ao olhar os hábitos dos índios do Brasil, comparou-os a estátuas de murta (contrapostas às estátuas de mármore):

Há (...) nações, (...) – que recebem tudo o que lhes ensinam com grande facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são as estátuas de murta que, levantando a mão e a tesoura do jardineiro, logo perderam a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram.²

Essa inconstância a que os missionários jesuítas se referem, vinha da recalcitrância dos tupinambás frente aos seus “antigos costumes” (canibalismo, guerra de vingança, bebedeiras, poliginia, etc.), para o desespero dos religiosos³. Em um primeiro momento, ao mesmo tempo que retornavam a seu “barbarismo” (do ponto de vista europeu), mostravam-se abertos a certas ideias da catequese jesuíta⁴: “*desean ser christianos como nosotros*”, diz Manuel da Nóbrega⁵. Qual modo de existência os permitia ser, para usar a figura de Vieira, tal qual a murta e não como um duro mármore? :

(...) não se tratava de impor (...) sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de atualizando uma relação com

¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma polêmica*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.68).

² VIEIRA, Antonio. Sermão do Espírito Santo In *Sermões*. São Paulo: Editora das Américas, vol. 5. Pp. 205-55, 1957 [1657] apud VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002. (p.184).

³ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002. (p.188)

⁴ “Isso não significou, diga-se claro, que aos europeus tenha sido votada qualquer culto de dulia, ou de latría. Assim que começaram a mostrar a face mesquinha, foram mortos como inimigos; (...)” VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

⁵ NÓBREGA, Manuel, 1549: I-III -139 (*sic*) apud VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002. (p.193).

ele (...), transformar a própria identidade. A inconstância da alma selvagem em seu momento de abertura, é a expressão fundamental de um modo de ser onde 'é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado', para relembrarmos a profunda reflexão de Clifford.

Os tupinambás eram obstinados em alterar-se, sua sociedade tinha uma potência centrífuga⁶; sua organização religiosa e política, portanto, não possuía a tendência centrípeta dos europeus. Isso pode ser demonstrado através da função guerreira, na qual a captura de prisioneiros (e sua execução cerimonial) proporcionava ao indígena belicoso a aquisição de novos nomes, incorporados ao seu nome de infância⁷. Também devemos nos referir ao famoso ritual da antropofagia, onde absorviam as qualidades dos homens capturados: “O outro não era um espelho, mas um destino”.⁸

Os íberos que aportaram nas Américas, por outro lado, se viam como sociedades “marmorizadas”, calcadas em uma identidade baseada no tripé rei, lei e fé (atributos ausentes nos indígenas, segundo o cronista Pero de Magalhães Gândavo). No entanto, não nos podemos deixar enganar por uma absolutização dessa autoimagem: tanto o rei, como a lei e a fé eram produções no interior de um sistema cultural que necessitava de diversas linhas de força para a manutenção de suas linhas mestras (sempre sujeitas a modificações).

Apesar da incomparável criação de valor efetuada pelos indígenas frente a teimosia dos colonizadores em impor sua visão de mundo, eles e os europeus não-privilegiados se aproximam na medida em que embaralham as identidades em meio às relações de poder prescritas pelas sociedades do velho mundo, jogando com as suas determinações:

Em si mesmas as regras são vazias, violentas e não-finalizadas; elas são feitas para servir isto ou aquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns e de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar

⁶ Essa vocação centrífuga também era encontrada em outros nativos da “América espanhola”, abrindo-se a uma compreensão não-colonizadora do colonizador, este último era marcado por uma relação centrípeta com o outro (não compreendido em sua alteridade). Nesse sentido, o encontro entre os europeus e os astecas (mexicas) demonstram essa diferença: “Alguns pensavam tratar-se do retorno de Quetzacóatl; outros salientavam a possibilidade de derrubar o domínio asteca...” Montezuma, então, lembrando-se de que, em tempos passados e por ocasião de calamidades, tinha sido ouvida a sábia opinião dos notáveis de Tezcoco, chamou-os a corte e os consultou. Depois disso, Montezuma decidiu-se pela divindade (...) dos espanhóis (...). Realizam-se sacrifícios em sua presença: mas, quando lhe oferecem sangue humano em uma ‘cazoleta de Aguila’, Cortez se indigna e com uma espada golpeia aquele que a oferece”. MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia Histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di cultura di São Paolo e Instituto cultural ítalo-brsaileiro, 1992. (p.9).

⁷ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Op. cit.* (p.228).

⁸ *Ibidem.* (p.220).

das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las (...).⁹

Levando em conta que populações ibéricas estavam submetidas a normas de regulação estamental juridicamente ordenadas, aqueles que não possuíam privilégios esforçaram-se para aceder a eles de muitos modos. As dinâmicas de luta pela ascensão social promoveram rachaduras no mármore das identidades. No capítulo I, vimos as estratégias dos lavradores para ingressarem, marginalmente, no estado nobiliárquico em Biscaia (sendo denunciados por isso).

Nessa territorialidade, as linhagens distintas moviam-se em torno dos *parientes mayores*, usando de suas preeminências para agregar os não-nobres em prol de suas disputas internas, conhecidas como lutas de bandos. Os camponeses exauridos pelo estado de violência, demandaram proteção ao Senhor de Biscaia (o qual viu nessa aliança uma estratégia para minar a força dos *banderizos*), promovendo a fundação de redutos amuralhados, as vilas.

Contudo, foi com os Reis Católicos (também Senhores de Biscaia) - determinados em seu projeto coordenativo - que as linhas de ação foram definitivamente forçadas em outras direções. Então, levaram a cabo uma verdadeira *guerra jurídica* contra os bandos (proibindo suas políticas de alinças e seu acesso às instituições locais): impulsionam seu enfraquecimento, resultando, no mais das vezes, em uma cooptação pró-monarquia. É nesse contexto, atravessado pela constituição de uma sociedade de religião única, que as Juntas do Senhorio, aproveitando-se da *vontade de nobreza* generalizada, maquinam uma fidalguia coletiva: agenciando argumentos (como a promoção ativa da imaculada limpeza de sangue biscainha) em meio ao novo traçado da arquitetura do poder.

Essa fidalguia possui dois efeitos imediatos: o primeiro, foi o reforço do esmorecimento relativo das antigas linhagens (ou seja, pré-nobilitação coletiva). Chamamos de “relativo” à atenuação da influência daquelas, pois no Foro Novo, por exemplo, ainda há uma forte preocupação frente aos vínculos “de sangue” em torno dos *parientes mayores*, os quais permanecem uma ameaça à ordem instituída¹⁰, havendo a

⁹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a História In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011 (pp.25 e 26).

¹⁰ (...) ningún vizcaino, hombre ni mujer, pueda ir a fuera de su parroquia a ninguna misa nueva ni a Epístola ni Evangelio; ni en la tal su parroquia, ni a fuera de ella a bodas ni a bateos algunos, hombre ni mujer que no sea ascendiente ni descendiente del tal, misacantano o pariente transversal, afín o consanguíneo, dentro del tercero grado, convidando ni por convidar; so pena de diez mil maravedís a

necessidade de normatizá-los. O segundo efeito, foi a promoção dos não-nobres à fidalguia, cujos desdobramentos serão explanados adiante.

No capítulo II, observamos que as antigas linhagens se utilizaram do sistema do *mayorazgo*, tal qual a aristocracia castelhana, para manter, legar e ampliar seu patrimônio (especialmente nas vilas). Apesar da tendência à equiparação de modos de hereditariedade entre os fidalgos e lavradores (como pudemos verificar por meio do Foro Velho), os primeiros controlavam e dispunham de muito mais bens, fenômeno evidenciado pelo estudo de seus testamentos. Neles, manifestam suas principais estratégias de concentração patrimonial por meio da prática de casamentos endógenos ou consanguíneos. Os sistemas de hereditariedade da terra na Península ligam-se a uma concepção de existência linhagística, na qual os sujeitos estavam intrinsecamente associados à sua parentela. Essa maneira de pensar e agir tem como efeito uma relação de dívida com os antepassados, desdobrada na obrigação de manutenção do nome e da memória familiar.

No último capítulo, cujo principal catalisador foi a mais conhecida obra de Cervantes, examinamos alguns dos problemas que envolviam o *ser* nobre (ser que contém um *tornar-se*) no contexto da monarquia dos Habsburgos. Vimos como a questão das virtudes – “inatas” - fora um dos pontos em torno do qual circulavam saberes relativos aos estratos privilegiados. Sendo assim, observou-se como biscainhos (e mesmo castelhanos como Covarrubias) performaram discursos de coerência para seu estatuto diferenciado, investindo em um conjunto de virtudes próprias a essa população, transmitidas por sua linhagem (lealdade, perseverança, espírito guerreiro e inteligência, por exemplo).

Deve-se considerar que a população dessa região, como qualquer outra da Península, era majoritariamente laboriosa (lembremos a desqualificação acentuada do trabalho manual entre a aristocracia ibérica): a associação entre esse tipo de ofício e a fidalguia teve de ser equalizada. Apesar da desconfiança de alguns polemistas de Castela frente à questão, já que a consideravam um desvio da normativa ideal nobiliárquica, a discursividade em prol de sua coerência foi tramada de modo eficaz e defendida

Parente Mayor de linaje que fuere. El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L Señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (*Ley V – Título Treinta y Cinco – Quiénes pueden ir a las misas nuevas y bodas cunado son fuera de su parroquia*). (p.300).

perenemente pelos biscainhos, pois não abriam mão de sua condição distinta (e coletiva), regulamentada por leis locais e ratificada pela Coroa.

A fidalguia dos biscainhos (e de seus vizinhos guipuscoanos) era, de fato, diferenciada dado seu caráter territorial (o que não quer dizer que bastasse nascer aqui ou ali para ser enobrecido, mas, de descender de biscainho ou guipusocano, uma vez que se trata de uma sociedade linhagística, não de um Estado-nação). Contudo, ela foi produzida em plena sintonia com os problemas em torno dos estratos nobiliárquicos ibéricos (partilhando com eles seus sistemas de exclusão, sendo a limpeza de sangue uma de suas principais figuras). De nenhum modo, poderíamos dizer que foi engendrada passivamente, como um receptáculo neutro: ela mesma participou da constituição das nobrezas ibéricas, reanimando problemas e jogos de conceitos que lhe diziam respeito. Não é por acaso que autores como Garibay insistiram na ideia tubalista, apontando as regiões bascas como o lugar primevo de assentamento do neto de Noé (“o primeiro dos reis íberos”), partindo daí a estirpe nobre povoadora da Península.

Na declaração dos direitos do homem e cidadão (1789), lê-se: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos”¹¹. Essa concepção universalista¹², simplesmente, não estava no horizonte daqueles homens dos séculos XVI e inícios do XVII – suas relações eram pautadas pela assimetria. A fidalguia coletiva que estudamos é propriamente biscainha, portanto estritamente situada: católica e baseada na linha de descendência masculina.

Em meio à Monarquia, essa nobreza funcionava em conexão com a noção de pátria e, como dissemos, estava posicionada frente aos saberes produzidos em torno de uma sociedade estamental. Para que um fenômeno como esse emergisse (pelo uso da norma) foi necessário partilhar de sistema identitário atravessado por determinadas linhas

¹¹ Declaração de direitos do homem e do cidadão – 1789 In *Textos Básicos sobre Derechos Humanos*. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva Apud. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. *Liberdades Públicas*. São Paulo: Editora Saraiva, 1978. (s/p).

¹² As ideias circulantes no contexto Iluminista e pós-iluminista, desde nosso ponto de vista, serviram a outras arquiteturas de relações de poder, vigilância e controle dos sujeitos: “Eu diria que Bentham [filósofo inglês conhecido pela ideia de panóptico] é o complemento de Rousseau. Na verdade, qual é o sonho rousseauiano presente em tantos revolucionários? O de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes; que não haja nelas zonas escuras, zonas reguladas pelos privilégios do poder real; (...). Sendo assim, ao grande tema rousseauiano - que de certa forma representa o lirismo da Revolução –articula-se a ideia da técnica do exercício de um poder ‘omnividente’, que é a obsessão de Bentham; os dois se complementam e o todo funciona: o lirismo de Rousseau e a obsessão de Bentham” FOUCAULT, Michel. O olho do poder In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011. (p.215).

de força nesse contexto (pautado pela marginalização do cristão-novo e dos não-nobres). Sendo assim, os biscainhos tonaram-se fidalgos porque também ajudaram a produzir regras de pertencimento, seja em relação à Coroa, seja em relação às hierarquias sociais.

Desse modo, a produção dessa fidalguia se liga à constituição de Biscaia como uma territorialidade. A nobreza coletiva oficializada pelo Foro Novo se confunde mesmo com a região, ajudando a promover relações de pertencimento à pátria e, ao mesmo tempo, com uma comunidade política mais ampla: a Monarquia Católica. Assim, o Senhorio não deve ser visto como uma unidade isolada, mas, como um território em comunicação com o extenso em que está inserido (sob determinadas regras forjadas nas linhas de força perpassadas por barganhas e alianças).

Por outro lado, como devemos conceitualizar o sistema de governo pós Reis-católicos? Seria a monarquia absolutista, polissinodal, compósita, corporativa ou preeminencial? Dar um nome ou definição-chave que abarque seus pressupostos talvez seja o menos importante: “(...) definível é apenas aquilo que não tem história. (...)”¹³ diz Nietzsche. Com isso, não queremos afirmar que os conceitos sejam desprezíveis, mas que os compreendemos como procedimentos de uma escrita viva e antitotalizadora. Os caminhos historiográficos percorridos pelos estudiosos (em torno de suas séries documentais) podem se tornar, na realidade, movimentos que animem novas escritas da história.

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Op. cit.* (p.68).

REFERÊNCIAS

1) Fontes Documentais (impressas)

Carta-Puebla de Bilbao [1300] In Proyecto Andrés Poza [com apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen. Disponível em: <http://andresdepoza.com/>. (último acesso 10/09/2017).

Carta Puebla de Larrabetzua [1376] In Proyecto Andrés Poza [apoio do Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen. Disponível em: <http://andresdepoza.com/>. (último acesso 10/09/2017).

Carta Puebla de Regoiti [1376] In Proyecto Andrés Poza [apoio Departamento de Educación, Universidades e Investigación Del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza] dirigido por ISASI, Carmen. Disponível em: <http://andresdepoza.com/> (último acesso 10/09/2017).

CERVANTES, Miguel. *Entremes: del vizcaíno fingido* [1615]. Instituto de Estudios Cervantinos, Universidad de Alcalá de Henares. Disponível em: http://cervantes.uah.es/teatro/Entremes/entre_5.html (último acesso 10/09/2017).

CERVANTES, Miguel. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* [El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha] (Edição Bilingue). 6ªed. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2011.

COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, capellan de su Magestad, Mestre escuela y canónigo de la Santa Madre Iglesia de Cuenca y consultor del Santo Oficio de la Inquisición. Dirigido a la Magestad Católica del rey Don Felipe III. Nuestro Señor. Con privilegio. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S. Año del Señor M.DC.XI [1611]*. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qKm8nzelynUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (último acesso 10/09/2017).

Declaração de direitos do homem e do cidadão – 1789 In *Textos Básicos sobre Derechos Humanos. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva Apud. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. Liberdades Públicas. São Paulo: Editora Saraiva, 1978. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. (Último acesso em 04/09/2017).*

Diego López de Anuncibay, alcalde del fuero de Vizcaya, Pedro López de Ugarte, Matín sanchez de Arbolancha y Martín Sánchez de Larrínaga, en calidad de jueces árbitro dictan sentencia en el pleito que enfrentaba a Pedro Ortiz de Arbolancha, por una parte, y a Juan Martínez de Arbolancha, por la otra, por el mayorazgo que había fundado sancha Sánchez de Barraondo, madre y abuela de los litigantes respectivamente. En virtud de dicha sentencia adjudican los derechos de mayorazgo a Pedro Ortiz, si bien, a modo de compensación, asignan algunos bienes inmuebles en él incluidos, a saber: las ruedas de molino de Sanchotegui, con sus instalaciones anejas, aunque con prohibición de enajenarlas y con obligación de

entregarlas en herencia a sus descendientes masculinos directos.[(1450 julio 25c).]. (B) ARChV, Sala de Vizcaya, Pleitos civiles, caja 0275.0003, leg 120-3. Ff. 218rº-222rº. Copia de Martín Ochoa de Yurreta, escibano de Bilbao (Bilbao, 21 de Noviembre de 1476; (...)) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

Edicto de los Reyes Católicos (31 marzo, 1492) desterrando de sus Estados á todos los judíos in Boletín de la Real Academia de la Historia. Tomo 11, 1887. Disponível em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/portales/universidad_iberamericana/obra-visor-din/boletin-de-la-real-academia-de-la-historia--7/html/02588820-82b2-11df-acc7-002185ce6064_123.html (último acceso 10/09/2017).

El Fuero, Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528].

Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. Disponível em: <http://www.liburuklik.euskadi.net/handle/10771/24519> (último acceso 10/09/2017).

Fuero Viejo In LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles. *Edición y estudio del Fuero de Vizcaya. El Fuero Antiguo (1342, 1394), el Fuero Viejo de Vizcaya (1452). Apéndice (1506)*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibersitatea, 2016.

Juan II, rey de Castilla, confirma nuevamente la fundación de mayorazgo que Sancha Sánchez de Barraondo, vecina de Bilbao y esposa de Juan Sánchez de Arbolancha, instituyó el 15 de diciembre de 1427. [1447 marzo 20. Valladolid.] (C) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 28 rº.-29rº. Copia inserta en testimonio notarial de un pedimiento del escribano Pedro Sánchez de Liendo (Bilbao, 9 de diciembre de 1479), a su vez copiada en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

Juan Sánchez de Arbolancha, vecino de Bilbao y alcalde real en el fuero de Vizcaya, entrega en mayorazgo, para después de su muerte, a su hijo mayor Juan de Arbolancha, y a su nuera Mari Alfonso de Avendaño, diversos inmuebles situados en la dicha villa, más concretamente: la mitad de su casa torre de la calle de Santiago, le mitad de unas ruedas de moler en Sanchotegui y la mitad de un huerto en la Atalaya, viene que seguirá disfrutando en vida el citado Juan Sánchez. [1431 noviembre 23. Bilbao.] (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 46rº-47rº. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) in DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

HERRERA, Antonio. *Discursos Morales [1601-1625], políticos e históricos inéditos de Don Antonio Herrera cronista del Rey Felipe II*. (Tomo I). Madrid: Imprenta Ruiz, 1804.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=na8GAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Antonio+herrera+discursos+morales&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwihjKii8pvWAhVFipAKHULqCFEQ6AEIJzAA#v=onepage&q&f=false> (último acesso 10/09/2017).

LABAYRU Y GOICOECHEA, Estanislao Jaime. *Historia general del Señorío de Bizkaya*. T.I. Bilbao: Casa editorial la propaganda //Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1895. Disponível em: <http://www.liburuklik.euskadi.eus/handle/10771/25007> (último acesso em 10/09/2017).

_____. *Historia general del Señorío de Bizkaya*. T.IV. Bilbao: Casa editorial la propaganda //Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1900. Disponível em: <http://www.liburuklik.euskadi.eus/handle/10771/25007> (último acesso em 10/09/2017).

LEONARDO DE ARGENSOLA, Lupercio. *Información de los sucesos del reino de Aragón en los años de 1590 y 1591, en que se advierte los yerros de algunos autores*. [1604]. Madrid: Imprenta Real, 1808. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=Q6UNAQAIAAJ&pg=PP7&dq=Informaci%C3%B3n+de+los+sucesos+del+reino+de+Arag%C3%B3n+en+los+a%C3%B1os+de+1590+y+1591,+en+que+se+advierte+los+yerros+de+algunos+autores.+Madrid:+Imprenta+Real,+1808.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj-mc6y0ZvWAhVEg5AKHYFiDosQ6AEIJzAA#v=onepage&q&f=false> (último acesso 10/09/2017).

Mayorazgo de Trujillo. Archivo Histórico Nacional, Consejos, leg. 4827-8, fol 1-6 In BERMEJO CABRERO, José Luis. *Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo*. Anuario de historia del derecho español, n. 55, p. 253-306, 1985. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=31467> (último acesso em 10/09/2017).

*Ochoa de Arbolancha dicta testamento, por el cual, además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, cede a su hermana Sancho Sánchez, descontados 14.000 maravedís, todos sus derechos a la herencia de su madre Sancha Sánchez; al mismo tiempo, dispone el pago de los débitos pendientes y el cobro de las cantidades que se le adeudan; lega diversas mandas a favor de sus hijos María Ochoa y Juan, ambos nacidos fuera del matrimonio, así como a favor de sus respectivas madres, Teresa Goiri y María Sánchez de Bolívar, junto a otros parientes del linaje Arbolancha, toma disposiciones sobre el negocio que lleva en común por cinco años con su hermana Sancho Sánchez y con su tío Juan Fernández de Besabe, y, finalmente ordena que – pasado dicho tiempo –, se adquiriera con lo que quede de sus bienes una renta situada para el disfrute del linaje [1441 julio 5. Bilbao, casa torre]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 42 r.º.-46r.º. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de Junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.*

Ordenanza confirmada por los Reyes Católicos a la villa de Bilbao donde se ordena que ningún vecino de aquí en adelante pertenezca a ningún bando en la dicha villa de Bilbao ni en todo el

condado de Vizcaya, actuando si lo hicieran contra su juramento y su patria so pena de muerte como deservidor del rey y la reina y perdiendo la mitad de sus bienes muebles [1484] (Real Academia de la Historia, Madrid) In GUARD LARRAURRI, T. *Historia de la noble villa de Bilbao. (1300-1600). Tomo I.* Disponible em Legislación Histórica de España [base de datos online] 4ª ed. Julio 2010: <http://www.mcu.es/archivoservlets/VisorServlet.jsp?cod=039781>. (último acceso em 10/09/2017).

Pedro de Avendaño y doña Mayor, su esposa, por una parte, y Fortún Sánchez de Torrontegui, por otra, determinan las cuentas pendientes entre ellos por la explotación de la ferrería de Torrontegui [1490, febrero 25]. (B) ARChV, sala de Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0308.0004, sin foliar. In DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

Provisión Real del Consejo de Gobernación de amparo a los judíos de Valmaseda, para que la justicia los dejase vivir en la villa, y no los maltratase [1486]. Registro General del Sello en el Archivo de Simancas. Mês de Marzo de 1486 In Coleccion de cédulas, cartas patentes, provisiones reales órdenes y otros documentos concernientes á las Provincias Vascongadas copiados de orden de S.M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las secretarías de Estado y del despacho y otras oficinas de la Corte. Tomo I – Condado y Señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. [Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico – Gobierno de España]. Disponible em: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=403648> (último acceso em 10/09/2017).

Provisión del Consejo Real de Gobernacion, mandando que el Condado de Vizcaya se guarden ciertas leyes y Ordenanzas hechas por mandato Real [1484]. Coleccion de cédulas, cartas patentes, provisiones reales órdenes y otros documentos concernientes á las Provincias Vascongadas copiados de orden de S.M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las secretarías de Estado y del despacho y otras oficinas de la Corte. Tomo I – Condado y Señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. [Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico – Gobierno de España]. Disponible em: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=403648> (último acceso em 10/09/2017).

Provisión del Consejo Real sobre sustraerse algunos labradores de las merindades de pechar, huyendo á tierras de Infanzonazgo, y proveyendo de remedio a este abuso [1480] (Biblioteca Nacional, Madrid) In GONZÁLEZ, T. Colección de cédulas, cartas-patentes, provisiones, reales órdenes y otros documentos concernientes a las provincias vascongadas, copiados de orden de S. M. de los registros, minutas y escrituras existentes en el Real Archivo de Simancas, y en los de las Secretarías de Estado y del Despacho y otras oficinas de la corte. Tomo I: Condado y señorío de Vizcaya. Madrid: Imprenta Real, 1829. (Fols. 74r-76v). Disponible em Legislación Histórica de España [base de datos online] 4ª ed. Julio 2010: <http://www.mcu.es/archivos/lhe/servlets/VisorServlet.jsp?cod=012038> (último acceso em 10/09/2017).

Real Provisión fechada en Madrid a 14 de febrero de 1562 y dirigida a la Chancillería de Valladolid, sobre que los naturales o descendientes de la Provincia de Guipúzcoa que probasen ésto fuesen declarados hijosdalgo. (AGG. 4. 10. 5. El legajo incluye la copia manuscrita dirigida a la Chancillería de Granada) In SESÉ, Lourdes Soria. *La Hidalguía Universal, Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006. Disponible em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=68482> (último acceso em 10/09/2017).

Sancha Sánchez Barraondo, vecina de Bilbao, dicta testamento, por el cual además de disponer su enterramiento en la iglesia de Santiago de dicha villa y diversas mandas pías, lega a Juan de Arbolancha, hijo primogénito de la testadora y de su marido, Juan Sánchez de Arbolancha un mayorazgo – pendiente de aprobación real – formando por diversos bienes poseídos conjuntamente con su esposo: la mitad de la casa torre familiar; situada en la calle bilbaína de Santiago, la mitad de las ruedas de moler de Sanchotegui y la mitad de una huerta. En caso de morir el primogénito sin dejar descendencia masculina legítima, la testadora determina el orden de transmisión de tales derechos entre los demás hijos varones habidos de su matrimonio: Sancho, Ochoa, Juan y Pedro Ortiz de Arbolancha, asimismo, si estos fallecen sin herederos masculinos, los derechos pasarán a las hijas: María Ibáñez, Juana y María Sánchez, y a sus descendientes masculinos [1427 diciembre 16. Bilbao, calle Santiago]. (B) ARChv, Sala Vizcaya, Pleitos Civiles, caja 0275-0003, leg. 120-3, ff. 35r.º-42r.º. Copia en traslado sacado por el escribano Jacobo Martínez de Gueldo (Bilbao, 8 de junio de 1524) In DACOSTA, Arsenio et AL. Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527). Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

The Old law of Bizkaia (1452) In MONREAL ZIA, Gregorio. *The Old Law of Bizkaia* (1452). Introductory and critical edition. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005.

2) Obras de Referência

AGIRREAZKUENAGA ZIGORRAGA, Joseba; BASURTO LARRAÑAGA, Román; LOPÉZ ATXURRA, Rafael; MIEZA MIEG, Rafael. *Historia de Euskal Herria*. Tomo II. Donostia: Ediciones Vascas, 1980.

BLEIBERG, Germán. (Dir.). *Diccionario de Historia de España*. Tomo I & Tomo II. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente, 1968.

BLEIBERG, Germán. (Dir.). *Diccionario de Historia de España*. V. II. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1985.
DICCIONARIO DE ABREVIATURAS NOVOHISPANAS AK'AB TS'IB. Proyecto: Ak'ab Ts'ib (escritura oscura o cifrada). Diccionario digital de abecedarios y abreviaturas en manuscritos novohispanos del área Maya. Trabajo realizado con el apoyo del Programa UNAM, 2013.

Disponível em em: http://www.iifilologicas.unam.mx/dicabenovo/index.php?page=muestra-lista-latinasa#.WXCI_oTyvIU (último acesso em 10/09/2017).

DICCIONARIO DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). 23ª ed. Madrid, 2014. Disponível em: <http://dle.rae.es/> (último acesso em 10/09/2017).

ENCICLOPEDIA AUÑAMENDI – fondo Bernardo Estornés Lasa [en línea], 2017. Disponível em: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/> (último acesso em 10/09/2017).

SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II E-Ma. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971.

3) Bibliografia

ABAD NEBOT, Francisco. “Sobre el Concepto Literario de ‘Siglo de Oro’: su Origen y su Crisis”, *Anuario de estudios filológicos*, vol. 9, 1986. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58576> (último acesso em 10/09/2017).

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. “Los Parientes Mayores”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/151046> (último acesso em 10/09/2017).

ARIZAGA BOLOMBURU, Beatriz & MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio. *Bilbao: año 1300. La concesión de la carta-puebla a Bilbao*. Donostia- San Sebastián: Eusko Ikazkuntza, 2006. Disponível em: <http://www.3digitala.eu/es/publicaciones/coleccion/monografias/eusko/articulo.php?o=17944> (último acesso 10/09/2017).

BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. “La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España”, *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio, 2013. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4495730> (último acesso em 10/09/2017).

BASAS FERNANDEZ, Manuel. *La institucionalización de los Bandos en la Sociedad Bilbaína y Vizcaína al comienzo de la Edad Moderna* in *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975.

BERRIOCHOA AZCÁRATE, Pedro. De la Vida Rural Vasca – Caseríos, Caseros y Cuentos In MOLINA, Fernando & PÉREZ, José A. (Eds.). *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2015.

BORGES, Jorge Luis. *Pierre Menard, autor del Quijote* in *Ficciones*. 8ªed. Buenos Aires: Debolsillo, 2015.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “Dásele licencia y privilegio”. *Don Quijote y la aprobación de libros en el siglo de oro*. Madrid: Akal, 2012.

_____. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando & RICO, Francisco. “‘Digo que yo he compuesto un libro intitulado El ingenioso hidalgo de la Mancha’”, *Bulletin of the Cervantes society of America*, 29.1, (spring, 2009). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3163369> (último acesso em 10/09/2017).

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Tradução renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARO BAROJA, Julio. *Introducción a la Historia Social y económica del Pueblo Vasco* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. IV. Editorial Txertoa. 1995?

_____. *Los vascos y la historia a través de Garibay* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. Editorial Txertoa. 1995?

BERMEJO CABRERO, José Luis. “Sobre Nobleza, Señoríos y Mayorazgo”, *Anuario de historia del derecho español*, nº 55, p. 253-306, 1985. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=31467> (último acesso em 10/09/2017).

CELAYA, Adrián. *El Fuero de Vizcaya*. Bilbao, Editorial Vizcaína, 1975.

_____. *Aforados y no aforados en Bizkaia*. Bilbao, Bilbao Bizkaia Kutxa, 1995.

_____. *Humanismo y libertad en el Fuero de Bizkaia*. Bilbao, Bilbao Bizkaia Kutxa, 2001.

CHACÓN DELGADO, Pedro José. El concepto de independencia vasca en Sabino Arana Goiri, *Historia Contemporánea (EHU-UPV)*, nº 50, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5025791>. (último acesso em 10/09/2017).

CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de ‘Estado Moderno’”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, nº19, Enero-Febrero, 1981. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=26645> (último acesso em 10/09/2017).

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado* In *A Sociedade contra o Estado*. Tradução Theo Santiago. São Paulo: Cosac-Naify, 2012.

DACOSTA, Arsenio et AL. *Poder y Privilegio: nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea: Servicio Editorial, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução Luiz Orlandi & Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. G de Gauche In *O abecedário de Gilles Deleuze* [vídeo/entrevista a Claire Parnet]. Produção de Éditions Montparnasse, realização de Pierre-André Boutang, 1988.

_____. *Para Dar Um Fim ao Juízo* in *Crítica & Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Kafka: Por Uma Literatura Menor*. Tradução Cintia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DEL VAL VALDIVIESO, M^a Isabel. *Economía y Sociedad en La Edad Media* In *AGIRREAZKUENAGA, Joseba (Dir.)*. *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995?

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006.

_____. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985.

ELLIOTT, John. *Constitucionalismo antiguo y moderno y la continuidad de España* In Cuadernos de Alzate, nº33, 2005. s/p. Disponível em: <http://www.revistasculturales.com/articulos/16/cuadernos-de-alzate/477/1/constitucionalismo-antiguo-y-moderno-y-la-continuidad-de-espa-a.html>.

_____. *España y su imperio en los siglos XVI y XVII* In *España y su mundo (1500-1700)*. Tradução Ángel Rivero Rodríguez e Xavier Gil Pujol. Madrid: Taurus, 2007.

_____. *Una Europa de Monarquías Compuestas* In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Marta Balcells y Juan Carlos Bayo (coord.). Madrid: Taurus, 2010.

ELORZA, Antonio. *La nación vasca: del mito a la historia* In *Istor*, nº 15. Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2003. Disponível em: <http://aleph.org.mx/jspui/handle/56789/8051>

FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, Jon Andoni. “Las Guerras Privadas: el ejemplo de los bandos Oñacino y Gamboino en el País Vasco”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 6, 2009. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3158658> (último acesso em 10/09/2017).

FERNADEZ DE PINEDO, Emiliano. *Lucha de bandos; o conflicto social?* In *La Sociedad Vasca Rural y Urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Imprenta Provincial de Vizcaya, 1975.

FLORENZANO, Modesto. “Sobre as Origens e Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente”, *Lua Nova*, São Paulo, 71:11-39, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>. (último acesso em 10/09/2017).

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe de Baeta Neves. 8ªed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 20112.

_____. *A governamentalidade* In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

_____. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. In CALDERON. Philippe & EWALD, François. *Foucault par lui-même* (Doc.). França: BFC Productions & Arte France, 2003.

_____. *História da Loucura*. Tradução José Coelho de Teixeira Netto. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. Nietzsche, a genealogia e a História In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

_____. Os intelectuais e o poder (Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze) In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

_____. Verdade e Poder in *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

_____. O olho do poder in *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Tradução Fátima Martins Pereira. Lisboa: Edições 70, 1970.

FOX, Inman. *La Invención de España: Nacionalismo liberal e identidade nacional*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

GARCÍA FUENTES, Lutgardo. “Los vascos en la carrera de Indias en la Edad Moderna: una minoría dominante”, *Temas Americanistas*, nº 16, 2003. Disponível em: <https://institucional.us.es/tamericanistas/uploads/revista/16/GARCIA-FUENTES.pdf>. (último acesso 10/09/2017).

GRANJA SAINZ, José Luiz de la. “El ‘antimarketismo’: la visión de Sabino Arana sobre España y los españoles”, *Norba. Revista de historia*, nº 19, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2566424> (último acesso em 10/09/2017).

GOGESCOECHEA, Arantza. “Montes y Usos Forestales en los Fueros Vizcainos”, *Vasconia: cuadernos de Historia-Geografía*, nº 24, 1996. Disponível em <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/vasconia/vas24/24101114.pdf>. (último acesso em 10/09/2017).

GROSSI, Paolo. A propriedade e as propriedades na oficina do historiador In *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HEGEL, G.W.F. *A Razão na História: Introdução à Filosofia da história Universal*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Depois do Leviathan* in Almanack Brasiliense, nº5. Maio, 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/almanack/PDFS/5/almanack.pdf> (último acesso em 10/09/2017).

KAGAN, Richard. Clío y la Corona: escribir historia en la España de los Austrias In *España, Europa y el mundo atlántico: homenaje a John H. Elliot*. KAGAN, Richard & PARKER, Geoffrey (eds.); traducción de Lucía Blasco Mayor y María Condor; revisión científica de Xavier Gil. Madrid: Marcial Pons & Junta de Castilla y León, 2001.

KOSSELCK, Reinhart. *Futures Past: on semantics of historical time*. New York: Columbia university press, 2004.

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. Tradução Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LÓPEZ ANTÓN, José Javier. “Zazpiak bat: la filosofía cultural de un credo panvasquista”, *Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela*, Nº. 8, 1997. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2604232> (último acesso 10/09/2017).

LOUZAO VILLAR, Joseba. El síndrome de Jerusalén. ¿Los vascos y la religión? In *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons, Historia, 2015.

MARAVALL, José Antonio. *A função do direito privado e da propriedade como limite do poder do Estado* (Em *Estado moderno y mentalidade social*, Madrid 1972, I, 345-356) In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], 1984.

_____. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1. Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986.

MARTÍN, Alberto Marcos. La sociedad española del siglo XVI: órdenes y jerarquías In FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia Histórica*. Trad. Liliana Laganà & Hylío Laganà Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di cultura di São Paolo e Instituto cultural ítalo-brsaileiro, 1992.

MEES, Ludger. “El nacionalismo vasco y España: reflexiones en torno a un largo desencuentro”, *Revistas Espacio, Tiempo y Forma. Series I-VII - Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, T.9, 1996. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/2916> (último acesso em 10/09/2017).

MONREAL CIA, Gregorio. *Las Instituciones Públicas del Señorío de Vizcaya (hasta el siglo XVIII)*. Bilbao: Imprenta provincial de Vizcaya, 1974?

_____. *The Old Law of Bizkaia (1452)*. Introductory and critical edition. Reno, Nevada: Center of Basque studies, Reno, Nevada, 2005.

MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. *La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa* In *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano* (Multimedia)/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. Disponível em: http://digital.csic.es/bitstream/10261/73024/1/R.C.FEHM_Le%C3%B3n_2012_p.1781-1791_Angulo_Morales.pdf

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. *Genealogia da moral – uma polêmica*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *O Diabo no imaginário cristão*. Bauru: EDUSC, 2000.

OJANGUREN IRALAKOA, Pedro. “Mortueros”, *Revista Electrónica Euskonews & Media*, nº 50, 1999. Disponível em: <http://www.euskonews.com/0052zbnk/gaia5205es.html>. (último acesso em 10/09/2017).

OSORO, Elena. Formación territorial (s. VIII – XV) In AGIRREAZKUENAGA, Joseba (Dir.). *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995?

OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *El “Igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Editorial Txertoa, 1973.

PENAS IBAÑEZ, María Azucena. “El Habla vizcaína en el teatro de Lope de Vega”, *Anuario del Seminario de Filología Vasca “Julio de Urquijo”*. Donostia-San Sebastián, T. 27, n. 3 (1993). Disponível em: <http://www.ehu.es/ojs/index.php/ASJU/article/view/8379> (último acesso em 10/09/2017).

REGUERA, Iñaki. “La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 2, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1367444> (último acesso em 10/09/2017).

RODRÍGUEZ MARTÍN, Jacinto. “Figura histórico-jurídica del Juez Mayor de Vizcaya”, *Anuario de historia del derecho español*, Madrid, nº 38, 1968. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2050630> (último acesso em 10/09/2017).

ROSA, Maria de Lurdes. *O Morgadio em Portugal, Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUBIO POBES, Coro. “La construcción de la identidad vasca (siglo XIX)”, *Historia Contemporánea* (EHU-UPV), 18, 1999.

SESÉ, Lourdes Soria. “La Hidalguía Universal”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=68482> (último acesso em 10/09/2017).

SORIA MESA, Henrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007.

URRUTIKOETXEA LIZARRAGA, José. *El Mundo Rural durante el Antiguo Régimen* in AGIRREAZKUENAGA, Joseba (Dir.). *Nosotros, los vascos. Grán Atlas Histórico de Euskal Herria*. Lur Argitaletxea, 1995?

VICENS VIVES, Jaume. *A estrutura administrativa e estadual nos séculos XVI e XVII* (Extraído de *XIe Congrès des Sciences Historiques, 1960. Rapports IV: Histoire Moderne, Stockholm, Almqvisq & Wiskell, 1960, pp.1-24*) in HESPAÑA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1960], 1984.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Apresentação de D. Quixote* in O Engenhoso Fidalgo D.Quixote de La Mancha (Edição Bilíngue). Tradução Sérgio Molina. 6ªed. São Paulo: Editora 34, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. “O Nativo Relativo”, *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. Nº1. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005 (último acesso em 10/09/2017).